



NOVA FCSH

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A mobilização feminina durante a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974): o fenómeno das enfermeiras paraquedistas

Filipa Moreno Figueiredo Caetano

**Dissertação de Mestrado em História, área de especialização em
História Contemporânea**

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

novembro de 2025

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo.

Em memória do meu avô António.

Onde quer que estejas, graças a ti, eu amo a História.

Que Nunca por Vencidos se Conheçam!

Lema das Tropas Paraquedistas

AGRADECIMENTOS

A presente Dissertação de Mestrado é a maior aventura a nível profissional e pessoal que, até ao momento, me arrisquei a percorrer. Foi extremamente desafiante e gratificante. Portanto, primeiro, agradeço a mim mesma por nunca ter desistido desta aventura, apesar de todas as adversidades e obstáculos que foram surgindo. Motivei-me quando achava que este trabalho não seria exequível. Motivei-me quando, nos arquivos, não encontrava documentação associada ao tema. Motivei-me quando me deparava com pessoas que, pelas suas próprias razões, não podiam ser entrevistadas. Motivei-me quando achava que este trabalho era insuficiente e não tinha qualidade.

Contudo, a sua realização não dependeu exclusivamente de mim. Esta investigação ganhou vida e sentido graças ao apoio incondicional e aos contributos (diretos e indiretos) de várias pessoas. Os contactos que consegui estabelecer e as conversas que daí decorreram, estimulando-se uma riquíssima troca de experiências, ideias, conselhos e sugestões, foram de tal maneira imprescindíveis que, sem estes ingredientes, o processo de construção deste trabalho teria sido muito difícil, desinteressante e solitário. Dito isto, aproveito as próximas linhas para agradecer a todas as pessoas que me guiaram e ajudaram, tendo me motivado sempre a este longo caminho.

Expresso a minha profunda gratidão à Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, que, ao confiar nas minhas capacidades, aceitou prontamente orientar-me nesta aventura e com quem partilhei todas as minhas descobertas, dúvidas e inseguranças no decorrer desta investigação.

Um agradecimento especial a quem foi chamado a participar e disse: *Presente!* À Maria Arminda dos Santos, Aura Teles, Cristina Justino da Silva, Rosa Serra, Giselda Pessoa e Lourdes Pinto Lobão. Ao Alfredo Cruz, Albertino Nobre Monteiro, Albano Pereira, Fernando Miranda, Henrique Mendonça, José Moura Martins, João Amaral, Manuel Arrais e Pedro Taveira. Esta investigação tornou-se possível graças à disponibilidade e colaboração destas pessoas, que me receberam de braços abertos e, confiando em mim, partilharam comigo as suas histórias de vida e as suas memórias sobre a guerra em África, mas também com os quais aprendi bastante. Que estas pessoas sejam imortalizadas pela História! E para sempre estarão no meu coração. Ainda à Isabel Rilvas

e ao Fausto Marques, por me terem recebido também com tanto carinho e terem-me contado as suas histórias de vida.

À minha família que tanto amo, por me ter ensinado a nunca desistir dos meus sonhos, mesmo que seja um caminho difícil e longo a percorrer.

Aos melhores camaradas que esta faculdade me deu e que contribuíram para o desenvolvimento desta investigação, através dos meus desabafos e da sua partilha de ideias, impressões e observações. Amparei-me no vosso ombro quando se abatia sobre mim o desalento. À Bruna, Catarina e Inês. As nossas quentes e inesquecíveis conversas sobre a vida e um áudio que será sempre uma fonte de inspiração para uma boa gargalhada nos dias mais tristes. Viva o roxo, a nossa cor favorita! Ainda à Catarina, por me ter dado a conhecer a existência das enfermeiras paraquedistas, que continua a surpreender quem desconhece mesmo passados mais de 60 anos desde o início da Guerra Colonial. À Daniela e Joana. Prometo-vos que vou ler todos os livros que estão a apanhar pó no meu quarto. Ao Sérgio e à Vitória. Se pudesse dar um nome às nossas conversas sobre as dissertações, seria «o muro das reclamações e das motivações». À Maria, pelos momentos de reflexão intelectual. Amo-vos e que sejam meus camaradas até ao dia da minha morte!

Aos arquivistas que me ajudaram na pesquisa e consulta de documentação sobre as enfermeiras paraquedistas, em particular à equipa do Arquivo Histórico da Força Aérea.

Ao Afonso por me ter ajudado a dar o primeiro passo no contacto com as enfermeiras paraquedistas. Aos vários Núcleos da Liga dos Combatentes, à Associação dos Deficientes das Forças Armadas e à Associação de Paraquedistas Tejo-Norte, que me auxiliaram na procura de testemunhos de ex-combatentes. À equipa do História, Territórios e Comunidades (HTC – NOVA FCSH / CFE – UC), em particular à Joana e à Inês, por me terem facultado o material necessário para a realização das entrevistas. Às Bibliotecas Municipais do Barreiro e de Oeiras e ao Centro República – NOVA FCSH, por me terem disponibilizado espaços com todas as condições propícias à boa condução das entrevistas.

Um último agradecimento às pessoas com quem me encontrei e conversei, breve ou demoradamente, ao longo deste caminho, dando o seu melhor para me ajudar.

A mobilização feminina durante a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974): o fenómeno das enfermeiras paraquedistas

Filipa Moreno Figueiredo Caetano

RESUMO

O corpo voluntário de enfermeiras paraquedistas foi criado, sob a anuência do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, dadas as necessidades sanitárias que emergiram com a eclosão da luta armada em Angola (1961) contra os movimentos de libertação africanos, alastrando-se depois para a Guiné (1963) e Moçambique (1964). Integrado na Força Aérea, este corpo tinha como principal missão dar assistência aos feridos de guerra, independentemente da sua cor de pele e da facção à qual pertenciam. Com efeito, a guerra suscitou um fenómeno contrário ao entendimento do Estado Novo quanto ao lugar social das mulheres, despoletando, em simultâneo, desafios às barreiras socialmente impostas pela estereotipia de género e uma nova oportunidade que permitia às jovens portuguesas participarem de forma diferente e ativa no conflito.

Partindo da recolha e análise crítica de um conjunto heterogéneo de testemunhos orais (para além das militares, ex-combatentes da Força Aérea e Marinha), a presente dissertação procura estudar a criação, organização e participação das enfermeiras paraquedistas ao longo da Guerra Colonial (1961-1974). Debruça-se sobre as trajetórias de vida destas mulheres: as origens socioeconómicas e a profissionalização em enfermagem; as motivações para frequentar o curso de paraquedismo; os canais oficiais e não oficiais de mobilização, sem descurar os impactos resultantes da exposição mediática das «Seis Marias», o primeiro grupo de voluntárias, a partir de 1961; a sua preparação militar para o teatro de guerra; a sua integração e manutenção no quadro da Força Aérea; os modos de atuação tanto na frente de combate, como na linha de retaguarda; os impactos das suas experiências daí decorrentes e, por último, a sua desmobilização e progressiva extinção a partir de 1974. Esta investigação demonstra como estas mulheres encaravam o seu próprio papel e o que a sua presença significava para os combatentes portugueses. As militares também não escaparam à realidade nua e crua da guerra, onde a Morte não poupava ninguém, nem mesmo os que não combatiam, testemunhando assim a dor e o sofrimento humano, o que as marcou profundamente a nível profissional e pessoal.

Além disso, cruzando os testemunhos orais femininos com os masculinos, problematiza as relações de género entre as enfermeiras paraquedistas e os militares com os quais contactaram diretamente. Analisa como as Tropas Paraquedistas, uma força militar especial com uma identidade muito própria, encarou a existência desse corpo e como a presença feminina no seu espaço e domínio suscitou choques e desafios de adaptação para ambos os lados. Debate ainda em que medida, no teatro de guerra, o género condicionou a atuação destas mulheres, mas também como influenciou as suas relações com os restantes militares.

Dando voz às enfermeiras paraquedistas e visibilidade à sua participação humanitária na Guerra Colonial, esta investigação visa não só contribuir para uma compreensão mais aprofundada do conflito, como também, e acima de tudo, integrá-las

na sua memória coletiva e no espaço público, demarcando-as, por fim, como um dos ícones mais importantes e incontornáveis da guerra.

Palavras-chave: Enfermeiras paraquedistas; Guerra Colonial; mulheres; mobilização de mulheres; assistência sanitária.

Women's mobilization during the Portuguese Colonial War (1961-1974): a case study on the paratrooper nurses

Filipa Moreno Figueiredo Caetano

ABSTRACT

The voluntary corps of paratrooper nurses was created, under the approval of the dictator António de Oliveira Salazar, given the sanitary needs that emerged with the war's outbreak in Angola (1961) against the African liberation movements, which later spread to Guinea (1963) and Mozambique (1964). This corps was integrated into the Portuguese Air Force and tasked with aiding the wounded in combat. Indeed, the war gave rise to a phenomenon that ran counter to the Estado Novo's understanding of the social role of women, simultaneously challenging the socially imposed barriers of gender stereotypes and creating a new opportunity for young women to participate actively, though in a different way, in the conflict.

Drawing on a diverse body of oral testimonies (the servicewomen themselves, as well as former Air Force and Navy combatants), this dissertation analyses the creation, organization, and participation of the paratrooper nurses throughout the Portuguese Colonial War (1961–1974). It focuses on the life trajectories of these women: their socio-economic backgrounds and professional training in nursing; their motivations for enrolling in the Paratrooper Nurses Course; the official and unofficial channels of recruitment, taking into consideration the social impact resulting from the media exposure of the «Six Marias», the first group of volunteers in 1961; their military preparation for the war theatre; their integration and maintenance within the Air Force structure; how they acted both on the front line and the rear; the impacts of their war experiences; and finally, their demobilization and disbandment beginning in 1974. This research demonstrates how these women perceived their own roles and what their presence meant to Portuguese soldiers. These servicewomen didn't escape the harsh reality of war, where Death spared no one – not even those who didn't fight – thereby witnessing human pain and suffering, which deeply affected them both professionally and personally.

Furthermore, by intersecting female and male oral testimonies, this study examines how the paratroopers – an elite force with a strong sense of identity – viewed the existence of paratrooper nurses, and how the female presence within their space and domain provoked tensions and mutual challenges of adaptation. In the war theatre, it also discusses the extent to which gender influenced these women's actions, as well as their relationships with other soldiers.

By giving voice to the paratrooper nurses and highlighting their humanitarian participation during the Colonial War, this research aims not only to contribute to a deeper understanding of the conflict, but also, and above all, to integrate them into the collective memory and public space, ultimately establishing them as one of its' most important and defining icons.

Keywords: Paratrooper nurses; Portuguese Colonial War; women; women's mobilization; healthcare.

Índice

Introdução	1
CAPÍTULO I – Como e porquê: o fenómeno das enfermeiras paraquedistas no Portugal estadonovista	14
1.1. Isabel Rilvas, a fundadora.....	14
1.2. Kaúlza de Arriaga, o executor.....	21
1.3. A mobilização feminina no contexto da Guerra Colonial: os projetos inconsequentes	28
CAPÍTULO II – Antes de ser enfermeira paraquedista: o enquadramento geográfico, as origens socioeconómicas e a profissionalização em enfermagem.....	31
CAPÍTULO III – As motivações e os canais de mobilização	42
3.1. Contar à família	53
CAPÍTULO IV – A preparação para o teatro de guerra	57
4.1. A estrutura do Curso de Enfermeiras Paraquedistas	57
4.1.1. O processo de admissão	57
4.1.2. A formação militar e paraquedista	58
4.1.3. O estágio de enfermagem.....	62
4.2. O convívio em Tancos: desafios, choques e adaptações nas relações de género .	64
CAPÍTULO V – O enquadramento legal e o estatuto militar	75
CAPÍTULO VI – A exposição mediática das «Seis Marias» e os seus impactos.....	82
CAPÍTULO VII – As enfermeiras paraquedistas no teatro de guerra (1961-1974)95	
7.1. Missão, distribuição e organização do serviço	95
7.1.1. Tipologia de evacuações aéreas sanitárias	99
7.1.2. Outras funções e missões	108
7.2. Marcas invisíveis e inapagáveis da guerra: as experiências e os seus impactos a nível pessoal e profissional	109

CAPÍTULO VIII – Depois da guerra: a desmobilização, a extinção do quadro e a sua dimensão transformadora.....	120
Conclusão	126
Fontes primárias	130
Bibliografia.....	137
Sítios digitais consultados	146
Anexos.....	147
Anexo I – Guião de entrevista (Enfermeiras paraquedistas)	147
Anexo II – Guião de entrevista (Militares paraquedistas)	151
Anexo III – Guião de entrevista (Pilotos de helicóptero)	154
Anexo IV – Guião de entrevista (Enfermeiros da Força Aérea)	157
Anexo V – Guião de entrevista (Técnico material terrestre da Força Aérea)	160
Anexo VI – Guião de entrevista (Cabo-especialista mecânico da Força Aérea)	163
Anexo VII – Guião da entrevista (Mergulhador-sapador da Marinha).....	165

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP – Ação Católica Portuguesa

ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADN – Arquivo da Defesa Nacional

AHFA – Arquivo Histórico da Força Aérea

AHM – Arquivo Histórico-Militar

AHP – Arquivo Histórico-Parlamentar

AHSCML – Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

APqTN – Associação de Paraquedistas Tejo-Norte

BA3 – Base Aérea N.º 3

BA4 – Base Aérea N.º 4

BA9 – Base Aérea N.º 9

BA12 – Base Aérea N.º 12

BCP – Batalhão de Caçadores Paraquedistas

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CC – Casa Comum

CUF – Companhia da União Fabril

CVF – Cruz Vermelha Francesa

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

DCT – Defesa Civil do Território

DSRI – Direção do Serviço de Recrutamento e Instrução

DSS – Direção dos Serviços de Saúde

EMA – Estado-Maior da Armada

EME – Estado-Maior do Exército

EMFA – Estado-Maior da Força Aérea

EEFMM – Escola de Enfermagem das Franciscanas Missionárias de Maria

EESVP – Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo

FA – Força Aérea

FMSMB – Fundação Mário Soares e Maria Barroso

HML – Hemeroteca Municipal de Lisboa

IPO – Instituto Português de Oncologia

IPSA – Infirmières Pilotes Secouristes de l’Air

LOC – Liga Operária Católica

MNF – Movimento Nacional Feminino

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde

PSP – Polícia de Segurança Pública

RCP – Regimento de Caçadores Paraquedistas

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

SEA – Subsecretariado de Estado da Aeronáutica / Secretaria de Estado da Aeronáutica¹

SGDN – Secretariado Geral da Defesa Nacional

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

¹O Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, institucionalizado em 1955, passa a ser denominado Secretaria de Estado da Aeronáutica em 1961, na sequência da promoção de Kaúlza de Arriaga, pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Cf. MARTINS, Fernando – «ARRIAGA, Kaúlza Oliveira de» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. ROSAS, Fernando; BRANDÃO, José Maria de Brito). Vol. I: A-L. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 64.

Introdução

A integração e participação feminina nas Forças Armadas remonta ao tempo da Primeira República (1910-1926), com o surgimento das enfermeiras militares, pela iniciativa da Cruzada das Mulheres Portuguesas, aquando da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em 1916. Cessados o conflito e as necessidades daí decorrentes, este corpo foi, consequentemente, extinto². No período do Estado Novo (1933-1974), as Forças Armadas permaneceram inacessíveis às mulheres, cenário que se alterou em 1961, quando se iniciou em Angola a luta armada contra os movimentos de libertação africanos, alastrando-se depois para a Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964)³. Neste contexto, a presença feminina no meio militar voltou a ser necessária e a sua integração obedeceu a velhas e novas dinâmicas.

A presente Dissertação de Mestrado tem como objetivo analisar um fenómeno singular da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), isto é, a criação, organização e participação do corpo voluntário de enfermeiras paraquedistas. Esta investigação abarca, cronologicamente, toda a evolução do conflito, desde o seu eclodir em Angola até à Revolução de 25 de abril de 1974, visto que o seu início e fim ditaram tanto a criação como a extinção desse corpo. Contudo, o seu desaparecimento não foi imediato: o quadro foi readaptado em função do contexto do pós-guerra, tendo sido conferido às militares ainda em serviço ativo novas funções.

Embora, nas últimas décadas, tenham surgido estudos que analisam a Guerra Colonial a partir das perspetivas femininas, é evidente a lacuna historiográfica que persiste em torno das experiências vividas pelas enfermeiras paraquedistas⁴. Os estudos existentes reconhecem a sua peculiaridade e importância, mas revelam-se insuficientes para compreendermos a dimensão complexa deste fenómeno: enquanto as suas causas e

²MONTEIRO, Natividade da Conceição André – *A Mobilização das Mulheres Portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022, p. 394. Tese de Doutoramento em História, especialidade em História Contemporânea [Texto policopiado].

³FERREIRA, Ana Sofia – «Vozes silenciadas: as mulheres no Estado Novo» in *Entre a Tradição e a Modernidade: A vida quotidiana no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 2024, p. 114; PENICHE, Andrea – «A Aventura das Mulheres» in *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império* (ROSAS, Fernando et al.). Lisboa: Tinta-da-China, 2020, p. 254.

⁴Cf. VAQUINHAS, Irene – «História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais». *Faces da Eva: Estudos sobre a Mulher*. Número Extra (2019), p. 46.

os agentes impulsionadores já foram identificados e discutidos, os seus efeitos permanecem pouco claros. Note-se que não empregamos a expressão «fenómeno» de forma despropositada e inocente. De facto, estamos perante um fenómeno contrário ao entendimento do Estado Novo quanto ao lugar social das mulheres, o que deu origem a um choque entre dois pressupostos identitários tidos como inconciliáveis e imutáveis: por um lado, a mulher doméstica, submissa e recatada, idealizada e defendida pelo regime, e, por outro lado, as Forças Armadas enquanto instituição fortemente masculinizada. Este acontecimento decorreu somente por força das circunstâncias, como uma resposta pragmática às necessidades sanitárias provocadas pela guerra. Porém, não só viria a colocar em causa as barreiras impostas pela estereotipia de género, mas também proporcionaria às jovens mulheres portuguesas uma forma diferente de participar na guerra e, talvez, uma transformação oportuna que lhes poderia conceder um novo lugar na sociedade. Posto isto, não basta apenas evidenciar a singularidade deste tipo de mobilização feminina: importa ir mais além, de forma a compreender os seus efeitos tanto a nível social e pessoal, como no que diz respeito às relações de género.

Indubitavelmente, a memória em torno das enfermeiras paraquedistas tem resistido à passagem do tempo devido a esse carácter inovador: mitificadas como anjos-da-guarda, são celebradas como heroínas de guerra, glorificadas pela sua bravura e coragem, dado que enfrentaram todos os perigos possíveis e (in)imagináveis para salvar a vida de incontáveis combatentes. Nem tão pouco passam despercebidas à comunicação social e ao mundo militar, que procuram, através dos seus próprios meios, contribuir para a preservação da sua memória histórica⁵. Porém, à sombra desta narrativa heroica, repousa uma parte inerentemente humana que necessita de ser resgatada, escrita e conservada: cada uma destas mulheres tem uma identidade e uma história de vida

⁵Veja-se, por exemplo, a reportagem *Memórias da Guerra: As enfermeiras paraquedistas*, da RTP Notícias, a 22 de abril de 2021 (Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/memorias-da-guerra-as-enfermeiras-paraquedistas_v1314151, consultado em setembro de 2025). Fazemos ainda referência ao filme *Quem Vai à Guerra* (2011), realizado por Marta Pessoa. No que concerne às iniciativas militares, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, em 2019, as primeiras enfermeiras paraquedistas, conhecidas como as «Seis Marias» (Maria Arminda dos Santos, Maria Zulmira André, Maria do Céu Policarpo, Maria de Lourdes Rodrigues, Maria Ivone Reis e Maria da Nazaré Andrade), foram condecoradas pelo Ministro da Defesa Nacional, à data João Gomes Cravinho, com a medalha da Defesa Nacional, de 1.ª classe (Disponível em <https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias/Paginas/Defesa-Nacional-comemora-o-Dia-Internacional-da-Mulher-destacando-as-pioneiras.aspx>, consultado em setembro de 2025). Já o Museu das Tropas Paraquedistas, sediado no Regimento de Paraquedistas, em Tancos, integra as enfermeiras paraquedistas na preservação da memória histórica desta força militar especial (<https://visitbarquinha.pt/o-que-fazer/museu-das-tropas-paraquedistas-portuguesas/>, consultado em setembro de 2025).

próprias. Quem eram (e são) elas? De onde provêm? Por que razão se formaram em enfermagem? O que as motivou a abdicar, voluntariamente, da sua zona de conforto para se tornarem enfermeiras paraquedistas? Como foram mobilizadas? Como se processou a sua integração e adaptação ao meio militar? Quais foram os efeitos da sua participação na Guerra Colonial? O que vivenciaram e sentiram? Que marcas a guerra lhes deixou? Terão estas mulheres consciência do quão importante foi o seu papel? Que caminhos seguiram após o fim do conflito?

Estas questões resultam do espaço pouco preenchido pelos principais contributos sobre a história das enfermeiras paraquedistas que, embora escassos, foram imprescindíveis para estruturar a presente investigação. Serviram-nos de inspiração os seguintes trabalhos jornalísticos: o de Sofia Branco debruça-se sobre as diversas experiências femininas ao longo do conflito, tendo reunido cerca de 49 testemunhos orais, entre os quais constam os testemunhos das militares Maria do Céu Policarpo e Cristina Justino da Silva, enquanto o de Susana Torrão se centra essencialmente nas vivências vividas pelas enfermeiras paraquedistas. Esta jornalista recolheu cinco testemunhos destas mulheres (Maria do Céu Pedro, Ercília Pedro, Manuela Flores França, Rosa Serra e Francis Matias), mas também três testemunhos de militares paraquedistas (Armando Almeida Matias, Armando Oliveira e Armindo Cardoso), sendo que os dois últimos foram instrutores. Através destes testemunhos, as jornalistas traçam o percurso de vida das referidas militares: as origens familiares, a formação profissional, os meios de mobilização, as experiências ao longo da preparação militar e na guerra, a reintegração social e laboral depois do conflito. Concomitantemente, exploram as relações desenvolvidas entre elas e os militares paraquedistas, se bem que Susana Torrão analisa, de forma mais aprofundada, a sua relação com os instrutores e monitores do curso, mas também com os combatentes que evacuaram⁶.

Os estudos de Helena Carreiras revelaram-se igualmente fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação, uma vez que, recorrendo a depoimentos escritos, analisa as enfermeiras paraquedistas sob a perspetiva de género, identificando, brevemente, os preconceitos que enfrentaram no período da instrução militar, algumas

⁶BRANCO, Sofia – *As Mulheres e a Guerra Colonial: Mães, Filhas, Mulheres e Namoradas. A Retaguarda dos Homens na Frente de Batalha*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015; TORRÃO, Susana – *Anjos na guerra: a aventura das enfermeiras paraquedistas portuguesas*. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

condicionantes do seu enquadramento e estatuto militar (principalmente a exoneração do contrato em caso de casamento), mas também a ambivalência de reações que o seu aparecimento suscitou nas pessoas comuns⁷. Dispomos ainda da dissertação de mestrado de Maria Augusta Faria da Costa, focada no carácter plural da participação feminina no contexto da Guerra Colonial: analisa, superficialmente, de que forma a imprensa diária encarou o surgimento das militares em 1961⁸. Por último, salientamos o contributo de Luís Grão, oficial paraquedista contemporâneo às enfermeiras paraquedistas: apesar de a sua obra ter como principal objetivo homenageá-las, fornece-nos um registo minucioso das 46 mulheres que foram brevetadas entre 1961 e 1974, além de fazer referência a um conjunto documental significativo (produção legislativa, publicações periódicas e fontes iconográficas)⁹.

Tendo em consideração que este fenómeno ocorreu à luz de um regime conservador e autoritário que apelava à domesticidade feminina, importa, em termos teóricos, recorrer ao género enquanto categoria de análise histórica, visto que, segundo Joan W. Scott, o género é uma estrutura de poder não adquirida biologicamente, mas sim construída em função do contexto que «influencia as relações sociais humanas» e «dá significado à organização e percepção do conhecimento histórico»¹⁰. Este conceito permite-nos compreender a complexidade do fenómeno em estudo. Por um lado, a integração feminina no universo militar resulta de pressupostos socialmente aceites (neste caso, a enfermagem enquanto profissão feminizada), que tornam a exceção coerente, mas sem deixar de colocar em causa a estrutura social vigente. Por outro lado, através da hierarquização e divisão dos sexos, para além dos espaços e domínios que lhes estão destinados respetivamente, os seus comportamentos são estereotipados tanto a nível

⁷CARREIRAS, Helena – «Enfermeiras pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa: a singularidade de uma experiência». *Jornal do Exército*. Ano 52, N.º 612 (dezembro 2011), pp. 36-41; «A sociedade portuguesa e a Guerra de África: o papel das mulheres» in *A Academia Militar e a Guerra de África* (AA.VV.). Lisboa: Academia Militar, 2010, pp. 81-101; «As mulheres e a guerra» in *Nova História Militar de Portugal* (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano). Vol. 5 (coord. TEIXEIRA, Nuno Severiano et al.). Mem Martins: Círculo de Leitores, 2004, pp. 174-245.

⁸COSTA, Maria Augusta Faria da – *Guerra Colonial: O Papel das Mulheres. A Ausência da Presença?*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado em História de África [Texto policopiado].

⁹GRÃO, Luís – *Enfermeiras Pára-Quedistas, 1961-2002*. Lisboa: Prefácio, 2006. Faremos ainda referência no decorrer da presente dissertação a outro contributo seu: GRÃO, Luís – «Enfermeiras Pára-Quedistas» in *O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitais de São João de Deus em Portugal. Actas do XVI Colóquio de História Militar*. Vol. 2. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2007, pp. 639-648.

¹⁰SCOTT, Joan W. – «Género: uma categoria útil de análise histórica» in *Variações sobre Sexo e Género* (org. CRESPO, Ana Isabel et al.). Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp. 52-72.

individual, como a nível interpessoal. No período cronológico em análise, era socialmente inculcado aos homens princípios de civilidade que orientavam e condicionavam a sua abordagem para com as mulheres. Como os militares paraquedistas, confinados à sua própria convivência, se adaptaram à presença feminina no seu domínio e no seu espaço? Além disso, sendo uma força especial dotada de uma identidade muito própria e arregaçada, de que forma encararam a existência das enfermeiras paraquedistas? Já no teatro de guerra, em que medida o género influenciou as relações entre elas e os restantes militares? E ainda como o género condicionou o seu enquadramento e estatuto militar? Convivendo diariamente com homens, como estas mulheres eram vistas socialmente? Os estudos que sustentaram esta abordagem são da autoria de D'Ann Campbell, sobre as limitações que demarcaram o regulamento do estatuto das militares americanas em vários contextos beligerantes; de Mady Wechsler Segal, referente ao conjunto de fatores que influenciaram, historicamente, o grau de envolvimento e o tipo de participação feminina no meio militar; de Lucília Escobar, dedicado à análise do processo de construção da identidade socioprofissional da enfermagem; de Ana Paula Alão e de Isabel Freire, que se incidem no convívio entre sexos, incluindo a vivência da intimidade afetiva e sexual no contexto do Estado Novo¹¹.

No que concerne às obras de contextualização histórica, essenciais para o entendimento das dinâmicas socioeconómicas que se verificaram ao longo do regime e da evolução da Guerra Colonial, consultámos, respetivamente, o *Dicionário de História do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e José Maria Brito de Brandão, o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por António Barreto e Maria Filomena Mónica, a obra *Guerra Colonial*, de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, e os estudos de Valentim Alexandre¹². Além disso, destacamos o trabalho desenvolvido por

¹¹ALÃO, Ana Paula – «Amor e sexualidade: mudança de comportamentos» in *Portugal Contemporâneo* (dir. REIS, António). Vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 367-380; CAMPBELL, D'Ann – «Almost Integrated? American Servicewomen and their International Sisters since World War II» in *A Companion to Women's Military History* (ed. HACKER, Barton C.; VINING, Margaret). Leiden/Boston: Brill, 2012, pp. 291-330; ESCOBAR, Lucília – *O Sexo das Profissões: Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*. Porto: Edições Afrontamento, 2004; FREIRE, Isabel – *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010; SEGAL, Mady Wechsler – «Women's Military Roles Cross-Nationally: Past, Present, and Future». *Gender and Society*. Vol. 9, N.º 6 (December 1995), pp. 757-775.

¹²AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Guerra Colonial*. Porto: Porto Editora, 2020; ALEXANDRE, Valentim – *No Fio da Navalha: Portugal e a Defesa do Império (1961: Abril a Novembro)*. Lisboa: Temas e Debates, 2023, e *Contra o vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017; BARRETO, António; MÓNICA, Maria FILOMENA (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. 2 vols. Porto: Figueirinhas, 1999-2000; ROSAS, Fernando;

Irene Flunser Pimentel e Helena Pereira de Melo sobre a evolução da condição feminina não só ao longo do Estado Novo, importantíssimo para compreender o despontar de transformações sociais a favor das mulheres, em paralelo à existência das enfermeiras paraquedistas¹³.

Por último, esta investigação não descarta uma perspetiva comparada com o panorama internacional, tendo em vista verificar se, noutros contextos, houve iniciativas e projetos similares ao corpo de enfermeiras paraquedistas. Citaremos, designadamente, os trabalhos desenvolvidos por Mary Mackie, Judith Barger e Julie Ramora¹⁴.

O *corpus* documental da presente dissertação é constituído, essencialmente, por testemunhos orais e fontes escritas. Recorremos, por um lado, aos testemunhos orais por dois motivos. Em primeiro lugar, apesar de existir depoimentos de enfermeiras paraquedistas publicados em bibliografia variada, com o propósito de resgatar, registar e preservar as memórias da guerra, esses testemunhos revelam-se lacunares, pois não respondem a todas as questões que norteiam esta investigação¹⁵. Ilustrativo disso é a obra *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*, que resultou da iniciativa de algumas militares e reúne vários depoimentos, organizados cronologicamente, desde as suas origens familiares às experiências vividas em África¹⁶. Contudo, cerca de metade das enfermeiras paraquedistas brevetadas entre 1961 e 1974 escreveu as suas memórias neste livro, contribuindo de forma diferente para cada capítulo. Grande parte dos depoimentos privilegia as vivências no teatro de guerra, em detrimento de outras memórias,

BRANDÃO, José Maria de Brito (dir.) – *Dicionário da História do Estado Novo*. 2 vols. Venda Nova: Bertrand, 1997.

¹³PIMENTEL, Irene Flunser; MELO, Helena Pereira de – *Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

¹⁴BARGER, Judith – *Beyond the Call of Duty: Army Flight Nursing in World War II*. Kent: The Kent State University Press, 2013; MACKIE, Mary – *Wards in the Sky: The RAF's Remarkable Nursing Service*. s.l.: The History Press, 2014; RAMORA, Julie – «Devenir convoyeuse de l'Air: quel engagement pour de jeunes Françaises de l'après-guerre (1946-1954)». *Les Cahiers Sirice*. N.º 27 (2021), pp. 51-57.

¹⁵ANTUNES, José Freire – «Enfermeiras Para-Quedistas: Boina Verde e dedicação» in *A Guerra de África (1961-1974)*. Vol. II: *A Voz e a Escrita dos Protagonistas*. s.l.: Circulo de Leitores, 1995, pp. 663-680; PINTO, Nuno Tiago – *Dias de Coragem e de Amizade. Angola, Guiné, Moçambique: 50 Histórias da Guerra Colonial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, pp. 39-45, 259-265, 367-372; RIBEIRO, Margarida Calafate – «Dois depoimentos sobre a presença e a participação femininas na Guerra Colonial: Depoimento de Elsa Adler Gomes da Costa. Depoimento de Ivone Reis». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 68 (2004), pp. 129-166; TORRÃO, op. cit.; VALE, José Lemos – *Sopros de vida*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011, pp. 95-122; VINAGRE, Ana Bela – *A Mulher nas Malhas da Guerra Colonial*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011, pp. 103-111.

¹⁶SERRA, Rosa (coord.) – *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*. 3.ª Edição. Porto: Fronteira do Caos, 2021.

designadamente as suas origens familiares e a formação profissional, dados estes que são necessários e importantes para enquadrá-las no seu tempo e espaço históricos.

Posto isto, considerámos pertinente convocar estas mulheres enquanto sujeitos históricos para o desenvolvimento desta investigação, tendo em vista valorizar as suas memórias e integrá-las no espaço público e na memória coletiva. Procurámos diversificar o perfil das enfermeiras paraquedistas, para traçar pontos em comum e/ou divergentes no que diz respeito ao seu contexto socioeconómico, à formação profissional, às vias pelas quais foram mobilizadas, bem como entender se as motivações que levaram a frequentar o curso de paraquedismo variaram de candidata para candidata. Não obstante os seus aspetos lacunares, a obra supracitada permanece relevante para o estudo proposto, porque dá luz a testemunhos inéditos de outras enfermeiras paraquedistas que nunca tinham sido entrevistadas por investigadores ou jornalistas. Além disso, cada militar entrevistada convive de forma diferente com as memórias da guerra: umas demonstraram uma maior abertura para partilhar as experiências vividas em África, enquanto outras não, evitando abordar tópicos mais sensíveis. O facto de dispormos de diversos testemunhos escritos publicados permite-nos preencher as lacunas que esse silêncio, uma proteção pessoal face aos traumas do passado, gerou.

Esta investigação parte da perspetiva feminina. No entanto e em segundo lugar, para respondermos às questões referidas acima, optámos também por valorizar e incluir um grupo de militares, heterogéneo nas suas origens sociais, postos e funções, e que teve contacto (direto ou indireto) com as enfermeiras paraquedistas antes e durante as suas comissões em África. Estes testemunhos são inéditos e confrontamo-los não só com os depoimentos das enfermeiras paraquedistas, mas também com os testemunhos publicados de outros antigos combatentes¹⁷.

A seleção dos testemunhos orais dependeu de um conjunto de fatores: a localização geográfica, o estado de saúde e o interesse em participar. Devido à dimensão

¹⁷Depoimento de ex-combatente anónimo in VALE, *op. cit.*, pp. 81-83; Depoimento de Nuno José Amaral de Almeida in PINTO, *op. cit.*, pp. 237-244; Depoimentos de Armando Almeida Matias, Armando Oliveira e Armindo Cardoso in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 137-147; TOMÉ, António J. Viana de Almeida – «As enfermeiras pára-quedistas em acção no Ultramar». *Cidadania e Defesa*. N.º 51 (fevereiro/agosto 2014), pp. 16-20.

de uma Dissertação de Mestrado e ao período estipulado para a sua entrega, optámos por dar prioridade aos testemunhos que residem na Área Metropolitana de Lisboa.

As entrevistas foram precedidas por encontros e conversas informais, com o intuito de tomar um primeiro contacto direto com as pessoas, ouvindo as suas histórias, de forma a perceber em que medida podiam contribuir para o estudo proposto, mas também esclarecê-las quanto aos objetivos e à importância do mesmo. Foi possível expandir o leque de testemunhos graças aos contactos informais, existentes entre si, e à colaboração da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), dos vários Núcleos da Liga dos Combatentes e da Associação de Paraquedistas Tejo-Norte (APqTN). No total, foram entrevistadas quinze pessoas: cinco enfermeiras paraquedistas (Capitão Lourdes Pinto Lobão, Tenente Maria Arminda dos Santos, Tenente Aura Teles, Alferes Rosa Serra, Segundo-sargento Giselda Pessoa e Primeiro-sargento Cristina Justino da Silva); dois militares paraquedistas (Tenente-coronel José Moura Martins e Primeiro-cabo Manuel Arrais); dois enfermeiros da Força Aérea (Sargento-ajudante Fernando Miranda e Primeiro-cabo Pedro Taveira); dois pilotos de helicóptero (Tenente-general Alfredo Cruz e Furriel Albertino Nobre Monteiro); um cabo-especialista mecânico da Força Aérea (Segundo-sargento Albano Pereira); um técnico de manutenção de material terrestre da Força Aérea (Tenente-coronel João Amaral) e, por fim, um mergulhador-sapador da Marinha (Capitão-tenente Henrique Mendonça)¹⁸. A esmagadora maioria destes testemunhos realizou uma ou mais comissões de serviço em Angola, Guiné ou Moçambique¹⁹.

Reconhecemos que, devido às condicionantes supramencionadas, não foi possível seleccionar um número elevado de enfermeiras paraquedistas. Porém, os relatos das que foram entrevistadas, cruzando-os com os depoimentos já publicados (nomeadamente o livro *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*) e a documentação escrita, permitiram-nos apresentar uma amostra significativa e criticamente construída, no que toca aos contextos socioeconómicos, às dinâmicas do processo de mobilização, à interrelação com o mundo militar e à atuação destas mulheres ao longo da Guerra Colonial.

¹⁸As patentes militares indicadas correspondem às quais cada entrevistado/a detinha, respetivamente, aquando da sua saída das Forças Armadas.

¹⁹Excetua-se Lourdes Pinto Lobão que realizou o curso de paraquedismo mais tarde, depois do 25 de abril de 1974.

As entrevistas ocorreram entre fevereiro e maio de 2024 e foram realizadas em espaços públicos (tais como bibliotecas municipais e o Centro República – NOVA FCSH) e privados (a residência dos testemunhos). O tipo de gravação das entrevistas variou consoante a preferência de cada entrevistado/a: foram efetuadas oito gravações em formato vídeo e cinco gravações em formato áudio. As conversas pré-entrevista foram determinantes para o desenvolvimento desta investigação, pois permitiram criar uma base de confiança e de entendimento mútuo entre entrevistado e entrevistador, para que o primeiro se sentisse confortável na partilha das suas memórias ao longo da entrevista propriamente dita.

O testemunho oral é uma produção humana, como qualquer outra fonte histórica, inerentemente subjetiva: os agentes históricos, portadores de características próprias (classe social, género, entre outros) percecionam os factos, relatando, de forma diferente, como foi experienciá-los e em que medida esses factos os transformaram. O testemunho oral é, por conseguinte, um documento *construído* pela relação direta entre o entrevistado e o entrevistador, na qual o investigador, no papel de entrevistador, coloca questões ao testemunho, na sua qualidade de agente histórico²⁰. Neste sentido, no âmbito das práticas metodológicas em História Oral, optámos pela entrevista temática, dado que «a existência de um foco central que justifica o ato da entrevista em um projeto, recorta e conduz a possíveis maiores objetividades»²¹. Os guiões de entrevista foram adaptados mediante as características de cada entrevistado/a, mas a sua estrutura-base obedeceu a um fio de condutor cronológico, de forma a interrelacionar a trajetória de vida dos testemunhos, desde as origens familiares ao pós-25 de abril de 1974, com as questões do estudo proposto. As conversas pré-entrevista possibilitaram também reestruturar e aprimorar os guiões, clarificando a abordagem de alguns tópicos²².

Todas as entrevistas realizadas no âmbito desta investigação foram devidamente autorizadas, ao abrigo do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), e editadas, para que sejam posteriormente preservadas e disponibilizadas na plataforma digital Memória Para Todos, do História, Territórios e Comunidades (HTC – NOVA

²⁰PORTELLI, Alessandro – «O que torna História Oral diferente» in *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: Ética, memória e acontecimento na História Oral*. s.l.: Unipop, 2013, pp. 28-34.

²¹MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola – «Gêneros em História Oral» in *História Oral: Como fazer, Como pensar*. 2.ª Edição. São Paulo: Contexto, 2011, p. 35.

²²Veja a estrutura-base dos guiões de entrevistas, consoante cada grupo de entrevistados, em «Anexos» (pp. 147-167).

FCSH / CFE – UC)²³. O processo de edição implicou efetuar cortes, solicitados pelos testemunhos que não desejaram divulgar alguns aspetos das suas experiências, e proceder à minutagem de cada entrevista, organizando-a por temática ou assunto, de forma a facilitar a sua consulta e pesquisa na referida plataforma. Através da disponibilização *online*, pretendemos assegurar a integração das memórias não só das enfermeiras paraquedistas, como também dos militares entrevistados, enquanto sujeitos históricos no espaço público e na memória coletiva. Em simultâneo, a divulgação e partilha das entrevistas realizadas revelam-se fulcrais, uma vez que contribuirão, acima de tudo, para futuros estudos e a construção de um arquivo de História Oral sobre a Guerra Colonial, potenciando-se o livre acesso destes testemunhos a um público académico e não académico.

As fontes escritas, também indispensáveis para o processo hermenêutico, são de natureza diversa. Analisámos uma vasta e riquíssima correspondência expedida e recebida pelos organismos militares (Estado-Maior da Força Aérea, Estado-Maior do Exército, entre outros), relatórios, produção legislativa referente ao enquadramento militar das enfermeiras paraquedistas e, por último, iniciativas e projetos de incremento do serviço militar feminino, concebidos durante e no pós-guerra. Esta documentação é proveniente do Arquivo da Defesa Nacional (ADN), Arquivo Histórico da Força Aérea (AHFA) e Arquivo Histórico-Militar (AHM). Foi alvo da nossa atenção a correspondência recebida pela Secretaria de Estado da Aeronáutica (SEA), sensivelmente entre 1961 e 1969: foi recolhido um conjunto significativo de cartas de jovens mulheres, oriundas de várias regiões de Portugal, inclusive as ilhas, e dos territórios sob jugo colonial, manifestando, desta forma, o seu interesse e motivações para pertencerem ao corpo de enfermeiras paraquedistas. Desta forma, é-nos possível compreender os impactos que a sua existência provocou do ponto de vista social. Já a legislação selecionada, parte da qual está também disponível no Diário da República Eletrónico, é tanto anterior, como posterior à criação do corpo de enfermeiras paraquedistas, pelo que, em termos cronológicos, respeita ao período entre 1957 e 1994, tendo como objetivo identificar e analisar a legislação que serviu de base e a que foi criada para a sua integração e manutenção na Força Aérea (FA), bem como a sua extinção²⁴.

²³Cf. <https://memoriaparatodos.pt/>.

²⁴Cf. <https://diariodarepublica.pt/dr/home>.

Recorremos ainda às publicações periódicas (jornais e revistas), provenientes da plataforma digital Casa Comum (CC) – Fundação Mário Soares e Maria Barroso (FMSMB), Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), visto que nos permitem perceber de que forma a imprensa abordou e retratou as enfermeiras paraquedistas²⁵. Optámos por circunscrever esta análise a uma perspetiva de tempo curto, ou seja, ao ano de 1961, quando surgiu o primeiro grupo de voluntárias, em detrimento de uma perspetiva de tempo longo, correspondente ao período cronológico da Guerra Colonial (1961-1974). Por constituírem uma novidade à luz das convenções sociais e da estrutura mental então vigentes, os jornais empenharam-se na sua ampla divulgação, contextualizando a criação e evidenciando o carácter excecional destas jovens mulheres. À medida que a guerra em África se agravava e prolongava, foram reduzindo a sua atenção em torno das novas militares, verificando-se pontuais notícias alusivas a elas. Seleccionámos quatro jornais de referência e de circulação nacional: *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *O Século* e *Diário de Lisboa*. Consultámos também o *Diário da Manhã*, jornal oficial da União Nacional (o «partido único do regime»), e a *Menina & Moça*, revista da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), que nos permitem compreender a postura do regime em relação ao fenómeno em estudo. Já o *Diário de Luanda* serviu para demonstrar a sua difusão à escala ultramarina. Por último, demos particular atenção a outras publicações que nos fornecem dados importantes, como demonstraremos ao longo da presente dissertação: *Revista do Ar*, *Mais Alto*, *Servir e Flama*.

Ainda no que concerne às fontes escritas, da plataforma digital Debates Parlamentares, do Arquivo-Histórico Parlamentar (AHP), seleccionámos alguns discursos de deputados proferidos na Assembleia Nacional que aludem às enfermeiras paraquedistas²⁶. Através desses discursos, é nos possível averiguar como eram vistas pelos agentes políticos, tendo em conta que representavam uma contrariedade relativamente ao lugar social atribuído às mulheres pelo Estado Novo.

A estrutura desta investigação obedece a um fio de condutor cronológico e temático. Tendo em conta que o esboço inicial da criação do corpo de enfermeiras paraquedistas remonta a segunda metade da década de 50, importa, no primeiro capítulo, analisar os antecedentes deste projeto: Quem foram os seus fundadores? Que influências,

²⁵Cf. <http://casacomum.org/cc/arquivos>.

²⁶Cf. <https://debates.parlamento.pt/>.

internas ou externas, estimularam o seu desenvolvimento? De que forma se tentou implementá-lo? Por que razão este projeto só se tornou viável com a eclosão da guerra em Angola, no ano de 1961?

Clarificados os aspetos mencionados, pretende-se com o segundo capítulo contextualizar as mulheres que se tornaram enfermeiras paraquedistas no seu tempo e espaço históricos, sob uma perspetiva biográfica: cartografaremos as suas proveniências geográficas e socioeconómicas, mas também identificaremos e analisaremos os estímulos que, sentidos durante a infância e a adolescência, determinaram o seu interesse e, consequentemente, a sua formação profissional em enfermagem.

O terceiro capítulo dará corpo aos motivos pelos quais estas mulheres decidiram abandonar a sua zona de conforto, gravitada em torno do local de trabalho, penetrando no mundo militar, que lhes era completamente estranho e desconhecido, e depois na guerra, um meio caótico e perigoso. Além disso, procura compreender de que forma foram mobilizadas, classificando as estratégias adotadas pela FA como canais oficiais e os contextos escolar, laboral e familiar, onde estabeleceram relações interpessoais e influenciaram-se reciprocamente, como canais não oficiais. Debruçar-nos-emos ainda sobre as reações do núcleo familiar face à decisão de serem enfermeiras paraquedistas, dando particular atenção aos comportamentos das figuras paterna e materna, com o intuito de verificar em que medida os valores do Estado Novo relativamente ao lugar social das mulheres exerceram influência sobre essas reações.

Já o quarto capítulo encontra-se, formalmente, dividido em duas partes. Num primeiro momento, ocupar-se-á em identificar os critérios de admissão ao corpo de enfermeiras paraquedistas e discorrer acerca das características que cimentam toda a estrutura da sua preparação para o teatro de guerra (a instrução militar, o curso de paraquedismo e o estágio de enfermagem no Hospital da Base Aérea N.º 4, nos Açores), sem descurar as similaridades com o recrutamento e formação das Tropas Paraquedistas, que serviram de base para a organização deste curso. Num segundo momento, partindo do ensaio experimental que constituiu o 1.º Curso de Enfermeiras Paraquedistas, realizado em 1961, visa entender em que medida a partilha do mesmo espaço e domínio entre homens e mulheres criou desafios nas relações de género e, simultaneamente, oportunidades para desconstruir as descrenças quanto às capacidades femininas.

No quinto capítulo, deter-nos-emos a compreender como se processou a integração das enfermeiras paraquedistas na FA, dissecando o tipo de estatuto que lhe foi atribuído, as condições de contrato (duração, renovação, exoneração), os vencimentos e a progressão na hierarquia militar. Colocaremos em evidência a problemática em torno do casamento e da maternidade, entendidos por Helena Carreiras, Luís Grão e Sofia Branco como fatores impeditivos para a continuidade do serviço destas mulheres, condicionando, desta forma, o número efetivo disponível para o teatro de guerra²⁷.

O sexto capítulo dedicar-se-á à análise de como a imprensa diária, incluindo as publicações afetas ao regime, abordou e encarou o aparecimento deste corpo militar feminino em 1961. Além disso, visa identificar e dissecar os impactos da exposição mediática de que o primeiro grupo de voluntárias foi alvo. Que reações esta novidade suscitou nas pessoas comuns? A existência de mulheres militares inspirou outras jovens portuguesas, encarando-a como uma oportunidade de participarem ativamente na guerra?

No sétimo capítulo, explicaremos como as enfermeiras paraquedistas, incumbidas da assistência humanitária, atuaram no teatro de guerra, demonstrando o quão abrangente foi a sua atividade, visto que intervieram não só na frente de combate, mas também na linha de retaguarda. Focar-nos-emos ainda nas experiências vividas por estas militares ao longo do conflito que as impactaram profundamente a nível pessoal e profissional. Essas experiências serão analisadas a partir das seguintes vertentes: a) a sua relação com os combatentes feridos, b) a sua convivência com os militares no quotidiano de guerra e c) o seu contacto direto com as populações nativas.

No oitavo e último capítulo desta investigação, discutiremos as alterações que se operaram no quadro relativo às enfermeiras paraquedistas após o fim da Guerra Colonial, dando-se origem à sua progressiva extinção, mas também a sua dimensão transformadora que se atesta nas iniciativas e esboços de projetos das Forças Armadas em incrementar o serviço militar feminino ainda no decorrer da guerra.

²⁷BRANCO, Sofia – «No céu cinzento» in *As Mulheres e a Guerra Colonial: Mães, Filhas, Mulheres e Namoradas*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015, pp. 287-288; CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 56; GRÃO, *op. cit.*, 2007, p. 643.

CAPÍTULO I – Como e porquê: o fenómeno das enfermeiras paraquedistas no Portugal estadonovista

1.1. Isabel Rilvas, a fundadora

Em novembro de 1955, a *Revista do Ar*, dedicada à aeronáutica civil e militar, deu a conhecer aos seus sócios e leitores a organização *Infirmières Pilotes Secouristes de l’Air* (IPSA), ligada à Cruz Vermelha Francesa (CVF). Segundo informa, era constituída por «valorosas raparigas», denominadas «Enfermeiras do Ar», que, ao serviço das autoridades civis e militares, participavam tanto em missões de paz, como «em perigosas missões de guerra, em pleno campo de batalha, ou lançando-se do ar em paraquedas quando das estradas terrestres não lhes permitem chegar a tempo». Interessada nesta iniciativa, a *Revista do Ar* sugeriu: «Quando se pensará, em Portugal, na organização do quadro de «Enfermeiras do Ar»?»²⁸. Foi Isabel Bandeira de Mello, que se tornou a primeira mulher paraquedista e a primeira piloto-acrobata na Península Ibérica, que, na segunda metade da década de 50, estabeleceu contacto direto com as IPSA, importando de França a ideia de formar um corpo de enfermeiras paraquedistas²⁹.

Esta organização foi fundada em 1934 por Corisande de Gramont, Marquesa de Noailles, Françoise Schneider e Lilia de Vendeuvre, intimamente ligadas à CVF³⁰. Estas mulheres eram adeptas da aviação sanitária, conceito que, aliado à invenção do avião, nasceu nos inícios do século XX e tinha como principal objetivo garantir o transporte rápido e seguro de feridos em contexto de emergência. A Primeira Guerra Mundial serviu de tubo de ensaio para as «ambulâncias aéreas», tendo sido a aviadora e enfermeira francesa Marie Marvingt um dos seus precursores³¹. De facto, a França afirmou-se no quadro internacional como defensora da aviação sanitária, contribuindo para o reconhecimento desta atividade pela Convenção de Genebra em 1929³².

²⁸*Revista do Ar*. N.º 205 (novembro 1955), p. 43.

²⁹GRÃO, Luís – «Enfermeiras Para-Quedistas» in *Enfermeiras Para-Quedistas, 1961-2002*. Lisboa: Prefácio, 2006, p. 41; MOTA, Ana Rosa de Sousa; MONTEIRO, Natividade – «Isabel Rilvas». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*. N.º 33 (2015), p. 147.

³⁰*Des femmes et des ailes: Infirmières Pilotes Secouristes de l’Air*. s.l.: Croix-Rouge Française, 2024, s.p.

³¹RAMORA, Julie – «L’aviation sanitaire française – Histoire d’un progrès pour l’humanité (1912-1954)». *Carnets de Vols*. N.º 142 (2023), p. 14; VILLATOUX, Marie-Catherine – «Femmes et pilotes militaires dans l’armée de l’Air». *Reveu Historique des Armées*. N.º 272 (2013), s.p.

³²RAMORA, *op. cit.*, pp. 14-15.

As IPSA consistiam num corpo sanitário aerotransportado, essencialmente dotado de elementos femininos qualificados e especializados, que estava integrada na Secção de Aviação da CVF, ao dispor das autoridades civis e militares, atuando nos períodos de paz e de guerra. Podiam intervir em casos de calamidade pública, como catástrofes naturais, e nas buscas de aviões abatidos ou desaparecidos³³. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), prestaram assistência aos prisioneiros e deportados, evacuados da Alemanha via aérea, bem como aos militares e civis, por sua vez evacuados das colónias francesas³⁴. Estiveram também presentes na Guerra da Indochina (1946-1954) e na Guerra da Argélia (1954-1962)³⁵. A sua estrutura era complexa: para além de enfermeiras, abrangia médicas, socorristas da CVF e assistentes sociais que podiam ser, em simultâneo, paraquedistas ou pilotos de aviões e helicópteros civis³⁶. O paraquedismo foi introduzido nesta organização em 1937, mas, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, foi suspensa a formação de enfermeiras paraquedistas. O quadro relativo a esta especialidade foi oficialmente criado em 1949³⁷. Desta forma, segundo Luís Grão, a França tornou-se «o primeiro país do mundo a ter um corpo organizado de enfermeiras pára-quedistas»³⁸.

Contudo, nos inícios da década de 30, é possível identificar, nos Estados Unidos, um projeto semelhante às IPSA, concebido pela aviadora Lauretta M. Schimmoler, também para fins humanitários: Aerial Nurse Corps of America, uma organização civil de enfermeiras aerotransportadas³⁹. A partir da Segunda Guerra Mundial, as forças aéreas de vários países reivindicaram para si a aviação sanitária, procedendo à criação de

³³*Des femmes et des ailes: Infirmières Pilotes Secouristes de l'Air*, s.p.

³⁴RUFFRAY, Françoise de; BREGUET, Emmanuel – «La féminisation dans l'armée de l'Air depuis 1945». *Reveu Historique des Armées*. N.º 182 (1991), p. 85.

³⁵*Des femmes et des ailes: Infirmières Pilotes Secouristes de l'Air*, s.p.; Entrevista a Isabel Rilvas, conduzida por Luísa Manoel Vilhena para o *Diário de Notícias*, «Suplemento de Domingo», a 30 de outubro de 2020.

³⁶*Des femmes et des ailes: Infirmières Pilotes Secouristes de l'Air*, s.p.; Entrevista a Isabel Bandeira de Mello Rilvas, 2020.

³⁷Arquivo Histórico da Força Aérea (doravante AHFA), «Equipe I.P.S.A. d'Infirmières [sic] Parachutables» (documento da CVF enviado pela Embaixada de Portugal em França ao Gabinete do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica a 17 de março de 1959), «Recrutamento de pessoal militar para o quadro permanente da Força Aérea», dezembro de 1958-dezembro de 1959 (PT/AHFA/SEA/151-01/0032/020), 1 pasta.

³⁸GRÃO, Luís – «Enfermeiras Pára-Quedistas» in *O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal. Actas do XVI Colóquio de História Militar*. Vol. 2. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2007, p. 639.

³⁹Devido à escassez de estudos sobre esta temática, não nos é possível compreender se a sua formação contemplava o paraquedismo. Cf. BARGER, Judith – «The Origin of Flight Nursing» in *Beyond the Call of Duty: Army Flight Nursing in World War II*. Kent: The Kent State University Press, 2013, pp. 5-23.

unidades sanitárias exclusivamente femininas, com estatuto militar e sem a especialidade em paraquedismo. Citamos os seguintes exemplos: no contexto romeno, a Escadrila Albă, da Força Aérea Real, composta por enfermeiras-pilotos que, entre 1940 e 1945, dirigiram as evacuações aéreas de feridos na Frente Oriental; no caso francês, as *convoyeuses de l’Air*, do Armée de l’Air, em 1946, que participaram nas guerras da Indochina e Argélia, e, no contexto americano, as *flight nurses*, do Army Air Forces, em 1943, que prestaram serviço não só durante a Segunda Guerra Mundial, mas também na Guerra da Coreia (1950-1953) e na Guerra do Vietname (1955-1975)⁴⁰. Já o caso britânico aproxima-se dos projetos desenvolvidos por França e Portugal: nos finais da década de 40, a Royal Air Force procurou formar as enfermeiras do Princess Mary’s Royal Air Force Nursing Service em paraquedismo, adotando uma preparação semelhante às das tropas paraquedistas britânicas, mas foi uma iniciativa breve e inconsequente⁴¹.

Por sua vez, Isabel Bandeira de Mello, oriunda de uma família católica e aristocrática (ligada aos Condes de Rilvas), apaixonou-se, desde cedo, pela aviação e optou por seguir um caminho diferente do qual estava socialmente predestinada. Enquanto sócia do Aeroclube de Portugal, iniciou a sua formação em pilotagem em 1953, conquistando, primeiro, o brevet de voo com motor e, depois, o de voo à vela. Competiu em vários eventos nacionais dedicados ao desporto aéreo, dos quais se destaca a sua participação como piloto acrobata no Festival Aeronáutico da Figueira da Foz, realizado em 1955. Em 1960, tornou-se recordista nacional de voo à vela⁴². Além disso, procurou desenvolver projetos de intervenção social que se pautavam pelo uso utilitário do avião. Antes de tomar contacto com a IPSA, o seu primeiro projeto visava aerotransportar um corpo de assistentes sociais às regiões mais isoladas de Portugal, de difícil acesso devido às deficientes vias de comunicação terrestres, do que era então exemplo Trás-os-Montes. Assim, tornava-se possível, nas suas palavras, «fazer campanhas de vacinação, educação de futuras mães, alimentação adequada dos filhos, higiene e auxílio [sic] à terceira idade».

⁴⁰Cf. *Idem*, pp. 80 e 191; DONAHUE, M. Patricia – «Las enfermeras en accion: Las guerras del siglo XX» in *Historia de la enfermería*. s.l.: Doyma, 1993, pp. 426; 431; RAMORA, *op. cit.*, 2021, p. 51; ZAMFIRACHE, Cosmin – «As enfermeiras voadoras». *Courier Internacional*. N.º 251 (Janeiro 2017), pp. 49-50.

⁴¹MACKIE, Mary – «Peaceful Days» in *Wards in the Sky: The RAF’s Remarkable Nursing Service*. s.l.: The History Press, 2014, pp. 170-171.

⁴²MOTA e MONTEIRO, *op. cit.*, pp. 147-148; Entrevista a Isabel Rilvas, 2020.

Porém, a falta de apoio por parte das autoridades da Aeronáutica Civil condenaram este projeto ao fracasso⁴³.

Os seus anseios humanitários ganharam um novo alento, quando, acompanhada do seu pai, fez uma viagem a França para visitar um festival de aviação. Lá Isabel Rilvas conheceu as IPSA, contactando diretamente com Jacqueline Perney, à data presidente desta organização. O seu modelo suscitou-lhe «a possibilidade de termos, também em Portugal, enfermeiras e médicas para-quedistas»⁴⁴, portanto criar um corpo aerotransportado e especializado capaz de prestar auxílio às populações em emergências sanitárias, atuando «num país [...] que, por vezes, se esquece de que possui imensas províncias ultramarinas e, principalmente, de que Portugal não é o Rossio...»⁴⁵.

Para construir as bases do seu novo projeto, Isabel Rilvas decidiu adquirir o brevet de 1.º grau de paraquedista civil, por isso frequentou, entre maio e junho de 1956, o Centre National de Parachutisme, situado em Biscarrosse, no sul de França⁴⁶. É de referir que não se formou neste país por mero acaso. Em França, o paraquedismo desportivo já era uma modalidade difundida e institucionalizada, enquanto, em Portugal, era, nesta altura, inexistente⁴⁷. Por sua vez, a localidade de Biscarrosse distinguia-se por ter «uma [sic] dos melhores Centros, destinado principalmente a brevetar futuros instrutores paraquedistas e a treinar campeões»⁴⁸. Durante a sua formação, Isabel Rilvas aprofundou o seu contacto com as IPSA, visto que a enfermeira paraquedista Jacqueline Domergue, que faleceu durante uma evacuação sanitária na Guerra da Argélia, foi também sua monitora⁴⁹. Em 1957, obteve o brevet de 2.º grau de paraquedismo, também no Centre National de Parachutisme, onde regressou em 1959 para frequentar o curso de instrutor e monitor, que lhe permitia, por fim, «ser instrutora e a companheira dum núcleo de raparigas portuguesas que, devotadamente, viessem a fazer parte da primeira formação de «enfermeiras do ar»»⁵⁰.

⁴³Entrevista a Isabel Rilvas; TORRÃO, *op. cit.*, p. 34.

⁴⁴*Ibidem*; *Idem*, p. 35.

⁴⁵*Revista do Ar*. N.º 219 (janeiro 1957), p. 92.

⁴⁶*Revista do Ar*. N.º 212 (junho 1956), p. 251; Entrevista a Isabel Rilvas.

⁴⁷Cf. *Biscarrosse: Mémoire Du Parachutisme Civil*. Paris: Mission mémoire de l'aviation civile, 2008, pp. 4-7; Entrevista a Isabel Rilvas.

⁴⁸*Revista do Ar*. N.º 212 (junho 1956), p. 251.

⁴⁹TORRÃO, *op. cit.*, p. 39.

⁵⁰*Revista do Ar*. N.º 219 (janeiro 1957), p. 92; TORRÃO, *op. cit.*, p. 44.

No seguimento da experiência de Isabel Rilvas em França, a *Revista do Ar* declarou-se forte aliada da sua iniciativa, divulgando-a: «O Corpo de Enfermeiras paraquedistas não é uma *blague*, mas sim uma necessidade, não só em tempo de paz como, especialmente, em tempo de guerra»⁵¹. O seu apoio não se limitou ao projeto em si. Ao dedicar-se a atividades desportivas enraizadas no que se considerava serem virtudes masculinas (a virilidade, robustez, perspicácia e o sentido aventureiro), Isabel Rilvas teve que enfrentar e, simultaneamente, desconstruir os preconceitos associados ao sexo feminino (por exemplo, a inaptidão física), que fundamentavam a sua exclusão de modalidades como o paraquedismo⁵². Relata que então se defendia que as mulheres não podiam praticar paraquedismo durante o período menstrual, porque era prejudicial à sua saúde: “« [...] o sangue podia subir à cabeça e que as mulheres podiam ficar tontinhas. Não era só pela posição, mas também pela velocidade que se atinge, que é de 220 quilómetros à hora»”⁵³. Com efeito, perante um «meio acanhado, mesquinho e cheio de preconceitos» com o qual Isabel Rilvas se deparava em Portugal, a *Revista do Ar* encarregou-se de legitimá-la, exaltando as suas «excepcionais qualidades», técnicas e morais, que asseguraram o seu sucesso nestas modalidades. Evidenciou que Isabel Rilvas correspondia ao ideal feminino defendido pelo Estado Novo, isto é, uma mulher católica, modesta e devota aos projetos de caridade. Assim, diferenciou-a de outras mulheres desportistas: enquanto estas eram movidas pela vaidade e impulsividade, Isabel Rilvas, detentora de uma formação cristã que «orienta a sua vida de aviadora, paraquedista e futura enfermeira», enveredou pelo paraquedismo desportivo para concretizar um projeto com um propósito essencialmente utilitário, isto é, ajudar o «seu semelhante»⁵⁴.

Existia ainda outro objetivo subjacente ao «paraquedismo de socorro», designação que Isabel Rilvas atribuiu ao seu projeto: introduzir em Portugal o paraquedismo desportivo⁵⁵. Isto porque a criação de uma escola de paraquedismo civil se revelou, num primeiro momento, indispensável para a formação do corpo de enfermeiras paraquedistas. Neste âmbito, Isabel Rilvas obteve o apoio do Aeroclube de Portugal, que manifestou, através da *Revista do Ar*, o desejo de criar uma secção de paraquedismo desportivo,

⁵¹*Revista do Ar*. N.º 224 (junho 1957), p. 256.

⁵²GAUCHER, Julie – «Women and Parachuting: Writings of the Outsider’s Experience». *The International Journal of the History of Sport*. Vol. 28, N.º 14 (2011), p. 2035.

⁵³TORRÃO, *op. cit.*, p. 45.

⁵⁴*Revista do Ar*. N.º 219 (janeiro 1957), p. 92.

⁵⁵*Revista do Ar*. N.º 212 (junho 1956), p. 253.

projeto para o qual esta organização conseguiu reunir o apoio dos militares paraquedistas e da FA⁵⁶. No contexto português, o paraquedismo militar antecedeu o paraquedismo civil: as Tropas Paraquedistas foram oficialmente criadas em 1955 e integradas na FA, enquanto o paraquedismo civil tardou a constituir-se com o devido enquadramento legal e as condições materiais necessárias, fazendo com que os seus adeptos continuassem dependentes de uma formação no estrangeiro⁵⁷. Esta dependência refletiu-se também no paraquedismo militar: a primeira geração de militares paraquedistas portugueses frequentou cursos de paraquedismo e cursos de instrutor/monitor em França e Espanha, onde esta especialidade já se encontrava institucionalizada⁵⁸. Segundo Isabel Rilvas, a lenta introdução do paraquedismo desportivo em Portugal deveu-se ao facto de ser visto como «algo para meio-loucos ou tresloucados mesmo e, para além de caro, pensava-se que não servia para nada...»⁵⁹. Com efeito, a *Revista do Ar* criticou a inércia das entidades institucionais, bem como os entraves burocráticos, dificultando a criação do corpo de enfermeiras paraquedistas e deixando Portugal refém de «um sistema nacional de improvisação», incapaz de atuar em emergências⁶⁰. Desta forma, a ausência de um amplo apoio institucional gorou a primeira tentativa de implementar o seu projeto através do paraquedismo desportivo. A mesma revista continuou a sensibilizar os seus sócios e leitores relativamente à importância desta modalidade, convocando Isabel Rilvas para partilhar os conhecimentos que adquiriu ao longo da sua formação contínua em França⁶¹.

Outra via pela qual se procurou criar um corpo sanitário especializado em paraquedismo foi através da Defesa Civil do Território (DCT), organismo fundado em 1942 e vinculado à Legião Portuguesa, a milícia do Estado Novo⁶². De facto, ao recuarmos ao ano de 1955, a *Revista do Ar* propôs que as «Enfermeiras do Ar» fossem integradas neste organismo, uma vez que lhe cabia «prestar auxílio aos organismos humanitários e de socorros existentes no caso de graves calamidades», embora a sua

⁵⁶*Revista do Ar*. N.º 220 (fevereiro 1957), p. 125; Depoimento de Isabel Rilvas in SERRA, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁷«Antecedentes históricos» in *História das Tropas Para-Quedistas Portuguesas*. Vol. I: *História do Batalhão de Caçadores Para-Quedistas, Tancos 1955-1961*. Tancos: CTA – Corpo das Tropas Aerotransportadas, 1987, p. 68; *Revista do Ar*. N.º 224 (junho 1957), p. 257; Entrevista a Isabel Rilvas.

⁵⁸«Antecedentes históricos» in *História das Tropas Para-Quedistas Portuguesas*..., pp. 60-65.

⁵⁹Depoimento de Isabel Rilvas in SERRA, *op. cit.*, p. 24.

⁶⁰*Revista do Ar*. N.º 224 (junho 1957), p. 256.

⁶¹Cf. *Revista do Ar*. N.º 212 (junho 1956), pp. 251-253; *Revista do Ar*. N.º 226 (agosto 1957), pp. 318-320; *Revista do Ar*. N.º 243 (janeiro 1959), pp. 130-132.

⁶²RODRIGUES, Luís Nuno – «Legião Portuguesa» in *Dicionário da História do Estado Novo* (dir. ROSAS, Fernando; BRANDÃO, José Maria de Brito). Vol. I: A-L. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 512.

intervenção tenha sido, na prática, muito circunscrita⁶³. Desta vez, a iniciativa partiu de Maria Augusta Marques, consócia do Aeroclube de Portugal e instrutora geral da DCT, que, em 1957, viajou voluntariamente para França, com o intuito de se formar em paraquedismo. Adepta do trabalho desenvolvido pela CVF, considerou «interessante para o nosso País e dentro do espírito da D.C.T.» instituir um corpo de «paraquedistas socorristas»⁶⁴. A iniciativa de Maria Augusta Marques surgiu em paralelo ao projeto de Isabel Rilvas, cujos objetivos convergiam no sentido de aperfeiçoar os serviços de socorro nacionais. Estas mulheres estabeleceram contacto direto e desenvolveram laços de amizade no Centre National de Parachutisme⁶⁵. Contudo, Maria Augusta Marques não conseguiu materializar a sua iniciativa e as razões para tal são-nos desconhecidas⁶⁶.

Por seu turno, Isabel Rilvas nunca desistiu do seu objetivo, alargando a sua rede de contactos e adotando novas estratégias de divulgação. Segundo a própria, «Eu falava do meu projeto a toda a gente que me queria ouvir». Por um lado, procurou apoio junto de outras instituições civis, como a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e a Escola de Enfermagem Artur Ravara, mas estas não manifestaram interesse⁶⁷. Por outro lado, continuou a disseminar o seu projeto dentro do círculo aeronáutico, pois o facto de ser também paraquedista civil permitiu-lhe aprofundar os seus contactos. Para assegurar a validade da sua licença francesa, Isabel Rilvas tinha que realizar, anualmente, um determinado número de saltos, uma condição igualmente obrigatória para os militares paraquedistas. Perante a inexistência de estruturas destinadas ao paraquedismo desportivo, foi autorizada pela FA a praticar na Base Aérea N.º 3 (BA3), próxima do Batalhão de Caçadores Paraquedistas (BCP), localizado em Tancos (Município de Vila Nova da Barquinha)⁶⁸. Neste contexto, desenvolveu fortes amizades com os militares que, “«quando me viram fazer o mesmo que eles, adotaram-me»”⁶⁹. De modo a desconstruir as restrições impostas pela estereotipia de género e a legitimar a presença feminina em

⁶³Cf. FERNANDES, Paulo Jorge; SOUSA, Paulo Silveira e – «A prevenção e o controlo dos riscos: Serviços de bombeiros, defesa civil do território, proteção civil e segurança rodoviária (1736-2011)» in *Do Reino à Administração Interna: História de um Ministério (1736-2012)* (coord. ALMEIDA, Pedro Tavares de; SOUSA, Paulo Silveira e). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Ministério da Administração Interna, 2015, p. 430; *Revista do Ar.* N.º 205 (novembro 1955), p. 43.

⁶⁴*Revista do Ar.* N.º 229 (novembro 1957), pp. 56; 64.

⁶⁵*Revista do Ar.* N.º 225 (julho 1957), p. 281; *Revista do Ar.* N.º 229 (novembro 1957), p. 56.

⁶⁶*Revista do Ar.* N.º 274 (agosto 1961), p. 474.

⁶⁷Depoimento de Isabel Rilvas in SERRA, *op. cit.*, p. 24.

⁶⁸*Idem*, p. 23.

⁶⁹Depoimento de Isabel Rilvas in TORRÃO, *op. cit.*, p. 41.

práticas masculinizadas como a aviação e o paraquedismo, importava demonstrar que as mulheres eram tão capazes como os homens⁷⁰. Assim, essa constatação fez com que surgisse entre Isabel Rilvas e os militares paraquedistas «uma amizade cimentada em experiências comuns», criando-se laços de respeito e entendimento mútuos⁷¹.

A 16 de janeiro de 1957, Isabel Rilvas estreou-se em Tancos, tornando-se «a primeira mulher paraquedista civil na Península Ibérica». Em 1959, tornou-se não só o primeiro paraquedista civil a efetuar um salto em Luanda, mas também o primeiro paraquedista português, civil ou militar, a saltar em Moçambique⁷². Nas então «províncias ultramarinas», procurou também difundir o seu projeto, mas não disponha das condições necessárias para a sua concretização⁷³.

Para fazer face a todos os condicionalismos, Isabel Rilvas decidiu encarnar a sua própria ideia: ser enfermeira paraquedista. Frequentou o Curso Geral na Escola de Enfermagem das Franciscanas Missionárias de Maria (EEFMM), dirigida pela ordem religiosa feminina homónima, de estatuto particular, que admitia apenas jovens mulheres como alunas, mas não o concluiu por se ter casado nos inícios de 1961. A sua passagem por esta escola, apesar de curta, permitiu-lhe divulgar o seu projeto, estimulando o interesse das professoras e, em particular, das estudantes que «deliciavam-se com as descrições que eu lhes fazia de um salto em paraquedas e da forma como era pilotado um avião, e ansiavam por poder fazê-lo no exercício da sua futura profissão»⁷⁴. De facto, a EEFMM constituiu um dos principais canais de mobilização de candidatas a enfermeiras paraquedistas, aspeto sobre qual nos debruçaremos mais adiante.

1.2. Kaúlza de Arriaga, o executor

Como temos vindo a verificar, não foi possível implementar o corpo de enfermeiras paraquedistas através das instituições civis. A única via que restava era, portanto, a instituição militar, onde Isabel Rilvas conseguiu captar a atenção do Tenente-Coronel Kaúlza de Arriaga, à data Subsecretário de Estado da Aeronáutica. Ligado à ala

⁷⁰Cf. PFISTER, Gertrud – «As filhas do ar. O papel da mulher na história da aviação». *Desporto e Sociedade*. N.º 69 (1987), pp. 13-16.

⁷¹Entrevista a Isabel Rilvas.

⁷²MOTA e MONTEIRO, *op. cit.*, p. 150.

⁷³TORRÃO, *op. cit.*, p. 43.

⁷⁴*Idem*, pp. 42-45; Depoimento de Isabel Rilvas in SERRA, *op. cit.*, p. 25.

mais radical do regime estadonovista, Kaúlza de Arriaga foi nomeado para o referido cargo em 1955, cuja missão era «“superintender na administração, manutenção e preparação das forças aéreas imprescindíveis à defesa do espaço aéreo que cobre o território nacional metropolitano e ultramarino e à cooperação com as forças terrestres e navais”»⁷⁵. Contribuiu para uma reorganização mais autónoma da FA, criada em 1952, e, juntamente com o Ministro da Defesa Nacional, Coronel Fernando dos Santos Costa, foi responsável pela incorporação das Tropas Paraquedistas neste ramo militar em 1955, sendo ambos entendidos como os seus pais-fundadores⁷⁶. Em 1958, as Tropas Paraquedistas passaram a ser tuteladas diretamente pelo Subsecretariado de Estado da Aeronáutica (SEA)⁷⁷.

Conquistar o apoio de Kaúlza de Arriaga significava, para Isabel Rilvas, uma nova possibilidade de concretizar o seu projeto, uma vez que, “«[...] como ele era o pai dos paraquedistas, resolvi pedir-lhe diretamente»”⁷⁸. Apesar de Isabel Rilvas não indicar, com precisão, nas suas memórias quando entrou em contacto com o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, é certo que ele acolheu a ideia, mas não lhe deu seguimento imediato. Em 1957, a *Revista do Ar*, empenhada na sua campanha de propaganda ao projeto de Isabel Rilvas e à criação de uma escola de paraquedismo civil, afirmou que Kaúlza de Arriaga expressou, através do Tenente-Coronel Médico Carlos Pereira da Silva Costa, à data Chefe dos Serviços de Saúde do SEA, o seu apoio ao Aeroclube de Portugal para formar «um corpo de enfermeiros e enfermeiras paraquedistas»⁷⁹. Enquanto Isabel Rilvas pretendia que fosse uma organização feminina, o SEA posicionou-se, de acordo com a *Revista do Ar*, a favor de uma estrutura mista, da qual os Serviços de Saúde da FA poderiam beneficiar. Nos finais da década de 50, o SEA produziu um conjunto de alterações legais que poderá ter visado proporcionar uma futura integração de um corpo

⁷⁵Decreto-Lei N.º 38805, de 28 de junho de 1952, citado por RIBEIRO, Fernando da Rocha – «A vitória da legalidade» in *Génese da Força Aérea Portuguesa: influência do Aero Club de Portugal e da Revista do Ar*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, p. 114. Dissertação de Mestrado em História Militar [Texto policopiado].

⁷⁶«Antecedentes históricos» in *História das Tropas Para-Quedistas Portuguesas...*, pp. 62-63; ALEXANDRE, Paulo Morais – «Arriaga, Kaúlza Oliveira de» in *Dicionário de História de Portugal* (dir. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena). Vol. VII: Suplemento A/E. Porto: Figueirinhas, 1999-2000, p. 128.

⁷⁷MACHADO, Miguel; CARMO, António – «Os Primeiros Para-quedistas militares Portugueses» in *Tropas Para-quedistas: A História dos Boinas Verdes Portugueses, 1955-2003*. Lisboa: Prefácio, 2003, p. 18.

⁷⁸Depoimento de Isabel Rilvas in TORRÃO, *op. cit.*, p. 42.

⁷⁹*Revista do Ar*. N.º 220 (fevereiro 1957), p. 125.

sanitário qualificado, mas dotado de estatuto militar e formação em paraquedismo. Em 1958, foi instituída a categoria de pessoal equiparado a militar paraquedista, que albergava elementos civis especializados e diretamente contratados pela FA⁸⁰. Estes elementos profissionalizavam-se no mundo civil, mas especializavam-se em paraquedismo dentro da FA. Em consequência, estavam igualmente sujeitos ao Regulamento Militar, podiam aceder ao oficialato e/ou à classe de sargentos e, durante o seu tempo de serviço, eram abonados pela FA. No ano seguinte, o Decreto-Lei N.º 42.792, de 31 de dezembro, clarificou que elementos civis podiam pertencer a esta categoria: médicos, enfermeiros e capelães⁸¹. Esta produção legislativa veio a constituir um ponto-chave importante para, mais tarde, introduzir e regulamentar o quadro relativo às enfermeiras paraquedistas.

Ainda no ano de 1959, o SEA avançou no sentido de obter mais informações sobre as IPSA, solicitando, através da Embaixada de Portugal em Paris, à CVF a legislação referente à sua organização, «para a eventualidade de vir a ser considerada a necessidade de se criar um corpo de enfermeiras paraquedistas»⁸². Esta necessidade surgiu, por fim, em março de 1961, com o despoletar da guerra em Angola.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo enfrentou uma série de desafios, internos e externos, que o colocaram à prova, testando a sua capacidade de sobrevivência face a um mundo em transformação. Um desses desafios gravitou em torno da pressão internacional sobre os impérios coloniais europeus para que dessem início à descolonização⁸³. Por sua vez, o regime procurou fortemente resisti-lhe, procedendo, em 1951, a uma revisão constitucional, segundo a qual os territórios africanos sob jurisdição portuguesa não eram entendidos como «colónias», mas sim como «províncias ultramarinas». O Estado Novo demonstrava, desta forma, que não abdicaria das suas possessões coloniais, uma vez que, sob o lema «Portugal não é um país pequeno», eram

⁸⁰Art.º 3 do Decreto-Lei N.º 42.073 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 284/1958 (31 de dezembro de 1958), p. 1577.

⁸¹Art.º 5 e 6 do Decreto-Lei N.º 42.792 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 300/1959 (31 de dezembro de 1959), p. 2108.

⁸²AHFA, Pedido do Gabinete do SEA pelo programa das IPSA ao Adido Militar e Aeronáutico junto da Embaixada de Portugal em Paris, a 5 de março de 1959, «Recrutamento de pessoal militar para o quadro permanente da Força Aérea», dezembro de 1958-dezembro de 1959 (PT/AHFA/SEA/151-01/0032/020), 1 pasta.

⁸³Cf. ALEXANDRE, Valentim – «Os impérios coloniais europeus num mundo bipolar» in *Contra o vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017, pp. 59-70.

territórios igualmente integrantes da Nação Portuguesa, que se deveria manter una e indivisível⁸⁴. Não obstante os esforços conduzidos pelo regime, era impossível retardar os «ventos de mudança»: em março de 1961, ocorreram sublevações, marcadas por uma forte onda de violência, na região norte de Angola, transitando-se progressivamente de um conflito localizado para um maior e longo conflito armado entre Portugal, que visava manter a «integridade da Nação», e Angola, Guiné e Moçambique, que ansiavam pela sua independência e autodeterminação⁸⁵. De modo a «tentar conter a maré que ameaça subverter o poder colonial», em maio desse ano, o Ministro do Ultramar Adriano Moreira, acompanhado de Kaúlza de Arriaga, realizou uma visita à região norte de Angola⁸⁶. Neste contexto, ao detetar «uma incapacidade geral de enfermagem para assistência a tantos feridos, particularmente para assistência de urgência nos meios de evacuação e mesmo “in loco”», Kaúlza de Arriaga decidiu criar o corpo de enfermeiras paraquedistas⁸⁷.

As razões que levaram à sua criação não se limitaram somente à carência de recursos. Primeiro, Kaúlza de Arriaga pretendia com este corpo aperfeiçoar os serviços de enfermagem da FA que, juntamente com os do Exército, apresentavam, no seu entender, «um nível baixíssimo» de qualidade⁸⁸. Segundo, partilhava a mesma perspetiva de Isabel Rilvas quanto às vantagens da especialização em paraquedismo: sendo uma modalidade que exigia desenvolver competências como o desembarço, a coragem e a autoconfiança, inculcava uma capacidade de reação e decisão imediatas perante contextos adversos⁸⁹. Além disso, a prática do paraquedismo permitia também incrementar o «hábito do deslocamento aéreo», pois os cuidados médicos seriam prestados dentro do avião e do helicóptero, assegurando, em simultâneo, «a assistência “in loco” a feridos em qualquer ponto do território»⁹⁰. Defendeu ainda que deveria ser exclusivamente

⁸⁴IDEM – «A reformulação do sistema» in *Contra o vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017, pp. 211-212.

⁸⁵AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – «Doutrinas» in *Guerra Colonial*. Porto: Porto Editora, 2020, p. 25.

⁸⁶ALEXANDRE, Valentim – «Adriano Moreira no Ultramar: Um «novo estilo de governo»» in *No Fio da Navalha: Portugal e a Defesa do Império (1961: Abril a Novembro)*. Lisboa: Temas e Debates, 2023, p. 55.

⁸⁷ARRIAGA, Kaúlza de – «Como tudo começou... e acabou». *Mais Alto: Revista da Força Aérea Portuguesa*. Ano XXIV – N.º 241 (maio/junho 1986), p. 10.

⁸⁸Arquivo da Defesa Nacional (doravante ADN), Parecer de Kaúlza de Arriaga enviado ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, a 8 de março de 1962, «Disposições legais e de serviço respeitantes às Forças Armadas Portuguesas: Força Aérea. 1º volume», 1958-1967 (PT/ADN/SGDN/1REP/006/0017/014), 1 pasta.

⁸⁹ARRIAGA, *op. cit.*, p. 10; TORRÃO, *op. cit.*, p. 39.

⁹⁰*Ibidem*.

constituído por mulheres, porque o «pessoal feminino é quase sempre melhor que o pessoal masculino em matéria de enfermagem»⁹¹.

Analiseemos com atenção esta afirmação de Kaúlza de Arriaga, expressa na correspondência enviada ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, em março de 1962. Em primeiro lugar, é possível verificar que a sua declarada preferência por um corpo feminino de enfermagem resulta da estereotipia de género, em torno da qual a própria identidade socioprofissional dessa atividade foi sendo historicamente construída. Sendo «o cuidado dos outros e o suporte afectivo» entendidos como traços comportamentais que distinguem as mulheres dos homens, a enfermagem tornou-se, desta forma, uma das profissões fortemente associadas ao sexo feminino, uma vez que perpetuava a função maternal e doméstica que lhe era socialmente atribuída⁹². O Estado Novo incrementou, a partir da década de 40, a feminização da enfermagem, uma tendência que se verificava no contexto europeu desde a segunda metade do século XIX, criando, conseqüentemente, uma legislação que discriminava os homens⁹³. No seguimento desta lógica, a integração feminina nas Forças Armadas, uma instituição fortemente masculinizada, obedeceu também à estereotipia de género, visto que, segundo Mady Wechsler Segal, «nursing has often been the first military job to open to women in substantial numbers»⁹⁴. Do ponto de vista historiográfico, a Guerra da Crimeia (1853-1856) é consensualmente entendida como o momento-chave para a progressiva introdução de enfermeiras nos serviços de saúde das instituições militares, como se verificou, nomeadamente, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e no Canadá⁹⁵. Em Portugal, as enfermeiras militares, integradas no Exército, apareceram somente no contexto da Primeira Guerra Mundial, graças ao incentivo da Cruzada das Mulheres

⁹¹Parecer de Kaúlza de Arriaga enviado ao Presidente do Conselho, a 8 de março de 1962.

⁹²ESCOBAR, Lucília – «Estereotipia de género: educação formal e prestação de cuidados» in *O Sexo das Profissões: Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*. Porto: Edições Afrontamento, 2004, pp. 33-34.

⁹³SILVA, Helena da – «Seleccção e discriminação dos profissionais de enfermagem durante o Estado Novo (1938-1963)». *Ler História*. N.º 60 (2011), s.p.

⁹⁴SEGAL, *op. cit.*, p. 767.

⁹⁵CARREIRAS, Helena, *op. cit.*, 2004, p. 176; HACKER, Barton C. – «Reformers, Nurses, and Ladies in Uniform: The Changing Status of Military Women (c. 1815 – c. 1914)» in *A Companion to Women's Military* (ed. HACKER, Barton C.; VINING, Margaret). Leiden/Boston: Brill, 2012, p. 144.

Portuguesas em criar «um serviço autónomo de saúde militar, paralelo ao serviço prestado pela Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha»⁹⁶.

Apesar de a participação feminina na Primeira Guerra Mundial ter-se manifestado de diversas formas, quer na frente doméstica, quer na frente de combate, prevaleceu, na memória coletiva de vários países, a imagem da enfermeira de guerra⁹⁷. Isto porque, de acordo com Françoise Thébaud, em termos simbólicos, «a guerra vivifica os mitos da mulher salvadora e consoladora, mais do que comprova as capacidades femininas»⁹⁸. No fundo, a enfermeira, dotada de uma aura angélica, emulava a figura materna: a sua virtude e dever de cuidar, entendidos como inatos, suscitava no soldado ferido um efeito terapêutico, estimulando uma sensação de paz, tranquilidade e segurança⁹⁹. A narrativa imagética então criada em torno da enfermeira de guerra perpetuou-se nos conflitos que se lhe seguiram, dando às mulheres um lugar, atrevemo-nos a dizer, garantido nas Forças Armadas, ao mesmo tempo que, em determinados contextos militares, se verifica a exclusão de elementos masculinos dos corpos de enfermagem¹⁰⁰.

Dissecadas as razões que proporcionaram a definitiva constituição do corpo de enfermeiras paraquedistas, podemos afirmar que, enquanto Isabel Rilvas foi a sua fundadora, importando de França esta ideia, Kaúlza de Arriaga foi o seu executor. Contudo, travou também a sua própria batalha: de forma a adquirir o apoio político necessário, teve que enfrentar as posições céticas e hostis das autoridades militares e do próprio Presidente do Conselho. Segundo Helena Carreiras, face à inexistência de mulheres nas Forças Armadas, preconcebiam que as funções militares eram intrinsecamente incompatíveis com a natureza feminina. Além disso, receavam que a sua presença num espaço onde reinavam a ordem e disciplina fomentasse a promiscuidade sexual, sendo uma questão predominante e transversal a outras experiências de integração

⁹⁶MONTEIRO, Natividade da Conceição André – «Os cursos de enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas» in *A Mobilização das Mulheres Portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, 2022, pp. 153-154.

⁹⁷HAGEMANN, Karen – «History and Memory of Female Military Service in the Age of World Wars» in *The Oxford Handbook of Gender, War, and the Western World since 1600*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 592, 596-600.

⁹⁸THÉBAUD, Françoise – «A Grande Guerra» in *História das Mulheres no Ocidente* (dir. DUBY, Georges; PERROT, Michelle). Vol. 5: *O Século XX* (dir. THÉBAUD, Françoise). Porto: Afrontamento, 1995, pp. 45-46.

⁹⁹GOLDESTINE, Joshua S. – «Heroes: the making of militarized masculinity» in *War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 314.

¹⁰⁰A título de exemplo, no caso americano, a integração masculina nos corpos de enfermagem militar nas forças terrestres, navais e aéreas foi apenas permitida em 1955. Cf. CAMPBELL, *op. cit.*, p. 292.

feminina no meio militar¹⁰¹. Por fim, como refere Kaúlza de Arriaga nas suas memórias, defendiam que era um projeto, à partida, condenado ao fracasso por considerarem impossível encontrar «raparigas com a qualificação necessária»¹⁰². Embora as dúvidas expressas pelas autoridades militares tivessem sido ultrapassadas, Kaúlza de Arriaga confessa que foi mais difícil persuadir António de Oliveira Salazar, cuja aprovação era indispensável para dar avanço à iniciativa em termos legislativos¹⁰³. O Presidente do Conselho reprovou-a veementemente, criticando a dinâmica através da qual o Subsecretário de Estado da Aeronáutica pretendia implementá-la:

«[...] Só discordo dele [António de Oliveira Salazar] por causa das enfermeiras pára-quedistas. “O senhor quer pôr mulheres na tropa? E logo nos pára-quedistas? O que será das rapariguinhas, no meio desses galfarros que são os pára-quedistas?”, disse-me. Respondo-lhe: “A solução é simples. O senhor não sabe, mas as enfermeiras são todas de escolas religiosas, do mais sólido que há. Até as mães delas aprovam a entrada nos pára-quedistas. E os pára-quedistas não são galfarros, são a nossa melhor tropa.” [...]»¹⁰⁴

Kaúlza de Arriaga propunha um serviço militar feminino diferente que, embora obedecesse à velha dinâmica de integração (a enfermagem), estava assente numa nova dinâmica (o paraquedismo) que, por si só, desafiava a organização social e as relações interpessoais formuladas pela estereotipia de género. Para que a sua execução fosse efetivamente possível, persuadindo em simultâneo António de Oliveira Salazar, a integração feminina no universo militar tinha que se basear em pressupostos socialmente aceites, sendo assim um deles classificados por Kaúlza de Arriaga como uma «solução [...] simples». O facto de as candidatas serem provenientes de escolas de enfermagem religiosas pressupunha que detinham um arreigado e irrepreensível carácter moral, entendido como uma componente essencial face aos perigos da convivência entre homens e mulheres no mesmo espaço¹⁰⁵. Conquistada por fim a aprovação do Presidente do

¹⁰¹Veja os casos americano e francês em CAMPBELL, D’Ann – «Women in Combat: The World War II Experience in the United States, Great Britain, Germany, and the Soviet Union». *The Journal of Military History*. Vol. 57, N.º 2 (1993), p. 303, e CAPDEVILLA, Luc – «La mobilisation des femmes dans la France combattante (1940-1945)». *Clio. Femmes, Genre, Histoire*. N.º 12 (2000), s.p.; CARREIRAS, *op. cit.*, 2004, p. 204.

¹⁰²ARRIAGA, *op. cit.*, p. 11.

¹⁰³CARREIRAS, *op. cit.*, 2004, p. 204.

¹⁰⁴Entrevista a Kaúlza de Arriaga, conduzida por Batista-Bastos para o *Público*, em 1994.

¹⁰⁵MADUREIRA, Manuela – «Atores da formação: construção identitária» in *Escola Superior de Enfermagem de São Vicente de Paulo: Uma história ao Serviço da Formação*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017, p. 92.

Conselho, cabia então à experiência desconstruir e refutar as posições que permaneciam cétricas quanto à viabilidade deste projeto. Só através da prática seria possível assegurar, junto das autoridades militares e do público geral, a credibilidade e legitimidade das enfermeiras paraquedistas. Seguiu-se a seleção do primeiro grupo de voluntárias que partiu para Tancos em junho de 1961. Todos estão a observar, ansiosa e atentamente...

1.3. A mobilização feminina no contexto da Guerra Colonial: os projetos inconsequentes

No entender de Helena Carreiras, a mobilização feminina no contexto da Guerra Colonial não se desenvolveu em prol da conquista dos direitos cívicos e da emancipação das mulheres, como se verificou na Primeira Guerra Mundial, pois visava «dar expressão à ideologia maternalista e à imagem da mulher como garante da estabilidade moral da família que o Estado Novo consagrou»¹⁰⁶. Representante máximo dessa ideologia foi o Movimento Nacional Feminino (MNF), organização criada em abril de 1961 por mulheres intimamente ligadas à elite política do regime, que se destinou ao «apoio moral e material às famílias e aos militares que, em África, lutavam pela Pátria», tendo assumido um maior protagonismo (até mesmo mediático) durante o conflito¹⁰⁷. Das suas diversas iniciativas, o MNF distinguiu-se, particularmente, pelas madrinhas de guerra, sendo uma das temáticas mais conhecidas da Guerra Colonial¹⁰⁸. Porém, como atesta Maria Augusta Faria da Costa, ao longo do conflito, houve outras organizações e iniciativas femininas importantes, vocacionadas para o apoio moral e a assistência humanitária, cujas histórias permanecem, em grande parte, ainda desconhecidas, designadamente a Liga Católica Feminina e a Secção Auxiliar Feminina da CVP¹⁰⁹.

Para além das enfermeiras paraquedistas, na fase inicial do conflito, surgiram outros projetos de integração feminina nas Forças Armadas, ora concebidas por jovens

¹⁰⁶CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 89.

¹⁰⁷ESPÍRITO SANTO, Sílvia – «A razão de ser do movimento» in *Adeus, até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 31.

¹⁰⁸Para além do estudo desenvolvido por Sílvia Espírito Santos, veja-se, por exemplo, MARTINS, Fernando – «Amor em tempo de guerra: As “madrinhas de guerra” no contexto da guerra colonial portuguesa (1961-1974)». *Historiae*. Vol. 2, N.º 2 (2011), pp. 65-74; SILVA, Marta Martins – *Madrinhas de guerra: A correspondência dos soldados portugueses durante a Guerra do Ultramar*. Porto Salvo: Desassossego, 2020.

¹⁰⁹Cf. COSTA, Maria Augusta Faria da – «As instituições femininas de suporte e de apoio» in *Guerra Colonial: O Papel das Mulheres. A Ausência da Presença?*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 173-215.

mulheres portuguesas, ora apresentadas pelas próprias autoridades militares. Apesar de terem sido efémeras e inconsequentes, consideramos importante identificar e referenciá-las, visto que demonstram não só como as jovens, sensibilizadas face aos acontecimentos em Angola, manifestaram o desejo de serem úteis, procurando criar oportunidades para poderem contribuir de forma ativa, mas também como a introdução de mulheres no seio militar é, na sua essência, resultante do propósito de colmatar a carência de recursos que se evidencia com a eclosão de uma guerra.

Em abril de 1961, um grupo de estudantes universitárias, ligado à CORMARIAE – Residência Universitária Feminina, propôs ao Ministro da Defesa Nacional a constituição do «Corpo Auxiliar Feminino de Voluntárias». A composição deste grupo é, deveras, interessante: as estudantes em questão eram formadas em diversas áreas de estudo (ciências, artes, humanidades, entre outros) e grande parte delas era proveniente das «províncias ultramarinas» (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Goa). Movidas por um espírito fortemente patriótico, pretendiam com a criação deste corpo especializar jovens voluntárias, dotadas de «preparação física e moral», às quais caberia a administração militar, funções técnicas (como radiotelegrafistas e telefonistas) e a ação social (sobretudo enfermagem)¹¹⁰. Apesar de as autoridades militares terem debatido entre si e reconhecido as vantagens deste projeto, em agosto de 1961, descartaram a sua concretização por «existirem outros movimentos femininos»¹¹¹.

Ainda em agosto de 1961, o Estado-Maior do Exército (EME) apresentou e debateu a possibilidade de criar um corpo de enfermeiras militares, uma vez que reinava «a necessidade absoluta e urgentíssima de utilizar enfermagem feminina nos hospitais militares», principalmente os que estavam localizados nas «províncias ultramarinas», e não havia «no quadro permanente nem no quadro do complemento os enfermeiros para satisfazer a requisição do pessoal» no Hospital Militar de Luanda¹¹². Não obstante a

¹¹⁰ADN, Proposta da criação do Corpo Auxiliar Feminino de Voluntárias, pela Comissão Organizadora, enviada ao Ministro da Defesa Nacional, a 24 de abril de 1961, «Prioridades do militares expedicionários nas admissões e promoções em lugares dos serviços públicos», 1961-1963 (PT/ADN/SGDN/1REP/061/0223/009), 1 pasta.

¹¹¹ADN, Correspondência expedida pelo Ministério da Defesa Nacional, a 30 de maio de 1961; Informação N.º 204, expedida pelo Subchefe do Estado-Maior da Armada (EMA), a 6 de junho de 1961; Nota N.º 348 – P.º 9.9/GAB, expedida pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (EMFA), a 12 de junho de 1961, «Prioridades do militares expedicionários nas admissões e promoções em lugares dos serviços públicos», 1961-1963 (PT/ADN/SGDN/1REP/061/0223/009), 1 pasta.

¹¹²Arquivo Histórico-Militar (doravante AHM), Nota N.º 3.651, expedida pelo Diretor do Serviço de Saúde do Exército, sem data, «Pessoal», 1958-1971 (PT/AHM/FO/006/J/18), cx. 585.

proposta de organização dos serviços de enfermagem neste hospital, não se lhe deu seguimento, dado que, em finais de 1961, o Ministro do Exército considerou desnecessário “«equiparar, com postos militares, o pessoal feminino de enfermagem com os enfermeiros militares»”, optando-se pelo recurso às enfermeiras civis para prestarem serviço nos hospitais militares das «províncias ultramarinas»¹¹³. No mesmo ano, grupos de missionárias voluntárias, especializadas em enfermagem, foram também canalizados para esses hospitais, de modo a suprimir as necessidades¹¹⁴.

¹¹³AHM, Ministro do Exército citado pelo Chefe do Gabinete do EME na Nota N.º 396/S, expedida a 16 de novembro de 1961; Nota N.º 82/S - P.º 7.15110, expedida pelo Chefe do Gabinete do EME, a 26 de março de 1962, «Pessoal», 1958-1971 (PT/AHM/FO/006/J/18), cx. 585.

¹¹⁴COSTA, Maria Augusta Faria da – «Os apelos à participação feminina» in *Guerra Colonial: O Papel das Mulheres. A Ausência da Presença?*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 168-169.

CAPÍTULO II – Antes de ser enfermeira paraquedista: o enquadramento geográfico, as origens socioeconómicas e a profissionalização em enfermagem

Uma parte significativa das mulheres que se tornaram enfermeiras paraquedistas é proveniente de regiões rurais do interior do país, nas quais predominava uma pobreza generalizada. Tomemos como ponto de partida o caso de Lourdes Pinto Lobão. A segunda mais velha de onze filhos, nasceu na aldeia de Raiz do Monte (Município de Vila Pouca de Aguiar), na região de Trás-os-Montes. A sua mãe era doméstica e o seu pai trabalhava no setor mineiro. Apesar de não ter tido uma infância marcada pela abundância, «não passei fome». Raiz do Monte era denominada pelos próprios habitantes como «a aldeia atrás do sol posto», porque, segundo Lourdes Pinto Lobão, era de tal maneira pobre e isolada que «não havia sequer eletricidade» e lá «não chegavam os jornais, portanto não havia praticamente nada que nos desse cultura»¹¹⁵. Já Cristina Justino da Silva nasceu na aldeia de Sobrena (Município do Cadaval), onde os seus pais trabalhavam na agricultura. Não obstante as modestas e difíceis condições de vida, teve, tal como os seus seis irmãos, «uma infância [...] normal» e «nunca nos faltou nada»¹¹⁶. Maria do Céu Pedro, natural da aldeia de São Pedro do Esteval (Município de Proença-a-Nova), recorda que «havia muitas dificuldades», tendo em conta que os seus pais tinham que sustentar uma prole constituída por nove filhos¹¹⁷. O seu pai trabalhava na construção de minas para extração de água nas aldeias, enquanto a sua mãe se dedicava à agricultura de subsistência¹¹⁸.

Por sua vez, Maria Arminda dos Santos nasceu em Setúbal, sendo a mais nova de seis irmãos, com uma diferença de 20 anos relativamente ao seu irmão mais velho. O seu pai, oriundo da Póvoa da Galega (Município de Mafra), combateu na Primeira Guerra Mundial e estabeleceu-se em Setúbal para trabalhar na companhia de petróleo Vaccum Mobil Oil¹¹⁹. Apesar de nunca lhe ter faltado comida, Maria Arminda dos Santos apercebeu-se, desde cedo, «das dificuldades financeiras e da necessidade de racionar o consumo dos bens alimentares condicionados pelas “senhas de racionamento” então existentes»¹²⁰. No bairro onde cresceu, perto do Parque do Bonfim, relata que as «pessoas

¹¹⁵Entrevista a Lourdes Pinto Lobão, realizada a 18 de abril de 2024, no Centro República – NOVA FCSH.

¹¹⁶Entrevista a Cristina Justino da Silva, realizada a 16 de fevereiro de 2024, na Margem Sul.

¹¹⁷Entrevista a Maria do Céu Pedro, originalmente publicada pela revista *Notícias Sábado* (N.º 85, 31 de agosto de 2007), citada em VALE, *op. cit.*, p. 109.

¹¹⁸Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 49-50.

¹¹⁹Entrevista a Maria Arminda dos Santos, realizada a 19 de fevereiro de 2024, na Margem Sul.

¹²⁰Depoimento de Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, pp. 36-37; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

eram como uma família: davam-se todas muito bem e trocavam bens uns com os outros. O que não tinha, o outro ajudava. Eu lembro-me, por exemplo, no Natal se partilhava tudo: as filhoses, os doces...»¹²¹.

Maria Cândida Proença defende que, apesar de o Estado Novo consagrar, na Constituição de 1933, o dever de garantir melhores condições de vida aos grupos sociais mais desfavorecidos, o regime considerava o fenómeno da pobreza como «uma realidade inerente a um país «essencialmente pobre»»¹²². De facto, segundo Vera Marques Alves, a agenda corporativa e autoritária do regime, defensor da disciplina e ordem social, serviu-se deste fenómeno para representar, através da propaganda, o povo português sob a figura do camponês pacífico, despolitizado e conformado à «sua condição pobre ou «humilde»», que deveria ser entendida «como parte da ordem natural das coisas»¹²³. Todavia, de acordo com Maria Ioannis Baganha, ao longo do Estado Novo, «saíram de Portugal mais de dois milhões de emigrantes», que, ao não se conformarem ao seu estado de pobreza, foram em busca de melhores condições de vida¹²⁴. Vejamos o caso de Francis Matias, nascida em Sabugal (Município da Guarda): os seus pais emigraram para França, onde permaneceram «durante alguns anos», com o propósito de dar «aos oito filhos a possibilidade de mudar de vida»¹²⁵. O caso de Maria Zulmira André é também elucidativo neste âmbito. Natural da aldeia de Santa Bárbara de Nexe, localizada no recôndito Algarve, viveu a sua infância e adolescência muito ligada ao campo, ajudando os seus avós no trabalho agrícola¹²⁶. A pobreza predominava de tal maneira que não havia diferenças nítidas entre os «pobres como nós» e os «poucos ricos que existiam». Recorda que a sua avó materna dava o pouco que tinha «aos pobres pedintes que na altura abundavam no campo»¹²⁷. Tendo em conta esta realidade, o pai de Maria Zulmira André, que era operário pedreiro, emigrou «como quase todos os homens da aldeia», de modo a

¹²¹Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

¹²²PROENÇA, Maria Cândida – «Pobreza» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de). Vol. II: M-Z. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 742.

¹²³ALVES, Vera Marques – «O povo do Estado Novo» in *Como Se Faz Um Povo: Ensaio em História Contemporânea de Portugal* (coord. NEVES, João). Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 192.

¹²⁴BAGANHA, Maria Ioannis – «Emigração» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria de Brandão de). Vol. I: A-L. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 294.

¹²⁵Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 149.

¹²⁶Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 33; *Flama*. Ano XVIII – N.º 701 (11 de agosto de 1961), p. 22.

¹²⁷Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 32.

«dar uma vida melhor aos filhos e à mulher». Para além de França, esteve em Espanha, Marrocos e, por último, Argentina¹²⁸.

Já Ercília Pedro e Giselda Pessoa cresceram em contextos familiares politizados que participaram ativamente em organizações e iniciativas contestatárias ao regime. Ercília Pedro, a mais velha de dez irmãos, nasceu e cresceu em Lisboa. O seu pai, “«profundamente católico»”, era operário na Celcat, uma fábrica de condutores elétricos, onde ela própria também trabalhou antes de cursar enfermagem¹²⁹. Esteve ligado à Liga Operária Católica (LOC), uma organização criada pela Ação Católica Portuguesa (ACP) em 1936, que defendia a dignificação do trabalhador operário, através da conquista das suas reivindicações¹³⁰. Despedido anteriormente de outra fábrica por razões políticas, na Celcat o seu pai “«trabalhava juntamente com os comunistas na luta por melhores condições de vida e pelo feriado do 1.º de Maio»”¹³¹. Quando era adolescente, Ercília Pedro assistiu com o seu pai às reuniões do Padre Abel Varzim, figura cimeira da LOC, que se realizavam na Igreja da Encarnação, onde era pároco, e cuja ação social não era bem-vista pelo regime. Depois dessas reuniões, recorda ter vivenciado o clima repressivo perpetrado pelo Estado Novo: “«havia muitos carros e polícia à porta mas o meu pai disfarçava e dizia que eram pessoas que vinham ver o padre Abel»”¹³². Natural de São Martinho da Anta (Município da Sabrosa), Giselda Pessoa cresceu a ouvir a Rádio Moscovo com o seu pai, que era ferreiro e apoiou a campanha eleitoral do General Humberto Delgado à Presidência da República em 1958. Segundo a própria, «na minha casa, estava guardada a propaganda toda e eu era a única que sabia onde é que estava»¹³³.

Algumas famílias destas mulheres encaravam, por um lado, a escola como um local propício à mudança, encorajando-as a continuarem a estudar depois da instrução primária, dado que lhes permitia aceder a melhores oportunidades de emprego, catapultando-as assim para uma vida mais estável e confortável. Os pais de Francis Matias

¹²⁸*Idem*, pp. 32-33.

¹²⁹Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 76.

¹³⁰*Ibidem*; REZOLA, Maria Inácia – «A L.O.C. à conquista das classes operárias» in *O Sindicalismo Católico no Estado Novo, 1931-1948*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, pp. 102-103.

¹³¹Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 76.

¹³²*Ibidem*; CRUZ, Manuel Braga da – «SILVA, Abel Varzim da Cunha e» in *Dicionário de História de Portugal* (dir. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena). Vol. IX: Suplemento P/Z. Porto: Figueirinhas, 1999-2000, pp. 423-424; REZOLA, Maria Inácia – «SILVA, Abel Varzim da Cunha e (1902-1964)» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de). Vol. II: M-Z. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 904.

¹³³Entrevista a Giselda Pessoa, realizada a 22 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

desejavam que os seus oito filhos alcançassem a universidade¹³⁴. Rosa Serra, natural da aldeia de Ribeirão (Município de Vila Nova de Famalicão), prosseguiu os estudos também por incentivo dos pais – mãe doméstica e pai trabalhador na fábrica de pneus Mabor –, mas enquanto lhes fosse possível financiá-los devidos às “«poucas condições económicas [...] porque, a qualquer momento, pode haver a necessidade de interromper»”¹³⁵.

Por outro lado, deparamo-nos com contextos familiares onde a escola foi completamente desvalorizada, condicionando, em certa medida, o futuro destas mulheres. Para seu desgosto, Maria Zulmira André não realizou o exame de admissão ao liceu, porque «os meus pais não pensavam nisso»¹³⁶. Maria Ivone Reis, nascida em Venda Seca (Município de Sintra), enfrentou um obstáculo semelhante. Em criança, os seus pais morreram de tuberculose pulmonar e, por conseguinte, ficou entregue aos cuidados dos seus avós maternos, que «viviam da agricultura e dos produtos lácteos dos animais». O seu avô desvalorizou a escolaridade tanto dos filhos, como a dos netos, pois «[...] os tios após a [instrução] primária, se a fizessem ou não, trabalhava[m] na terra»¹³⁷. Esta mentalidade espelha, no fundo, um dos fatores explicativos das elevadas taxas de analfabetismo que, ao longo do Estado Novo, persistiram, sobretudo, nas regiões mais pobres¹³⁸. De acordo com o *World Survey Education*, um estudo estatístico publicado pela UNESCO em 1950, os níveis de analfabetismo em Portugal rondavam os 44%, posicionando-o em último lugar em relação aos restantes países europeus¹³⁹. Contudo, Maria Ivone Reis conseguiu prosseguir os estudos, uma vez que, durante a sua adolescência, trabalhou como cuidadora de crianças, maioritariamente provenientes de famílias ricas. Deste modo, financiando a sua própria formação, conseguiu frequentar o ensino liceal¹⁴⁰. Já Maria Arminda dos Santos conta que o seu pai se manifestou relutante «em me deixar prosseguir os estudos» depois de ter feito a quarta classe, «talvez porque os meus irmãos também não tinham estudado»¹⁴¹. Órfã de mãe em tenra idade, tinha 13

¹³⁴Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 149.

¹³⁵Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, p. 110; Entrevista a Rosa Serra, realizada a 20 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

¹³⁶Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 32.

¹³⁷Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, 2005, p. 155.

¹³⁸PROENÇA, Maria Cândida – «Analfabetismo» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de). Vol. I: A-L. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 46.

¹³⁹NÓVOA, António – «Ensino primário» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de). Vol. I: A-L. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 304.

¹⁴⁰Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 155; Depoimento de Maria Ivone Reis, originalmente publicado na revista *Boina Verde* (sem data), citado em VALE, *op. cit.*, p. 95.

¹⁴¹Depoimento de Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 39.

anos quando o seu pai, internado no Hospital de Santo António dos Capuchos, faleceu de doença. Este acontecimento, embora lúgubre, constituiu um ponto de viragem importante para a vida de Maria Arminda dos Santos: os seus irmãos mais velhos, mesmo «com filhos e algumas dificuldades», consentiram entre si utilizar a pensão, que lhe foi atribuída como consequência da morte do seu pai, para financiar os seus estudos¹⁴².

Para além do desinteresse e da relutância familiar, as dificuldades financeiras impediram, tanto a médio como a longo prazo, algumas destas mulheres de continuar a estudar. O caso de Eugénia Sousa é elucidativo. Natural da Ribeira Grande, localizada na Ilha de Santa Antão (Arquipélago de Cabo Verde), ficou órfã em tenra idade, tendo sido acolhida e educada pelas Meninas Sequeiras, um grupo de freiras «extremamente tementes a Deus e com excelentes princípios morais e cívicos». Fez a instrução primária na Ribeira Grande, mas não ingressou logo a seguir no ensino liceal, dado que não usufruía das condições financeiras necessárias para frequentar o único liceu que havia na Ilha de São Vicente. Recorda que, depois do exame da quarta classe, «foi um compasso de espera angustiante, porque sempre desejei seguir os meus estudos». Conseguiu, um pouco mais tarde, entrar no liceu, na Ilha de São Vicente, onde recebeu apoio e alojamento por parte de uma tia¹⁴³. Concluída a instrução primária, Aura Teles teve que também interromper os estudos, devido às parcas condições financeiras da sua família. Nascida em Vendas Novas, na região do Alentejo, cresceu muito ligada ao campo, pois «vivía ao lado dos meus avós paternos e eles tinham uma quinta com muitos animais». A sua mãe cuidava da casa e dos três filhos, enquanto o seu pai tinha «um comércio de frutas». Após a quarta classe, como ele não queria que trabalhasse no campo, Aura Teles fez um curso de corte e costura (incluindo bordar à máquina), mas acabou por não seguir a profissão de costureira¹⁴⁴.

Enfrentando as dificuldades que enumerámos, estas mulheres foram criando e alimentando sonhos e ambições próprias. Profissionalizaram-se em enfermagem, mas as razões que determinaram esta escolha variaram em função das suas experiências pessoais.

¹⁴²Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

¹⁴³Depoimento de Eugénia Sousa in SERRA, *op. cit.*, p. 40.

¹⁴⁴Depoimento de Aura Teles in SERRA, *op. cit.*, p. 42; Entrevista a Aura Teles, realizada a 23 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

Em criança, Maria Arminda dos Santos apercebeu-se da sua vocação para ser enfermeira, pois «sempre tive a tendência para [...] a ajuda»¹⁴⁵. Recorda que brincava na rua com outras crianças e, como era «a massagista do meu grupo de miúdos», tinha sempre consigo «uma caixinha de pronto socorros para quem se aleijasse»¹⁴⁶. Influenciada por uma educação cristã, Eugénia Sousa apaixonou-se pela mesma profissão por se sentir também incitada a ajudar as «pessoas mais desfavorecidas, que procurava, acompanhava, e que sempre ajudava na medida das minhas possibilidades e capacidades»¹⁴⁷. O desejo de ser enfermeira surgiu a Francis Matias de forma natural, uma vez que “«tinha o sonho de ajudar as pessoas»”¹⁴⁸. Ana Maria Bermudes, natural da Póvoa de Varzim, e Cristina Justino da Silva aperceberam-se também, desde cedo, da sua inclinação para a enfermagem¹⁴⁹.

Momentos vividos em contexto hospitalar fizeram com que algumas destas mulheres tomassem um primeiro contacto direto com a enfermagem, incutindo assim nelas a vontade de cuidar o próximo. Vejamos o caso de Maria Ivone Reis: o sonho de ser enfermeira nasceu quando, em criança, esteve internada num sanatório, em Francelos, «porque naquela altura havia a primo-infecção e aquelas outras doenças do foro respiratório»¹⁵⁰. Durante o seu internamento, gostava de dar uma ajuda às enfermeiras que lá trabalhavam e, desta forma, apaixonou-se pela «ideia de tratar de doentes, no sentido de estar com os doentes, ajudar as pessoas em situação de carência»¹⁵¹. Já Aura Teles, em adolescente, foi diagnosticada com uma anemia grave, por isso esteve internada, durante dois meses, no Hospital de São José, em Lisboa. Neste contexto, sensibilizada com o trabalho das enfermeiras, começou a ajudar as idosas que se encontravam acamadas na enfermaria. Este momento foi determinante para descobrir o que estava destinada a ser na vida, pois desejava «dar aos outros aquilo que as enfermeiras deram a mim. Foi muito amor, muito carinho e eu tenho muito estimo por elas»¹⁵². Maria do Céu Pedro apercebeu-se de que queria ser também enfermeira quando, aos 12 anos,

¹⁴⁵Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

¹⁴⁶*Ibidem*; Depoimento de Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, pp. 37-38.

¹⁴⁷Depoimento de Eugénia Sousa in SERRA, *op. cit.*, p. 40; Depoimento de Eugénia Sousa in VINAGRE, *op. cit.*, p. 107.

¹⁴⁸Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 150.

¹⁴⁹Depoimento de Ana Maria Bermudes in SERRA, *op. cit.*, p. 76; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

¹⁵⁰Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 155-156.

¹⁵¹*Idem*, p. 156.

¹⁵²Entrevista a Aura Teles.

foi hospitalizada em Castelo Branco, para ser tratada de «um problema de vesícula». Durante esse período, ajudava as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras «a limpar ferros e a arrumar os materiais cirúrgicos», desenvolvendo gosto pela profissão¹⁵³.

Por sua vez, Maria Zulmira André e Ercília Pedro decidiram, na adolescência, seguir enfermagem, ao desenvolverem um contacto indireto com esta profissão: ficaram profundamente comovidas com o cuidado e carinho que as enfermeiras deram aos seus respetivos familiares que, por motivo de doença, tiveram que ser hospitalizados. A avó materna de Maria Zulmira André foi diagnosticada com cancro no útero, o que levou ao seu internamento no Instituto Português de Oncologia (IPO), em Lisboa. Como a sua avó lhe «falava enternecidamente da sua enfermeira, que a ajudava em todas as suas necessidades, e que lhe dava muito carinho. Fez-se um clique no meu coração... Era mesmo isso que eu gostava de ser!»¹⁵⁴. O mesmo interesse foi suscitado em Ercília Pedro por influência da sua irmã, que faleceu de neoplasia hepática. Segundo a própria, “[...] Esteve internada muitas vezes, foi operada e desenvolveu uma relação muito estreita com as enfermeiras. Quando estava quase a morrer, disse-me: “Cila, se eu não puder ser enfermeira, tu tens de ser”»¹⁵⁵. Já Rosa Serra cursou enfermagem não por vocação, mas por incentivo da sua mãe¹⁵⁶. Esta escolha profissional obedeceu também a razões de ordem pragmática: aconselhada pela sua mãe a frequentar o Curso Geral de Enfermagem, com duração de três anos, considerava a profissão benéfica, porque, depois do curso, «podia começar a trabalhar e a ganhar dinheiro»¹⁵⁷. Porém, ao longo da sua formação, acabou por descobrir que a enfermagem era, de facto, a sua vocação¹⁵⁸.

Tendo em consideração que as enfermeiras paraquedistas constituíram uma grande novidade à luz do paradigma social e mental da época, Antonieta Antunes e Lourdes Pinto Lobão formaram-se em enfermagem, porque, assim que descobriram que havia mulheres militares, decidiram qual seria o seu respetivo caminho. Antonieta Antunes conta que “[...] quando apareceu o primeiro curso de enfermeiras paraquedistas [...], eu resolvi ser enfermeira paraquedista. Então, matriculei-me numa escola de

¹⁵³Entrevista a Maria do Céu Pedro citada por VALE, *op. cit.*, p. 109; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 49.

¹⁵⁴Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, pp. 32-33.

¹⁵⁵Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 75-76.

¹⁵⁶Entrevista a Rosa Serra.

¹⁵⁷*Ibidem*; Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, p. 109.

¹⁵⁸Entrevista a Rosa Serra.

enfermagem. Fiz o curso. E, depois do curso, trabalhei um ano e qualquer coisa e, logo que apareceu o primeiro curso de enfermeira paraquedista, candidatei-me»¹⁵⁹. Já Lourdes Pinto Lobão sonhava, aos 10 anos, ser militar, desejando «ser homem para ser militar, porque não tinha a mínima ideia de que já havia mulheres na tropa». Ainda em adolescente, tomou conhecimento da existência das enfermeiras paraquedistas, o que determinou também a sua formação em enfermagem¹⁶⁰.

No que concerne à formação profissional, como observámos no primeiro capítulo, na tentativa de conquistar a aprovação do Presidente do Conselho para a criação do corpo de enfermeiras paraquedistas, Kaúlza de Arriaga assegurou-lhe que as candidatas seriam recrutadas de escolas de enfermagem religiosas. Com efeito, uma parte significativa das militares brevetadas entre 1961 e 1974 estudou em escolas particulares, maioritariamente dirigidas por ordens religiosas femininas. Estas, predominantemente as franciscanas, contribuíram ativamente para o processo de «institucionalização escolar e académica» da enfermagem, assumidamente conduzido pelo Estado Novo a partir da década de 40¹⁶¹. Indissociável de uma perspetiva cristã e humanista, a sua intervenção pautou-se pela fundação de escolas que, num primeiro momento, visavam capacitar, exclusivamente, os seus elementos de conhecimentos técnicos e práticos de enfermagem, aperfeiçoando, desta forma, o seu desempenho tanto nas instituições de saúde, como nas missões ultramarinas¹⁶². Estas escolas, legalmente reconhecidas, passaram a admitir, progressivamente, candidatas seculares, enquanto a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP) abrangia, desde a sua fundação, candidatas laicas e religiosas,

¹⁵⁹Entrevista à Alferes Enfermeira Paraquedista Antonieta Antunes, realizada a 5 de julho de 1971, no âmbito do Programa «Um Dia Com...», da RTP.

¹⁶⁰Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

¹⁶¹HENRIQUES, Hélder – «A enfermagem em Portugal no século XX: um retrato histórico». *Estudios humanísticos. Historia*. N.º 11 (2012), p. 311; NUNES, Lucília – «Caminhos da Enfermagem em Portugal» in *Um Olhar sobre o Ombro: Enfermagem em Portugal (1881-1998)*. Loures: Lusociência, 2003, p. 68.

¹⁶²Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da – «A Fundação da Casa de Saúde da Boavista» in *Rosto Visível de Hospitalidade: Casa de Saúde da Boavista (1934-2009)*. Porto: Casa de Saúde da Boavista, 2010, pp. 19-20; SILVA, Ana Isabel – «Enfermagem e Ensino de Enfermagem nas décadas de 30 e 40» in *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 143; SOARES, Maria Isabel – «As Escolas de Enfermagem» in *Da Blusa de Brim à Touca Branca: Contributo para a História do Ensino da Enfermagem em Portugal (1880-1950)*. Lisboa: EDUCA/Associação Portuguesa de Enfermeiros, 1997, pp. 42-43; SOUSA, Fernando de; FERREIRA, Diogo – «A Renovação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1945-1974)» in *Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-2018)*. Porto: PPFMNS – Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora/CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2021, p. 214; VIEIRA, Margarida – «Um presente com passado» in *Ser Enfermeiro: Da Compaixão à Proficiência*. 3.ª Edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017, pp. 17-18; 51.

afirmando-se como «a primeira escola nacional, de cariz religioso, a preparar enfermeiras laicas»¹⁶³. Das escolas de enfermagem particulares criadas entre a segunda metade da década de 30 e a década de 50, um número considerável de enfermeiras paraquedistas frequentou a EEFMM, em Lisboa¹⁶⁴. Em menor número, outras foram diplomadas pela EESVP, também em Lisboa, e Escola D. Ana José Guedes da Costa, ligada ao Hospital Geral de Santo António, propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto¹⁶⁵. Por último, verifica-se ainda a Escola das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, também no Porto¹⁶⁶.

As instituições públicas de saúde contribuíram igualmente para o incremento da profissionalização em enfermagem, através da reestruturação de escolas fundadas nos finais do século XIX e da criação de escolas, por sua vez impulsionada pelas entidades tutelares das novas unidades hospitalares construídas na década de 50¹⁶⁷. Embora em menor número comparativamente às que frequentaram escolas particulares, houve militares que estudaram em escolas de enfermagem públicas, intimamente ligadas aos hospitais civis, tais como a Escola Artur Ravara, do Hospital de Santo António dos Capuchos, em Lisboa, a Escola Dr. Ângelo da Fonseca, dos Hospitais Civis da Universidade de Coimbra, as escolas do Hospital de Santa Maria, também em Lisboa, e do Hospital de São João, no Porto¹⁶⁸.

Apesar de serem maioritariamente provenientes de famílias modestas, as enfermeiras paraquedistas usufruíram de um conjunto de condições que lhes permitiu assegurar a formação profissional. As escolas supracitadas concentravam-se nos centros urbanos (Lisboa, Porto e Coimbra), o que fez com que algumas destas mulheres se

¹⁶³NUNES, *op. cit.*, pp. 69-70; SILVA, *op. cit.*, p. 53.

¹⁶⁴Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 76; Depoimento de Júlia Almeida in SERRA, *op. cit.*, p. 74; Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, p. 55; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 50-51; Depoimento de Maria do Céu Vidigal in SERRA, *op. cit.*, p. 57; Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 155; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 52; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

¹⁶⁵AHFA, Carta manuscrita de Ana Maria Bermudes, datada de 15 de setembro de 1966, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1966 (PT/AHFA/SEA/002/0082/002), 1 pasta; Depoimento de Ana Maria Bermudes in SERRA, *op. cit.*, p. 76; Depoimento de Eugénia Sousa in SERRA, *op. cit.*, p. 41; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra; VIEIRA, *op. cit.*, p. 49.

¹⁶⁶Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

¹⁶⁷VIEIRA, *op. cit.*, pp. 47-52; SILVA, *op. cit.*, 2008, p. 143.

¹⁶⁸AHFA, Requerimento de Maria Amália Martins para ser incorporada no Curso de Enfermeiras Paraquedistas, a 19 de fevereiro de 1962, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; Depoimento de Eugénia Sousa in SERRA, *op. cit.*, p. 41; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 34; Entrevista a Giselda Pessoa.

mudassem do meio rural para o meio citadino, criando necessidades ao nível do alojamento e da alimentação. Foi possível a Giselda Pessoa profissionalizar-se em enfermagem porque a Escola do Hospital de São João lhe ofereciam essas comodidades¹⁶⁹. As redes familiares foram igualmente importantes neste âmbito: Maria do Céu Pedro e Cristina Justino da Silva formaram-se em Lisboa, porque lá tinham familiares que lhes podiam dar um apoio mais direto¹⁷⁰. Já Rosa Serra fez o primeiro ano do Curso Geral na Casa de Saúde da Boavista, dirigida pelas Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, mas pediu transferência para a Escola D. Ana José Guedes da Costa, dado que, embora fosse também de cariz particular, não só lhe assegurava o alojamento, como também cobrava propinas mais baixas¹⁷¹.

De facto, a liquidação das propinas após a conclusão do curso constituiu outro fator favorável à sua formação profissional. Maria Ivone Reis frequentou a EEFMM, que lhe permitiu realizar «o curso a crédito para pagar depois quando arranjasse emprego»¹⁷². O caso de Cristina Justino da Silva é semelhante: escolheu a EESVP, dado que, para além das «boas referências» da mesma, lhe deu a possibilidade de pagar as propinas depois do curso, enquanto trabalhava no Hospital de Santa Maria¹⁷³. Houve ainda enfermeiras paraquedistas que, por serem provenientes de famílias desfavorecidas, usufruíram de bolsas de estudo, principalmente atribuídas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa¹⁷⁴.

Ainda no âmbito da formação profissional, cumpre sublinhar que em 1947, o Estado Novo uniformizou o ensino da enfermagem em dois níveis de formação: o Curso Geral, com duração de três anos, e o Curso Auxiliar, inicialmente com uma duração de um ano e meio e, depois, de um ano, aos quais as candidatas podiam aceder consoante as suas habilitações literárias¹⁷⁵. Maria Zulmira André, detentora da quarta classe, fez

¹⁶⁹Entrevista a Giselda Pessoa.

¹⁷⁰Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 50; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

¹⁷¹Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Maria de Lourdes Pinto Lobão; Entrevista a Rosa Serra.

¹⁷²Depoimento de Maria Ivone Reis, originalmente publicado na revista *Boina Verde* (sem data) e integralmente citado em VALE, *op. cit.*, p. 95.

¹⁷³Entrevista a Cristina Justino da Silva.

¹⁷⁴Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (doravante AHSCML), Correspondência expedida pelo Gabinete de Enfermagem da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a 5 de março de 1962, «Documentação do Gabinete de Enfermagem», 1958-1974 (SCML/GE/B/03/Cx.001), 1 caixa; Correspondência recebida pelo Gabinete de Enfermagem da Santa Casa da Misericórdia, a 11 de setembro de 1959 e a 4 de agosto de 1961, «Documentação do Gabinete de Enfermagem» 1958-1974 (SCML/GE/B/04/Cx.002), 1 caixa.

¹⁷⁵Entre 1947 e 1965, eram admitidas candidatas ao Curso Geral, se fossem detentoras do 1.º ciclo liceal ou equivalente, enquanto podiam aceder ao Curso Auxiliar as candidatas habilitadas com a instrução primária.

primeiro o Curso Auxiliar na Escola Artur Ravara. Como «tinha uma grande ânsia de aprender», regressou à escola para elevar as suas habilitações e, alcançando o 5.º ano liceal, acedeu depois ao Curso Geral, por sua vez realizado na EEFMM¹⁷⁶. Como veremos adiante, o nível de formação profissional foi determinante para definir a graduação militar destas mulheres.

Aquando do seu recrutamento, a esmagadora maioria das jovens que se tornaram enfermeiras paraquedistas prestava serviço em hospitais civis, localizados nas principais zonas urbanas, verificando-se um número significativo de enfermeiras gerais e auxiliares de enfermagem com vínculo laboral ao Hospital de Santa Maria. Em menor número, é possível observar a sua presença noutros estabelecimentos de saúde, tais como misericórdias, clínicas privadas, sanatórios e hospitais militares¹⁷⁷. A partir de 1961, com a criação do corpo voluntário de enfermeiras paraquedistas, as escolas de enfermagem e os locais de trabalho transformar-se-ão em importantíssimos canais de mobilização.

Em 1965, o cenário alterou-se: para o primeiro curso, passa a ser necessário ter o 2.º ciclo liceal ou equivalente, e, para o segundo curso, são exigidas habilitações ao nível do 1.º ciclo liceal ou equivalente. Perante a necessidade de aumentar o número de pessoal técnico qualificado, provocada pelo alargamento dos serviços de saúde com a construção de novos hospitais (designadamente o Hospital Escolar de Lisboa, depois Hospital de Santa Maria, em 1954), o Estado Novo optou pela criação de um nível de formação inferior, o Curso Auxiliar, devido à maior proporção de candidatas com menores habilitações. Este curso foi, por fim, extinto em 1974. Cf. AMENDOREIRA, José – «Uma biografia partilhada de enfermagem» in *Uma Biografia Partilhada da Enfermagem: A Segunda Metade do Século XX, 1950-2003. Um contributo sócio-histórico*. Coimbra: Formasau, 2006, p. 80; ESCOBAR, Lucília – «As escolas de enfermagem e a formalização da profissão. O género e o papel do Estado» in *O Sexo das Profissões: Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*. Porto: Edições Afrontamento, 2004, pp. 57-68.

¹⁷⁶Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 35.

¹⁷⁷AHFA, Correspondência expedida pela SEA, a 31 de maio de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, a 10 de janeiro de 1962, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, a 11 de julho de 1963, «Movimento de pessoal», junho-julho de 1963 (PT/AHFA/SEA/053-01/0060/001), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, a 8 de agosto de 1963, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, a 7 de setembro de 1964, «Reingresso nos quadros de origem no Exército de militares das tropas paraquedistas», janeiro-dezembro de 1964 (PT/AHFA/SEA/151-01/0062/001), 1 pasta; Correspondência recebida pela SEA, a 23 de outubro de 1964, «Reingresso nos quadros de origem no Exército de militares das tropas paraquedistas», janeiro-dezembro de 1964 (PT/AHFA/SEA/151-01/0062/001), 1 pasta; Depoimento de Maria Bernardo Teixeira in SERRA, *op. cit.*, p. 72; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Lourdes Pinto Lobão; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Maria da Piedade Gouveia, realizada a 14 de fevereiro de 1995 em Lisboa, in ANTUNES, *op. cit.*, p. 677; Entrevista a Rosa Serra.

CAPÍTULO III – As motivações e os canais de mobilização

Ao longo da Guerra Colonial, a FA encabeçou um conjunto de iniciativas que visava prender a atenção e suscitar o interesse das enfermeiras civis, de modo a canalizá-las para o corpo de enfermeiras paraquedistas, ao mesmo tempo que procurava garantir a sua manutenção, exigida pelas necessidades crescentes da guerra. Denominamos esse conjunto por canais oficiais, através dos quais a mobilização destas mulheres se desenvolveu, num primeiro momento, de forma circunscrita e, a partir de 1962, de forma mais abrangente.

Em 1961, conquistada a aprovação do Presidente do Conselho quanto à criação deste corpo militar feminino, Kaúlza de Arriaga assegurou-se da sua constituição inicial, optando, nesta fase experimental, por um recrutamento mais fechado e discreto. Incumbiu à Irmã Ester de Jesus Fernandes, mais conhecida por Madre Santa Adosinda, à data Diretora da EEFMM, a missão de seleccionar as enfermeiras diplomadas pela mesma que considerasse mais aptas a nível profissional e moral, para participar no 1.º Curso de Enfermeiras Paraquedistas¹⁷⁸. O protagonismo desta escola não surge de forma isolada e inocente. Como referimos no primeiro capítulo, na tentativa de executar o seu projeto através dos seus próprios meios, tornando-se na primeira enfermeira paraquedista portuguesa, Isabel Rilvas frequentou o Curso Geral na referida escola. Apesar de não ter concluído a sua formação, disseminou o seu projeto, criando uma rede informal de apoio consideravelmente ampla, composta por várias alunas entusiastas, com algumas das quais travou amizades e que viriam a pertencer ao primeiro grupo voluntárias¹⁷⁹. A par disso, o médico particular de Kaúlza de Arriaga era também professor na mesma escola, tendo desempenhado um papel intermediário relevante no processo de recrutamento: possivelmente familiarizado com o projeto de Isabel Rilvas e a forte adesão das alunas ao mesmo, foi através deste que o Subsecretário de Estado da Aeronáutica estabeleceu contacto com a sua Diretora, confiando-lhe a missão supramencionada¹⁸⁰.

Das várias antigas alunas seleccionadas pela Diretora da EEFMM, Maria Zulmira André, Maria Ivone Reis, Maria do Céu Policarpo, Maria de Lourdes Rodrigues e, por fim, Maria da Nazaré Andrade aceitaram, com prontidão, o desafio que lhes foi

¹⁷⁸ARRIAGA, *op. cit.*, p. 11; «Enfermeiras Para-quedistas» in *Escola Superior de Enfermagem das Franciscanas Missionárias de Maria, 1950-2000*. Lisboa: Editoria Rei dos Livros, 2005, p. 61.

¹⁷⁹Depoimento de Isabel Rilvas in SERRA, *op. cit.*, p. 25.

¹⁸⁰Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 53; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

proposto¹⁸¹. Surpreendidas com o desenrolar dos acontecimentos em Angola nos inícios de 1961, estas jovens mulheres queriam ser úteis: usufruindo-se da sua experiência profissional, podiam salvar vidas e dar auxílio aos mais necessitados, motivo semelhante ao qual algumas delas se formaram em enfermagem, como demonstrámos no capítulo anterior.

Maria Zulmira André foi colega de curso de Isabel Rilvas, tornando-se uma das alunas entusiastas do seu projeto, e trabalhava como auxiliar de monitora na EEFMM quando foi abordada pela sua Diretora. Sensibilizada pelas «fotografias arrepiantes e cruéis das pessoas assassinadas» que circulavam nos jornais, aceitou imediatamente o convite, porque desejava poder «aliviar tanta dor»¹⁸². Maria Ivone Reis, então enfermeira geral no Hospital da Companhia da União Fabril (CUF), comprometeu-se também a participar por querer «atenuar o sofrimento daquele que não tinha culpa nenhuma e que estava na frente de guerra»¹⁸³. Apesar de ter sido difícil para Maria da Nazaré Andrade abdicar do seu «lugar estupendo» no Hospital de Santa Maria, «experimentar ser enfermeira nas Forças Armadas apaixonou-me», pois, no seu entender, era necessário «haver junto dos feridos, mãos e palavras femininas», capazes de minimizar o seu sofrimento¹⁸⁴.

Já Maria de Lourdes Rodrigues, então auxiliar de enfermagem no mesmo hospital, soube também do projeto de Isabel Rilvas quando ainda estudava na EEFMM, embora tivessem frequentado cursos diferentes. Encarou, com entusiasmo, o convite da sua Diretora como uma oportunidade que transcendia os aspetos profissionais, revelando, portanto, um espírito jovem atizado pela curiosidade, que tanto veio a marcar a tomada de posição de futuras enfermeiras paraquedistas. Para além de «alargar o âmbito das minhas funções como enfermeira», desejava «desvendar os mistérios e a curiosidade» suscitados quando, em criança, observava com frequência os aviões da FA que

¹⁸¹Depoimentos de Maria Zulmira André, Maria do Céu Policarpo, Maria de Lourdes Rodrigues e Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, pp. 53-60; Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 156.

¹⁸²Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, pp. 52-53.

¹⁸³Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 156.

¹⁸⁴Entrevista à Alferes Enfermeira Paraquedista Maria da Nazaré Andrade publicada em *Mais Alto*. Ano III – N.º 36 e 37 (abril-maio de 1962), p. 19.

sobrevoavam a aldeia onde nasceu, «próxima da cidade de Tomar», percebendo, mais tarde, que se tratavam de exercícios das Tropas Paraquedistas que partiam da BA3¹⁸⁵.

Maria Arminda dos Santos foi a única candidata externa à EEFMM e o facto de ter sido incluída no primeiro grupo de voluntárias não aconteceu também por mera coincidência. A rede de apoio que Isabel Rilvas construiu não permaneceu circunscrita à referida escola, tendo-se expandido para a EESVP, onde Maria Arminda dos Santos frequentava então o Curso Geral. Nesta escola, tomou conhecimento de Isabel Rilvas e do seu projeto, por intermédio de um professor que lecionava também na EEFMM¹⁸⁶. No seguimento disso, convidou-a para realizar, na EESVP, uma palestra sobre as «Enfermeiras do Ar». Conquistada a adesão de Maria Arminda dos Santos, Isabel Rilvas acabaria por convidá-la a fazerem juntas o curso de paraquedismo em França, mas teve que recusar, porque não dispunha das condições financeiras necessárias para satisfazer os custos da viagem e estadia¹⁸⁷. A oportunidade ressurgiu-lhe mais tarde, em moldes diferentes, com a eclosão do conflito em Angola. Maria Arminda dos Santos foi, informalmente, «recrutada» por Maria da Nazaré Andrade, sua amiga e colega de trabalho no Hospital de Santa Maria, para pertencer ao primeiro grupo de voluntárias. Face aos noticiários que lhe causavam preocupação «quanto ao que podia vir ainda a acontecer à população de Angola», quando questionada pela sua amiga se era capaz de “«largar tudo»” e tornar-se enfermeira de guerra, Maria Arminda dos Santos, impulsionada pelo desejo de ser útil em tempos tão conturbados, aceitou prontamente o desafio¹⁸⁸. Tal foi possível porque uma das enfermeiras seleccionadas pela Diretora da EEFMM tinha sido reprovada nos exames médicos; de forma a preencher a vaga existente, Maria da Nazaré Andrade referenciou-a à mesma Diretora por corresponder a “«todas as condições exigidas»”¹⁸⁹.

Concluída a formação das primeiras enfermeiras paraquedistas em agosto de 1961, a FA adotou outras estratégias que, ao alargarem o recrutamento de enfermeiras civis a nível nacional, criaram também uma mobilização mais informal, por sua vez desenvolvida consoante as relações interpessoais que estas mulheres estabeleceram entre

¹⁸⁵Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, pp. 55-56.

¹⁸⁶Depoimento de Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 59; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

¹⁸⁷Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

¹⁸⁸*Ibidem*; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

¹⁸⁹Depoimento de Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 59.

si, nos contextos escolar, laboral e ainda familiar. Designamos estes contextos por canais não oficiais, através dos quais ocorreu este tipo de mobilização.

Uma das estratégias que foram definidas pela FA diz respeito à missão de «motivar raparigas enfermeiras a tornarem-se para-quedistas» que fora atribuída a Maria Ivone Reis, enquanto fez parte da comitiva que, entre setembro e novembro de 1961, acompanhou o Ministro do Ultramar Adriano Moreira na sua viagem às «províncias ultramarinas»¹⁹⁰. Esta missão foi frutífera, principalmente, na EEFMM, onde a rede de alunas entusiastas do projeto de Isabel Rilvas ainda persistia e da qual a FA poderia, claramente, usufruir para reforçar o corpo de enfermeiras paraquedistas. Ercília Pedro, Maria do Céu Pedro e Maria Celeste Lopes Guerra, brevetadas em 1962, assim como Júlia Almeida, brevetada no ano seguinte, estudavam nessa escola, quando se iniciou a preparação do 1.º Curso, experienciando e testemunhando diretamente todo o alvoroço provocado por esta novidade¹⁹¹. Ercília Pedro recorda que ««[...] falava-se de forma muito ambígua e muito sumida do que estava a acontecer»», tendo em conta que se tratava de um ensaio experimental¹⁹². Não obstante o secretismo envolvente, segundo Júlia Almeida, houve «um frenesim na escola, ficámos todas admiradíssimas, quase incrédulas» perante tal empreendimento¹⁹³. De facto, a futura mobilização destas jovens mulheres seria, em grande parte, influenciada pelo clima frenético que tanto marcava a referida escola desde a breve passagem de Isabel Rilvas. O testemunho de Maria Celeste Lopes Guerra é elucidativo: como aluna de enfermagem, «soube que havia uma mulher que pilotava aviões e saltava em paraquedas e que estudava lá na minha escola. O pilotar aviões não me entusiasmou, já os saltos era outra história, aguçou bem a minha curiosidade». O seu interesse intensificou-se quando viu, pela primeira vez, uma enfermeira paraquedista. Nos finais de 1961, o Ministro do Ultramar, acompanhado de Maria Ivone Reis, visitou a EEFMM, momento intimamente ligado à missão que lhe fora confiada. Ver uma mulher militar, cuja farda era «bem gira», significou, para Maria

¹⁹⁰Depoimento de Maria Ivone Reis in VALE, *op. cit.*, pp. 96-97.

¹⁹¹Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 50-51; Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 76-77; Depoimentos de Maria Celeste Lopes Guerra e Júlia Almeida in SERRA, *op. cit.*, pp. 74-75.

¹⁹²Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 76-77.

¹⁹³Depoimento de Júlia Almeida in SERRA, *op. cit.*, p. 75.

Celeste Lopes Guerra, o «último empurrão» que determinou, por fim, a sua candidatura ao 2.º Curso de Enfermeiras Paraquedistas¹⁹⁴.

A imagem real de uma mulher militar, devidamente fardada, sem desbotar a sua feminilidade, era, sem dúvida, chamativa e impactante para estas jovens mulheres, impressionando e fascinando-as. Antes da Guerra Colonial, o serviço militar estava completamente vedado às mulheres, por ser entendido como uma função intrinsecamente masculina, e a criação de um corpo militar feminino especializado constituía uma novidade sensacional, à luz de um regime político conservador e autoritário, no qual a execução de tal ideia seria, *a priori*, impossível e inconcebível devido aos valores que apregoava quanto ao lugar social da mulher. Com efeito, este fenómeno tornou-lhe possível não só pertencer à esfera da autoridade, circunscrita às Forças Armadas, mas também ser uma figura de autoridade. O testemunho de Maria Emília Rebocho, brevetada em 1963, reflete o quão transformador era a existência das enfermeiras paraquedistas neste contexto histórico: «uma mulher fazer um curso de paraquedismo, para mais naquela altura de convencionalismos, era um feito notável», pois demonstrava que, na verdade, as mulheres eram tão capazes como os homens, possibilitando, deste modo, uma mudança favorável ao sexo feminino em termos sociais, culturais e ainda mentais. Esta questão «talvez tenha sido [...] o que mais me impeliu a oferecer-me como voluntária», participando diretamente num fenómeno que exponenciou uma luta, embora não intencionada de raiz, contra os preconceitos e as barreiras sociais pela estereotipia de género¹⁹⁵.

Retomando à mobilização informal que procedeu da EEFMM, vejamos ainda os testemunhos de Júlia Almeida e Maria do Céu Pedro. A primeira apaixonou-se pelo paraquedismo quando os seus pais se mudaram para Moita do Norte, localidade próxima do Regimento de Caçadores Paraquedistas (RCP): recorda de ter assistido, a partir da sua casa, a «uma largada de paraquedistas», provocando-lhe curiosidade e admiração. Face ao contexto escolar que a envolvia, deparou-se com uma oportunidade que entendia como única, de poder pertencer ao «grupo mágico que transformava o céu visto da minha casa»¹⁹⁶. Por seu turno, Maria do Céu Pedro, hesitante num primeiro momento porque

¹⁹⁴Depoimento de Maria Celeste Lopes Guerra in SERRA, *op. cit.*, p. 75.

¹⁹⁵Depoimento de Maria Emília Rebocho in SERRA, *op. cit.*, p. 73.

¹⁹⁶Depoimento de Júlia Almeida in SERRA, *op. cit.*, p. 75.

«não percebia nada de tropa», uma realidade da qual estava totalmente alheada, acabou por inscrever-se no 2.º Curso, devido ao incentivo insistente das suas colegas que tinham sido brevetadas em 1961¹⁹⁷. Em suma, a EEFMM afirmou-se como um importante canal oficial e não oficial de mobilização, sensivelmente entre 1961 e 1963, não nos sendo possível perceber se permaneceu como tal até ao final do conflito em África, devido à ausência de suporte documental.

O contacto preliminar, direto ou indireto, com uma enfermeira paraquedista mobilizou também Maria Bernardo Teixeira, brevetada em 1963, Cristina Justino da Silva, brevetada no ano seguinte, e Francis Matias, brevetada em 1973, tendo sido desenvolvido nos contextos escolar e laboral. Cristina Justino da Silva frequentava ainda o Curso Auxiliar na EESVP, quando, um dia, Maria Arminda dos Santos foi visitar a Madre Superiora. Recorda que «estava no corredor, à porta do refeitório, para ir almoçar, [...] vi-a passar, eu e outras colegas que estavam ali», momento que as deixou muito impressionadas, pois «nunca tínhamos visto uma mulher fardada». Este episódio despertou-lhe o interesse em saber mais sobre a existência de mulheres militares, concorrendo, desta forma, ao 4.º Curso¹⁹⁸. Já Maria Bernardo Teixeira, então enfermeira geral na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, soube deste corpo militar ao assistir, no seu local de trabalho, a uma palestra dada por uma enfermeira paraquedista, que visava divulgar a sua existência e «[...] dar a conhecer [...] as funções por elas desempenhadas em território ultramarino», realçando a «importância do seu trabalho no conflito de África»¹⁹⁹. Assim, através deste contacto, Maria Bernardo Teixeira ficou de tal maneira sensibilizada e cativada que, juntamente com outras colegas de trabalho, se candidatou ao 3.º Curso²⁰⁰. Estas iniciativas de divulgação junto das enfermeiras civis tinham um claro propósito mobilizador. Outro exemplo disso é a publicação de depoimentos de enfermeiras paraquedistas, particularmente na imprensa especializada em enfermagem: em 1970, decorridos nove anos desde o início do conflito, Maria Zulmira André propôs à revista *Servir* «escrever um dia para vos elucidar acerca do nosso trabalho, que nós sabemos que a maior parte desconhece»²⁰¹. Contudo, em ambos os casos descritos, não nos é possível apurar, através da documentação coeva disponível, se estas iniciativas

¹⁹⁷Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 50-51.

¹⁹⁸Entrevista a Cristina Justino da Silva.

¹⁹⁹Depoimento de Maria Bernardo Teixeira in SERRA, *op. cit.*, p. 72.

²⁰⁰Depoimento de Maria Bernardo Teixeira in SERRA, *op. cit.*, p. 72.

²⁰¹*Servir: Revista de Enfermagem*. Vol. 18 (1970), p. 27.

foram orquestradas pela FA, com o intuito de aumentar o número efetivo de enfermeiras paraquedistas, ou partiram da iniciativa pessoal. Já Francis Matias trabalhava como enfermeira geral no Hospital de Santa Maria, quando conheceu Maria Celeste Ferreira da Costa, brevetada em 1970, que lá se tinha dirigido, devidamente fardada, para acompanhar combatentes feridos na Guiné. Relata que a militar tentou motivá-la, mas também às suas colegas, a voluntariarem-se, apresentando-lhes as vantagens que a função acarretava, designadamente bons salários e a prática do paraquedismo²⁰². Para além de se ter sentido «atraída pela sua missão», ver uma mulher militar fardada, «com a boina verde na cabeça e brevet no peito», mas também «o fato camuflado e botas», aliciou Francis Matias a concorrer²⁰³.

O recurso aos órgãos de comunicação social (os jornais, a rádio e a televisão) constituiu o canal oficial de mobilização no qual a FA mais apostou ao longo do conflito, tendo em vista difundir, em grande escala, os anúncios de recrutamento²⁰⁴. Maria Emília Rebocho recorda que se deparou com «sucessivos anúncios na televisão pedindo enfermeiras voluntárias para fazerem o curso de paraquedismo, a fim de prestarem o seu apoio às tropas em combate nas nossas províncias ultramarinas»²⁰⁵. Por seu turno, Aura Teles conta que, antes de se candidatar em 1963, já estava a par da existência das enfermeiras paraquedistas, através do jornal *Diário de Notícias*. Sentiu-se impelida a voluntariar-se mais tarde, devido ao impulso espontâneo germinado pela conversa com Maria Amália Martins, sua colega no Hospital de Santa Maria, que lhe mostrou o anúncio de recrutamento publicado na primeira página do mesmo jornal. Apesar de Aura Teles ter manifestado inicialmente alguma relutância, com medo de morrer na guerra, relata que a sua colega continuou a incentivá-la, assegurando-lhe que não haveria problemas, pois «já lá andam muitas enfermeiras»²⁰⁶.

Ora, a circulação de informação, perpetrada pelos órgãos de comunicação social, potenciava a sua transmissão e partilha entre as pessoas, tomando as enfermeiras paraquedistas como tema de conversa por se tratar de uma novidade. Foi através da via

²⁰²Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 150.

²⁰³Depoimento de Francis Matias in SERRA, *op. cit.*, p. 63.

²⁰⁴AHFA, Correspondência expedida pela SEA, a 15 de outubro de 1973, «Recrutamento de enfermeiras paraquedistas», outubro de 1973 (PT/AHFA/SEA/151-05/0146/005), 1 pasta; Depoimento de Maria Emília Rebocho in SERRA, *op. cit.*, p. 73; Depoimento de Maria de Lourdes Gomes in SERRA, *op. cit.*, p. 70; Depoimento de Eugénia Sousa in VINAGRE, *op. cit.*, p. 106; Entrevista a Aura Teles.

²⁰⁵Depoimento de Maria Emília Rebocho in SERRA, *op. cit.*, p. 73.

²⁰⁶Entrevista a Aura Teles.

oral que Eugénia Sousa, brevetada em 1962, e Ana Ramalho, brevetada em 1970, ouviram falar deste corpo militar feminino²⁰⁷. Lourdes Pinto Lobão, brevetada em 1974, soube da sua existência quando era ainda adolescente, ao ouvir a conversa entre duas raparigas que eram da sua aldeia, sendo que uma delas trabalhava no Porto como serviçal, onde poderá ter apreendido esta informação. Segundo a própria, «Então, ouvi-a dizer: “Olha, sabes que agora já há mulheres na tropa? Têm que ser enfermeiras e paraquedistas.” [...] Foi uma coisa que entrou na minha cabeça e nunca mais saiu»²⁰⁸.

Além disso, este tema germinou conversas entre as enfermeiras que trabalhavam no mesmo estabelecimento de saúde. Entendemos o contexto laboral como outro canal não oficial de mobilização muito importante, visto que, à semelhança do que se verificou nas relações criadas na EEFMM, bastava uma colega demonstrar-se interessada e entusiasmada para contagiar outras, informando e motivando-as, por conseguinte, a frequentar o Curso de Enfermeiras Paraquedistas. A par do caso de Aura Teles, vejamos o de Maria de Lourdes Gomes, brevetada em 1970, cuja mobilização, embora não tenha partido diretamente do local de trabalho, se desenvolveu através de uma conversa com uma colega, com quem trabalhava no Centro de Reabilitação de Alcoitão. Descobriu a existência de mulheres militares no cais de embarque de Alcântara, ao qual se tinha deslocado para acompanhar a sua colega, que queria despedir-se do namorado, mobilizado para a Guiné. Relata que ouviu as informações que eram transmitidas pelos «rádios portáteis», das pessoas que «estavam bem junto a mim», sobre a abertura de inscrições para um novo curso de paraquedismo. Devido à «emotividade de todas aquelas famílias em sofrimento pela despedida dos seus filhos, amigos, ou familiares mais próximos» que vivenciou no cais de Alcântara, Maria de Lourdes Gomes sentiu-se impelida a voluntariar-se, também pelo incentivo espontâneo da sua colega, que lhe disse “«Quero ir para África e vamos as duas!»»²⁰⁹.

Os testemunhos de Dulce Murteira, brevetada em 1964, e de Rosa Serra, brevetada em 1968, são igualmente elucidativos. A mobilização da primeira procedeu do Hospital de Santa Maria, onde trabalhava como auxiliar de enfermagem. O desejo de ser enfermeira paraquedista foi, nas suas palavras, «induzido» por uma colega: esta queria

²⁰⁷Entrevista a Eugénia Sousa, realizada a 14 de fevereiro de 1995 em Lisboa, in ANTUNES, *op. cit.*, p. 679; Depoimento de Ana Ramalho in SERRA, *op. cit.*, p. 68.

²⁰⁸Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

²⁰⁹Depoimento de Maria de Lourdes Gomes in SERRA, *op. cit.*, p. 70.

tanto ser que falava sobre isto «a toda a gente e a todo o momento, e o seu entusiasmo era contagiante», o que, conseqüentemente, «conseguiu despertar em mim o desejo de também vir a frequentar esse curso»²¹⁰. Por sua vez, a mobilização de Rosa Serra ocorreu no Hospital de São João: as suas colegas Ana Maria Bermudes, brevetada em 1966, e Rosa Mota, brevetada no ano seguinte, tentaram cativá-la para concorrer ao Curso de Enfermeiras Paraquedistas. Apesar de ter ficado com curiosidade, recusou-se inicialmente a participar, porque se achava incapaz de «me atirar de um avião», mas Rosa Mota inscreveu-a, sem o seu conhecimento prévio²¹¹.

Na verdade, a ação de estas mulheres influenciaram-se reciprocamente e inscreverem-se juntas no curso de paraquedismo, penetrando em realidades das quais estavam completamente alheadas (o mundo militar e a guerra propriamente dita), significava, para elas, um momento de bravura e coragem, visto que, ao apoiarem-se mutuamente, enfrentariam, em conjunto, a hesitação, a incerteza e o medo que o desconhecido lhes suscitava. Dado o primeiro passo, que corresponde, portanto, ao momento da candidatura, algumas das que se voluntariaram com outras colegas de trabalho acabariam depois por continuar, sozinhas, este percurso, do qual, mesmo assim, não desistiram. Ilustrativo disso são os testemunhos de Dulce Murteira e Maria de Lourdes Gomes. Dulce Murteira e a colega que lhe incutiu a ideia de ser enfermeira paraquedista candidataram-se juntas, mas apenas a primeira foi aprovada nos exames médicos, o que a deixou «assustadíssima», porque tinha que «[...] sozinha [...] percorrer aquele caminho...». Contudo, como se «tinha habituado à ideia de vir a ser enfermeira paraquedista», decidiu «não desistir e continuar»²¹². Por seu turno, Maria de Lourdes Gomes, acompanhada da colega de trabalho que também a influenciou, acabou por inscrever-se sozinha, porque, sendo o diploma de enfermagem um requisito obrigatório, a sua colega não pôde candidatar-se por ser fisioterapeuta, mas assegurou-lhe, determinada, que iria para África “«por outros meios»”. Efetuada a candidatura e evaporadas todas as emoções que vivenciou no cais de embarque de Alcântara, Maria de Lourdes Gomes recorda que considerou a sua decisão «precipitada». Apesar de ter realizado as provas de admissão ao curso de paraquedismo, «sem muito entusiasmo, com

²¹⁰Depoimento de Dulce Murteira in SERRA, *op. cit.*, p. 77.

²¹¹Depoimentos de Rosa Serra in VALE, *op. cit.*, p. 114 e TORRÃO, *op. cit.*, p. 111; Entrevista a Rosa Serra.

²¹²Depoimento de Dulce Murteira in SERRA, *op. cit.*, pp. 77-78.

vergonha de desistir, mas sempre esperançada em ser eliminada na etapa seguinte», concluiu, com aproveitamento, o curso²¹³.

No caso de Ana Maria Bermudes, o contexto familiar exerceu uma influência significativamente mobilizadora, no qual a figura masculina revelou ser um importante pilar de apoio e aprovação. O seu irmão, «que na época cumpria o serviço militar na Força Aérea, em Tancos», informou-a sobre a existência das enfermeiras paraquedistas, sensibilizando e cativando-a para se voluntariar²¹⁴. O mesmo não se verificou no caso de Giselda Pessoa. Antes de ter sido brevetada em 1970, a sua irmã mais velha, Antonieta Antunes, já era enfermeira paraquedista, que conquistou o brevet em 1967. Todavia, mesmo conhecendo e estabelecendo um primeiro contacto com este corpo militar feminino por meio de uma relação familiar, o facto de a sua irmã já fazer parte dele não a estimulou diretamente para seguir, mais tarde, o mesmo caminho. Segundo a própria, candidatou-se por mera espontaneidade, relatando que se deparou com vagas ainda existentes para o curso e a necessidade premente de reforçar este corpo, quando se deslocou do Porto à Direção do Serviço de Saúde da Força Aérea (DSS), sediada em Lisboa, com o propósito de entregar, a pedido de algumas famílias, «umas coisas para alguém levar» aos combatentes mobilizados na Guiné²¹⁵.

Analisando as estratégias da FA e os contextos informais, categorizados por canais oficiais e canais não oficiais de mobilização, respetivamente, é possível verificar que as motivações destas jovens mulheres se prenderam com questões puramente altruístas (a vontade de ser útil e ajudar o próximo) e a curiosidade suscitada quer pelo paraquedismo, pela existência de mulheres militares. Soma-se ainda uma profunda espontaneidade interior que as impeliu a concorrer ao Curso de Enfermeiras Paraquedistas, despoletada pelas conversas entre as colegas de trabalho. Outros testemunhos permitem-nos corroborar estas inclinações. Maria de Lourdes Cobra, brevetada em 1964, voluntariou-se porque queria ser útil «como profissional e cidadã», e Maria Emília Rebocho relata ainda que «sentia um grande entusiasmo em oferecer o meu contributo para amenizar o sofrimento daqueles que tão abnegadamente se empenhavam a defender a nossa Pátria»²¹⁶. A mesma questão impulsionou Eugénia Sousa a candidatar-se, para além do

²¹³Depoimento de Maria de Lourdes Gomes in SERRA, *op. cit.*, pp. 71-72.

²¹⁴Depoimento de Ana Maria Bermudes in SERRA, *op. cit.*, p. 76.

²¹⁵Entrevista a Giselda Pessoa.

²¹⁶Depoimentos de Maria de Lourdes Cobra e Maria Emília Pereira in SERRA, *op. cit.*, pp. 62; 73.

interesse que nutria, desde criança, pelo paraquedismo, «uma vocação que se foi cimentando dentro de mim» e que se intensificou, mais tarde, com o surgimento das enfermeiras paraquedistas²¹⁷. Já Maria da Piedade Gouveia, brevetada em 1970, conta que «as imagens da televisão sobre a guerra em África» a sensibilizaram de tal forma que se sentiu impelida a abandonar o Hospital de Santa Maria, onde trabalhava como auxiliar de enfermagem, para também concorrer²¹⁸.

As motivações destas mulheres pautaram-se ainda pela procura de novas experiências profissionais e pelo desejo de conhecer as «províncias ultramarinas», objetivos que surgem interligados em determinados testemunhos. Para Ercília Pedro, ser enfermeira paraquedista permitia-lhe “«conhecer outros sítios, ver África, ter outro tipo de doentes»”, à semelhança de Manuela Flores França, brevetada em 1963, que pretendia, acima de tudo, “«conhecer outras terras e outras gentes»”²¹⁹. Já Ana Ramalho, embora tenha ficado curiosa, hesitou candidatar-se, pois receava substituir «o meu conforto em terra firme, rodeada de amigos, e a proteção do meu hospital» por «um meio desconhecido, dentro de um quartel, e mais tarde para terras longínquas». No entanto, começou a encarar esta oportunidade como «uma forma de conhecer outros povos, outras gentes, e viajar, coisa de que eu gostava, e sem deixar de ser enfermeira»²²⁰. De facto, à luz de uma perspetiva de análise sincrónica, o serviço militar e a Guerra Colonial permitiram proporcionar esta mobilidade, transformando-se, segundo Ana Sofia Ferreira, em «poderosos fatores de socialização dos jovens portugueses». Ao potenciarem a sua circulação dentro e fora de Portugal, saíram das suas áreas de residência e dos espaços que conheciam, tornando-se-lhes possível «conhecerem-se uns aos outros, contactar com outros povos, culturas, mentalidades, costumes, tradições, formas de vida»²²¹. Como a realidade que envolvia as «províncias ultramarinas» se mantinha a estas mulheres completamente desconhecida e, em certa medida, inacessível, por não disporem, *a priori*, de condições financeiras favoráveis a tal empreendimento, ser enfermeira paraquedista

²¹⁷Depoimento de Eugénia Sousa in VINAGRE, *op. cit.*, p. 107; Entrevista a Eugénia Sousa in ANTUNES, *op. cit.*, p. 679.

²¹⁸Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, p. 677.

²¹⁹Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 77; Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 95.

²²⁰Depoimento de Ana Ramalho in SERRA, *op. cit.*, p. 68.

²²¹FERREIRA, Ana Sofia – ««Sei muito bem o que quero e para onde vou»: O Estado Novo em Portugal» in *Entre a Tradição e a Modernidade – A vida quotidiana no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 2024, p. 37.

revelou-se, sobretudo para os espíritos mais curiosos e aventureiros, a única forma viável através da qual podiam estabelecer contacto direto com essa realidade. Francis Matias sentiu-se ainda cativada pela «perspetiva de poder conhecer as Províncias Ultramarinas», visto que, não tendo “«qualquer interesse patriótico por manter os territórios, [...] queria saber como era, viver a experiência!»”²²².

3.1. Contar à família

Tomada a decisão de serem enfermeiras paraquedistas, estas mulheres não podiam escapar ao inevitável momento de contar às suas respetivas famílias, que se sucedeu ora quando ficaram apuradas nas provas de admissão, seguindo para Tancos, ora depois de terem concluído o curso²²³. Efetuando o cruzamento entre os seus testemunhos, escritos e orais, podemos verificar que as reações variaram de família para família, as quais tipificamos por a) aprovação-apoio, b) desaprovação-contestação e c) neutralidade.

O primeiro tipo de reação predominou em grande parte dos casos, apesar de ter sido antecedida por uma imediata apreensão e hesitação, provocadas pelas circunstâncias que envolviam a sua missão. Segundo Maria Arminda dos Santos, o seu irmão mais velho, que era o seu tutor legal, contestou inicialmente o seu projeto de ir para África, receoso de que algo de mau lhe acontecesse, «mas ele sabia perfeitamente que eu estava sempre disponível [para ajudar] e depois teve muito orgulho daquilo que fazia»²²⁴. Já Maria Ivone Reis conta que os seus «amigos e a família com que vivia acharam ideia um pouco louca, mas houve quem dissesse: “Se ela não vai, quem é que vai?” [...]», mas clarifica que estava determinada em ir para África, com ou sem a aprovação das pessoas que lhe eram mais próximas²²⁵.

Em determinados testemunhos, verifica-se, por um lado, o apoio incondicional da figura quer paterna, quer materna²²⁶. Vejamos o caso de Ercília Pedro: embora tivesse

²²²Depoimentos de Francis Matias in SERRA, *op. cit.*, p. 63 e TORRÃO, *op. cit.*, p. 151.

²²³Depoimento de Maria Emília Rebocho in SERRA, *op. cit.*, p. 73; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 53; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²²⁴Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²²⁵Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 156; Entrevista a Maria Ivone Reis, realizada a 1 de fevereiro de 1995 em Lisboa, in ANTUNES, *op. cit.*, p. 663.

²²⁶Depoimento de Júlia Almeida in SERRA, *op. cit.*, p. 75; Depoimento de Maria Bernardo Vasconcelos in SERRA, *op. cit.*, p. 72; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 53; Depoimento de Maria do Céu Policarpo in SERRA, *op. cit.*, p. 58; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

sido educada num meio familiar muito religioso, os seus pais aceitaram e apoiaram a sua decisão de ser enfermeira paraquedista²²⁷. Por outro lado, os progenitores revelaram comportamentos completamente díspares: deparamo-nos com o pai orgulhoso, afirmando-se como um importante pilar de apoio e incentivo, em contraste com a mãe protetora, abalada pelo medo de que a filha morresse na guerra²²⁸. É deveras curioso observar a postura paterna, que, em parte, resulta de uma perceção social que considera prestigiante ser-se militar e pertencer às Forças Armadas. Ilustrativo disso é o testemunho de Rosa Serra: o seu pai ficou «todo contente porque ele não tinha feito tropa»²²⁹. Já o pai de Manuela Flores França foi o único membro da sua família que a apoiou, visto que, como “«só teve filhas [...] para ele, era uma grande orgulho ter uma filha aventureira»”²³⁰. Sem escrúpulos, o pai de Francis Matias expressava a admiração e o orgulho que tinha relativamente aos seus feitos, visto que contava “«a toda a gente que tinha uma filha com muita coragem, que saltava dos aviões e que iria para Angola tratar dos feridos»”²³¹.

Nos testemunhos de Maria de Lourdes Cobra e Natércia Pais, é de notar que a figura paterna tem uma reação contrária à anterior: rejeita, contesta, zanga-se. Esta atitude intransigente face às ambições e decisões das filhas resulta da restrição da mulher à esfera familiar, chefiada pelo pai, figura de autoridade, mas também o seu controlo pela mesma. Segundo Isabel Freire, «Escola, universidade e profissão já esticavam demasiado o elástico que prendia esta «boneca» à estante da sala, com autorização para ser apenas vista, e manuseada, pelos membros da família»²³². Com efeito, os pais de Maria de Lourdes Cobra e Natércia Pais desaprovaram não só a escolha de serem enfermeiras paraquedistas, como também a sua formação profissional, que implicou abandonarem as aldeias onde nasceram e alojarem-se em Lisboa, «onde havia “demónios”», para além da

²²⁷Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 77.

²²⁸Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 150; Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 97; Depoimento de Maria Emília Rebocho in SERRA, *op. cit.*, p. 73; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 53; Entrevista a Maria Zulmira André, realizada a 1 de fevereiro de 1995 em Lisboa, in ANTUNES, *op. cit.*, p. 672; Entrevista a Rosa Serra.

²²⁹Entrevista a Rosa Serra.

²³⁰Depoimento de Manuela França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 97.

²³¹Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 150.

²³²FREIRE, Isabel – «Pra menina e pro menino» in *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 51-52.

significativa distância relativamente à família, não sendo possível vigiar e controlar diretamente as suas ações²³³.

Como Maria de Lourdes Cobra era menor de idade (à data a maioridade correspondia aos 21 anos), teve que pedir autorização ao seu pai, para poder frequentar o Curso de Enfermeiras Paraquedistas, conseguindo obter a sua assinatura sem que ele se apercebesse do conteúdo verdadeiro do documento. Porém, acabou por descobrir o «despautério» da filha, graças à sua ampla rede de contactos: a sua família era proveniente de uma «aldeia entre Tancos e Tomar» e o seu pai «era muito conhecido e relacionava-se com muita gente», já que trabalhava no jornal *Cidade de Tomar*, desempenhava o cargo de presidente da Junta de Freguesia da aldeia onde vivia e era dirigente de grupos folclóricos. No seguimento disso, soube mais tarde que o seu pai tentou «retirar-me do Regimento de Caçadores Paraquedistas», mas, quando lá chegou, deparando-se com «um ambiente de ordem e disciplina e toda a gente era muito correta e “respeitadora”», tranquilizou-se e «recuou na suas intenções, regressando a casa sem levar a filha com ele»²³⁴. Já quando Natércia Pais, brevetada em 1970, contou ao seu pai que estava a frequentar o Curso de Enfermeiras Paraquedistas, «[...] ele ficou zangado dizendo: “Eu já não queria que tu fosses enfermeira, e agora queres ser enfermeira paraquedista? Era o que me faltava!” E rezingando... “Eu nem sei o que é! Para que serve? Podes-me explicar?”. Amargo, virou as costas, sem esperar pela resposta...!»²³⁵.

No entanto, em ambos os casos, a desaprovação-contestação transformou-se, progressivamente, em orgulho: a figura paterna passou a acompanhar a informação divulgada pelos meios de comunicação, ficou sensibilizado face à validação e credibilidade que davam às enfermeiras paraquedistas, consciencializando-se dos feitos das filhas e dos impactos positivos da sua atuação. O pai de Maria de Lourdes Cobra «manteve-se sempre atento às notícias que iam aparecendo sobre o grupo de enfermeiras, em que eu estava incluída» e contou-lhe «muito anos mais tarde» o quão orgulhoso tinha ficado da «filhota»²³⁶. De acordo com Natércia Pais, depois de ter assistido a uma reportagem da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), acerca da cerimónia de imposição

²³³Depoimento de Maria de Lourdes Cobra in SERRA, *op. cit.*, p. 62; Depoimento de Natércia Pais in SERRA, *op. cit.*, p. 64.

²³⁴Depoimento de Maria de Lourdes Cobra in SERRA, *op. cit.*, pp. 62-63.

²³⁵Depoimento de Natércia Pais in SERRA, *op. cit.*, p. 64.

²³⁶Depoimento de Maria de Lourdes Cobra in SERRA, *op. cit.*, p. 63.

do brevet e da boina verde às candidatas do curso realizado em 1970, o seu pai «gostou do que ouviu na reportagem, onde não foram poupados elogios às jovens enfermeiras». Na aldeia onde Natércia Pais nasceu, «escondida lá nas Beiras», circulou rapidamente entre os seus habitantes «a notícia de que eu tinha aparecido na televisão a saltar de paraquedas», tornando-se tema de conversa e «repetindo os elogios ouvidos na televisão». Esta validação externa fez com que o seu pai ficasse «feliz e vaidoso, passando a andar com a minha foto fardada e de boina verde na cabeça, no bolso do seu casaco, mostrando-a com orgulho aos amigos»²³⁷.

Por último, no que diz respeito à terceira reação, os pais de Giselda Pessoa «não se meteram». Todavia, quando a sua mãe se demonstrou curiosa em saber como era o seu trabalho em África, omitiu-lhe que «a gente andava mesmo no meio da guerra», de maneira a poupá-la dessa realidade e da preocupação incessante com o bem-estar da filha²³⁸.

²³⁷Depoimento de Natércia Pais in SERRA, *op. cit.*, p. 65.

²³⁸Entrevista a Giselda Pessoa.

CAPÍTULO IV – A preparação para o teatro de guerra

4.1. A estrutura do Curso de Enfermeiras Paraquedistas

4.1.1. O processo de admissão

A adesão quer às Tropas Paraquedistas, quer ao corpo de enfermeiras paraquedistas era, na sua essência, voluntária²³⁹. As candidatas tinham que possuir nacionalidade portuguesa e apresentar o seu diploma profissional de enfermagem (Curso Geral ou Curso Auxiliar), emitido por uma entidade escolar legalmente reconhecida, ser solteiras ou viúvas sem filhos e ter entre 18 e 30 anos de idade. Caso uma candidata tivesse menos de 21 anos, era necessária a autorização dos pais ou tutores legais²⁴⁰. Além disso, o «bom comportamento moral passado, presente e futuro presumível» das candidatas permaneceu um importante critério de admissão²⁴¹. A partir de 1962, as candidatas eram entrevistadas, inicialmente, pelo Chefe do Gabinete da SEA, função que foi depois atribuída às enfermeiras paraquedistas mais velhas e experientes, com o propósito de identificar as suas motivações e averiguar se eram detentoras de um «perfil moral, profissional e psicológico» adequado²⁴².

Cumpridos todos estes requisitos, à semelhança das Tropas Paraquedistas, eram submetidas a exames médicos, provas físicas e psicológicas rigorosos²⁴³. Tendo em conta as exigências do paraquedismo, eram selecionadas as voluntárias mais aptas fisicamente e dotadas de boa saúde. Não obstante a adaptação das provas às «condições peculiares da

²³⁹Art.º 7 do Decreto N.º 40.395 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 256/1955 (23 de novembro de 1955), p. 1034; AHFA, Relatório do Curso de Enfermeiras Paraquedistas, de 8 de agosto de 1961, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa.

²⁴⁰AHFA, Correspondência expedida pela DSS, a 6 de março de 1965, «Candidatas a enfermeiras paraquedistas», janeiro-dezembro de 1965 (PT/AHFA/SEA/151-01/0075/013), 1 pasta; Depoimento de Maria de Lourdes Cobra in SERRA, *op. cit.*, p. 62; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁴¹AHFA, Nota N.º 2.958, relativa ao Relatório do 1.º Curso de Enfermeiras Paraquedistas, expedida por Káulza de Arriaga, a 28 de novembro de 1961, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa.

²⁴²AHFA, Correspondência expedida pela SEA, a 31 de agosto de 1966, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1966 (PT/AHFA/SEA/002/0082/002), 1 pasta; Depoimento de Ana Maria Bermudes in SERRA, *op. cit.*, p. 76; Entrevista a Maria do Céu Pedro, realizada a 14 de fevereiro de 1995 em Lisboa, in ANTUNES, *op. cit.*, p. 674.

²⁴³AHFA, Correspondência expedida pela SEA, entre julho e agosto de 1963, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, entre setembro e outubro de 1964, «Reingresso nos quadros de origem no Exército de militares das tropas paraquedistas», janeiro-dezembro de 1964 (PT/AHFA/SEA/151-01/0062/001), 1 pasta; Art.º 1 do Decreto N.º 42.075 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 284/1958 (31 de dezembro de 1958), p. 1579; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa.

constituição física da mulher», eram tão exigentes como o modelo de seleção de candidatos a paraquedistas²⁴⁴. Tinham que fazer “«vários tipos de corrida»”, nomeadamente “«com um saco de areia às costas»”, passar o pórtilo (uma trave estreita) de um lado para o outro, e ainda saltar da Torre (estrutura a partir da qual se praticava a saída do avião e as manobras de aterragem ao solo)²⁴⁵. Já as provas psicológicas destinavam-se a «verificar as qualidades de desembaraço, espírito de audácia, energia e decisão»²⁴⁶. Após o seu apuramento, as voluntárias ingressavam, em regime provisório, nas Tropas Paraquedistas, enquanto frequentavam o curso de paraquedismo, cuja conclusão consumava, por fim, a sua admissão definitiva²⁴⁷.

É ainda de referir que a FA considerava importante proteger as candidatas, oferecendo-lhes condições de estabilidade e segurança durante o período de admissão provisória. Uma dessas condições diz respeito ao compromisso das entidades laborais para com as candidatas: exigia-lhes que, a partir do momento que autorizavam e dispensavam do serviço as candidatas apuradas, tinham que salvaguardar os respetivos postos de trabalho, aos quais poderiam regressar caso fossem eliminadas. Ainda no decorrer do curso, as Tropas Paraquedistas não só concediam às candidatas os vencimentos, como também lhes asseguravam o alojamento, que, de acordo com Rosa Serra, «era bem longe» dos aposentos masculinos²⁴⁸.

4.1.2. A formação militar e paraquedista

O curso decorria no RCP e destinava-se, principalmente, às enfermeiras voluntárias, mas podia ser também frequentado por médicos e capelães que pretendessem especializar-se em paraquedismo²⁴⁹. Regra geral, este curso era ministrado por oficiais

²⁴⁴AHFA, Correspondência expedida pela Direção do Serviço de Recrutamento e Instrução da Força Aérea (DSRI), a 24 de maio de 1961, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 pasta.

²⁴⁵Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, p. 112; Entrevista a Manuel Arrais, realizada a 3 de abril de 2024, em Lisboa.

²⁴⁶Art.º 1 do Decreto N.º 42.075, p. 1579.

²⁴⁷*Ibidem*; Correspondência expedida pela SEA, entre julho e agosto de 1963, e entre setembro e outubro de 1964.

²⁴⁸No 1.º Curso, as candidatas foram alojadas fora do BCP. Depois, dentro do próprio quartel, foram alojadas no Casal das Pombas, um edifício de habitação destinado exclusivamente a elas. Correspondência expedida pela SEA, entre julho e agosto de 1963, e entre setembro e outubro de 1964; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra.

²⁴⁹Os médicos e capelães, que pertenciam também à categoria de pessoal equiparado a militar paraquedista, estavam igualmente sujeitos ao processo de seleção (exames médicos, provas físicas e psicológicas). Entre

(nomeados como instrutores) e sargentos paraquedistas (nomeados como monitores, responsáveis pela instrução física)²⁵⁰. Entre 1961 e 1974, foram realizados, no total, 12 cursos, tendo havido mais do que um período de interregno (1965, 1969, 1971 e 1972), devido à presumível ausência de candidatas²⁵¹.

A primeira fase do curso subdividia-se em duas partes: uma correspondia à instrução militar geral e física, enquanto a outra ao curso de paraquedismo propriamente dito. Inicialmente, as candidatas aprendiam, no fundo, «o que é ser militar»²⁵². Era-lhes ensinado as noções gerais sobre a organização da FA, a Ordem Unida (sem o uso de arma), a disciplina, os valores e deveres militares, assim como, segundo Armando Oliveira, “«a hierarquia, como falar com os superiores, os cumprimentos que tinham de fazer»”²⁵³. Além disso, aprendiam a «limpar as armas, montá-las e desmontá-las», tinham instrução de tiro e praticavam exercícios de orientação²⁵⁴. A instrução física era muito exigente, dura e intensa, de modo a proporcionar às candidatas uma preparação o mais completa e sólida possível²⁵⁵. Estavam em constante movimento, «de manhã até à noite»: praticavam ginástica, corrida e várias modalidades desportivas (nomeadamente voleibol, natação e basquetebol), bem como realizavam exercícios de transposição de obstáculos²⁵⁶. A

1961 e 1974, a sua presença neste curso foi muito pontual e pouco expressiva, verificando-se, no máximo, entre um ou dois candidatos. AHFA, Correspondência expedida pela DSRI, a 4 de maio de 1962, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; Depoimento de Maria de Lourdes Cobra in SERRA, *op. cit.*, p. 114; GRÃO, *op. cit.*, 2006, pp. 84-89.

²⁵⁰Entrevista a Giselda Pessoa.

²⁵¹A documentação coeva disponível é lacunar quanto às razões pelas quais houve vários períodos de interregno. Contudo, podemos apontar que o prolongar da guerra e a perceção do aumento do número de mortos e feridos poderão ter influenciado a redução do número de candidaturas de enfermeiras civis ao corpo de enfermeiras paraquedistas. Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Giselda Pessoa;

²⁵²Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

²⁵³Depoimento de Armando Oliveira in TORRÃO, *op. cit.*, p. 138; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 99; Relatório do 1.º Curso de Enfermeiras Paraquedistas, de 8 de agosto de 1961.

²⁵⁴Depoimento de Maria do Céu Pedro in VALE, *op. cit.*, p. 110; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 99; Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

²⁵⁵Deparamo-nos ainda com um número considerável de candidatas que se lesionou não só na instrução física, como no curso de paraquedismo, implicando a sua transição para o curso do ano seguinte, de forma a concluir a sua formação depois da devida recuperação. Citamos alguns exemplos. Devido a um entorse, Maria da Nazaré Andrade só conseguiu obter o brevet a 23 de agosto de 1961, semanas depois das primeiras enfermeiras paraquedistas terem sido brevetadas. Já Aura Teles ingressou no curso em 1963 e, como teve uma fratura na clavícula durante a instrução física, foi brevetada no ano a seguir. Cf. AHFA, Correspondência expedida pelo Comando do BCP, a 25 de agosto de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta; Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 152-153; Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 97; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 103; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Rosa Serra.

²⁵⁶Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Relatório do Curso de Enfermeiras Paraquedistas, de 8 de agosto de 1961.

atividade física decorria independentemente das condições atmosféricas: segundo conta Cristina Justino da Silva, quando chovia, a farda não contemplava «chapéu de chuva ou gabardine» e «tínhamos que ir para o chão fazer ginástica»²⁵⁷.

Ao longo da formação, qualquer momento era oportunamente aproveitado pelos instrutores para incutir nas candidatas disciplina a todos os níveis e desenvolver “«a capacidade de obedecer»” às ordens superiores, ao mesmo tempo que procuravam solidificar a sua preparação física²⁵⁸. Segundo Natália Santos, brevetada em 1973, era atribuído a cada tarefa, desde equipar à refeição, «um tempo para ser feito e tinha de o ser de forma muito exata e correta». Caso alguma candidata não cumprisse uma determinada tarefa de acordo com o tempo definido ou uma ordem específica, era aplicado «o castigo coletivo com “completas” [na gíria paraquedista, correspondem a castigos físicos em que os instruendos e as instruendas visados tinham que realizar uma série repetida de exercícios]»²⁵⁹. Nos treinos, as candidatas eram também castigadas «por tudo e por nada». Aura Teles conta que os instrutores lhes mandavam fazer flexões e pulos de galos nas poças de água, fazendo com que esta espirasse para a cara. Encaravam estes momentos como puras brincadeiras, o que era aproveitado pelos instrutores para as disciplinar, repreendendo-as fisicamente: «Eles diziam: “Quem está a rir? Porque está a rir? Já dez pulos de galo, pá! Já dez flexões!”»²⁶⁰.

Já o curso de paraquedismo era de curta duração e intensivo, à semelhança da preparação dada aos voluntários²⁶¹. Como saltar em paraquedas implicava os mesmos riscos quer a homens, quer a mulheres, a aprendizagem era igual para ambos os sexos, se bem que, na formação destinada às candidatas, se descurou a preparação para o combate²⁶². No fundo, pretendia-se ensinar-lhes a dominar as suas emoções, de modo a prepará-las psicologicamente para enfrentar, com segurança, cenários adversos, visto que, segundo Rosa Serra, «quanto mais calmas estivermos, melhores cuidados prestamos»²⁶³.

²⁵⁷Depoimento de Cristina Justino da Silva in SERRA, *op. cit.*, p. 125; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

²⁵⁸Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 78.

²⁵⁹Depoimento de Natália Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 115; SERRA, *op. cit.*, p. 90.

²⁶⁰Entrevista a Aura Teles.

²⁶¹Depoimento de Maria do Céu Pedro in VALE, *op. cit.*, p. 110; Entrevista a José Moura Martins, realizada a 14 de fevereiro de 2024, no Clube Militar de Oficiais de Setúbal; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁶²Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, pp. 99-100; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁶³Depoimento de Armindo Cardoso in TORRÃO, *op. cit.*, p. 143; Depoimento de Maria do Céu Pedro in VALE, *op. cit.*, p. 110; Entrevista a Rosa Serra.

Continuando sujeitas a um treino físico exigente e intenso, as candidatas aprendiam toda a componente técnica do paraquedismo: como utilizar e dobrar o paraquedas, como entrar e estar dentro do avião, como saltar e aterrar em segurança, o que fazer caso houvesse problemas na chegada ao solo (por exemplo, ficar presa numa linha telefónica)²⁶⁴. Praticavam também os exercícios de saltos que decorriam, primeiro, em terra e, depois, a partir do avião, preparando-as para o salto final que lhes concederia, por fim, o brevet e a boina verde, símbolo das Tropas Paraquedistas²⁶⁵. Na gíria militar, os saltos em terra são chamados de «saltos da Torre»: no solo, as candidatas equipavam-se com o arnês, às costas, que simulava o paraquedas e era controlado por um cabo, e subiam à Torre, com cerca de 18 metros de altura, onde eram aguardadas pelo instrutor que lhes explicava os procedimentos a ter antes e depois do salto²⁶⁶. Este exercício, de carácter eliminatório, constituiu o obstáculo que as candidatas tiveram mais dificuldade em enfrentar e ultrapassar, por isso era no qual se verificava um elevado número de desistências²⁶⁷. Essa dificuldade agravava-se quando as voluntárias que subiam em primeiro lugar à Torre se recusavam prontamente a saltar, exercendo um efeito-dominó sobre as que se lhes seguiam²⁶⁸. Maria de Lourdes Rodrigues hesitou saltar depois de ter assistido às recusas sucessivas de quatro candidatas que gritavam “«Não! Não sou capaz! Não salto!»”, sentindo-se assim contagiada pelo medo que dominou as suas colegas²⁶⁹. Mais do que um teste técnico, era um teste psicológico: tinha como finalidade averiguar se, ao estarem conscientes do medo, suscitado pela visível distância entre a Torre e o solo, existindo a possibilidade de se magoarem, as candidatas seriam capazes de reagir, procedendo ao

²⁶⁴Depoimento de Maria do Céu Pedro in VALE, *op. cit.*, p. 110; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, pp. 99-100; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Rosa Serra.

²⁶⁵Os voluntários e as voluntárias aprendiam, em primeiro lugar, o salto automático (o paraquedas está ligado ao extrator do avião), podendo obter depois o brevet de queda livre (depois de saltar do avião, o paraquedas é aberto pelo próprio indivíduo). Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 95; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Manuel Arrais; Entrevista a Rosa Serra.

²⁶⁶Depoimento de Armindo Cardoso in TORRÃO, *op. cit.*, p. 139; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 52; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁶⁷AHFA, Propostas de eliminação de candidatas, apresentadas pelo Capitão Paraquedista Fausto Marques, Diretor do 1.º Curso, à Secção de Operações e Instrução do BCP, a 25 e 26 de julho de 1961, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; Depoimento de Octávia Nunes in SERRA, *op. cit.*, p. 112; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁶⁸Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 151-152; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 52; Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, pp. 105-106; Entrevista a Eugénia Sousa in ANTUNES, *op. cit.*, pp. 679-680.

²⁶⁹Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, pp. 105-106.

salto, ou deixar-se-iam ficar paralisadas por essa emoção, recusando-se a saltar e sendo, em consequência disso, reprovadas²⁷⁰. A superação deste obstáculo era determinante para a sua progressão no curso, pois «quem não saltasse da Torre também não saltava do avião»²⁷¹.

A eliminação de candidatas não se sucedia apenas com a recusa de saltar da Torre. Ao longo do curso, permaneciam sujeitas a um regime de avaliação muito exigente não só em termos físicos e técnicos, como também comportamentais. Eram valorizadas as que demonstravam um espírito de sacrifício, dedicação à instrução e determinação na tomada de decisões, ao passo que eram reprovadas as candidatas que, em grande parte dos casos, manifestaram falta de interesse pelo curso, pouca proatividade, um fraco espírito de sacrifício e dificuldades de aprendizagem²⁷².

A sua formação compreendia ainda disciplinas ligadas à medicina tropical (as doenças características dos climas tropicais) e à medicina aeronáutica (os procedimentos a ter no transporte de feridos em avião e helicóptero e ainda fisiologia de voo). Neste âmbito, eram realizadas «visitas a várias bases aéreas»²⁷³.

4.1.3. O estágio de enfermagem

Após a formação militar e o curso de paraquedismo, dava-se início à segunda e última fase da preparação das candidatas: a realização de um estágio de enfermagem, supervisionado pela DSS e de curta duração. Num primeiro momento, entre 1961 e 1962, decorreu no Hospital de São José, em Lisboa, e, a partir do ano seguinte, no Hospital Militar da Base Aérea N.º 4 (BA4), localizado na Terra Chã, Ilha Terceira (Arquipélago dos Açores), devido à transferência de doentes e feridos de guerra internados no Hospital

²⁷⁰Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 151-152; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 52; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁷¹Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁷²AHFA, Correspondência recebida pela SEA, a 24 de julho de 1961, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; Correspondência recebida pela SEA, a 18 de abril de 1962, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; Propostas de eliminação de candidatas, apresentadas pelo Diretor do 3.º Curso, à Secção de Instrução e Treino Operacional do RCP, a 4 e 12 de setembro de 1963, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa.

²⁷³Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 99; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

Militar Principal, situado na Estrela, para esse hospital²⁷⁴. Nos anos de 1970, 1973 e 1974, o estágio não se concretizou porque foi descartado pelo novo Diretor dos Serviços de Saúde, mas também dispensado face à urgente necessidade de colocar mais enfermeiras paraquedistas no teatro de guerra²⁷⁵.

No entender destas mulheres, o estágio não se revelou enriquecedor a nível técnico, tendo em conta que grande parte delas «já tinha experiência de enfermagem nos maiores hospitais do País e, algumas, em serviços bem mais exigentes»²⁷⁶. Contudo, face à mudança verificada em 1963, tinha como principal objetivo desenvolver o seu contacto com os doentes e feridos de guerra que, segundo Antonieta Antunes, «são realmente diferentes não só no aspeto de saúde física, mas psicológica», pois exigiam outro tipo de necessidades e cuidados, comparativamente aos doentes que estavam habituadas a tratar nos hospitais civis²⁷⁷. Era-lhes benéfico na medida em que lhes proporcionava «a antevisão, e uma melhor compreensão, do que se passava na guerra, em África», através do contacto direto com «homens amputados, cegos, com queimaduras, ou o que restava delas, para fazerem operações plásticas»²⁷⁸. Deste modo, dava-lhes a conhecer o tipo de ferimentos provocados por novos e sofisticados engenhos de guerra, mas também perceber as consequentes sequelas psicológicas que esses ferimentos suscitavam nos combatentes, ajudando e acompanhando-os no processo de «progressiva interiorização das deformidades e habituação à sua exposição pública»²⁷⁹. Esse processo variou de combatente para combatente: enquanto uns encaravam com humor as suas deformidades, “«para outros, era muito mais complicado»”²⁸⁰.

²⁷⁴AHFA, Correspondência expedida pela SEA, a 4 de julho de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta; Correspondência expedida pela DSRI, a 9 de abril de 1962, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; Correspondência expedida pela DSRI, a 17 de julho de 1963, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta; Depoimento de Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 134.

²⁷⁵Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Lourdes Pinto Lobão; SERRA, *op. cit.*, p. 131.

²⁷⁶Depoimento de Rosa Serra in SERRA, *op. cit.*, p. 134; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

²⁷⁷Entrevista a Antonieta Antunes.

²⁷⁸Depoimento de Rosa Serra in SERRA, *op. cit.*, p. 134; Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, p. 113.

²⁷⁹Depoimento de Rosa Serra in SERRA, *op. cit.*, p. 134.

²⁸⁰Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, p. 113.

4.2. O convívio em Tancos: desafios, choques e adaptações nas relações de género

É possível identificar dois grandes desafios que marcaram esta experiência de integração feminina no universo militar: em primeiro lugar, o ceticismo inicial dos militares paraquedistas no que diz respeito às capacidades das candidatas e, em segundo lugar, a convivência entre sexos num espaço e domínio fortemente masculinizados.

Na fase preliminar do 1.º Curso, surgiu a questão de quem seria responsável pela instrução de paraquedismo. A FA convidou, formalmente, Rose-May de la Besse, campeã paraquedista civil francesa intimamente ligada às IPSA, uma referência dada por Isabel Rilvas, para «colaborar na formação de enfermeiras pára-quedistas», uma vez que não havia em Portugal «alguém com conhecimentos detalhados sobre a preparação de pessoal e organização do serviço», à exceção de Isabel Rilvas, que saiu de cena após o seu casamento em 1961²⁸¹. Além disso, o seu currículo era significativo: aderiu às IPSA em 1950 e, seis anos depois, às *convoyeuses de l'air*; estagiou nos Estados Unidos, onde trabalhou diretamente com as *flight nurses*; chefiou a equipa de enfermeiras paraquedistas francesas e detinha experiência de guerra, tendo participado nas evacuações aéreas sanitárias operadas na Indochina e Argélia²⁸². Não obstante o contacto estabelecido entre a FA e Rose-May de la Besse, a colaboração não se concretizou, logo o curso ficou sob total responsabilidade das Tropas Paraquedistas²⁸³.

O facto de a formação de enfermeiras paraquedistas não ter sido conduzida por uma mulher fez com que esta entidade militar se deparasse, em primeiro lugar, com o desafio de questionar o seu próprio ceticismo quanto às capacidades femininas. De acordo com Helena Carreiras, esta postura refletiu-se, principalmente, na prática de apostas entre os oficiais paraquedistas, motivadas pelo Capitão Fausto Marques, diretor e instrutor do 1.º Curso, tendo em vista verificar se as candidatas eram ou não capazes de transpor um determinado obstáculo²⁸⁴. Estavam sujeitas a «significativas pressões e permanentes

²⁸¹AHFA, Correspondência expedida pelo Comando do BCP, a 29 de maio de 1961, e correspondência expedida pela SEA, a 2 de junho de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta.

²⁸²Correspondência expedida pelo Comando do BCP, a 29 de maio de 1961; «Rose May de la Besse: Une IPSA compétitrice» in *Des femmes et des ailes: Infirmières Pilotes Secouristes de l'Air*. s.l.: Croix-Rouge Française, 2024, s.p.

²⁸³AHFA, Carta manuscrita de Rose-May de la Besse, datada de 2 de julho de 1961, e correspondência expedida pela SEA, a 25 de julho de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta.

²⁸⁴CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 94.

testes de credibilidade», argumento reforçado por Susana Torrão, segundo a qual «por serem mulheres, era como se as enfermeiras tivessem de provar todos os dias que mereciam estar ali»²⁸⁵.

No nosso entender, defender que este ceticismo inicial resulta somente de um pensamento intrinsecamente machista se revela limitativo, porque ultrapassa as barreiras impostas pela estereotipia de género. Por um lado, baseava-se no facto de as candidatas apresentarem uma «deficiente preparação física» por não estarem habituadas à cultura e prática regular de desporto²⁸⁶. De facto, verifica-se casos muito pontuais de enfermeiras paraquedistas que foram desportistas na juventude, logo importava dar às candidatas uma preparação física o mais sólida possível, como atestámos anteriormente²⁸⁷. Dito isto, as apostas entre os oficiais paraquedistas, promovidas pelo próprio Capitão Fausto Marques na messe (na gíria militar, refere-se à cantina ou refeitório), das quais as candidatas tiveram conhecimento um pouco mais tarde, ainda durante o curso, eram consideradas iniciativas «muito saudáveis», segundo Maria Ivone Reis, uma vez que as desafiavam a fazer mais e melhor, ao mesmo tempo que eram fortemente incentivadas pelo próprio instrutor a desenvolverem as suas capacidades, alcançando ou superando as expetativas ditadas pelas apostas²⁸⁸. Ocorriam sobretudo quando tinham que fazer exercícios mais difíceis (saltar da Torre, ultrapassar as pistas de obstáculos e percorrer o pórtico)²⁸⁹. As primeiras voluntárias tinham plena consciência da exigência «muito grande» à qual tinham que corresponder, tendo em conta que o sucesso do curso, bem como a sua continuidade futura, dependiam, imperativamente, do seu desempenho²⁹⁰. Participavam ainda nos «testes de fim de dia, para voluntários [candidatos a paraquedistas], para ver quem é que era capaz de fazer isto ou aquilo». Desta forma, «marcávamos sempre a diferença», não só pelas circunstâncias que as levaram até Tancos e pela visibilidade que tinham em consequência disso, mas também por serem dominadas por uma proatividade

²⁸⁵IDEM – «Enfermeiras pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa: a singularidade de uma experiência». *Jornal do Exército*. Ano 52 – N.º 612 (dezembro 2011), pp. 38-39; TORRÃO, *op. cit.*, p. 97.

²⁸⁶AHFA, Correspondência expedida pela DSRI, a 1 de julho de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta.

²⁸⁷Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

²⁸⁸CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 94; Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 664.

²⁸⁹Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, 2004, p. 157; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 100; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 664.

²⁹⁰Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 100.

que as impulsionava a ir mais além do que lhes era exigido²⁹¹. As apostas foram ainda praticadas no 2.º Curso, desconhecendo-se a sua efetiva continuidade nos cursos que se lhe seguiram²⁹².

Por outro lado, o ceticismo inicial das Tropas Paraquedistas pautou-se também por uma certa reserva, provocada pela sua própria identidade, que as demarcava das restantes tropas especiais (Fuzileiros, Comandos e Rangers). Estudar a história das enfermeiras paraquedistas implica ter sempre em mente que estavam integradas numa tropa de elite, bem preparada em termos físicos e psicológicos para intervir e sobreviver em contexto de combate²⁹³. À data do seu aparecimento em 1961, as Tropas Paraquedistas, fundadas seis anos antes, eram relativamente recentes e, do ponto de vista militar, encarnavam uma ideia completamente inovadora em Portugal, pelo que Kaúlza de Arriaga as denominou «a nossa melhor tropa» quando enfrentou a resistência do Presidente do Conselho para a criação do corpo de enfermeiras paraquedistas²⁹⁴. Além do seu carácter transformador, estamos perante uma tropa profundamente marcada por um modo de estar e pensar muito singular: os paraquedistas são os mais audazes, porque são capazes de saltarem de um avião, mas, tendo consciência do medo, não se deixam dominar por ele, reagindo de imediato e atuando com segurança em situações adversas²⁹⁵. Daí que a sua identidade tenha sido fortificada em torno do lema «Que nunca por vencidos se conheçam»²⁹⁶. Assim, imbuídos de um forte espírito de grupo, os militares paraquedistas manifestaram uma certa reserva face à abertura do seu domínio e espaço a elementos femininos, perpetrada pela conjuntura da guerra, porque poderia colocar em causa o seu estatuto máximo e inigualável, ao qual, segundo Manuel Arrais, soldado paraquedista brevetado em 1971, «só os muito bons chegavam»²⁹⁷. As primeiras candidatas iam «desmitificá-los», ou seja, conseguir demonstrar que poderiam ser tão audazes como eles²⁹⁸.

²⁹¹Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 664.

²⁹²Entrevista a Eugénia Sousa in ANTUNES, *op. cit.*, p. 680.

²⁹³AFONSO e GOMES, *op. cit.*, p. 222.

²⁹⁴Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Kaúlza de Arriaga.

²⁹⁵Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Manuel Arrais; Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 664.

²⁹⁶Cf. <https://www.exercito.pt/pt/junta-te/tropas-especiais/TE-paras> (consultado em março de 2025).

²⁹⁷Entrevista a Manuel Arrais.

²⁹⁸Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 664.

Mencionámos acima que, no entender de Susana Torrão, o desempenho das candidatas era colocado em causa por serem mulheres, sendo obrigadas a demonstrar, constantemente, que «mereciam estar ali». De facto, tinham que o provar. Não obstante as claras diferenças entre os militares e as enfermeiras paraquedistas (para além das características fisiológicas, estavam incumbidos de missões distintas, isto é, o combate e a assistência sanitária), para se conquistar a boina verde, ambos tinham que enfrentar um processo de aprendizagem muito árduo²⁹⁹. O seu bom desempenho estava fortemente dependente de «um discernimento e uma calma muito grande para se chegar até ao fim», pois o principal objetivo da sua preparação prendia-se, precisamente, com a disciplina e o domínio do medo, mas não a sua eliminação total por ser uma emoção natural e intrínseca ao ser humano³⁰⁰. De acordo com Miguel Silva Machado, a boina verde não é entendida como «uma mera cobertura de cabeça que se recebia como o restante fardamento», mas sim «o símbolo mais marcante e mais reconhecido das Tropas Paraquedistas, último apelo e motivo de coesão»³⁰¹. No fundo, simboliza todo um processo de aprendizagem e superação dos obstáculos, através do qual se transita de «bico de pato» (na gíria paraquedista, referência alusiva aos instruendos) para «pára» (abreviatura de paraquedista), logo a boina verde tem que ser merecida, prestigiada e honrada por quem a enverga, criando-se, desta forma, entre os militares e as enfermeiras paraquedistas um sentimento de pertença e entendimento mútuos. O testemunho de Octávia Nunes, brevetada em 1970, é bastante elucidativo: «Tanto medo que eu tinha sido obrigada a vencer! O que eu tinha sofrido para ali estar naquele momento, e naquele grupo de novas enfermeiras paraquedistas! Mas só pela a [sic] satisfação de ter ultrapassado tantas dificuldades, tinha valido a pena...»³⁰².

Através da experiência, o ceticismo e a reserva dos militares paraquedistas foram progressivamente substituídos pelo respeito, dever de proteção, camaradagem, carinho e admiração pelas suas congéneres. Esses sentimentos generalizaram-se e fortaleceram-se

²⁹⁹Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Manuel Arrais.

³⁰⁰Depoimento de Armando Oliveira in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 143-144; Entrevista a Rosa Serra.

³⁰¹MACHADO, Miguel Silva – *A Boina Verde das Tropas Paraquedistas Portuguesas: História, Legislação, Tradições e o seu uso desde 1955*. Lisboa: s.n., 2022, pp. 3, 12.

³⁰²Depoimento de Octávia Nunes in SERRA, *op. cit.*, p. 112.

não só dentro do RCP, mas também no quotidiano de guerra, difundindo-se entre os restantes militares das Forças Armadas, como veremos mais adiante³⁰³.

Quanto ao segundo desafio suscitado, apontámos no primeiro capítulo que a promiscuidade sexual preocupou as autoridades militares, constituindo outro argumento contra a formação de enfermeiras paraquedistas. Esta preocupação é resultante dos cânones morais da época, segundo os quais os jovens e as jovens, abandonados a si próprios, eram incapazes de controlar impulsos como a paixão e o prazer, por isso desaconselhava-se a partilha do mesmo espaço entre sexos por ser entendida como potencialmente perigosa³⁰⁴. Ora, a possível ocorrência de casos amorosos, despoletando-se relações sexuais pré-matrimoniais, podia corromper a ordem e a disciplina, pilares imprescindíveis da conduta e vivência militares. A observância da moralidade condicionava, sobretudo, os comportamentos das mulheres porque, no entender de Isabel Freire e Lucília Escobar, como «o sexo feminino era supostamente ingénuo e corruptível», seria mais passível de cometer atos imorais³⁰⁵. Com efeito, uma mulher que abdicasse da sua castidade antes do casamento não só perderia a sua reputação e respeitabilidade, como também seria socialmente ostracizada. Os testemunhos de Manuela Flores França e Maria do Céu Pedro corroboram esta questão. A primeira, ao contar à sua família a decisão de ser enfermeira paraquedista, teve que enfrentar “«uma grande facção da família contra mim»”, visto que, na altura, conviver com homens num espaço sob seu total domínio significava que “«quase nos íamos prostituir»”³⁰⁶. Já Maria do Céu Pedro relata que recebeu o apoio inabalável dos seus pais que, “«embora fossem pessoas do campo, [...] sempre tiveram muita confiança em mim»” e “«nunca deram troco»” a comentários alheios que a consideravam uma “«doidivasas ou pior»” por estar na tropa e não estar ainda casada³⁰⁷. Tendo em consideração esses preconceitos, importava zelar pelo comportamento exemplar das candidatas, sendo verificada a sua formação moral, que se afirmou, desde a sua criação à extinção, como um dos principais sustentáculos da credibilidade e manutenção deste corpo.

³⁰³Depoimento de Armindo Cardoso in TORRÃO, *op. cit.*, p. 145; Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Manuel Arrais.

³⁰⁴ALÃO, *op. cit.*, p. 372.

³⁰⁵ESCOBAR, *op. cit.*, pp. 56-57; FREIRE, *op. cit.*, p. 53.

³⁰⁶Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 97.

³⁰⁷Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 53.

Mais uma vez, coube à experiência demonstrar como era possível haver um convívio harmonioso entre os sexos no mesmo espaço. Em Tancos, a sua proximidade desenvolveu-se à base do respeito e camaradagem mútua, mas construiu-se «muito lentamente» devido ao constrangimento inicial de ambas as partes³⁰⁸. Deparam-se com uma nova realidade (a partilha do mesmo espaço e domínio) que lhes era estranha, mas à qual tinham que se adaptar, fomentando-se, progressivamente, uma habituação. Por um lado, as candidatas sentiam-se acanhadas por estarem num meio não só predominantemente masculino, como também militar que aparentava ser «um convívio duro e frio», sentimentos que acompanharam grande parte delas quando chegava e passava os primeiros tempos em Tancos³⁰⁹. Por outro lado, segundo conta Maria Zulmira André, inicialmente «parecia que todos [os militares paraquedistas] nos temiam», ao manifestarem dificuldades em interagir com elas, embora se comportassem, de acordo com Maria Ivone Reis, de forma «muito cordial»³¹⁰. Em abono da verdade, a presença feminina foi particularmente desafiante para os militares, visto que, sendo lhes incutida uma etiqueta social, segundo a qual uma *senhora* deve ser tratada com deferência e respeito, tinham que adotar uma abordagem e comunicação mais cuidadas³¹¹. Não obstante a progressiva habituação face à presença de mulheres, era fulcral continuar a zelar por uma boa conduta: segundo relata Albano Pereira, que em 1969 desempenhou as funções de cabo-especialista mecânico na BA3, um militar que sofresse de uma participação disciplinar apresentada por uma enfermeira paraquedista era «duplamente penalizado», uma vez que «nós, homens militares, tínhamos que as respeitar [...] como militares, independentemente dos postos e [...] como senhoras»³¹².

Este desafio refletiu-se, primeiramente, na nomeação de instrutores e monitores do curso, que dependia de uma seleção muito criteriosa de militares paraquedistas: eram escolhidos aqueles que apresentavam “«um determinado perfil [...] por terem mais sensibilidade para lidar com mulheres, forma de falar e estar, indivíduos aprumados, com

³⁰⁸Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 100.

³⁰⁹Entrevista a Antonieta Antunes; Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, p. 678.

³¹⁰Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 157; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, p. 100.

³¹¹Depoimento de Cristina Justino da Silva in SERRA, *op. cit.*, p. 110; Entrevista a Albano Pereira, realizada a 12 de abril, na Biblioteca Municipal de Oeiras; Entrevista a Albertino Nobre Monteiro, realizada a 9 de fevereiro de 2024, no Centro República – NOVA FCSH; Entrevista a José Moura Martins.

³¹²Entrevista a Albano Pereira.

nível, que pudessem exigir àquelas mulheres um esforço fora do normal»³¹³. De facto, embora tivesse persistido a imprescindível rigidez militar, como demonstrámos anteriormente, as enfermeiras paraquedistas relatam que foram tratadas pelos instrutores e monitores, mas também pelos restantes militares paraquedistas, com respeito, deferência e dignidade³¹⁴.

As candidatas estabeleceram fortes laços de proximidade e confiança com os instrutores e monitores, encarados “«como um pai ou um amigo»”, ajudando-as a adaptarem-se e integrarem-se no espaço militar, alheio à sua zona de conforto³¹⁵. Tal foi possível porque, de acordo com Armando Oliveira, que fora instrutor do curso realizado em 1970, incumbia-lhes transmitir, através da persuasão, confiança às candidatas, garantindo-lhes que “«façam o que nós dizemos e não lhes irá acontecer absolutamente nada»”³¹⁶. Francis Matias relata que se sentiu menos receosa de saltar da Torre quando o seu instrutor lhe disse: “«Ó Francis, se tu saltas da Torre, vais saltar do avião. Garanto-te! Do avião custa menos”. E eu pensava: se ele me diz, é porque é”³¹⁷. Face aos obstáculos mais difíceis, os instrutores e monitores eram benevolentes com as candidatas e encorajavam-nas a não desistirem, dando-lhes mais uma oportunidade para enfrentarem o medo, mas sem diminuir a exigência. O momento de saltar da Torre é uma clara prova disso, sobre o qual os testemunhos, cruzados com as propostas de eliminação de candidatas pelos instrutores, se revelaram unânimes³¹⁸. As candidatas que se recusavam a saltar da Torre não eram imediatamente reprovadas: ao contrário do que se sucedia com os candidatos, eram mais pacientes com elas, fazendo “«um bocado de conversa»”, de forma a “«ultrapassar essa barreira»”³¹⁹. As que não respondiam ao seu incentivo eram, consequentemente, eliminadas. O testemunho de Octávia Nunes demonstra essa benevolência: recorda que, devido ao medo, simulou estar maldisposta para não saltar da Torre e o seu instrutor «foi muito generoso, fingiu acreditar que eu não estava bem e, sem

³¹³Depoimento de Armando Almeida Matias in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 137-138.

³¹⁴Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Lourdes Pinto Lobão; Entrevista a Rosa Serra.

³¹⁵Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 152; Entrevista a Antonieta Antunes.

³¹⁶Depoimento de Armando Oliveira in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 141-142.

³¹⁷Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 152.

³¹⁸AHFA, Propostas de eliminação de candidatas apresentadas pelo Diretor do 1.º Curso, à Secção de Operações e Instrução do BCP, entre 25 e 26 de julho de 1961, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 152; Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, pp. 105-106; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 52; Entrevista a Rosa Serra.

³¹⁹Depoimentos de Armindo Cardoso e Armando Oliveira in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 139-140.

barafustar muito, disse: “Desça! Já agora, pelas escadas, com cuidado, e descanse um pouco. Amanhã quero-a com força para saltar!” [...]»³²⁰. Por sua vez, Maria de Loures Rodrigues, apesar de ter ficado afetada com a recusa sucessiva de quatro candidatas para saltarem da Torre, procedeu ao salto e, como foi «um salto inseguro», o instrutor concedeu-lhe uma segunda oportunidade, exigindo-lhe saltar “«com convicção, e sem mariquices»”³²¹.

A presença de uma enfermeira paraquedista mais velha e experiente permitiu agilizar o processo de adaptação das candidatas ao curso e espaço militar. Como resultado do 1.º Curso, esta medida foi adotada em 1962, tendo sido ininterruptamente aplicada até à realização do último curso realizado em 1974³²². Eram, exclusivamente, nomeadas as militares brevetadas em 1961, às quais cabia a função de acompanhar as voluntárias e fornecer-lhes apoio moral, aconselhando-as e demonstrando-lhes, por exemplo, como se executava determinados exercícios³²³. De acordo com Susana Torrão, a sua presença permitia solucionar outro desafio, isto é, a barreira de comunicação entre as candidatas e os militares responsáveis pela sua formação face à existência de assuntos femininos mais íntimos, principalmente a menstruação, «com os quais os homens não se sentiam à vontade» para abordar e falar³²⁴. Armindo Cardoso, que foi monitor do curso de paraquedismo em 1970, esclarece que “«[...] nós tínhamos de saber quando é que elas estavam menstruadas, porque, nessa altura, não convinha que saltassem do avião ou da Torres»”³²⁵.

Ainda quanto às barreiras de comunicação, perante a presença de uma mulher, os militares tinham um cuidado redobrado quando se expressavam verbalmente, tentando evitar o uso de palavrões, pois transparecia má-educação e total ausência de

³²⁰Depoimento de Octávia Nunes in SERRA, *op. cit.*, p. 112.

³²¹Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, pp. 105-106.

³²²AHFA, Correspondência expedida pela SEA, a 22 de fevereiro de 1962, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, a 31 de outubro de 1966, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1966 (PT/AHFA/SEA/002/0082/002), 1 pasta; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Lourdes Pinto Lobão; Entrevista a Rosa Serra.

³²³Do primeiro grupo de enfermeiras paraquedistas, apenas Maria Arminda dos Santos, Maria Ivone Reis e Maria Zulmira André desempenharam este cargo. Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Maria de Lourdes Pinto Lobão; Entrevista a Rosa Serra.

³²⁴TORRÃO, *op. cit.*, p. 140.

³²⁵Depoimento de Armindo Cardoso in TORRÃO, *op. cit.*, p. 140.

cavalheirismo³²⁶. No RCP, quando Giselda Pessoa se dirigia a algum sítio onde a presença feminina podia ser inesperada, «falava alto para verem que eu estava ali, para terem cuidado. Que é normal, se eles estão lá na conversa e na brincadeira, que de vez em quando saia, assim, uma asneira [...]»³²⁷. Este desafio intensificou-se quando Rosa Serra, ao lesionar-se no decorrer do curso em 1967, permaneceu em Tancos para recuperar e foi «[...] durante alguns meses [...] a única mulher dentro do Regimento [...]». Segundo a própria, «[...] Na sala de televisão eram mais os comentários que saíam espontaneamente sobre o que estavam a ver, às vezes nem eu dava por eles, mas sabia que tinha saído algum termo menos próprio, porque ouvia alguém em surdina “Eh pá, olha a Rosa!”, ou então ouvia, sem saber porquê, um pedido de desculpas...»³²⁸.

As conversas de teor sexual, vistas como indecentes, eram também abafadas diante a presença feminina. Durante o período em que esteve no RCP a recuperar da sua lesão, concluindo o curso de paraquedismo mais tarde, Rosa Serra recorda ainda de um incidente que ocorreu no Clube de Oficiais. Quando se aproximava da sala de leitura, «ouviam mais borburinhos [...] “Cuidado, pá, vem aí a Rosa!...” e quase de imediato, ouvia ruídos e mudanças precipitadas de revistas, de baixo para cima ou de cima para baixo, e um folhear de folhas, feito com ares distraídos e forçados». Isto porque os militares escondiam exemplares da revista *Playboy*, «que alguém trazia da Base Americana dos Açores [...] porque em Portugal não era permitida a venda dessa revista em nenhuma papelaria ou livraria. [...]»³²⁹. Com efeito, a presença feminina no RCP desafiava, claramente, um constrangimento sexual inculcado socialmente³³⁰. Outra prova disso é o testemunho de Manuel Arrais que, em 1971, se deslocou a Tancos para realizar os exames médicos, de admissão às Tropas Paraquedistas, que foram conduzidos por médicos, acompanhados de enfermeiras paraquedistas que também prestavam serviço no posto de socorros da unidade. Recorda-se da vergonha disseminada entre os voluntários, incluindo ele próprio, obrigados a despirem-se diante de uma *senhora*, enquanto as militares atuavam «sem qualquer complexo»³³¹.

³²⁶Entrevista a Albertino Nobre Monteiro; Entrevista a José Moura Martins.

³²⁷Entrevista a Giselda Pessoa.

³²⁸Depoimento de Rosa Serra in SERRA, *op. cit.*, p. 123.

³²⁹*Idem*, pp. 123-124.

³³⁰ALÃO, *op. cit.*, pp. 371-372.

³³¹Entrevista a Manuel Arrais.

Traçada a evolução da convivência entre homens e mulheres no RCP, que, como vimos, se caracterizou pela progressiva transição do ceticismo e reserva para o respeito, a amizade e camaradagem mútua, resta-nos uma última questão, deveras pertinente e que persiste nas nossas mentes curiosas: houve ou não nítidas reações discriminatórias à presença destas mulheres?

Por um lado, os militares paraquedistas nutriam admiração e respeito pelas enfermeiras paraquedistas. O facto de terem correspondido à exigência física e psicológica do curso de paraquedismo, tendo sido capazes de transpor os obstáculos mais difíceis fez com que os instrutores as transformassem em figuras de exemplo para os candidatos. Por meio desta simbolização, pretendiam incentivá-los sobretudo quando hesitavam saltar, estando subjacente um tom provocatório que visava questionar a sua masculinidade. De acordo com Manuel Arrais, «Quando alguns começavam a tremer porque iam saltar, da Torre ou do avião, os nossos comandantes diziam: “[...] Elas tremem e saltam e tu estás a tremer? Então, és homem ou não és homem? Elas são mais homem que tu? [...] Então, elas são capazes e tu não és?” [...] Estavam a elevá-las, a dizer que nós não éramos homens o suficiente»³³². De facto, é curioso observar como a presença feminina no paraquedismo ataçava a masculinidade dos militares: se as mulheres, entendidas como o «sexo fraco», eram capazes, os homens tinham que ser obrigatoriamente capazes. Enquanto Maria do Céu Policarpo esteve destacada em Luanda, realizava, juntamente com outros militares paraquedistas, os saltos de manutenção, para assegurar o brevet de paraquedismo. Nesse contexto, o Coronel Carlos Galvão de Melo, à data Comandante da Base Aérea N.º 9 (BA9), sediada em Luanda, assistiu ao seu salto a bordo do avião, tomando conhecimento da existência das enfermeiras paraquedistas. Este momento não só lhe causou surpresa e admiração, como também «tocou-lhe fundo no seu orgulho másculo de piloto de jactos». Desta forma, sentiu-se inspirado por uma mulher para aprender paraquedismo, adquirindo o brevet dois meses depois de ter visto o seu salto³³³.

Por outro lado, é possível verificar a ocorrência de situações discriminatórias, ainda que tenha sido muito pontual e circunstancial. Os casos mais bem conhecidos

³³²*Ibidem*.

³³³VIDIGAL, Maria do Céu Policarpo – «Recordações do passado». *Mais Alto*. Ano XXV – N.º 248 (julho/agosto 1987), pp. 15-16.

envolveram Manuela Flores França e Rosa Serra, que enfrentaram uma declarada resistência ao seu desejo de participar no curso de queda livre³³⁴. Pelo que há registro, foram as únicas que praticaram esta modalidade. Segundo Manuela Flores França, “«Foi uma luta para me darem autorização! Para que é que uma mulher queria fazer queda livre?!»”. Após tanta resistência, recebeu a autorização da FA e «foi a única mulher num curso com 15 homens»³³⁵. Mais tarde, Rosa Serra foi motivada pelo seu instrutor de curso a fazer queda livre. Apesar de ter sido autorizada a frequentá-lo pelo Capitão Fausto Marques, à data Comandante do RCP, a sua presença foi rejeitada pelo militar responsável pelo curso, ao dizer-lhe “«Eu não quero mulheres a fazer queda livre. Vai-se embora»”. No seguimento disso, Rosa Serra foi «[...] direita ao senhor comandante, Fausto Marques, e disse: “Olhe, senhor comandante, muito obrigada, mas o senhor fulano diz que não quer lá mulheres”. “Esse gajo é burro. Chama-o cá, pah!” [...] Ele foi obrigado a ir e ficou lixado.»³³⁶ Deste modo, interpretamos esta resistência machista como uma tentativa de preservar a queda livre sob total domínio e prestígio masculino, impedindo a expansão da concorrência feminina no campo do paraquedismo militar.

³³⁴Entrevista a José Moura Martins.

³³⁵Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 95.

³³⁶Entrevista a Rosa Serra.

CAPÍTULO V – O enquadramento legal e o estatuto militar

Quando se estuda a integração de mulheres nas Forças Armadas, importa ter em mente que «integração» não significa necessariamente «igualdade», tal como afirma D’Ann Campbell, visto que, consoante os contextos, essa integração é lenta e desigual, de carácter restritivo e proibitivo, legitimado pela legislação que a orienta e regula. Com efeito, esta questão refletiu-se em vários casos de introdução e incorporação de enfermeiras nos serviços de saúde militar: o estatuto e os vencimentos que lhes foram atribuídos num primeiro momento, mas também o direito ao casamento diferiram em relação aos dos homens militares³³⁷.

Tendo em conta estas características, vejamos quais foram as particularidades do processo de integração das enfermeiras paraquedistas no quadro militar, ao nível do estatuto, graduação e contrato. O Decreto N.º 43.663, de 5 de maio de 1961, introduziu-as, provisoriamente, no quadro das Tropas Paraquedistas³³⁸. Com o agudizar das necessidades, provocado pelo prolongar do conflito em África, o referido corpo tornou-se indispensável, logo não só se proporcionou a abertura de novos concursos, como também se procedeu ao seu robustecimento a nível legislativo. O Decreto N.º 43.975, de 21 de outubro do mesmo ano, determinou o aumento do número de vacaturas, enquanto o Decreto N.º 44.242, de 20 de março de 1962, assegurou a integração deste corpo, estipulando os sistemas de admissão (provisória e definitiva) e promoção dentro da hierarquia militar³³⁹.

De acordo com as disposições legais mencionadas, as enfermeiras paraquedistas pertenciam à categoria de pessoal equiparado a militar paraquedista, instituída pelo Decreto-Lei N.º 42.073, de 31 de dezembro de 1958, e regulamentada pelo Decreto-Lei

³³⁷Veja-se, a título de exemplo, os contextos americano e francês. As forças terrestres e navais dos Estados Unidos deram início ao incremento da enfermagem feminina na década de 1900, mas a elevação das enfermeiras a militares e o seu efetivo reconhecimento como tais consumaram-se muito mais tarde, em 1920 e 1942, respetivamente. Além disso, só a partir de 1944, foi-lhes concedido o mesmo montante de vencimento que os homens militares, em função dos postos. O caso francês apresenta um cenário semelhante. Aquando da sua criação em 1946, as *convoyeuses de l’Air*, do Armée de l’Air, pertenciam à categoria de pessoal civil voluntário com estatuto equiparado a oficiais, mas só em 1952 tornaram-se elementos efetivos do quadro militar. As que tinham como projeto pessoal contrair matrimónio e constituir família eram obrigadas a abandonar o serviço. CAMPBELL, *op. cit.*, 2012, pp. 292-293; RAMORA, *op. cit.*, 2021, pp. 51, 57.

³³⁸Decreto n.º 43.663 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 105/1961 (5 de maio de 1961), pp. 533-534.

³³⁹Decreto n.º 43.975 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 245/1961 (21 de outubro de 1961), pp. 1328-1329; Decreto n.º 44.242 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 62/1962 (20 de março de 1962), p. 264.

N.º 42.792, de 31 de dezembro do ano seguinte³⁴⁰. Na nota enviada ao Presidente do Conselho em março de 1962, Kaúlza de Arriaga defendeu dotá-las deste estatuto, uma vez que, por um lado, permitia induzir-lhes «a necessária disciplina»: a sua transição do mundo civil para o universo militar passava, obrigatoriamente, pelo ensinamento dos seus valores e comportamentos, se bem que «só pessoas com grande ideal conseguem ingressar e manter-se». Por outro lado, este estatuto agilizava o processo de «exoneração, quando for caso disso»³⁴¹.

A graduação e a promoção militar destas mulheres dependiam do seu nível de formação profissional: segundo o Decreto N.º 44.242, consoante as vacaturas existentes, era atribuído o posto de oficial às enfermeiras habilitadas com o Curso Geral, enquanto às detentoras do Curso Auxiliar o posto de sargento. A promoção era inicialmente automática, pois ocorria aquando da admissão provisória e definitiva (a frequência e a conclusão do curso de paraquedismo, respetivamente); depois obedecia ou ao tempo de serviço prestado, ou à escolha do Secretário de Estado da Aeronáutica, em conformidade com o parecer da Comissão Técnica da FA³⁴². Através deste decreto, é possível observar uma progressão muito circunscrita na hierarquia militar. As enfermeiras gerais eram automaticamente promovidas a alferes e, segundo os referidos critérios, podiam progredir até tenente, em contraste com os médicos e capelães que podiam ser graduados até capitão e major. Já a promoção das auxiliares de enfermagem iniciava-se no posto de furriel, sendo-lhes permitido progredir até sargento-ajudante. As que fossem posteriormente habilitadas com o Curso Geral poderiam, desta forma, tornar-se oficiais³⁴³. Estas mulheres deveriam ser reconhecidas, respeitadas e tratadas em função dos postos, logo, após a formação do primeiro grupo de voluntárias em agosto de 1961, o Chefe do EMFA esclareceu e determinou “«a todo o pessoal da Força Aérea que estes oficiais e sargentos prestam e têm direito às honras e saudações militares correspondentes aos seus

³⁴⁰Cf. Art.º 3 do Decreto-Lei N.º 42.073, p. 1577; Art.º 5 e 6 do Decreto-Lei N.º 42.792, p. 2108.

³⁴¹Parecer de Kaúlza de Arriaga enviado ao Presidente do Conselho, a 8 de março de 1962.

³⁴²Decreto N.º 44.242, p. 264.

³⁴³A título de exemplo, Maria de Lourdes Rodrigues prestou serviço na FA entre 1961 e 1972, período durante o qual fez «uma interrupção de três anos para formação profissional [...] fora da Força Aérea». Assim, ao regressar a esta instituição, foi graduada ao posto de alferes. Por sua vez, Maria do Céu Pedro frequentou, entre 1973 e 1975, o Curso Geral em Luanda, ao mesmo tempo que continuou a cumprir a sua função como enfermeira paraquedista, com a autorização da FA. Após a Guerra Colonial, permaneceu neste ramo militar e progrediu até ao posto de capitão. Cf. Decreto N.º 44.242, p. 264; Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, p. 387; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 65-66; GRÃO, Luís – «Listagem de efectivos» in *Enfermeiras Para-Quedistas, 1961-2002*. Lisboa: Prefácio, 2006, p. 164.

postos»³⁴⁴. Ao contrário dos homens militares, estas mulheres conviviam entre si, sem qualquer distinção: oficiais ou sargentos, partilhavam os mesmos espaços, nomeadamente o alojamento³⁴⁵.

O acesso das enfermeiras paraquedistas ao oficialato, embora limitado, constituiu uma questão polémica, tendo levantado a discórdia do Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN), que, nos inícios de 1962, avaliou o projeto de diploma apresentado pela SEA, referente ao que veio a ser o Decreto N.º 44.242. No ponto de vista do SGDN, esta proposta contradizia, por completo, o sistema de promoção tradicional que regia o pessoal dos serviços de saúde e tinha-se generalizado nas Forças Armadas. De acordo com esse sistema, o oficialato destinava-se exclusivamente aos médicos e a classe de sargentos aos enfermeiros, espelhando-se também no universo militar uma clara relação hierárquica na qual «o pessoal médico tinha posição superior ao pessoal de enfermagem»³⁴⁶. Portanto, considerava contraproducente adotar um novo sistema de promoção relativamente às enfermeiras paraquedistas, sem haver «razões especiais que o determinem». A par disso, aponta que o Decreto N.º 43.975 estipulou um aumento desproporcional do número de vacaturas: o seu quadro era constituído por três tenentes graduados, nove alferes graduados e nove sargentos graduados, sendo possível verificar que, no total, «o número de oficiais é superior ao de sargentos»³⁴⁷. Kaúlza de Arriaga permaneceu inflexível quanto aos aspetos levantados pelo SGDN, justificando o seu propósito ao Presidente do Conselho: a concessão do oficialato e o maior número de vacaturas para oficiais graduados proporcionavam uma eventual, mas também preferível, composição deste corpo somente por enfermeiras gerais, devido a uma formação profissional mais prolongada e completa, comparativamente às auxiliares de enfermagem³⁴⁸. Apesar de esta proposta ter sido inconsequente a longo prazo, as referidas disposições legais permaneceram-se inalteradas até ao fim do conflito³⁴⁹.

³⁴⁴Ordem de Serviço do EMFA, de 18 de agosto de 1961, citado por GRÃO, *op. cit.*, p. 65.

³⁴⁵Entrevista a Fernando Miranda, realizada a 14 de março de 2024, no Centro República – NOVA FCSH.

³⁴⁶AMENDOEIRA, José – «O género, a autonomia e a identidade sócio-profissional dos enfermeiros» in *Uma Biografia Partilhada da Enfermagem: A Segunda Metade do Século XX, 1950-2003. Um contributo sócio-histórico*. Coimbra: Formasau, 2006, p. 279.

³⁴⁷ADN, Informação N.º 64/62, expedida pela SGDN, sem data, «Disposições legais e de serviço respeitantes às Forças Armadas Portuguesas: Força Aérea. 1º volume», 1958-1967 (PT/ADN/SGDN/IREP/006/0017/014), 1 pasta.

³⁴⁸Parecer de Kaúlza de Arriaga enviado ao Presidente do Conselho, a 8 de março de 1962.

³⁴⁹Apenas em 1966, a SEA procurou, expressamente, aumentar o número efetivo de enfermeiras paraquedistas habilitadas com o Curso Geral, procedendo à abertura de um concurso que excluiu as

As enfermeiras paraquedistas, enquanto pessoal equiparado a militar paraquedista, eram diretamente contratadas pela FA: num primeiro momento, o seu contrato era válido durante um ano e, a partir de 1973, passou a três anos; em ambos os casos, era automaticamente renovado no fim de cada período, sem a manifestação contrária de qualquer uma das partes envolvidas³⁵⁰. Durante o tempo de serviço, eram abonadas pela própria instituição e, em função dos postos, recebiam o mesmo vencimento mensal que um militar paraquedista, tal como o Decreto-Lei N.º 42.792 previa para a categoria à qual pertenciam³⁵¹. Este decreto definiu também que, para serem abonadas, tinham como condição obrigatória efetuar, anualmente, os chamados «saltos de manutenção», igualmente aplicáveis aos militares paraquedistas, embora a legislação previsse algumas exceções³⁵². A título de exemplo, o Decreto N.º 63/73, de 26 de fevereiro de 1973, salvaguardou a continuidade de enfermeiras paraquedistas na FA, com a respetiva graduação, «no caso de perda de aptidão psicofisiológica para o serviço de pára-quedismo», sendo assim canalizadas para as organizações hospitalares da mesma instituição³⁵³.

A paridade salarial entre enfermeiras paraquedistas e militares paraquedistas, consagrada pela legislação da FA, denota o carácter inovador desta experiência de integração feminina no universo militar, de tal maneira que foi alvo de destaque na reportagem «As enfermeiras que caem do céu», conduzida pela revista *Flama* em outubro de 1970, onde podemos ler: «Uma enfermeira pára-quedista ganha exactamente o mesmo soldo que um oficial do seu posto», informação corroborada pelos testemunhos recolhidos no âmbito da presente investigação³⁵⁴. Com efeito, de acordo com Rosa Monteiro, contrastava com «uma acentuada diferenciação salarial entre mulheres e homens [...] generalizada em todos os sectores de atividade» económica que persistiu ao longo do

auxiliares de enfermagem. AHFA, Correspondência expedida pela SEA, a 23 de agosto de 1966, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1966 (PT/AHFA/SEA/002/0082/002), 1 pasta; GRÃO, *op. cit.*, p. 66.

³⁵⁰Art.º 22 do Decreto N.º 41.492 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 297/1957 (31 de dezembro de 1957), p. 1510; Art.º 1 do Decreto N.º 63/73 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 48/1973 (26 de fevereiro de 1973), p. 302.

³⁵¹Art.º 6 do Decreto-Lei N.º 42.792, p. 2108.

³⁵²Art.º 8 do Decreto-Lei N.º 42.792, p. 2108; MACHADO, Miguel – «A Boina Verde na Legislação da Força Aérea» in *A Boina Verde das Tropas Paraquedistas Portuguesas: História, Legislação, Tradições e o seu uso desde 1955*. Lisboa: s.n., 2022, p. 49.

³⁵³Art.º 3 do Decreto N.º 63/73, p. 302.

³⁵⁴Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Giselda Pessoa; *Flama*. Ano XXVII – N.º 1180 (16 de outubro de 1970), p. 23.

Estado Novo e foi, principalmente, evidente «no trabalho não qualificado na banca e seguros [...] e na tipografia, vestuário, calçado, alimentação e comunicações [...]». Esta realidade permaneceu inalterável face às mutações socioeconómicas que se foram despoletando a partir da segunda metade da década de 1960: segundo Irene Flunser Pimentel, o número de mulheres no mercado de trabalho aumentou significativamente, constituindo «26,4% da «população activa», pouco mais de um quarto» em 1970, fruto da carência de mão-de-obra masculina, provocada pela emigração e pela Guerra Colonial. Apesar de em 1966 ter sido introduzido no Código do Trabalho o princípio de igualdade de remuneração entre os sexos, consagrado em 1951 pela Convenção N.º 100 da Organização Internacional do Trabalho, Rosa Monteiro defende que «a regulamentação colectiva do trabalho era ineficaz no eliminar das discriminações salariais»³⁵⁵.

As militares tinham ainda direito ao abono de gratificações de serviço aéreo e ajudas de custo. Este subsídio, complementar aos vencimentos mensais, comportava a alimentação, o alojamento e a deslocação, quando destacadas na «metrópole», nos Açores e nas «províncias ultramarinas», assim como no percurso entre estes territórios e Portugal, quando se efetuavam as evacuações transatlânticas de feridos. O montante de ajudas de custo variava consoante os postos aos quais estavam equiparadas³⁵⁶.

Não obstante as características inovadoras desta experiência de integração, o casamento impossibilitou a continuidade do serviço das enfermeiras paraquedistas durante a Guerra Colonial, constituindo um motivo preponderante pelo qual uma parte significativa destas mulheres rescindiu contrato, sendo que eram obrigadas a tal para contraírem matrimónio³⁵⁷. Porém, constituiu uma questão ambígua em termos

³⁵⁵MONTEIRO, Rosa – «Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo» in *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias* (org. FERREIRA Virgínia). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010, p. 34; PIMENTEL, Irene Flunser – «Do pós-guerra ao marcelismo: poucas mudanças na vida das mulheres» in *Mulheres Portuguesas* (PIMENTEL, Irene Flunser; MELO, Helena Pereira de). Lisboa: Clube do Autor, 2015, pp. 303, 342.

³⁵⁶AHFA, Correspondência expedida pela SEA, a 9 de abril de 1962, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, a 18 de fevereiro de 1964, «Reingresso nos quadros de origem no Exército de militares das tropas paraquedistas», janeiro-dezembro de 1964 (PT/AHFA/SEA/151-01/0062/001), 1 pasta; Correspondência expedida pela SEA, a 16 de setembro de 1968, «Pedidos de ingresso nas Forças Armadas», dezembro de 1967-dezembro de 1968 (PT/AHFA/SEA/053-020101008), 1 pasta.

³⁵⁷Cf. Depoimento de Ana Maria Bermudes in SERRA, *op. cit.*, p. 419; Depoimento de Dulce Murteira in SERRA, *op. cit.*, p. 415; Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 72; Entrevista a Giselda Pessoa; SERRA, Rosa (coord.) – «Como vivíamos... em terras estranhas, e em tempo de guerra» in *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*. 2.ª Edição. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2014, p. 180.

legislativos. Segundo João Amaral, a vida militar era entendida como «um sacerdócio», visto que, como determina o Decreto N.º 43.101, de 2 de agosto de 1960, qualquer militar das Forças Armadas em serviço ativo tinha que pedir autorização prévia ao ramo do qual estava dependente para se casar³⁵⁸. Albano Pereira, enquanto militar da FA, e Henrique Mendonça, como militar da Marinha, recordam que tiveram que cumprir com este procedimento³⁵⁹. Embora o enquadramento das militares fosse explicitamente sustentado por uma legislação pré-existente à sua criação, foram totalmente excluídas desta formalidade legal. Maria do Céu Policarpo obteve a autorização de Kaúlza de Arriaga para contrair matrimónio, mas, após a exoneração deste no cargo de Secretário de Estado da Aeronáutica em 1963, foi obrigada a abandonar a FA³⁶⁰.

A esfera militar reproduziu, no fundo, a adoção do casamento como critério de exclusão que, no mundo civil, sob determinação legal, afetava um conjunto específico de profissões feminizadas, do qual se destaca a enfermagem hospitalar. Por esta profissão, nas palavras de Hélder Henriques, «ser entendida como um sacerdócio e/ou uma missão, onde não cabia a família, devido às exigências daquele trabalho», o referido critério foi praticado entre 1942 e 1963, ano em que se procedeu à sua revogação³⁶¹. Tendo em conta esta questão, Helena Carreiras chama a atenção para o facto de esta experiência de integração feminina no mundo militar dar também origem a um choque entre dois pressupostos identitários que eram considerados incompatíveis, na medida em que se anulavam um ao outro: «pode-se ser verdadeiramente militar e mulher sem se ser visto como um caso desviante relativamente ao que significa ser militar ou ser mulher?»³⁶².

Uma das hipóteses plausíveis que justifiquem a proibição do casamento é a seguinte: a presença das enfermeiras paraquedistas era de tal forma necessária e importante que se deslocavam, com frequência, de uma frente de guerra para outra, o que se agravava devido ao reduzido número efetivo. Segundo Maria Arminda dos Santos, «[...] nós estávamos uns meses em Angola, depois chegava um rádio [uma mensagem], pega na mala, segue para a Guiné e depois vai para o curso [de enfermeiras paraquedistas].

³⁵⁸Decreto N.º 43.101 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 178/1960 (2 de agosto de 1960), p. 1825; Entrevista a João Amaral, realizada a 20 de março de 2024, na Liga dos Combatentes – Núcleo de Oeiras.

³⁵⁹Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Henrique Mendonça, realizada a 30 de maio de 2024, na Associação Conquistas da Revolução.

³⁶⁰BRANCO, *op. cit.*, pp. 287-288.

³⁶¹HENRIQUES, *op. cit.*, p. 321; PIMENTEL, *op. cit.*, pp. 322-325.

³⁶²CARREIRAS, *op. cit.*, 2011, pp. 39-40.

[...] era um caracol com a casa às costas. [...] Aconteceu-me chegar, por exemplo, à Guiné e chegar um rádio a dizer “Agora vai para Angola”. E o contrário também»³⁶³. É certo que, como refere Sofia Branco, «o casamento diminuía a sua disponibilidade», pois, em consequência, emergia um novo compromisso que gravitava em torno da constituição e do cuidado de uma família, reforçando-se os deveres atribuídos ao sexo feminino na esfera doméstica³⁶⁴. Além disso, o fenómeno em estudo provou que o convívio entre sexos no espaço militar se pautou pelo respeito e camaradagem mútua, mas não podemos descurar o facto de ter também proporcionado, naturalmente, o florescer de relações amorosas que eram mantidas sob máxima discrição: houve enfermeiras paraquedistas que se apaixonaram por militares paraquedistas e outros militares da FA, com os quais se vieram a casar³⁶⁵. Ora, esta questão acentuava a incompatibilidade destas mulheres com o casamento, visto que as exigências profissionais não lhe conferiam estabilidade, devido ao distanciamento provocado pelo carácter imprevisível das colocações, sempre em consonância com as necessidades, bem como ao perigo e à incerteza inerentes às suas funções³⁶⁶.

Por fim, o direito à licença de casamento foi-lhes apenas concedido em 1973, doze anos depois da sua criação. Da produção legislativa selecionada e analisada, o Decreto N.º 63/73 é a única disposição legal que aborda, de forma concisa e clara, esta questão. Resultante da necessidade de travar a diminuição do número efetivo que se foi verificando ao longo do conflito em África devido ao casamento, tinha em vista garantir-lhe uma «maior estabilidade». Competia ao Secretário de Estado da Aeronáutica decidir a permanência ou exoneração das militares que manifestassem o intento de contrair matrimónio, salvo a exceção de que, se requeressem, podiam «manter-se ao serviço em funções da sua especialidade que excluam a prática de pára-quedismo», sendo também canalizadas para as organizações hospitalares da FA³⁶⁷.

³⁶³Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

³⁶⁴BRANCO, *op. cit.*, p. 288.

³⁶⁵Depoimento de Ana Maria Bermudes in SERRA, *op. cit.*, p. 419; Depoimento de Dulce Murteira in SERRA, *op. cit.*, p. 415; Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 72; Depoimento de Giselda Pessoa in SERRA, *op. cit.*, p. 431; Depoimento de Júlia Almeida in SERRA, *op. cit.*, pp. 399-400; Depoimento de Maria Celeste Lopes Guerra in SERRA, *op. cit.*, pp. 389-390; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 65; Depoimento de Maria de Lourdes Gomes in SERRA, *op. cit.*, p. 426; Depoimento de Natália Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 433.

³⁶⁶Entrevista a Giselda Pessoa.

³⁶⁷Art.º 4 do Decreto N.º 63/73, p. 302.

CAPÍTULO VI – A exposição mediática das «Seis Marias» e os seus impactos

A 8 agosto de 1961, Maria Arminda dos Santos, Maria de Lourdes Rodrigues, Maria da Nazaré Andrade, Maria do Céu Policarpo, Maria Ivone Reis e Maria Zulmira André realizaram, no campo do Arrepiado, o último salto que lhes concedeu, por fim, a boina verde e o brevet, tornando-se, oficialmente, as primeiras enfermeiras paraquedistas³⁶⁸. A imprensa diária não se manteve indiferente perante tal acontecimento: denominadas por as «Seis Marias» – expressão que eternizou este grupo –, são notícia de primeira página, divulgando-se a sua proeza pelo território nacional³⁶⁹. Assim, a excecionalidade deste acontecimento prende a atenção de quem lê os jornais: a novidade provoca reações, salta de boca em boca, afirma-se como tema de conversa entre as pessoas, a informação espalha-se e entranha-se.

Posto isto, face aos valores do Estado Novo quanto ao lugar e papel social das mulheres, como a imprensa diária abordou este tipo de participação feminina na guerra? De acordo com Mady Wechsler Segal, o discurso público molda e legitima as funções militares atribuídas ao sexo feminino em contextos de beligerância, visto que, «when the armed forces need women, their prior military history is recalled to demonstrate that they can perform effectively in various positions»³⁷⁰. O jornal *Diário de Luanda* atua precisamente neste sentido, constatando, através da memória histórica, que a participação das mulheres na guerra não constitui novidade, mas também como pode ser útil e benéfica para o favorecimento da Pátria. Cita «exemplos do mais fervoroso e puro amor da Pátria», alusivos à Padeira de Aljubarrota, «que mata castelhanos com o mesmo à-vontade com que enforca o pão», e a Maria José Mascarenhas de Mendonça Gaivão, esposa do militar Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, que, durante as campanhas de pacificação em África, «não largou nunca o seu marido nas andanças gloriosas das lutas contra os

³⁶⁸O campo do Arrepiado, no Município da Chamusca, é o local onde os militares paraquedistas aterram após se lançarem do avião. SERRA, *op. cit.*, p. 94.

³⁶⁹Há títulos das notícias publicadas pelos jornais analisados mencionam que foram brevetadas cinco enfermeiras paraquedistas, como é o caso do *Diário de Notícias* («Monjas do Ar: Cinco jovens enfermeiras conquistaram ontem em Tancos o «brevet» de pára-quedistas»). Outros dizem que foram sete, no caso d'*O Século* («O céu de Portugal ganha sete «páras» femininos»). A 8 de agosto de 1961, as enfermeiras paraquedistas visadas foram Maria Arminda dos Santos, Maria do Céu Policarpo, Maria de Lourdes Rodrigues, Maria Ivone Reis e Maria Zulmira André. Isto porque, recordamos, por motivos de lesão, Maria da Nazaré Andrade foi brevetada mais tarde, a 21 de agosto do mesmo ano. Maria Irene Lopes Cardoso poderia ter sido a sétima enfermeira paraquedista a que faz alusão *O Século*, mas não foi brevetada na mesma altura por motivos de lesão. Faleceu no ano seguinte, na sequência de um acidente de viação em Torres Novas. GRÃO, *op. cit.*, 2006, pp. 59-60.

³⁷⁰SEGAL, *op. cit.*, p. 761.

vátuas», tendo sido «a companheira e esposa ideal do Chefe, a enfermeira delicada dos soldados»³⁷¹. Em suma, estes exemplos denotam ações femininas distintas: a Padeira de Aljubarrota representa a imagem da mulher que combate, enquanto Maria José Mascarenhas de Mendonça Gaivão a imagem da mulher que auxilia e cuida.

Deste modo, com a evocação do passado histórico, procura-se ilustrar que a intervenção feminina na guerra advém de um espírito de abnegação em prol da Pátria que chama e grita por ajuda, sendo entendido como uma forte qualidade moral que se reflete também no caso das enfermeiras paraquedistas brevetadas em 1961. Dessa qualidade é indissociável o carácter voluntário da participação destas jovens mulheres, assinalado pelo *Diário da Manhã*: «Onze jovens, com o seu curso de enfermeiras, alistaram-se voluntariamente – voluntariamente, repetimos – para fazer o curso de pára-quedistas». Com esta afirmação, visa demonstrar a posição categórica destas jovens face ao desenrolar dos acontecimentos em Angola: abdicaram conscientemente da sua zona de conforto para poderem ajudar e contribuir. Ainda segundo o mesmo jornal, quando um jornalista lhes perguntou «se estavam prontas a seguir para Angola, elas deixaram de mostrar a sua cara alegre e, quase em uníssono, responderam: – Prontas para tudo para onde nos mandarem e a Pátria precise!»³⁷². Esta questão está também patente no discurso do *Diário de Notícias*, que as denominou por «monjas do ar», de forma a enaltecer a sua devoção profissional e espírito de sacrifício, comparando-as com as mulheres que se dedicavam à vida religiosa³⁷³. Nesta construção narrativa e imagética em torno das enfermeiras paraquedistas, para além de se identificar e louvar as suas qualidades morais, *O Século* e o *Diário da Manhã* aludem o facto de terem sido formadas pela EEFMM, à exceção de Maria Arminda dos Santos, que estudou na EESVP³⁷⁴. Com efeito, procuram informar o leitor relativamente à formação profissional destas jovens mulheres, mas consideramos que existe uma mensagem subentendida: detentoras de uma formação religiosa, são jovens regradas, disciplinadas, íntegras. Desta forma, era possível conferir-lhes credibilidade e estimular a validação social.

Indubitavelmente, era conveniente ao próprio regime criar e propagar uma imagem da mulher portuguesa virtuosa que intervém de forma consciente, mobiliza-se e

³⁷¹*Diário de Luanda*. Ano XXXI – N.º 9.624 (9 de agosto de 1961), p. 1.

³⁷²*Diário da Manhã*, pp. 1, 6.

³⁷³*Diário de Notícias*. N.º 34.284 – Ano 37.º (9 de agosto de 1961), p. 1.

³⁷⁴*Diário da Manhã*. N.º 10.816 – Ano XXXI (9 de agosto de 1961), p. 3.; *O Século*. N.º 28.497 – Ano 81.º (9 de agosto de 1961), p. 1.

sacrifica-se por um bem sagrado e coletivo (a salvação da Pátria), pois esta mentalidade espelha a missão regeneradora do Estado Novo que orientou, ideológica e politicamente, a sua implementação, consolidação e atuação. De acordo com Fernando Rosas, o renascimento e a manutenção da Nação dependiam intrinsecamente da regeneração moral do povo português, logo era necessário «educá-lo, moldá-lo, discipliná-lo, renovar-lhe a mentalidade», criando-se assim «esse «homem novo» salazarista, esse ser trabalhador, probo, disciplinado, respeitador da religião e da ordem, chefe de família zeloso e patriota»³⁷⁵. A *Menina & Moça*, revista da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), incumbida de fomentar «determinados comportamentos e valores que as organizações femininas do Estado Novo desejavam nas jovens», aborda o surgimento das enfermeiras paraquedistas, precisamente no sentido de apelar à consciência do dever e de servir a Pátria em tempos de guerra, visando estimular a mobilização feminina em grande escala³⁷⁶. Encara estas militares, dotadas de «uma coragem sem dúvida rara», como um exemplo que «deve incitar-nos a todas a bem servir, em qualquer missão que nos seja confiada. Em toda a parte a mulher portuguesa pode e deve trabalhar e lutar para conservar íntegra a herança dos nossos maiores»³⁷⁷. O *Diário Popular* segue também esta linha de raciocínio: conta a história de vida de Maria da Nazaré Andrade, com o propósito de «constituir um “exemplo dignificante para a mulher portuguesa” e “tantas raparigas sem rumo e tantas mulheres perdidas”», como atesta Maria Augusta Faria da Costa. Aos 23 anos, já tinha sofrido e vencido vários obstáculos, visto que, para além de órfã, era viúva. Apesar disso, permanecia disposta a abdicar do que tinha a favor de algo útil e digno pela Pátria³⁷⁸.

Traçado um conjunto de qualidades morais fortíssimas, os jornais salientam ainda o entusiasmo, a confiança e o comportamento destemido das enfermeiras paraquedistas, principalmente no momento em que foram colocadas à prova: procederem ao último salto apesar de um «céu nublado e período de aguaceiros»³⁷⁹. Este aspeto, meramente descrito pelos jornais selecionados, foi particularmente interpretado pelo *Diário de Lisboa* como

³⁷⁵ROSAS, Fernando – «Um Chefe, um Regime, um Povo» in *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012, pp. 177-178.

³⁷⁶PIMENTEL, Irene Flunser – «O Estado Novo e as mulheres, anos trinta e quarenta» in *Mulheres Portuguesas* (PIMENTEL, Irene Flunser; MELO, Helena Pereira de). Lisboa: Clube do Autor, 2015, pp. 257-258.

³⁷⁷*Menina & Moça*. N.º 164 (outubro 1961), p. 20.

³⁷⁸COSTA, *op. cit.*, pp. 166-167.

³⁷⁹*Diário Popular*. Ano XIX – N.º 6762 (8 de agosto de 1961), p. 8.

«uma pequena contrariedade que se venceu», no sentido de comprovar a capacidade de reação e decisão imediata destas jovens mulheres em situações adversas, resultante da sua eficaz preparação física e militar³⁸⁰. Assim, «[...] quando for necessária a presença dessas enfermeiras em qualquer área do Norte de Angola, não hesitarão a avançar, em auxílio do seu semelhante e em quaisquer circunstâncias»³⁸¹. Para além do *Diário de Lisboa*, o *Diário da Manhã* e *O Século* encaram-nas como elementos militares na sua essência, não obstante a condição extraordinária que lhes possibilitou possuir, enquanto mulheres, esse estatuto. Por vezes, são designadas, simplesmente, por «novas pára-quedistas», «jovens militares», e «páras», expressão presente no título da notícia d'*O Século* («O céu de Portugal ganha sete «páras» femininos»)³⁸².

Ao lançamento das cinco enfermeiras paraquedistas e à subsequente cerimónia de entrega da boina verde, realizada também no campo do Arrepiado, assistiu um público muito diversificado, pois, sendo um acontecimento «não vulgar, atraiu as atenções gerais»³⁸³. Para além de jornalistas, esse público era composto por familiares e amigos das visadas, pelas irmãs de caridade (em particular a Madre Superiora da EEFMM), por jornaleiros, «que interromperam o trabalho do campo para pespegar os olhos no alto a ver descer as cinco filhas de Eva», e por figuras militares importantes, intimamente ligadas à FA (à exceção de Kaúlza de Arriaga, que não pôde comparecer à cerimónia, tendo sido representado pela sua esposa)³⁸⁴. Dessas figuras militares, damos particular ênfase ao Major Paraquedista Mário Robalo, à data Comandante do BCP, e ao General Mira Delgado, então Chefe do EMFA, cujos discursos, proferidos na cerimónia de imposição das insígnias (galões e divisas) e do brevet que decorreu no Clube de Oficiais, protagonizaram o momento em que as autoridades militares credibilizaram e validaram, perante a sociedade portuguesa, a existência das enfermeiras paraquedistas. Em ambos os discursos, as militares são reconhecidas, engratecidas e aclamadas, reproduzindo-se a imagem da mulher portuguesa virtuosa e patriota, pronta para ajudar a Nação nos momentos de provação. No entender do Major Mário Robalo, constituíam um exemplo claro de que “«as virtudes ráticas da mulher portuguesa, longe de se haverem perdido,

³⁸⁰*Diário da Manhã*, p. 3; *Diário de Notícias*, p. 6; *O Século*, p. 7.

³⁸¹*Diário de Lisboa*. Ano 41.º – N.º 13.884 (8 de agosto de 1961), p. 9.

³⁸²*Diário da Manhã*, p. 3; *Diário de Lisboa*. Ano 41.º – N.º 13.884 (8 de agosto de 1961), p. 9; *O Século*, p. 1.

³⁸³*O Século*, p. 7.

³⁸⁴*Diário de Lisboa*, p. 9; *Diário da Manhã*, p. 3; *O Século*, p. 7.

continua[m] cada vez mais vivas [...] com serena decisão para que se mantenha íntegra a herança dos nossos maiores»³⁸⁵. Já o General Mira Delgado «acentuou que constituía razão de orgulho para todos os militares terem as novas graduadas como camaradas», segundo o *Diário de Notícias*, e apelou às militares que continuassem a aperfeiçoar o seu trabalho, «para bem melhor servir a Pátria, neste momento particularmente grave que vive», de acordo com o *Diário da Manhã*³⁸⁶. O discurso do Major Mário Robalo não só legitima a existência das militares, como também contribui para desconstruir, junto do público, a ideia de que a partilha do mesmo espaço entre homens e mulheres impulsiona a promiscuidade sexual, visto que, corroborando a análise realizada no quarto capítulo, a experiência demonstrou que “«é possível a convivência, a vida em comum, lado a lado, dentro das unidades militares, entre elementos militares femininos e masculinos, sem que, por esse facto, se percam os sentimentos da dignidade e do respeito mútuo, que são apanágio dos povos civilizados»”³⁸⁷.

Espelhada a notícia sobre as «Seis Marias», que reacções esta novidade suscitou nas pessoas comuns? Helena Carreiras constata uma explosão de reacções opostas: admiração, reprovação, incredulidade e medo³⁸⁸. As razões que explicam o facto de as enfermeiras paraquedistas serem repudiadas socialmente são diversas e partem das restrições impostas pela estereotipia de género. Por um lado, eram vistas como jovens anormais, totalmente desprovidas de juízo, como explica Antonieta Antunes, entrevistada pela revista *Flama* em outubro de 1970: “«A coisa mais errada é as pessoas pensarem que as raparigas vêm para aqui por isto ou por aquilo, ou porque são pílulas ou, se não são, vêm a dar nisso ou noutra coisa pior. [...]»”³⁸⁹. Esta perceção negativa advém do facto de não estarem a cumprir com o lugar social que fora atribuído às mulheres: pertencerem ao domínio doméstico, com uma educação que as prepare para serem boas donas de casa, mães e esposas dedicadas. Elucidativo disso é o testemunho de Maria de Lourdes Cobra. Recorda que uma vez, enquanto frequentava o curso de paraquedismo em 1964, depois de ter efetuado um salto, enfrentou dificuldades em controlar o paraquedas ao aterrar. Acabou por ser auxiliada por «um homem já idoso que devia ser agricultor naquela região». Quando retirou o capacete, «o meu cabelo de mulher deve tê-lo impressionado

³⁸⁵*Diário de Notícias*, p. 6; *Diário da Manhã*, p. 3.

³⁸⁶*Diário da Manhã*, p. 3.

³⁸⁷*Ibidem*.

³⁸⁸CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, pp. 39-40.

³⁸⁹*Flama*. Ano XXVII – N.º 1180 (16 de outubro de 1970), p. 23.

porque olhei outra vez para cima, para ele, e deparei-me agora com um semblante ríspido, feroz, zangado, e gritou para mim “Se eu soubesse que era uma mulher, não tinha mexido uma palha!... Vá mas é para casa coser meias!”³⁹⁰.

Por outro lado, sendo o serviço militar e a guerra entendidos como elementos que estruturam socialmente a identidade masculina, pressupõe-se que a participação feminina nesses domínios implicaria a masculinização das mulheres, ou seja, adotarem o mesmo comportamento que os homens, deturpando-se assim a «ordem natural» que sustenta toda a organização social³⁹¹. Tal como Françoise Thébaud afirma, «A guerra, que conduz a uma inversão dos papéis e desafia os conceitos de feminilidade existentes, tende a acentuar esta corrente de pensamento mais do que a pô-la em causa»³⁹². As enfermeiras paraquedistas estavam integradas no meio militar, eram instruídas por homens, vestiam o fato camuflado, conviviam e trabalhavam diariamente com eles, por isso havia quem as repudiasse por serem, aparentemente, mais “«másculas»” do que femininas³⁹³. Concomitantemente, a imagem da enfermeira paraquedista como mulher-militar foi cuidadosamente trabalhada, com o intuito de constatar, junto do público, a preservação da sua feminilidade, sendo uma questão que predominou também noutros contextos de integração feminina no universo militar³⁹⁴. A par do uso da saia como marca distintiva da farda feminina, segundo a revista *Mais Alto*, havia um «aprumo militar de mulher», pautado por um estilo cuidado, simples e discreto³⁹⁵. Esta imagem estava em consonância com um conjunto de regras impostas pela FA em 1962 que exigiam às enfermeiras paraquedistas “«conservarem-se, como tem sucedido até aqui, a coberto de críticas mal intencionadas que possam ferir a sua reputação moral»”. Uma dessas regras proibia o uso exagerado de maquilhagem, bem como a utilização de “«vestuário que possa causar escândalo»”³⁹⁶. Em abono da verdade, os comportamentos das militares estavam sob constante e rigorosa vigilância, que se iniciava, desde logo, com a avaliação do perfil das

³⁹⁰Depoimento de Maria de Lourdes Cobra in SERRA, *op. cit.*, pp. 113-114.

³⁹¹JAUNEAU, Elodie – «Les femmes dans l'armée française pendant les guerres (XIXe-XXe siècles): histoire, historiographie et problématique de genre». *Encyclo. Revue de l'école doctorale Sciences des Sociétés* ED 624. N.º 1 (2012), pp. 60-61.

³⁹²THÉBAUD, *op. cit.*, p. 44.

³⁹³Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 75.

³⁹⁴Veja-se, por exemplo, os casos das *flight nurses* americanas e das voluntárias auxiliares do Exército francês durante a Segunda Guerra Mundial. Cf. BARGER, Judith – «Flight Nurse Image in Mind and Media» in *Beyond the Call of Duty: Army Flight Nursing in World War II*. Kent: The Kent State University Press, 2013, p. 198; CAPDEVILLA, *op. cit.*, s.p.

³⁹⁵*Mais Alto*. Ano III – N.º 36 e 37 (abril-maio de 1962), p. 19.

³⁹⁶Despacho Normativo N.º 51, de 17 de maio de 1962, citado por GRÃO, *op. cit.*, 2006, pp. 77-78.

candidatas a nível profissional e moral. Assegurar a credibilidade e a seriedade deste corpo revelou-se uma propriedade muito importante ao longo da sua existência. Qualquer falha que fosse cometida poderia facilmente descreribilizá-las. Já em 1961 Maria Ivone Reis demonstrou-se consciente de que a presença feminina nas Forças Armadas era, nas suas palavras, uma situação «delicada», visto que era colocada em causa por aqueles que «ainda não se habituaram e estão talvez mais atentos ao que nos possa destruir do que desejosos de nos encorajar»³⁹⁷.

Mesmo que a imprensa tenha procurado, através de um discurso apologético, promover a legitimidade, mas também assegurar a reputação moral das enfermeiras paraquedistas, a perplexidade constituiu uma reação social face a este fenómeno que persistiu ao longo do conflito em África. A existência destas militares apenas ecoou na Assembleia Nacional em 1968, sete anos depois do seu aparecimento, quando se iniciaram os debates sobre a introdução e legalização do serviço militar feminino em Portugal. Neste contexto, as enfermeiras paraquedistas foram consideradas por alguns deputados intervenientes como exemplos importantes de como a participação feminina podia ser benéfica para o esforço de guerra. Um desses deputados foi Manuel João Cutileiro Ferreira, industrial corticeiro eleito pelo Círculo de Évora, cujo discurso denota essa perplexidade, ou seja, uma combinação entre a dificuldade de compreender o seu propósito e o porquê de haver mulheres dispostas a sacrificar as suas vidas na guerra, devido a um conjunto de crenças sociais fortemente enraizadas, e o fascínio que essas mulheres acabavam por causar inevitavelmente: «Cabe aqui, Sr. Presidente, uma referência – e que justa ela é! – a essas abnegadas enfermeiras pára-quedistas, para que vai todo o meu respeito e consideração. Só quem já as viu partir, na fragilidade de um helicóptero, rumo ao desconhecido, poderá compreender o que existe de grande e nobre na sua missão. Custa-me a compreendê-las, mas admiro-as. Não as entendo, mas respeito-as»³⁹⁸.

Ao mesmo tempo que eram repudiadas e pouco compreendidas por uns, eram fervorosamente admiradas por outros, afirmando-se como uma fonte de inspiração, sobretudo, para as jovens portuguesas. Ainda no ano de 1961, Maria Ivone Reis constata à *Revista do Ar* esse impacto, partilhando que, durante o período em que

³⁹⁷*Mais Alto*. Ano III – N.º 31-32-33 (novembro – dezembro de 1961 – janeiro de 1962), p. 35.

³⁹⁸*Diário das Sessões*. IX Legislatura – Sessão N.º 121 (18 de janeiro de 1968), p. 2233.

acompanhou o Ministro do Ultramar Adriano Moreira na sua viagem às «províncias ultramarinas», «ao ver-me saltar, muitas jovens ficaram entusiasmadas com a possibilidade de serem futuras enfermeiras»³⁹⁹. De facto, é possível verificar que, assim que a preparação militar de enfermeiras voluntárias para Angola foi anunciada pelos órgãos da comunicação social, várias jovens mulheres escreveram cartas, endereçadas às entidades competentes (o BCP, o EMFA e a SEA), a manifestar o seu interesse em fazer parte desse corpo⁴⁰⁰. Esta tendência continuou depois de 1961: sensivelmente até ao ano de 1969, a SEA recebeu múltiplas cartas redigidas por jovens oriundas não só de Portugal (incluindo as regiões mais remotas do país, os Arquipélagos dos Açores e da Madeira), mas também dos territórios africanos então sob domínio colonial. A existência desta panóplia de cartas, conservada no AHFA, confere à presente investigação uma análise inovadora que nos permite identificar e compreender, numa perspetiva de tempo longo, os impactos que o aparecimento das enfermeiras paraquedistas provocou do ponto de vista social. Por um lado, este fenómeno difundiu-se a nível nacional e ultramarino, através da forte interligação entre os mecanismos de transmissão de informação, isto é, os meios de comunicação social (jornais, televisão, rádio) e a via oral. Por outro lado, é possível não só identificar as motivações das jovens que aspiravam ser enfermeiras paraquedistas, mas também traçar o seu perfil socioeconómico, mediante a informação que apresentam nas cartas seleccionadas (a idade, o nível de escolaridade e a formação/ocupação profissional), o que, por sua vez, nos permite complexificar as motivações de algumas remetentes.

As jovens portuguesas que escreveram às entidades competentes compreendiam a faixa etária entre os 14 e 28 anos de idade. Eram, maioritariamente, enfermeiras e estudantes de enfermagem, mas este fenómeno captou também a atenção de funcionárias públicas, operárias, criadas de servir, domésticas e empregadas de escritório⁴⁰¹. Para além

³⁹⁹*Revista do Ar*. Ano XXV – N.º 278 (dezembro 1961), p. 116.

⁴⁰⁰AHFA, Correspondência recebida pela SEA, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta; «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; «Informação sobre admissão às especialidades da Força Aérea», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0039/016), 1 pasta

⁴⁰¹AHFA, Correspondência recebida pela SEA, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; «Informação sobre admissão às especialidades da Força Aérea», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0039/016), 1 pasta; «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta; «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta; «Reingresso nos quadros de origem no Exército de militares das tropas paraquedistas», janeiro-dezembro de 1964 (PT/AHFA/SEA/151-

de solicitarem informação quanto às condições de admissão, as razões que justificam o interesse em serem enfermeiras paraquedistas são de natureza diversa. Por um lado, grande parte delas manifestou um fervoroso espírito patriótico. A. F. M., auxiliar de enfermagem que trabalhava então no Sanatório de Viseu, afirma, na carta datada de 4 de agosto de 1961, que queria ser enfermeira paraquedista porque tencionava «servir a Pátria no que for necessário para bem dos meus irmãos Portugueses»⁴⁰². N. A. F., natural da Guiné-Bissau, sem o curso de enfermagem, partilha a mesma ânsia, na carta datada de 1 de novembro de 1965: «A minha maior ambição e [sic] ser enfermeira paraquedista, a fim de poder servir a minha pátria»⁴⁰³. Por outro lado, algumas jovens são impelidas por um espírito aventureiro: ser enfermeira paraquedista constituía, no seu entender, uma oportunidade única para satisfazer a curiosidade que o desconhecido lhes suscitava. Desta forma, seria somente possível a P. P. R., proveniente de Paço de Arcos, «conhecer as nossas províncias [ultramarinas] que eu tanto gosto fazia em conhecer», segundo a sua carta datada de 30 de outubro de 1965⁴⁰⁴. Já C. C. C., residente em Montemor e habilitada com o 2.º ano do Curso Geral de Comércio, sabendo que há mulheres nas Tropas Paraquedistas, escreve, a 20 de março de 1968, o seguinte: «Ambiciono a aventura, e o pára-quedismo seduz-me»⁴⁰⁵.

A ver das entidades militares, a manifestação feminina do patriotismo revelava os princípios morais que o Estado Novo procurava inculcar socialmente, sendo assim uma motivação importantíssima a ter em consideração. Independentemente da sua origem socioeconómica e ocupação profissional, estas jovens mulheres queriam intervir, contribuir para o esforço de guerra, enfim, ajudar a Pátria. Porém, partindo da informação contida nas cartas selecionadas, sabemos que uma parte considerável dessas jovens

01/0062/001), 1 pasta; «Candidatas a enfermeiras paraquedistas», janeiro-dezembro de 1965 (PT/AHFA/SEA/151-01/0075/013), 1 pasta; «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1966 (PT/AHFA/SEA/002/0082/002), 1 pasta; «Pedidos de ingresso nas Forças Armadas», dezembro de 1967-dezembro de 1968 (PT/AHFA/SEA/053-02/0101/008), 1 pasta; «Ingresso no quadro de paraquedistas», janeiro-outubro de 1969 (PT/AHFA/SEA/053-02/0115/007), 1 pasta.

⁴⁰²Procedemos à anonimização dos nomes das remetentes que citaremos neste capítulo, ao abrigo do RGPD. Cf. Art.º 6 da Lei N.º 26/2016, de 22 de agosto.

⁴⁰³AHFA, Carta manuscrita de A. F. M., datada de 4 de agosto de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta; Carta manuscrita de N. A. F., datada de 1 de novembro de 1965, «Candidatas a enfermeiras paraquedistas», janeiro-dezembro de 1965 (PT/AHFA/SEA/151-01/0075/013), 1 pasta.

⁴⁰⁴AHFA, Carta manuscrita de P. P. R., datada de 30 de outubro de 1965, «Candidatas a enfermeiras paraquedistas», janeiro-dezembro de 1965 (PT/AHFA/SEA/151-01/0075/013), 1 pasta.

⁴⁰⁵AHFA, Carta manuscrita de C. C. C., datada de 20 de março de 1968, «Pedidos de ingresso nas Forças Armadas», dezembro de 1967-dezembro de 1968 (PT/AHFA/SEA/053-02/0101/008), 1 pasta.

provinha de famílias humildes, detinha apenas a instrução primária e não usufruía dos recursos financeiros necessários para frequentar o curso de enfermagem. Posto isto, o desejo de servir a Pátria é uma razão utilizada, desde logo, para assegurar a atenção das entidades competentes, persuadindo-as a conceder-lhes a oportunidade de serem enfermeiras paraquedistas, apesar de não cumprirem com o requisito obrigatório de possuir o diploma de enfermagem. Isto porque, por detrás do alegado espírito patriótico, há uma motivação maior e mais importante: a busca por melhores condições de vida. Esta questão ganha ainda mais preponderância ao verificarmos o seguinte: há cartas que têm como destinatários o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e o Presidente da República, à data Américo Tomás. Não se trata de uma ação inocente: sendo os representantes máximos do poder político em Portugal, no entender destas jovens, poderiam auxiliá-las mais rapidamente, atendendo assim às suas necessidades⁴⁰⁶.

Vejamos o caso de M. N. C. M., residente em Vila Nova de Cacela, região do Algarve. A sua família é pobre, possui apenas a quarta classe e «para viver tenho de trabalhar». Sabendo que há mulheres nas Tropas Paraquedistas, deseja ser paraquedista para que possa «defender a Pátria naquilo que for preciso», tal como é exigido aos homens, por isso reitera que, «mesmo sendo rapariga peço mais uma vez a Vossa Alteza o favor de me atender e auxiliar», segundo afirma na carta datada de 7 de outubro de 1963⁴⁰⁷. Na sequência de obter um parecer negativo por parte da SEA, a jovem responde: «[...] estou-lhe muito grata por me terem atendido mas novamente vou pedir aos senhores se me podem arranjar um emprego [...] simplesmente onde eu possa ganhar a minha vida porque estou a viver com meus tios»⁴⁰⁸. O caso de M. M. O., criada de servir que então residia em Coruche, Santarém, é igualmente elucidativo. A 20 de julho de 1965, dirige-se ao Presidente do Conselho como «bom pai que é», pelo «que o senhor tem feito pelos pobres», acreditando que, com a sua autoridade, poderia ajudá-la a concretizar o seu

⁴⁰⁶AHFA, Correspondência recebida pela SEA, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta; «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta; «Reingresso nos quadros de origem no Exército de militares das tropas paraquedistas», janeiro-dezembro de 1964 (PT/AHFA/SEA/151-01/0062/001), 1 pasta; «Candidatas a enfermeiras paraquedistas», janeiro-dezembro de 1965 (PT/AHFA/SEA/151-01/0075/013), 1 pasta; «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1966 (PT/AHFA/SEA/002/0082/002), 1 pasta.

⁴⁰⁷AHFA, Carta manuscrita de M. N. C. M., datada de 7 de outubro de 1963, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta.

⁴⁰⁸AHFA, Carta manuscrita de M. N. C. M., datada de 24 de outubro de 1963, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta.

desejo. Apesar de ser «baixinha e magra», deseja ser enfermeira paraquedista para «ajudar os nossos rapazes que me são tão queridos, todos eles, e ajudar a defender o que é nosso, o nosso Portugal tão querido». No entanto, reforça que, para além de ser pobre, vive numa situação familiar delicada, pois «tenho vivido sozinha. Os meus pais estão divorciados. O meu pai está com outra mulher. Eu dou-me péssimamente com a minha madrastra», apelando ao Presidente do Conselho a sua misericórdia⁴⁰⁹.

Tendo em consideração que as enfermeiras paraquedistas representaram, ao longo do conflito, a única via existente pela qual as mulheres podiam aceder ao universo militar, estas jovens, de origens humildes, encaravam-na como uma nova oportunidade profissional, que lhes possibilitava ter um emprego mais-bem renumerado, mas também pertencer a um novo espaço, de forma a escapulir-se de contextos familiares adversos. Vejamos novamente o caso supramencionado de A. F. M. Apesar de a sua carta não ter como destinatário o Presidente do Conselho, nela consta que «me encontro atualmente a ganhar e socorrer minha família que é pobre». Por conseguinte, confessa que só estaria realmente disposta a ser enfermeira paraquedista se a renumeração salarial fosse vantajosa, questão que, no fundo, se sobrepõe ao seu alegado espírito patriótico⁴¹⁰.

As cartas recebidas pela SEA entre 1961 e 1969 revelam outra questão deveras pertinente: verifica-se que uma parte considerável das jovens remetentes desconhece a missão das enfermeiras paraquedistas. Demonstram saber que há mulheres nas Tropas Paraquedistas, mas pressupõem que a sua função é combater, tal como os homens. M. N. C. M., na carta supramencionada, omitindo a expressão «enfermeira», reforça que ser paraquedista significava, para ela, enquanto mulher uma oportunidade de combater como os homens⁴¹¹. A 20 de novembro de 1963, E. P. F., serviçal natural de Leiria, escreve ao Presidente do Conselho que, estando «pronta a sacrificar-me até à última gota de sangue por o meu querido Portugal», deseja «ser pára-quedista mas não tenho dinheiro para tirar o curso de enfermeira». Em simultâneo, demonstra-se-lhe indignada por não ser dada a mesma possibilidade de combater às mulheres, confrontando-o: «[...] Por vezes sinto inveja dos homens. Porque é que só eles podem ir para a tropa? [...] Por pertencermos ao sexo fraco, ou por não sermos precisas? Nós também somos fortes e os homens embora

⁴⁰⁹AHFA, Carta manuscrita de M. M. O., datada de 20 de julho de 1965, «Candidatas a enfermeiras paraquedistas», janeiro-dezembro de 1965 (PT/AHFA/SEA/151-01/0075/013), 1 pasta.

⁴¹⁰Carta manuscrita de A. F. M., data de 4 de agosto de 1961.

⁴¹¹Carta manuscrita de M. N. C. M., datada de 7 de outubro de 1963.

muitos são sempre poucos para defendermos aquilo que tanto amamos»⁴¹². Em última análise, a expressão «enfermeira paraquedista» podia causar interpretações ambíguas por parte de quem ouvia, permanecendo pouco esclarecido quanto à sua verdadeira natureza. Enquanto a expressão «paraquedista» é neutra («o paraquedista»/«a paraquedista»), a expressão «enfermeira» enfatiza, no fundo, a existência de mulheres militares, na especialidade de paraquedistas, tornando-se, no entender das jovens, uma possibilidade de serem combatentes e experimentarem uma atividade, por si só, radicalmente diferente, mas, acima de tudo, de contrariarem as convenções sociais. Este desconhecimento resultou, em parte, da própria fonte de informação, principalmente a via oral: à medida que as pessoas transmitem e partilham a informação entre si, ela é transformada, simplificada, reduzida. E. R. F. P., que então residia em Sesimbra e provinha de uma família modesta, afirma, na carta datada de 29 de janeiro de 1968, que, na sua localidade, «ouvi dizer que ia para a tropa raparigas, e por isso me ofereço voluntariamente para defender e derramar o meu sangue pela pátria como fazem todos os portugueses»⁴¹³.

É certo que a exposição mediática das «Seis Marias» se revelou vantajosa, no sentido de ter proporcionado a sua divulgação nacional, através da qual se conseguiu captar a atenção do seu público-alvo (enfermeiras e estudantes de enfermagem) e potenciar o aumento de recrutamento. Porém, ainda em agosto de 1961, depois da cerimónia da imposição da boina verde e do brevet, a SEA interveio institucionalmente para proteger as enfermeiras paraquedistas de «simples divulgações ou propagandas» mediáticas que as desviassem do propósito da sua existência e da sua utilização no contexto operacional. Determina que «não se consideram bem exibições isoladas de enfermeiras pára-quedistas, mas sim demonstrações de tropas pára-quedistas onde estejam incluídas enfermeiras pára-quedistas», salvo a exceção da necessidade de recrutamento⁴¹⁴. A reportagem realizada pelo jornalista Quirino Teixeira para a revista *Mais Alto* em 1962 fornece-nos algumas pistas que nos permitem compreender melhor esta preocupação. Este jornalista entrevistou Maria da Nazaré Andrade que então tinha sido destacada para Luanda, Angola. Inicialmente, demonstrou-se relutante em falar,

⁴¹²AHFA, Carta manuscrita de E. P. F., datada de 20 de novembro de 1963, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta.

⁴¹³AHFA, Carta manuscrita de E. R. F. P., datada de 29 de janeiro de 1968, «Pedidos de ingresso nas Forças Armadas», dezembro de 1967-dezembro de 1968 (PT/AHFA/SEA/053-02/0101/008), 1 pasta.

⁴¹⁴AHFA, Informação N.º 22, expedida pelo Chefe de Gabinete da SEA, a 18 de agosto de 1961, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta.

porque, a seu ver, os jornalistas tendiam a encará-las como se fossem meras celebridades, relatando uma situação em que um jornalista perguntou «a uma colega de que actor ela gostava mais...»⁴¹⁵. A reportagem de Neves de Sousa, publicada pela revista *Flama* em agosto de 1961, ilustra a crítica apontada pela militar: apresenta um conjunto de factos e curiosidades relativamente às «Seis Marias» (designadamente o local de nascimento, os gostos particulares e os hábitos de lazer). A título de exemplo, sobre Maria Ivone Reis, o jornalista escreve: «Gosta bastante de Poesia e do bom Cinema. Não quer que se saiba: era «fan» incondicional de Gary Cooper [célebre ator de Hollywood]»⁴¹⁶. Apesar do fator-novidade intrínseco ao seu aparecimento, estas mulheres eram elementos militares, por isso deveriam ser encaradas como tais e tratadas com respeito e seriedade, o cerne da preocupação expressa pela SEA.

Soma-se ainda o facto de terem ocorrido situações onde jovens mulheres que queriam tanto ser enfermeiras paraquedistas «arranjavam brevets, punham e diziam que eram», segundo relata Maria Arminda dos Santos⁴¹⁷. Uma dessas situações chamou a atenção da própria FA que procurou averiguar o verdadeiro paradeiro da jovem em questão. Em setembro de 1963, T. J. S. C. compareceu a uma «demonstração realizada pela Força Aérea, na cidade de Viseu», apresentando-se como «Enfermeira-Pára-quedista Alferes Miliciano», usando um cartão de identificação e um brevet falsificado. O que alertou a FA foi o seu comportamento «expansivo, abraçando e beijando os soldados pára-quedistas [...] notado por todos, constituindo um motivo de desprestígio, para a Força Aérea e em especial para as Enfermeiras Pára-quedistas», ameaçando a imagem e a reputação moral das militares. Apesar de a FA ter-se demonstrado «interessada em mais pormenorizadas investigações», desconhecemos o desfecho deste caso, devido à ausência de suporte documental⁴¹⁸.

⁴¹⁵*Mais Alto*. Ano III – N.º 36 e 37 (abril-maio de 1962), p. 19.

⁴¹⁶*Flama*. Ano XVIII – N.º 701 (11 de agosto de 1961), p. 22.

⁴¹⁷Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴¹⁸AHFA, Correspondência expedida pela 2.ª Repartição do EMFA, a 23 de setembro de 1963, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta.

CAPÍTULO VII – As enfermeiras paraquedistas no teatro de guerra (1961-1974)

7.1. Missão, distribuição e organização do serviço

De acordo com o Despacho N.º 418, de 25 de julho de 1961, as enfermeiras paraquedistas estavam incumbidas de dar assistência, indiscriminadamente, não só a todos os elementos das Forças Armadas Portuguesas (para além da FA, o Exército e a Marinha), como também às populações civis⁴¹⁹. Na sua essência, esta missão revela um importante e intrínseco princípio deontológico da enfermagem: auxiliar qualquer indivíduo que necessitasse, militar ou civil, «independentemente da raça e de serem amigos ou inimigos»⁴²⁰. Socorreram tanto combatentes portugueses, como guerrilheiros capturados, e ainda cuidaram das populações nativas dos territórios em guerra⁴²¹. As militares executavam a sua missão em locais de difícil acesso, a bordo de aeronaves e em operações de especial responsabilidade, bem como em locais de grande aglomeração de feridos e/ou doentes, em hospitais militares e, salvo exceções, hospitais civis. A sua distribuição era ordenada pela DSRI, pelo Comandante da 1.ª Região Aérea ou dos Comandantes das Zonas Aéreas dos Açores e de Cabo Verde e Guiné ou dos Comandantes das 2.ª e 3.ª Regiões Aéreas, tendo em consideração os pareceres do Diretor do Serviço de Saúde da FA ou dos Chefes das Delegações deste serviço⁴²².

O período das suas comissões era inferior, em comparação ao tempo atribuído aos militares (cerca de dois anos e meio). Inicialmente, prestavam serviço durante seis meses, tendo sido, mais tarde, alargado para um ano; nesse período, eram colocadas numa determinada frente de guerra e, concluída uma comissão, eram de seguida nomeadas para outra, «sem qualquer período de permanência na Metrópole», dando assim origem a «uma comissão em África, prolongada por vários anos, sem duração definida». Para fazer face ao reduzido número efetivo, as comissões assentes em períodos curtos permitiam uma

⁴¹⁹Despacho N.º 418 – *Ordem à Aeronáutica*, 1.ª Série, N.º 11 (25 de julho de 1961), p. 423.

⁴²⁰«As Enfermeiras Pára-quedistas: A ex-Tenente Enfermeira Pára-Quedista Maria Arminda Lopes P. dos Santos (Combatente do ex-Ultramar)». *Combatente*. Ano XXV – N.º 274 (dezembro 1994), p. 6; Entrevista a Rosa Serra.

⁴²¹A título de exemplo, Maria Zulmira André evacuou Pedro Rodriguez Peralta, oficial cubano ao serviço do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), capturado pelas forças portuguesas na Guiné em novembro de 1969. Cf. TORRÃO, *op. cit.*, pp. 87-92; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Rosa Serra.

⁴²²Despacho N.º 418, p. 423.

distribuição rotativa, portanto mais flexível, no teatro de operações, sempre em função das necessidades a suprimir⁴²³.

A atividade das enfermeiras paraquedistas desenvolveu-se consoante a evolução da própria guerra: num primeiro momento, concentrou-se em Angola, quando o conflito eclodiu em 1961; depois, estendeu-se para a Guiné, em 1962, e, por fim, Moçambique, em 1963, antes de as hostilidades se iniciarem oficialmente (no caso da Guiné, em 1963 e, no caso de Moçambique, no ano seguinte)⁴²⁴. O desenrolar da guerra (a sua localização e o nível de intensidade) diferiu de território para território, o que também influenciou a distribuição destas militares no contexto operacional: quanto mais intensa era a guerra numa determinada frente, maior era o número de baixas em combate, portanto maior a necessidade de apoio sanitário. O conflito abrangeu parcialmente Angola (regiões norte e leste) e Moçambique (regiões norte e centro), enquanto cobriu grande parte do território da Guiné, onde o «contínuo crescendo de intensidade [...] exigiu o empenhamento dos efetivos portugueses cada vez mais numerosos»⁴²⁵. Desta forma, a Guiné constituiu a frente de combate na qual a atividade das enfermeiras paraquedistas foi mais expressiva, pelo que havia um maior contingente neste território (entre quatro e cinco militares) do que em Angola e Moçambique (entre duas e três militares)⁴²⁶. Giselda Pessoa prestou serviço na Guiné durante um ano e quatro meses. Segundo a própria, sendo um território pequeno, o qual, «ao fim de uns tempos, acabávamos por conhecer» no seu todo, «a gente ia fazer uma evacuação e passado um bocadinho ia fazer outra. Éramos capazes de fazer três ou quatro evacuações no mesmo dia»⁴²⁷. A presença das militares foi também significativa em Mueda (Província de Cabo Delgado, Norte de Moçambique), onde o conflito se agudizou a partir da década de 70⁴²⁸. Para Rosa Serra, constituiu “«o sítio pior onde estive. Nem na Guiné era assim! [...] Nem as famílias podiam estar presentes! A

⁴²³SERRA, *op. cit.*, p. 178.

⁴²⁴*Idem*, p. 177.

⁴²⁵Cf. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – «Mapa da guerra» in *Guerra Colonial*. Porto: Porto Editora, 2020, pp. 20-23.

⁴²⁶Depoimento de Rosa Serra in SERRA, *op. cit.*, p. 190; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; SERRA, *op. cit.*, p. 182.

⁴²⁷Entrevista a Giselda Pessoa.

⁴²⁸AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – «A guerra em Moçambique» in *Guerra Colonial*. Porto: Porto Editora, 2020, pp. 155-159; Depoimento de Ana Ramalho in SERRA, *op. cit.*, p. 248; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 54; Entrevista a Rosa Serra.

base, que nem era uma base, era um aeródromo, era atacada – passávamos muitas noites dentro de abrigos»⁴²⁹.

Contudo, a carência de enfermeiras paraquedistas dificultava a supressão das necessidades sanitárias que se foram agravando ao longo do conflito, o que provocou o aumento da carga de trabalho do número efetivo existente⁴³⁰. Deparamo-nos com casos de militares que prestaram serviço sozinhas, sem a presença e o auxílio de outra colega, sobretudo no Norte de Moçambique⁴³¹. Ana Ramalho realizou a sua primeira comissão em Mueda no ano de 1971, onde esteve durante seis meses, «sempre sozinha e sem nunca de lá sair», tendo sido um período «de constante trabalho em evacuações desde o “mato” [na gíria militar, refere-se à zona de combate propriamente dita], do clarear do dia até ao pôr-do-sol, sempre em SOS, em comoção constante, com um enorme medo reprimido»⁴³². Mesmo que fossem canalizadas mais enfermeiras paraquedistas para a Guiné, Giselda Pessoa permaneceu mais tempo seguido nesta frente de guerra, visto que «não havia ninguém para me substituir»⁴³³. Em simultâneo, foram poucas as militares que acompanharam a evolução da própria guerra, desde o seu início ao seu fim⁴³⁴.

As enfermeiras paraquedistas não constituíram o único corpo militar responsável pela assistência sanitária ao longo do conflito⁴³⁵. Os médicos e os enfermeiros integrados nas fileiras do Exército, da Marinha e FA existiram, estiveram tanto na frente de combate como na linha de retaguarda, têm as suas próprias experiências e memórias que não

⁴²⁹Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 116-117.

⁴³⁰Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra.

⁴³¹Depoimento de Ana Ramalho in SERRA, *op. cit.*, p. 248; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 54.

⁴³²Depoimento de Ana Ramalho in SERRA, *op. cit.*, p. 248.

⁴³³Depoimento de Giselda Pessoa in PINTO, *op. cit.*, p. 261; Entrevista a Giselda Pessoa.

⁴³⁴Veja-se, por exemplo, o caso de Maria Arminda dos Santos que cumpriu «quase dez anos» de serviço na FA (1961-1970). Cristina Justino da Silva e Aura Teles, ambas brevetadas em 1964, prestaram serviço também durante grande parte do conflito: a primeira saiu da FA em 1973, regressando à vida civil, enquanto a segunda testemunhou o fim do conflito em Angola, regressando a Portugal em 1975 e permanecendo no serviço militar. Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴³⁵Para saber mais sobre a organização dos serviços de saúde militar no contexto da Guerra Colonial, vide BARROCAS, Rita Alpiarça – *Contributo para o estudo da organização médica nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique (1961-1974)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado em História Militar [Texto policopiado]; GODINHO, Manuel da Costa – *A Enfermagem nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000. Dissertação de Mestrado em Ciências da Enfermagem [Texto policopiado].

podem ser igualmente esquecidas⁴³⁶. Desempenharam papéis também importantes, complementando-se com a atuação das militares. Os médicos estavam concentrados nos hospitais e aquartelamentos⁴³⁷. Enquanto as enfermeiras paraquedistas eram convocadas ao «mato» em contexto de emergência, os enfermeiros operacionais (em particular, os do Exército) acompanhavam, diariamente, as tropas portuguesas no terreno, dando-lhes uma assistência mais imediata⁴³⁸. No caso da FA, essa função cabia aos enfermeiros paraquedistas, isto é, um conjunto de praças e cabos com formação de primeiros-socorros que assegurava «um apoio sanitário eficiente» às forças paraquedistas em campanha⁴³⁹. As suas homólogas permaneceriam excluídas do acompanhamento das tropas paraquedistas ao «mato», devido às «suas condições fisiológicas de mulheres» e à «falta de preparação física» que impossibilitava «suportar a dureza das operações»⁴⁴⁰. Desta forma, no contexto da Guerra Colonial, persistiu, em certa medida, a divisão sexual dos espaços da guerra, à semelhança do que se verificou na Primeira Guerra Mundial: a frente de combate pertence aos homens, cabendo-lhes as missões mais arriscadas, excluindo as mulheres desse meio devido ao perigo iminente⁴⁴¹.

⁴³⁶Pelo que foi possível averiguar, são poucos os livros de memórias publicados por médicos e enfermeiros militares que participaram na Guerra Colonial. Veja-se, por exemplo, a obra de ficção *Os Cus de Judas*, do escritor António Lobo Antunes (Dom Quixote, 2017), cuja narrativa se baseia nas suas experiências como médico militar em Angola entre 1971 e 1973. Pedro Taveira, enfermeiro da FA entrevistado no âmbito desta investigação, é autor do livro *Enfermeiro de Guerra: Evacuações na frente de combate debaixo de mísseis* (Edições Vieira da Silva, 2020). Destaca-se ainda a obra *Sopros de vida*, de José Lemos Vale, recorrentemente citada nesta dissertação, que apresenta alguns testemunhos de enfermeiros do Exército. Outra entrevista realizada no âmbito do presente trabalho que pode contribuir para a análise das experiências de médicos e enfermeiros militares durante o referido conflito é a de Fernando Miranda, também enfermeiro da FA que prestou serviço em Angola e Moçambique entre 1967 e 1975.

⁴³⁷Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Pedro Taveira.

⁴³⁸GODINHO, Manuel da Costa – «O Serviço de Saúde nas Forças Armadas Portuguesas» in *A Enfermagem nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 61-62; VALE, José Lemos – «A formação dos Enfermeiros Militares (1961-1974)» in *Sopros de vida*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011, pp. 41-45.

⁴³⁹A necessidade de criar uma unidade de enfermeiros paraquedistas foi apontada pelo Comando do RCP em 1962 e a carência do seu número efetivo transformou-se numa questão extremamente relevante ao longo do conflito em África. AHFA, Correspondência expedida pela DSRI, a 17 de fevereiro de 1965, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; Correspondência expedida pelo Comando do RCP, a 7 de fevereiro de 1962, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; Correspondência expedida pela DSRI, a 8 de novembro de 1965, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; Correspondência expedida pela DSRI, a 25 de abril de 1969, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa; Depoimento de Armando Oliveira in TORRÃO, *op. cit.*, p. 145.

⁴⁴⁰AHFA, Correspondência expedida pelo Comando do RCP, a 7 de fevereiro de 1962, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa.

⁴⁴¹MONTEIRO, Natividade da Conceição André – «Os cursos de enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas» in *A Mobilização das Mulheres Portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022, pp. 154; 170.

7.1.1. Tipologia de evacuações aéreas sanitárias

7.1.1.1. Evacuações de combate

As enfermeiras paraquedistas eram convocadas ao «mato» para prestar assistência consoante o nível de gravidade do ferido, nível esse que era definido por um código específico: Tipo A, Tipo B e Tipo Y. Dessas classificações, a última assinalava os casos mais urgentes que contemplavam os feridos em perigo de vida, sendo assim a que exigia a presença de uma enfermeira. Já evacuações do Tipo A abrangiam os militares e os civis, doentes e/ou feridos ligeiros, que necessitavam de ser evacuados para o hospital, enquanto as de Tipo B indicavam o seu «transporte para consultas ou tratamento programados anteriormente pelo próprio hospital, para dar continuidade à vigilância ou tratamento instituído»⁴⁴². Todavia, na prática, as militares participaram também nestas evacuações: por exemplo, deram assistência a mulheres nativas em trabalho de parto⁴⁴³. Tendo como ponto de partida as bases aéreas, as evacuações, principalmente ao «mato», eram efetuadas via helicóptero e estavam sob a responsabilidade de uma equipa própria, à qual pertenciam, para além da enfermeiras paraquedista, o piloto e o cabo-especialista mecânico⁴⁴⁴. Era nomeada uma equipa de alerta para as evacuações, incluindo os aparelhos aéreos, consoante uma escala de serviço rotativa⁴⁴⁵. As militares eram constantemente chamadas para evacuar feridos, de maneira que, de acordo com Eugénia Sousa, «trabalhávamos 12, 13, 20 dias seguidos e fazíamos sempre 14, 15, 20 horas por dia». Antonieta Antunes relata que havia «dias em que por vezes não tinha hora de refeição. [...] Comia sandes. Comia qualquer coisa»⁴⁴⁶.

Devido às suas características, o helicóptero «veio facilitar extraordinariamente o papel das enfermeiras», uma vez que «ia a todo o sítio», tal como descreve Maria Arminda

⁴⁴²SERRA, *op. cit.*, p. 214.

⁴⁴³Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Rosa Serra.

⁴⁴⁴Apesar da especialidade em paraquedismo, estas militares não efetuaram saltos operacionais para socorrer feridos na frente de combate; como verificámos no quarto capítulo, a formação paraquedista tinha como principal objetivo prepará-las psicologicamente para a guerra. Segundo Luís Grão, «o recurso ao pára-quedas como meio de colocação de efectivos em zonas de operações, foi muito pouco utilizado pelas tropas pára-quedistas portuguesas durante os 13 anos de guerra no Ultramar, existindo o registo de apenas meia dúzia de intervenções deste tipo, nos três teatros de operações. A fluidez da guerra de guerrilhas era pouco compatível com a execução de saltos operacionais, os quais exigiam, normalmente, um planeamento moroso e uma logística muito pesada». GRÃO, *op. cit.*, 2007, 645; Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Albertino Nobre Monteiro; Entrevista a Alfredo Cruz, realizada a 30 de abril de 2024, na Biblioteca Municipal do Barreiro; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴⁴⁵Entrevista a Albertino Nobre Monteiro; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

⁴⁴⁶Entrevista a Antonieta Antunes; Entrevista a Eugénia Sousa in ANTUNES, *op. cit.*, p. 681.

dos Santos. De facto, é um dos símbolos incontornáveis da Guerra Colonial, pois constituiu o aparelho aéreo que «melhor simbolizou o esforço da Força Aérea na guerra», tendo em conta as múltiplas funções que desempenhou. Para além das evacuações, «aumentou a mobilidade das forças terrestres, apoiou-as pelo fogo, [...] reabasteceu-as de água, comida e munições e colaborou ainda no auxílio às populações»⁴⁴⁷. No caso nacional, os helicópteros comumente empregues nas evacuações ao «mato» foram, num primeiro momento, o *Alouette II* que, a partir de 1963, foi progressivamente substituído pelo *Alouette III*, uma versão aprimorada do modelo anterior com uma maior capacidade de carga. A par dos helicópteros, quando havia uma pista de aterragem, eram utilizadas as avionetas *Dornier-27 (DO-27)*⁴⁴⁸.

Não obstante a mobilidade conferida pelo helicóptero, as características naturais dos territórios em guerra colocavam desafios à realização das evacuações ao «mato», a par dos perigos inerentes à decorrente ação na frente de combate, os quais as enfermeiras paraquedistas, em conjunto com a sua equipa, tinham que enfrentar no momento de aterragem e descolagem do helicóptero⁴⁴⁹. Um desses desafios correspondia à própria vegetação do terreno. Para que o helicóptero aterrasse com espaço suficiente no «mato», era por vezes necessário proceder ao abatimento de árvores e, no seguimento disso, criar uma clareira, o que se assemelhava a «um heliporto improvisado». Este procedimento era

⁴⁴⁷AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – «Forças Armadas Portuguesas: a Força Aérea» in *Guerra Colonial*. Porto: Porto Editora, 2020, p. 216; Depoimento de Maria Arminda dos Santos *apud* COUTINHO, Alexandre; GARCEZ, André – «Alouette III: A Guerra do Ultramar» in *50 Anos do Alouette III da Força Aérea*. s.l.: Contra a Corrente, 2013, p. 72.

⁴⁴⁸Os *Alouette II* tinham a capacidade máxima de levar apenas um ferido, que, colocado em maca, era transportado no exterior do helicóptero; mais tarde, este modelo foi readaptado para assegurar o conforto do ferido em voo, sendo protegido por uma cobertura. Por sua vez, os *Alouette III* contemplavam, no seu interior, duas macas, podendo transportar, no máximo, dois feridos. Este material aéreo foi fornecido pela França, resultante da aliança de cooperação militar no contexto da Guerra Colonial. As avionetas *DO-27*, por seu turno proveniente da República Federal da Alemanha, outro importante aliado de Portugal durante o conflito, transportavam também apenas duas macas e, nas evacuações realizadas por este aparelho, o cabo-especialista mecânico não participava devido ao reduzido espaço interior. FONSECA, Ana Mónica; MARCOS, Daniel – «French and German support to Portugal: The military survival of the «Estado Novo» (1958-1968)». *Portuguese Studies Review*. Vol. 16, N.º 2 (2008), pp. 5-10; Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Alfredo Cruz; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴⁴⁹Realizar evacuações à noite eram desaconselhadas, devido a um conjunto de fatores. No caso particular da Guiné, as evacuações só podiam ser realizadas entre as seis da manhã e as seis da tarde, visto que anoitecia a partir dessa hora. Além disso, os helicópteros não estavam equipados para procederem a voos noturnos, salvo raras exceções, e as condições à noite não eram favoráveis para se aterrar no «mato», pois era necessário haver sinalização luminosa. Contudo, deparamo-nos com testemunhos de enfermeiras paraquedistas que participaram em evacuações noturnas. TORRÃO, *op. cit.*, p. 54; Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Albertino Nobre Monteiro; Entrevista a Antonieta Antunes; Entrevista a Maria Zulmira André in ANTUNES, *op. cit.*, pp. 672-673.

realizado pelos combatentes que se encontravam no teatro de operações, enquanto «nós andávamos ali a sobrevoar», segundo relata Cristina Justino da Silva. Como se pretendia que os feridos fossem evacuados o mais rapidamente possível, tendo em consideração as circunstâncias, a espera provocada pelo processo de aterragem do helicóptero constituía um momento de grande aflição, «porque havia situações em que um minuto podia ser a vida de uma pessoa»⁴⁵⁰. Outro desafio dizia respeito à fauna. No período em que esteve colocada em Moçambique, Maria da Piedade Gouveia recorda-se de uma evacuação ao «mato» na qual, ao sair do helicóptero, se deparou com «um enxame de abelhas ferozes». O aparelho levantou voo, sem a enfermeira paraquedista e o ferido a bordo, porque o «piloto não quis ser mordido e tinha lá as suas razões». Permaneceu no «mato» durante «um quarto de hora, vinte minutos e parecia-me uma eternidade», sendo depois evacuada juntamente com o ferido⁴⁵¹. Já a presença do helicóptero acabava por denunciar às forças guerrilheiras o local onde se encontravam as tropas portuguesas, logo, de acordo com Giselda Pessoa, aquando das evacuações, «havia o perigo de nos atacarem enquanto a gente lá estivesse». Para dar apoio a esta operação, normalmente havia outro helicóptero que acompanhava, apetrechado de armamento – o chamado helicanhão –, do qual os inimigos «tinham muito medo»⁴⁵².

Helena Carreiras aponta que, depois do helicóptero aterrar no «mato», as enfermeiras paraquedistas estavam proibidas de saírem do mesmo, por questões de segurança. No fundo, pretendia-se com esta diretiva protegê-las do perigo iminente, visto que, inseridas num meio caótico e violento, as mulheres eram vistas como seres vulneráveis e indefesos, imperando assim os pressupostos do comportamento biológico, segundo os quais cabe ao macho salvar a fêmea⁴⁵³. A possibilidade de as militares serem feridas ou, inclusive, capturadas pelas forças guerrilheiras, exerceria um impacto desmoralizante sobre as tropas portuguesas⁴⁵⁴. Portanto, o dever de proteção reivindicado pelos militares beneficiava-as amplamente. Como referem Helena Carreiras e Susana Torrão, apesar de terem tido instrução de tiro durante a sua formação miliar em Tancos, na prática não utilizaram armas para defesa pessoal, questão corroborada pelos

⁴⁵⁰Entrevista Cristina Justino da Silva.

⁴⁵¹Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, p. 678.

⁴⁵²Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Albertino Nobre Monteiro; Entrevista a Giselda Pessoa.

⁴⁵³GOLDSTEIN, Joshua S. – «Conquests: sex, rape, and exploitation in wartime» in *War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 367.

⁴⁵⁴CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 95.

testemunhos orais recolhidos no âmbito da presente investigação⁴⁵⁵. O testemunho de Rosa Serra denota a incompatibilidade do uso de arma com a missão pacífica e humanitária das enfermeiras paraquedistas:

«O que íamos fazer com uma arma? [...] Para quê? [...] Não tinha a arma apontada e já estava a levar com um tiro na cabeça. [...] Nós estávamos lá para salvar. Não era para ferir ninguém»⁴⁵⁶.

Neste âmbito, a participação do cabo-especialista mecânico nas evacuações não se circunscrevia a uma função somente técnica (intervir em caso de avaria do helicóptero): ajudava a transportar o ferido, do local onde se encontrava até ao helicóptero, e a colocar a maca dentro do mesmo, dado que, segundo Albano Pereira, que prestou serviço na Guiné entre 1969 e 1971, «[...] é senhora, [...] é preciso fazer força, [...] é preciso acartar a maca»⁴⁵⁷. Sendo o «mato» um espaço armadilhado com minas, importava proteger as enfermeiras paraquedistas do perigo iminente. Maria do Céu Pedro conta que, numa evacuação, como «o cabo nunca mais aparecia», optou por «entrar pelo mato», onde estava a ser socorrido um alferes que «tinha pisado uma mina, tinha ficado sem a perna». Os militares ficaram incrédulos com o seu aparecimento: “«A senhora aqui?! A senhora é doida!»”⁴⁵⁸. Contudo, a presença do cabo-especialista mecânico nas evacuações não constituía, ainda segundo Albano Pereira, «uma obrigatoriedade oficial», tendo sido realizadas evacuações apenas com o piloto e a enfermeira. As enfermeiras paraquedistas eram também auxiliadas pelos soldados-maqueiros ou por outros militares para transportar o ferido até ao local onde se encontrava o helicóptero⁴⁵⁹.

Não obstante essa proibição, de acordo com Helena Carreiras, verificou-se casos nos quais estas militares abandonaram deliberadamente o helicóptero «para recolher feridos debaixo de fogo», se bem que «isso aconteceu de forma relativamente

⁴⁵⁵Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra; CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 95; TORRÃO, Susana – «Espírito de aventura» in *Anjos na guerra: A aventura das enfermeiras paraquedistas portuguesas*. Alfragide: Oficina do Livro, 2011, p. 99.

⁴⁵⁶Entrevista a Rosa Serra.

⁴⁵⁷Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Fernando Miranda; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴⁵⁸Entrevista a Maria do Céu Pedro in ANTUNES, *op. cit.*, pp. 675-676.

⁴⁵⁹Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

esporádica»⁴⁶⁰. Por sua vez, Maria Arminda dos Santos relata que «saía sempre» do helicóptero⁴⁶¹. Não nos é possível avaliar em que medida essa tendência foi recorrente ou pontual, uma vez que variou de evacuação para evacuação, sempre em consonância com o que era necessário fazer no momento para salvar vidas, contrariando assim as ordens superiores. O testemunho de António J. Viana de Almeida Tomé, piloto-aviador que prestou serviço em Mueda, é elucidativo disso. Recorda-se de ter dado apoio de fogo a uma evacuação ao «mato», realizada em plena contraofensiva das forças guerrilheiras, onde assistiu ao «grande desprendimento e abnegação debaixo de fogo» de Rosa Serra. Do helicóptero, viu-a saltar, «sem qualquer tipo de hesitações, abre a porta de trás e de seguida, ajudada por um militar das tropas terrestres que entretanto tinha ocorrido para ajudar, inicia uma corrida com a maca para a orla da floresta onde se dissimulava o nosso grupo de combate e onde se encontrava o ferido grave que teria de ser evacuado, ao mesmo tempo que ocorriam mais duas explosões». Ao mesmo tempo que as explosões continuavam «e os rebentamentos ocorriam cada vez mais parte da aeronave no solo», viu «novamente a militar a sair da orla da floresta, ajudada por dois militares do grupo de combate, os três transportando em passo acelerado a maca e o invólucro de sero que alimentava o ferido e olhando repetidamente para cima mostrando o polegar erguido em sinal de que tudo estava a correr bem!»⁴⁶². A sua missão exigia tanto da sua concentração e serenidade que, segundo conta Maria Zulmira André, não havia «tempo para medos. Está ali uma vida e temos que fazer tudo para que essa vida não se perca»⁴⁶³.

Independentemente da proteção dada pelos militares, as enfermeiras paraquedistas permaneceram expostas ao perigo e à imprevisibilidade da guerra, tendo estado diretamente envolvidas em acidentes⁴⁶⁴. Citamos os mais marcantes, que ocorreram principalmente no ano de 1973, na Guiné e em Moçambique, uma vez que, tendo em conta as circunstâncias desses acidentes, a FA procurou limitar a atuação das militares na frente de combate. A 10 de fevereiro de 1973, na Guiné, faleceu Maria Celeste Ferreira da Costa, sendo a única morte de uma enfermeira paraquedista em serviço. No momento em que ia embarcar na avioneta *DO-27* para efetuar uma evacuação, foi atingida pela

⁴⁶⁰CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, pp. 95-96.

⁴⁶¹Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴⁶²TOMÉ, *op. cit.*, pp. 16-18.

⁴⁶³Entrevista a Maria Zulmira André in ANTUNES, *op. cit.*, pp. 672-673.

⁴⁶⁴Cf. Depoimento de Giselda Pessoa in SERRA, *op. cit.*, pp. 295-298; Depoimento de Maria de Lourdes Gomes in SERRA, *op. cit.*, p. 292; Depoimento de Mariana Palma in SERRA, *op. cit.*, p. 298.

hélice, uma vez que o motor estava em andamento, provocando-lhe morte imediata⁴⁶⁵. A 19 do mesmo mês e ano, quando Cristina Justino da Silva regressava de uma evacuação, a avioneta DO-27 onde seguia foi atingida por um projétil, perto de Mueda, alojando-se na sua cabeça; sobreviveu ao acidente após a operação que extraiu o projétil⁴⁶⁶. No entender do General Mário Tello Polleri, à data Chefe do EMFA, estes acidentes poderiam afetar «negativamente o recrutamento e a permanência nas fileiras de enfermeiras pára-quedistas cujos efectivos são muito escassos e difíceis de manter por carência de concorrentes». Propôs que as militares não fossem empregues nas evacuações de Tipo Y, de forma a protegê-las, pois, «sendo pessoal feminino, está naturalmente sujeito a perigos adicionais no caso de cair em poder do inimigo»⁴⁶⁷. Como consequência desses acidentes, foram proibidas de participar nas evacuações ao «mato», limitando-as às evacuações a partir dos aquartelamentos⁴⁶⁸. As evacuações à frente de combate passariam então a ser efetuadas «sem a enfermeira e só com o mecânico»⁴⁶⁹. No entanto, essa proibição não se efectivou. Em abril de 1973, foi determinado que cabia aos comandantes das regiões e zonas aéreas decidir a manutenção das enfermeiras paraquedistas nesse tipo de evacuação, desde que, consoante o reduzido número efetivo, incapaz de cobrir todos os escalões de evacuações, assegurassem o seu emprego nas evacuações transatlânticas de feridos⁴⁷⁰. De facto, após a ocorrência dos referidos acidentes, as militares continuaram a participar nas evacuações ao «mato»⁴⁷¹.

A falta de enfermeiras paraquedistas era de tal maneira nítida que, em 1972, na zona de Tete, Moçambique, não existia um contingente disponível para proceder às evacuações de feridos⁴⁷². Na guerra, de forma a dar respostas imediatas que satisfaçam as

⁴⁶⁵ Apesar de não ser permitido o avião ou helicóptero estarem com o motor ligado sem a enfermeira paraquedista estar dentro do mesmo, as evacuações tinham que ser realizadas o mais depressa possível, por isso esta regra não era cumprida na prática. Cf. TORRÃO, *op. cit.*, p. 131.

⁴⁶⁶ *Idem*, p. 132.

⁴⁶⁷ ADN, Nota N.º 74 – P.º 1.1.10/GAB, expedida pelo Chefe do EMFA, General Mário Tello Polleri, a 22 de fevereiro de 1973, «Pessoal da Força Aérea», 1968-1974 (PT/ADN/CEMGFA/GAB/007/0013/004), 1 pasta.

⁴⁶⁸ Entrevista a Giselda Pessoa, realizada a 14 de fevereiro de 1955 em Lisboa, in ANTUNES, *op. cit.*, p. 683; Entrevista a Maria do Céu Pedro in ANTUNES, *op. cit.*, p. 675.

⁴⁶⁹ Entrevista a Giselda Pessoa in ANTUNES, *op. cit.*, p. 683.

⁴⁷⁰ AHFA, Correspondência expedida pelo Chefe do EMFA, General Mário Tello Polleri, a 4 de abril de 1973, «Copiador da correspondência expedida», janeiro-setembro de 1973 (PT/AHFA/GABCEMFA/053-01/795/795.1), 1 pasta.

⁴⁷¹ Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Rosa Serra.

⁴⁷² ADN, Ficha de assunto referente às enfermeiras paraquedistas, do Comando-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, a 22 de abril de 1972, «Assuntos enviados ao Estado Maior do Exército, Estado Maior

necessidades provocadas pelas circunstâncias envolventes, as ações humanas têm que ser pragmáticas, logo são ditadas mediante os recursos disponíveis. Alfredo Cruz, como piloto de helicópteros, prestou serviço em Moçambique entre 1971 e 1973. Trabalhou diariamente com as militares nas evacuações, mas realizou «dezenas e dezenas» vezes esta operação apenas com a presença do cabo-especialista mecânico, que não detinha qualquer preparação para dar assistência aos combatentes feridos⁴⁷³. Nuno José Amaral de Almeida, mecânico da FA que realizou a sua comissão na Guiné entre 1972 e 1973, participou também em diversas evacuações e recorda que foi «buscar gajos destroçados e a esvair-se em sangue. Metíamos-os lá atrás e era como se não existissem. Os gajos gritavam e não era nada connosco. Eu era mecânico e o outro piloto. Não podíamos fazer nada»⁴⁷⁴. Por seu turno, os enfermeiros da FA, que atuavam essencialmente na linha de retaguarda (as enfermarias das bases aéreas), prestando também auxílio ao pessoal militar e civil, foram pontualmente empregues nas evacuações ao «mato», como resposta imediata à falta de enfermeiras paraquedistas⁴⁷⁵.

A assistência imediata aos feridos dada pelos enfermeiros militares que acompanhavam as tropas no «mato» permitia agilizar o processo de evacuação. De acordo com Maria da Piedade Gouveia, «[...] Quando nós chegávamos eles já tinham feito um trabalho impecável»⁴⁷⁶. Henrique de Mendonça, oficial de Marinha e mergulhador-sapador (unidade responsável pela deteção, inativação e limpeza de engenhos explosivos) que prestou serviço na Guiné em 1968, foi ferido durante uma operação, na sequência da explosão de uma mina, tendo sido logo «tratado por quatro enfermeiros e dois médicos» que «fizeram a limpeza das feridas». Foi depois evacuado por uma enfermeira paraquedista e reencaminhado para a sala de operações do Hospital Militar de Bissau⁴⁷⁷.

das Forças Armadas e Estado Maior da Armada», 1971-1972 (PT/ADN/CEMGFA/GAB/020/0043/009), 1 pasta; Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, p. 118.

⁴⁷³Entrevista a Alfredo Cruz.

⁴⁷⁴Depoimento de Nuno José Amaral de Almeida in PINTO, *op. cit.*, p. 240.

⁴⁷⁵Veja-se, por exemplo, o caso de Pedro Taveira. Prestou serviço em Moçambique entre 1974 e 1975. Foi primeiramente colocado em Nacala, em março de 1974, e depois em Mueda, a partir de maio do mesmo ano, onde a guerra se intensificou após o golpe de Estado realizado em Portugal a 25 de abril. Por esta altura, já não havia enfermeiras paraquedistas destacadas em Mueda: Rosa Serra fez a sua última comissão nesta zona, entre 1973 e 1974, tendo saído da FA em março de 1974. No seguimento disso, Pedro Taveira esteve «lá muito tempo sozinho», sem a presença e auxílio de outros enfermeiros, tendo participado em múltiplas evacuações. Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 116-128; Depoimento de Rosa Serra in PINTO, *op. cit.*, p. 370; Entrevista a Fernando Miranda; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 667; Entrevista a Pedro Taveira, realizada a 21 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

⁴⁷⁶Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, p. 678.

⁴⁷⁷Entrevista a Henrique Mendonça.

Após a entrega dos feridos às unidades hospitalares, havia enfermeiras paraquedistas que procuravam manter-se atualizadas quanto à evolução do seu estado⁴⁷⁸. No dia a seguir ao acidente, Henrique Mendonça recorda-se de ter sido visitado pela militar que o evacuou e «que me veio perguntar como é que eu estava»⁴⁷⁹.

7.1.1.2. Evacuações transatlânticas ou de longo curso

As enfermeiras paraquedistas participavam também nas evacuações transatlânticas que decorriam semanalmente: havia, pelo menos, uma militar destacada para acompanhar e dar assistência aos feridos e doentes graves que, com a necessidade de receberem um tratamento mais especializado, eram normalmente transportados por aviões da FA, desde a capital da «província ultramarina» aos hospitais militares localizados em Lisboa⁴⁸⁰. Caso não fosse possível uma enfermeira paraquedista assegurar este serviço, os feridos e doentes poderiam ser acompanhados «por outros enfermeiros do Exército, da Marinha, da FA o [sic] mesmo civis, até ao ponto de escala em que haja enfermeiras pára-quedistas disponíveis, que então os substituirão»⁴⁸¹. Já a participação de médicos nas evacuações transatlânticas foi muito esporádica, logo, segundo Maria Arminda dos Santos, «nós tínhamos que assumir tudo»⁴⁸². Entre os incontáveis combatentes feridos que foram evacuados para Lisboa, consta-se Henrique Mendonça e João Amaral⁴⁸³.

As evacuações de longo curso eram viagens muito morosas e exaustivas, a nível físico e psicológico. Devido à guerra, os aviões da FA não podiam sobrevoar territórios africanos com os quais Portugal não mantinha relações diplomáticas, por isso eram obrigados a percorrer toda a costa marítima ocidental de África⁴⁸⁴. As viagens eram orientadas mediante uma escala. Segundo Rosa Serra, «[Partindo de Moçambique] Parávamos em Luanda. Depois de Luanda, passávamos pelas Canárias. Das Canárias parávamos em São Tomé e depois vínhamos para Lisboa. Chegávamos aqui de rastos»⁴⁸⁵.

⁴⁷⁸TORRÃO, *op. cit.*, pp. 102-103.

⁴⁷⁹Entrevista a Henrique Mendonça.

⁴⁸⁰SERRA, *op. cit.*, p. 257; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

⁴⁸¹AHFA, Despacho Normativo N.º 42/GAB, de 31 de janeiro de 1962, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa.

⁴⁸²Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra.

⁴⁸³Entrevista a Henrique Mendonça; Entrevista a João Amaral.

⁴⁸⁴Depoimento de Rosa Serra in PINTO, *op. cit.*, p. 370; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴⁸⁵Entrevista a Rosa Serra.

Para além das distâncias entre percursos, o tempo das evacuações transatlânticas era condicionado pelas características dos aparelhos aéreos comumente utilizados: Maria Ivone Reis relata que «[...] o percurso de Nampula para Lourenço Marques, com paragem na Beira, eram muitas horas, eram os Dakota e os DC4 que os faziam. Eram aviões muito lentos. O DC6, o avião mais rápido da altura, demorava de Moçambique a Lisboa, cerca de 28 horas, mais do que um dia; de Luanda eram 20 horas e da Guiné eram 8 ou 10»⁴⁸⁶. A par dos *DC-4* e *DC-6*, operavam neste âmbito os aviões *C-54*, *C-47 (Dakota)*, *Nord-Atlas* e, mais tarde, *Boeing 707*⁴⁸⁷. Havia ainda outra agravante: face às avarias que ocorriam nos aviões e poderiam demorar horas ou dias, era necessário proceder ao desembarque e internamento dos feridos e doentes nas unidades hospitalares locais⁴⁸⁸.

Eram transportados combatentes com vários tipos de ferimentos, desde queimados a politraumatizados, o que exigia às enfermeiras paraquedistas uma gestão muito cuidada⁴⁸⁹. Maria de Lourdes Rodrigues relata que, quando eram evacuados feridos mais graves, «o ambiente era de muita ansiedade, preocupação, e trabalho intenso». Em simultâneo, estas militares testemunhavam a instabilidade emocional que os afligia, sobretudo quando os aviões se aproximavam de Lisboa, «chegando a haver sinais de quebra de disciplina por parte de alguns», uma vez que eles não gostariam de regressar a casa «sem pernas, sem braços, sem olhos, ou mesmo completamente estropiados»⁴⁹⁰.

Nas evacuações transatlânticas, as enfermeiras paraquedistas estabeleceram contacto direto com a CVP, aquando do embarque de feridos, principalmente em Lourenço Marques, Moçambique, e da sua chegada a Lisboa. As «senhoras da Cruz Vermelha» ajudavam no transporte de feridos, acompanhando-os do hospital militar ao aeroporto e vice-versa⁴⁹¹. Além disso, de acordo com Maria Ivone Reis, como os «aviões militares não tinham um serviço de bordo, [...] a Cruz Vermelha providenciava lanches [...]»⁴⁹².

⁴⁸⁶Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 165.

⁴⁸⁷SERRA, *op. cit.*, pp. 259-262.

⁴⁸⁸Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, p. 265; Entrevista a Giselda Pessoa.

⁴⁸⁹Depoimento de Ercília Pedro in SERRA, *op. cit.*, p. 277; Depoimento de Rosa Serra in PINTO, *op. cit.*, p. 371; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁴⁹⁰Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, p. 267.

⁴⁹¹Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra.

⁴⁹²Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, p. 165.

7.1.2. Outras funções e missões

As enfermeiras paraquedistas desempenharam outras funções e missões, sendo demonstrativas da dimensão abrangente da sua atuação ao longo da Guerra Colonial. Acompanharam elementos da elite política nacional nas suas viagens às «províncias ultramarinas», no ano de 1961: como referimos anteriormente, Maria Ivone Reis fez parte da comitiva do Ministro do Ultramar Adriano Moreira. Ministraram cursos de primeiros-socorros aos militares paraquedistas e contribuíram para a formação teórico-prática dos cabo-enfermeiros da FA⁴⁹³.

Integraram uma equipa sanitária, composta também por dois médicos, que deu assistência e evacuou refugiados (principalmente mulheres e crianças) de Carachi, Paquistão, para Lisboa, quando a União Indiana anexou Goa em dezembro de 1961. Por ordem superior, participaram trajadas à civil. Na sequência dessa missão, a equipa foi louvada pelo Ministro do Ultramar em janeiro do ano seguinte, bem como Maria Ivone Reis, Maria da Nazaré Andrade, Maria do Céu Policarpo e Maria Zulmira André foram agraciadas com o Grau de Cavaleiro da Ordem da Benemerência no mesmo ano, sob a anuência do Presidente do Conselho. Em maio de 1962, Maria Ivone Reis e Maria Zulmira André regressaram a Carachi para a evacuação dos militares portugueses repatriados, que estiveram em cativeiro⁴⁹⁴. Além disso, Maria Ivone Reis, «disfarçada de hospedeira da PIA (Pakistan International Airlines)», participou na evacuação do General Manuel António Vassalo e Silva, o último governador do Estado Português da Índia, retido em Goa⁴⁹⁵.

Deram ainda assistência a feridos queimados nos hospitais militares, principalmente o Hospital Militar Principal. Acompanharam também militares amputados e paraplégicos a Londres, Inglaterra, e a Pretória, África do Sul, para tratamento e reabilitação⁴⁹⁶.

⁴⁹³Esta função foi exclusivamente atribuída e desempenhada por oficiais enfermeiras paraquedistas. Entrevista a Fernando Miranda; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra.

⁴⁹⁴Depoimento de Maria do Céu Policarpo in SERRA, *op. cit.*, pp. 153-154; Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 664; GRÃO, *op. cit.*, 2006, pp. 74-76.

⁴⁹⁵Depoimento de Maria Ivone Reis in VALE, *op. cit.*, p. 95.

⁴⁹⁶«As Enfermeiras Pára-quedistas: A ex-Tenente Enfermeira Pára-Quedista Maria Arminda Lopes P. dos Santos (Combatente do ex-Ultramar)»..., p. 6; Depoimento de Cristina Justino da Silva in SERRA, *op. cit.*, p. 289; Depoimento de Maria Arminda dos Santos in PINTO, *op. cit.*, p. 43; Depoimento de Maria do Céu Policarpo in SERRA, *op. cit.*, p. 153; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

Foram diversas vezes louvadas pelas autoridades militares, reconhecendo o seu espírito de sacrífico, sentido de dever, a sua competência e qualidade do serviço prestado em determinadas missões⁴⁹⁷.

7.2. Marcas invisíveis e inapagáveis da guerra: as experiências e os seus impactos a nível pessoal e profissional

Grande parte das enfermeiras paraquedistas, ao revisitar o seu passado, classifica as suas vivências na guerra como gratificantes e aterradoras. Por um lado, consideram que a sua presença num meio caótico e violento foi, para além de necessária, extremamente importante, porque «sabíamos que íamos salvar vidas», fazendo assim a diferença⁴⁹⁸. Como a Guiné constituiu a frente de guerra mais intensa, era «onde nos sentíamos mais úteis», segundo Giselda Pessoa, uma perceção partilhada entre as várias militares que prestaram serviço neste território⁴⁹⁹. Procuravam dar o seu melhor para ajudar qualquer indivíduo que necessitasse⁵⁰⁰. Em Guilege, Guiné, Eugénia Sousa recorda-se de ter evacuado uma criança nativa com difteria, acompanhada de sua mãe: «A criança vinha com asfixia [...]. Eu fiz tudo o que podia fazer para salvar a criança. [...] Às tantas, foi a própria mãe que me quis consolar e disse-me: «Não faça mais, ela já morreu». Ela já estava morta, mas eu nem reparei e continuei a lutar»⁵⁰¹.

Posto isto, a sua presença foi amplamente aceite e reconhecida pelos militares devido ao seu forte impacto moral. José Moura Martins, oficial paraquedista que foi mobilizado para Angola em 1961, conheceu Maria Ivone Reis e Maria Arminda dos Santos em agosto do mesmo ano, quando foram enviadas para este território, com o

⁴⁹⁷AHFA, Louvor à Tenente Maria da Nazaré Andrade pelo Diretor do Hospital da BA4 – Ordem de Serviço N.º 229, da BA4 (29 de dezembro de 1964), p. 451; Louvor à Tenente Maria Arminda Lopes Pereira [dos Santos] pelo Comandante do BCP N.º 21 (Angola) – Ordem de Serviço N.º 31, do RCP (4 de janeiro de 1966), p. 307; Louvor à Alferes Delfina da Natividade de Oliveira, pelo Comandante da BA4 – Ordem de Serviço N.º 248, da BA4 (22 de outubro de 1968), p. 1390; Louvor à Furriel Maria Celeste Ferreira da Costa pelo Comandante da Base Aérea N.º 12 (BA12) – Ordem de Serviço N.º 45, da BA12 (22 de fevereiro de 1973), p. 374; Louvor à Alferes Rosa Serra e à Primeiro-Sargento Mariana Palma Gomes pelo Comando da 3.ª Região Aérea (Moçambique) – Ordem de Serviço N.º 6, do Comando da 3.ª Região Aérea (14 de janeiro de 1974), s.p.

⁴⁹⁸Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, p. 678.

⁴⁹⁹Depoimento de Ana Maria Bermudes in SERRA, *op. cit.*, p. 419; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 54; Depoimento de Octávia Nunes in SERRA, *op. cit.*, p. 427; Entrevista a Antonieta Antunes; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁵⁰⁰Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 59-60.

⁵⁰¹Entrevista a Eugénia Sousa in ANTUNES, *op. cit.*, p. 680.

propósito de «ver como é que nós nos dávamos, ver como é que os pára-quedistas reagiriam à nossa presença», desta vez fora dos perímetros do batalhão em Tancos, visto que importava demonstrar-lhes que eram igualmente merecedoras da boina verde⁵⁰². A validação da sua existência pelos paraquedistas em campanha foi «total», encarando-a como uma mais-valia, pois, segundo José Moura Martins, «eram pessoas que nos iam tratar, que nos iam acompanhar em momentos difíceis, como aconteceu muitas vezes»⁵⁰³. No fundo, a sua presença transmitia aos militares, fossem ou não paraquedistas, mais proteção e confiança enquanto estavam no «mato», visto que «sabiam que, se tiverem qualquer acidente, imediatamente são socorridos, que uma enfermeira pode ajudá-los bastante»⁵⁰⁴.

No seu entender, as enfermeiras paraquedistas eram «os anjos que descíamos do céu e tirávamo-los do inferno»⁵⁰⁵. O «inferno» é uma referência ao «mato», onde a Morte é onnipresente: através da violência destrutiva entre oponentes, relembra aos que sobrevivem a um dia de combate que não lhe são imunes, dado que poderá chegar a sua vez, num abrir e fechar de olhos, quando menos esperam. Contudo, a chegada do helicóptero e, por extensão, da enfermeira paraquedista suscitava aos feridos a Esperança, um sentimento que os inspirava a lutar contra a Morte: apesar de nada estar garantido, talvez seja possível viver, pelo menos, o dia seguinte, sobreviver à guerra e, por fim, regressar a casa. Neste sentido, quando os evacuavam, as militares recordam de ouvir recorrentemente várias expressões demonstrativas do quão a sua presença era impactante e significativa. Maria da Piedade Gouveia relata que uma vez socorreu um soldado atingido por uma mina que, assim que a viu, afirmou: “«Chegou o meu anjo-da-guarda»”. De acordo com Aura Teles, os que estavam conscientes suplicavam: «Senhora enfermeira, não me deixe morrer». Outra afirmação recorrente, por sua vez proferida pelos camaradas dos feridos, que Maria Ivone Reis recorda de ter ouvido foi “«É pá, estás com sorte. Aguenta-te que até vem uma enfermeira»”⁵⁰⁶.

⁵⁰²Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 158-159; Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁵⁰³Entrevista a José Moura Martins.

⁵⁰⁴Entrevista a Antonieta Antunes.

⁵⁰⁵Entrevista a Rosa Serra.

⁵⁰⁶Depoimento de Maria Ivone Reis in VALE, *op. cit.*, p. 95; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, 678.

A Esperança era também alimentada pelas próprias militares, visto que «o que queríamos era procurar o melhor bem-estar de cada um deles»⁵⁰⁷. Um ex-combatente anónimo, que prestou serviço em Moçambique no ano de 1973, foi atingido por uma mina antipessoal e, quando foi evacuado, descobriu que «havia mulheres na tropa»: «[...] Quando acordei estavam a atirar-me para dentro de um helicóptero, cujo ruído me despertou. Então vi uma mulher muito jovem... [...] Não usava o dolmen da farda. Vestia uma *t-shirt* branca, calças camufladas, botas de couro preto e uma linda boina verde»⁵⁰⁸. De facto, ao contrário dos militares, as enfermeiras paraquedistas envergavam uma *t-shirt* branca, tornando-se um elemento de distinção e referência alusivo a elas⁵⁰⁹. A firme postura profissional da militar que o socorreu exerceu sobre ele um efeito tranquilizador: dialogava com ele, ao mesmo tempo que «ia avaliando o meu pulso, ajustava a velocidade do soro [...], e de vez em quando desapertava-me o torniquete da perne», proporcionando-lhe, desta forma, «uma segurança e bem-estar quase totais»⁵¹⁰. Quando os ferimentos eram de tal ordem graves, minimizando ou até anulando a possibilidade de sobrevivência, as enfermeiras paraquedistas procuravam tranquilizar e motivar o ferido, tendo em vista estimular a sua estabilidade e quietude emocional. Durante o seu serviço na Guiné, Natália Santos recorda de ter evacuado «um combatente nativo, completamente esventrado», que fora «atingido por uma mina». Face à gravidade do seu ferimento, o soldado, «na sua linguagem entre o crioulo e o português, disse-me: “Senhora, eu vou morrer?”. Fiquei em silêncio, emocionada, mas recuperei a coragem e respondi-lhe “Não, não vais morrer, porque eu não deixo. Vais para o hospital e tratamos de ti. Tu vais viver!”. Não sei se ele acreditou ou não, mas sorriu candidamente para mim... [...] Eu sabia que lhe estava a mentir, mas... que mais poderia dizer-lhe?»⁵¹¹.

A sua presença suscitou também Esperança nos guerrilheiros feridos, capturados pelas forças portuguesas, que mantinham inicialmente uma postura de desconfiança, com receio do que lhes poderia acontecer sob mãos inimigas. Rosa Serra evacuou, de Mueda

⁵⁰⁷Entrevista a Aura Teles.

⁵⁰⁸Depoimento de ex-combatente anónimo in VALE, *op. cit.*, pp. 82, 133.

⁵⁰⁹Segundo Susana Torrão, embora lhes fosse recomendado não mostrar essa parte do uniforme quando realizavam evacuações ao «mato», porque facilmente poderia suscitar a atenção do inimigo, as condições climáticas dos territórios em guerra, particularmente o calor da Guiné, obrigavam as enfermeiras paraquedistas a fazerem o contrário. Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Rosa Serra; TORRÃO, *op. cit.*, p. 99.

⁵¹⁰Depoimento de ex-combatente anónimo in VALE, *op. cit.*, p. 82.

⁵¹¹Depoimento de Natália Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 237.

para Nampula, «um inimigo que levou um tiro aqui nas pernas». Este «perguntou: “Para onde é que vou?”. Eu disse: “Vai para Nampula.” “Para quê?” “Então, para continuar o tratamento. [...] “O que me vai acontecer?” “Nada. E descanse que ninguém o vai matar. Esteja tranquilo. Isto aqui é gente de boa fé.” E ele deu assim um sorriso e nunca mais falou»⁵¹².

Como temos vindo a observar, os feridos reconheciam o trabalho das enfermeiras paraquedistas através de um sorriso e das expressões supracitadas, mas também de iniciativas de homenagem. Enquanto estive na Guiné, no ano de 1971, Natércia Pais vivenciou uma evacuação muito intensa e exigente, devido ao elevado número de feridos, num aquartelamento em «Buba, ou perto desta localidade». Foi posteriormente homenageada pelos militares que pertenciam a esse aquartelamento, por ter socorrido «os seus camaradas feridos», o que «deu-me muita satisfação, encheu-me o coração, e comoveu-me mesmo muito... Eles não me tinham esquecido, mas eu também ainda me recordava de muitos dos seus rostos e do seu sofrimento»⁵¹³.

Houve ainda situações de confronto entre as militares e os combatentes aquando da evacuação dos feridos, uma vez que «a primeira coisa que nos davam eram os mortos, mas nós discutíamos com eles», solicitando a entrega dos que «estão vivos para os podermos socorrer»⁵¹⁴. Estes exigiam que os seus camaradas mortos fossem prioritários em detrimento dos feridos, para que fossem tratados com dignidade e os seus corpos entregues às respetivas famílias. Embora a evacuação de combatentes mortos não fosse permitida «por uma questão de psicologia e segurança de voo», Maria Ivone Reis relata que, «às vezes, quando aterrávamos e eles nos faziam aquele gesto de que não havia nada a fazer [...], púnhamos o corpo [no helicóptero] e eu continuava lá atrás como se fosse fazer a assistência a um ferido, porque se eu fosse para o lado do piloto, era mais que óbvio que tudo tinha acabado»⁵¹⁵. Evacuaram também corpos desfeitos de soldados, vítimas das minas, que eram guardados dentro de trouxas improvisadas. Enquanto estive em Mueda, Maria de Lourdes Gomes realizou uma evacuação, na qual lhe entregaram um saco preto que continha partes de um corpo e, «à medida que o helicóptero tomava altura

⁵¹²Entrevista a Rosa Serra.

⁵¹³Depoimento de Natércia Pais in SERRA, *op. cit.*, p. 373.

⁵¹⁴Entrevista a Maria do Céu Pedro in ANTUNES, *op. cit.*, p. 675.

⁵¹⁵Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 667.

e se afastava do local, eu vomitava, não conseguindo controlar a emoção que tomou conta de mim»⁵¹⁶.

Helena Carreiras e Susana Torrão defendem que, a par do carácter técnico da sua missão, as enfermeiras paraquedistas encarnaram múltiplos papéis junto dos combatentes feridos: confidentes, mães, irmãs, noivas, assistenciais sociais⁵¹⁷. Os feridos passaram por um duplo e complexo processo: por um lado, a reabilitação e adaptação e, por outro lado, a aceitação e interiorização, dado que, para além representarem uma marca física inapagável e eterna da guerra, as deformidades adquiridas fragilizaram profundamente a autoestima dos militares, a esmagadora maioria no auge da juventude⁵¹⁸. Ora quando evacuados para Lisboa, ora quando internados nos hospitais militares, desenvolvendo-se uma maior proximidade, desabafavam com as enfermeiras paraquedistas sobre as preocupações suscitadas pelas suas deformidades. Receavam e temiam, principalmente, a rejeição das namoradas e futuras esposas. Perguntavam às militares: “«Se a minha noiva fosse a senhora enfermeira, dava muita importância a isto?»”, sendo *isto* uma referência alusiva às suas deficiências. O medo da rejeição dominava e perturbava-os de tal maneira que Maria de Lourdes Rodrigues se recorda de «um ferido que [numa evacuação transatlântica] insistia comigo para que lhe abrisse a janela do avião para que dela se pudesse tirar, porque tinha vergonha de aparecer à mulher e restante família sem uma perna e sem os órgãos genitais»⁵¹⁹. Além disso, receavam o sofrimento que o seu estado iria infligir nas próprias famílias. Maria Ivone Reis lembra-se da ruminante preocupação de um combatente, cujo pé foi vitimado por uma mina: “«Senhora enfermeira, com pé ou sem pé, estou vivo! O que me preocupa é a dor da minha Mãe quando souber o que me aconteceu!...»”⁵²⁰.

Vejamos ainda o caso de João Amaral, técnico de manutenção de material terrestre da FA que foi mobilizado para Angola em 1961, tendo realizado a sua primeira comissão no Negage. Foi um dos poucos sobreviventes da explosão do avião *DC-4 Skymaster*, na Ilha de São Tomé e Príncipe, a 22 de novembro de 1962. Tinha então 23 anos. Sofreu

⁵¹⁶Depoimento de Maria de Lourdes Gomes in SERRA, *op. cit.*, p. 247.

⁵¹⁷CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 95; TORRÃO, *op. cit.*, p. 98.

⁵¹⁸MARTINS, Bruno Sena – «Guerra e memória social: a deficiência como testemunho». *Fractal: Revista de Psicologia*. Vol. 25, N.º 1 (abril 2013), s.p.

⁵¹⁹Depoimento de Ercília Pedro in SERRA, *op. cit.*, p. 277; Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, p. 266.

⁵²⁰Depoimento de Maria Ivone Reis in SERRA, *op. cit.*, p. 230.

queimaduras de primeiro grau na parte superior do corpo, infligindo sobretudo o braço direito e o lado direito do rosto. Depois de ter sido evacuado para Lisboa em dezembro do mesmo ano, esteve internado no Hospital Militar Principal até 1963, onde desenvolveu uma relação próxima com Maria Zulmira André e Maria da Nazaré Andrade. Durante esse período, vivenciou «momentos muito difíceis» e as referidas militares, quem considerava «como se fossem minhas familiares», constituíram uma «ajuda excecional», tanto a nível profissional, como a nível psicológico, motivando-o a enfrentar e ultrapassar esses momentos: «Tenho impressão de que, se não fossem elas, eu era capaz de não estar aqui»⁵²¹.

As militares depararam-se também com combatentes cujos graves ferimentos não os desmotivou ou desmoralizou de continuarem a viver. Conscientes das suas deformidades, mas profundamente imbuídos de determinação e força, partilharam com elas o que planeavam fazer, assim que regressassem às suas respetivas casas. No ano de 1961, Maria de Lourdes Rodrigues evacuou, de Luanda para Lisboa, um ferido cego, cujos «membros superiores e inferiores tinham sido totalmente destruídos», uma imagem que «ficou marcada para sempre na minha mente». Apesar do seu estado, o ferido «ainda conseguia ter objetivos e valorizar a vida», visto que lhe confidenciou que o pai estava à sua espera, «ele tem uma frota de táxis e já tem um carro preparado para mim»⁵²².

Além da escuta, as enfermeiras paraquedistas ajudavam os combatentes, amputados e cegos, que queriam escrever às suas famílias, namoradas e esposas, mas não podiam fazê-lo devido aos seus ferimentos⁵²³. Rosa Serra recorda-se de ter evacuado, de Mueda para Nampula, um militar do Exército «que tinha lesões oculares com algum grau de gravidade» e «manifestava uma preocupação enorme com a mãe, que se encontrava na Metrópole, e pela forma como esta poderia receber a notícia do seu estado». Ofereceu-se para «passar pelos correios de Nampula e enviar um telegrama, informando-a do sucedido»⁵²⁴.

Foram ainda uma importante fonte de apoio para as famílias dos militares, algumas das quais desenvolveram uma relação próxima, tornando-se confidentes destas

⁵²¹Entrevista a João Amaral.

⁵²²Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, pp. 265-266.

⁵²³TORRÃO, *op. cit.*, p. 98.

⁵²⁴Depoimento de Rosa Serra in SERRA, *op. cit.*, p. 317.

que, de acordo com Maria de Lourdes Rodrigues, «apoiávamos sempre que necessário, por vezes mesmo em circunstâncias extremamente dolorosas»⁵²⁵. Durante a sua comissão de serviço na Guiné, Giselda Pessoa recorda-se de ter feito uma evacuação a uma localidade «onde era proibido ter lá mulheres e um furriel tinha lá a mulher». Esse militar pediu-lhe que ficasse por mais um bocado, porque a sua esposa «já não via – não sei quanto tempo, há quase um ano – uma mulher branca». No entanto, devido às circunstâncias, não lhe foi possível dar apoio a essa mulher. Conta que «chorei nesse dia. Ele foi buscá-la de mota e, quando estava a chegar, o helicóptero teve que descolar. A única coisa que a gente fez foi dizer adeus uma à outra. Aquela mulher precisava de um abraço meu». Em última análise, estando num meio que lhe era completamente estranho, contactar com um semelhante seu constituía, para essa mulher, uma forma de conforto e familiaridade, logo, no entender de Giselda Pessoa, «a importância que era é que lhe conseguia dar um bocadinho de apoio»⁵²⁶.

Enquanto os militares as encaram, ainda hoje, como verdadeiras heroínas de guerra por terem tido a coragem de enfrentar e ultrapassar todos os perigos daí decorrentes para salvar vidas, as próprias enfermeiras não se prezam dessa forma⁵²⁷. Segundo Rosa Serra, “«Não fomos grandes heroínas. Fomos mulheres normalíssimas, que fizeram o seu trabalho num contexto diferente. Medos, com certeza que tivemos. Mas cada uma deu o melhor que pôde e soube»”. A guerra também lhes deixou marcas invisíveis e inapagáveis que perduram na sua memória, procurando algumas delas proteger-se dessa revivência. Mariana Palma confessa que, para o livro *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*, contou «poucas experiências [...], porque não quero recordar muitas que ainda hoje constituem feridas na minha memória por tão dolorosas que foram. E ainda são...». Apesar de Maria Arminda dos Santos já ter participado em várias iniciativas às quais foi convidada para partilhar as suas experiências, confessa também que, no momento de dar uma entrevista,

⁵²⁵Os militares tinham a permissão de serem acompanhados pelas suas famílias para as frentes de guerra onde foram mobilizados. Sobre esta temática, cf. RIBEIRO, Margarida Calafate – «África no feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 68 (2004), pp. 7-29. Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, p. 274; Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 118-119; Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁵²⁶Entrevista a Giselda Pessoa.

⁵²⁷Entrevista a Albano Pereira; Entrevista a Albertino Nobre Monteiro; Entrevista a Alfredo Cruz; Entrevista a Fernando Miranda; Entrevista a João Amaral; Entrevista a José Moura Martins; Entrevista a Manuel Arrais.

«fico muito em stress. [...] Esta noite já sei que vou sonhar. [...] Porque estou a reviver estas coisas»⁵²⁸.

Testemunharam o sofrimento dos combatentes, desorientados, «[...] sujos [...] cansados, assustados [...]», uma imagem que ainda persiste na mente de Cristina Justino da Silva. Para Mariana Palma, era mais doloroso quando era chamada para evacuar militares com os quais tinha uma relação mais próxima, mas também camaradas paraquedistas com os quais mantinha uma relação de irmandade consumada pela boina verde. Numa evacuação, recorda-se de ter visto «um paraquedista no campo de batalha, deitado de barriga para baixo, muito perto do local onde aterrámos», que «estava sem vida, com grande destruição física ao nível do tórax», mas realçava-se «o seu rosto extremamente jovem, quase de criança». No seguimento disso, «[...] não me contive e... comecei numa crise de choro incontável! [...] Não aguentei mais, e chorei ali todas as lágrimas que tinha reprimido ao longo de muitos meses...»⁵²⁹. Além disso, a morte de Maria Celeste Ferreira da Costa a fevereiro de 1973 na Guiné constituiu um episódio traumático não só para as militares que estavam presentes quando se sucedeu o acidente, como também para as que souberam posteriormente da sua morte. Na guerra, a Morte é implacável com todos os envolvidos, militares e civis, mesmo entre «os anjos que caem do céu» para salvar vidas. Este acontecimento perturba ainda hoje Aura Teles, que, juntamente com a sua colega Eugénia Sousa, recuperaram o seu corpo e suturaram «todas as incisões para a tornar igual a ela mesma», preparando-a para o seu enterro. Recorda-se perfeitamente do sofrimento indescritível causado: «O partir de alguém com quem partilhávamos a casa, as refeições, o trabalho, os momentos bons e maus, o deixar de a ver, ouvir e falar, era uma coisa impossível de aceitar!»⁵³⁰.

Em retrospectiva, as militares concluem que, apesar das suas experiências aterradoras, a missão que desempenharam em África foi extremamente importante, tendo sido, nas palavras de Maria Celeste Lopes Guerra, «uma forma superior de exercer a nossa

⁵²⁸Depoimento de Mariana Palma in SERRA, *op. cit.*, p. 414; Depoimento de Rosa Serra in TORRÃO, *op. cit.*, p. 129; Entrevista a Maria Armanda dos Santos.

⁵²⁹Depoimento de Mariana Palma in SERRA, *op. cit.*, p. 246; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

⁵³⁰Depoimento de Aura Teles in SERRA, *op. cit.*, p. 304; Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 101; Depoimento de Aura Teles in SERRA, *op. cit.*, p. 304; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, p. 679.

profissão de enfermeiras», além de que as enriqueceu, sobretudo, a nível humano⁵³¹. Elucidativo disso é o testemunho de Maria Arminda dos Santos:

«Não me arrependo [do serviço que prestou]. Foram os melhores dez anos da minha vida. Como é que é possível uma pessoa ter andado num ambiente de guerra [e pensar assim?]. Mas na guerra também se faz muita paz e muita amizade»⁵³².

A amizade, camaradagem e o respeito mútuo que se germinaram no RCP expandiram-se para o quotidiano de guerra. Sendo elementos integrados nesta tropa especial, as militares eram muito protegidas pelos seus congéneres⁵³³. Segundo conta Maria Arminda dos Santos, «Nunca andávamos sozinhas. Duas ou três a descer a cidade, por qualquer motivo, apareciam sempre dois paraquedistas, um de cada lado, a fazerem de guarda-costas»⁵³⁴. Giselda Pessoa relata que uma vez, devido à avaria do avião destinado para uma evacuação transatlântica, regressou a casa, «desfardei-me e fui passear para Bissau [Guiné]». Enquanto percorria as ruas de Bissau, apercebeu-se de «que ia um militar da Marinha a seguir-me de longe», sem lhe dirigir palavra, e, ao tentar aproximar-se dela, «entrei numa loja». Surgiu depois um paraquedista que a conhecia de Tancos e interveio para protegê-la de uma possível má intenção: «Quando o paraquedista se apercebeu [de] que o marinheiro vinha, veio, falou com ele e o outro foi-se embora»⁵³⁵.

As enfermeiras paraquedistas estabeleceram fortes laços de amizade principalmente com os pilotos, de helicópteros e de *DO-27*, os seus «camaradas de primeira linha, porque andávamos sempre com eles e eles connosco»⁵³⁶. A união criada

⁵³¹Depoimento de Ercília Pedro in SERRA, *op. cit.*, pp. 393-394; Depoimento de Eugénia Sousa in SERRA, *op. cit.*, p. 391; Depoimento de Júlia Almeida in SERRA, *op. cit.*, pp. 399-400; Depoimento de Maria Bernardo Vasconcelos in SERRA, *op. cit.*, p. 397; Depoimento de Maria Celeste Lopes Guerra in SERRA, *op. cit.*, pp. 389-390; Depoimento de Maria Ivone Reis in SERRA, *op. cit.*, p. 385; Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, pp. 387-388; Depoimento de Maria do Céu Matos Chaves in SERRA, *op. cit.*, pp. 405-406; Depoimento de Maria do Céu Policarpo in SERRA, *op. cit.*, pp. 383-384; Depoimento de Maria do Céu Pedro in SERRA, *op. cit.*, p. 395; Depoimento de Maria Zulmira André in SERRA, *op. cit.*, pp. 381-382; Depoimento de Natália Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 433; Depoimento de Natércia Pais in SERRA, *op. cit.*, pp. 429-430; Depoimento de Rosa Exposto in SERRA, *op. cit.*, p. 403; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Rosa Serra.

⁵³²Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁵³³Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra.

⁵³⁴Entrevista a Maria Arminda dos Santos.

⁵³⁵Entrevista a Giselda Pessoa.

⁵³⁶Entrevista a Aura Teles.

entre elas e os restantes militares foi fundamental para que todos conseguissem sobreviver à guerra⁵³⁷. Segundo Aura Teles, «Após o fim do dia, jantávamos juntos e fazíamos a nossa festa, porque estávamos vivos»⁵³⁸. De facto, esse convívio constituía um forte apoio emocional para ambos, pois importava encontrar «uma forma de sair do desalento em que por vezes mergulhávamos»⁵³⁹.

Além disso, é curioso observar como o desenrolar das relações no quotidiano de guerra atenuou as barreiras impostas pela estereotipia de género. Segundo Albertino Nobre Monteiro, piloto de helicópteros que prestou serviço na Guiné entre 1971 e 1973, «Para nós, [a enfermeira paraquedista] era mais um elemento da equipe. Lidávamos em pé de igualdade com elas, com o devido respeito, mas sem haver ali entraves»⁵⁴⁰. Giselda Pessoa e Rosa Serra experienciaram um episódio semelhante que denota uma relação de amizade puramente humana desenvolvida com os militares: em momentos diferentes, ambas foram convidadas por militares a assistir à chegada dos aviões dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), em Bissalanca, Guiné, porque estes queriam ver e apreciar as hospedeiras de bordo⁵⁴¹. Giselda Pessoa relata que tentou recusar o convite, pois não partilhava o mesmo interesse sexual que os militares, mas estes, surpreendidos com a sua recusa, insistiram: “«Está calada, que tu és igual a nós!»”⁵⁴². Esta afirmação pode suscitar diversas interpretações. Por um lado, demonstra essa relação de amizade e camaradagem «sem [...] entraves», como descreveu Albertino Nobre Monteiro. Por outro lado, pode aludir ao pressuposto de que o convívio entre os sexos no mesmo espaço proporcionaria a masculinização das mulheres que implicaria também a homossexualidade feminina⁵⁴³.

Por último, não obstante a dificuldade ao nível da comunicação com as populações nativas que falavam o seu respetivo dialeto, sobretudo sentida quando as militares davam assistência a mulheres grávidas, foi possível desenvolver uma relação de respeito,

⁵³⁷Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 71; Entrevista a Alfredo Cruz; Entrevista a Cristina Justino da Silva.

⁵³⁸Entrevista a Aura Teles.

⁵³⁹Depoimento de Maria Arminda dos Santos in SERRA, *op. cit.*, p. 376.

⁵⁴⁰Entrevista a Albertino Nobre Monteiro.

⁵⁴¹Depoimento de Rosa Serra in SERRA, *op. cit.*, pp. 353-354; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Rosa Serra.

⁵⁴²Entrevista a Giselda Pessoa.

⁵⁴³JAUNEAU, Élodie – «Images et représentations des premières soldates françaises (1938-1962)». *Clio: Femmes, Genre, Histoire*. N.º 30 (2009), pp. 245-248.

amizade e solidariedade⁵⁴⁴. As nativas não só as nomeavam como madrinhas dos seus filhos, mas também lhes atribuíam o seu nome, porque, de acordo com Maria Ivone Reis, «copiavam o nome das pessoas de que gostavam», sendo um ato de homenagem pela ajuda prestada. Aura Teles conta que uma vez evacuou uma grávida cujo filho nasceu a bordo do helicóptero. No seguimento disso, «ela perguntou-me como é que eu me chamava. E eu disse-lhe que sou a Aura. “Não, o outro nome”. Teles. “Então, o menino vai chamar-se Helicóptero Teles”»⁵⁴⁵.

As enfermeiras paraquedistas constituíram também uma novidade para as populações nativas, suscitando-lhes curiosidade e fascínio. Pinho Nunes, oficial paraquedista, recorda do delírio que Maria Ivone Reis e Maria Celeste Lopes Guerra causaram, quando, no ano de 1962, realizaram os seus saltos de manutenção «em pleno bairro de Xipamanine, em Lourenço Marques [Moçambique]». A população que vivia neste bairro assistiu ao referido acontecimento e encarou-as como se fossem frutos da criação divina: «No meio daquela vozearia em xirronga e landim, a palavra que se ouvia mais era “*xicuembo*” – “*xi, pára-quedista mulher? Não pode ser! Tem xicuembo!*”... [expressão alusiva a Deus, empregue para explicar situações consideradas inexplicáveis]»⁵⁴⁶. Desta forma, os nativos faziam-lhes oferendas, um ato de reconhecimento e agradecimento pela ajuda prestada. Maria Arminda dos Santos relata que, quando foi chamada para «evacuar uma criança em estado grave, com uma poliomielite» em Bolama, Guiné, ficou cercada por «homens e mulheres» que «queriam-me tocar», surgindo depois «um homem muito importante [...] com umas coisas na mão e pensei: «Ai, meu Deus, ele traz granadas» – o homem tinha ido buscar as melhores maçarocas de milho para me oferecer porque achava que tinha sido um bem que tinha vindo à aldeia, que eu tinha mezinha porque ia levar a criança para tratar»⁵⁴⁷.

⁵⁴⁴Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 667.

⁵⁴⁵Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Eugénia Sousa in ANTUNES, *op. cit.*, p. 681; Entrevista a Maria Ivone Reis in ANTUNES, *op. cit.*, p. 667.

⁵⁴⁶NUNES, Pinho – «Ainda as Enfermeiras Pára-Quedistas: Um quadro em extinção». *Mais Alto*. Ano XXV – N.º 248 (julho/agosto 1987), p. 35.

⁵⁴⁷Entrevista a Maria Arminda dos Santos, realizada a 1 de fevereiro de 1995 em Lisboa, in ANTUNES, *op. cit.*, p. 672.

CAPÍTULO VIII – Depois da guerra: a desmobilização, a extinção do quadro e a sua dimensão transformadora

Eis o epílogo da história das enfermeiras paraquedistas. Findado o conflito em África, originando-se, consequentemente, a fragmentação do império colonial português e à proclamação da independência de Angola, Guiné e Moçambique, dava-se lugar, por fim, aos tempos de paz. Ao passo que o fim da guerra fez reduzir e eliminar as necessidades sanitárias, iniciou-se não só a desmobilização das militares, como também o processo da progressiva extinção do seu quadro⁵⁴⁸. Enquanto uma parte significativa regressou à vida civil durante e após o conflito, retomando as suas funções de enfermagem em estabelecimentos de saúde e unidades hospitalares, outra continuou a prestar serviço na FA até à situação de reserva ou reforma e cuja atuação permaneceu circunscrita ao seu hospital, no Lumiar⁵⁴⁹. O quadro nunca esteve completo. Em 1974, contabilizavam-se 16 militares (oito oficiais e oito sargentos) em serviço ativo, enquanto, no ano seguinte, o número efetivo se reduziu para 11 (seis oficiais e cinco sargentos)⁵⁵⁰.

De modo a estimular a manutenção do número efetivo, em 1975, a FA estipulou um conjunto de condições que visava reintegrar as militares que abdicaram do serviço para contrair matrimónio, restrição que fora revogada dois anos antes, canalizando-as para os seus serviços de saúde. Segundo o Decreto N.º 245/75, de 21 de maio, competia às interessadas apresentar um requerimento, sendo avaliado pelo Chefe do EMFA. As que fossem consequentemente reintegradas ou retomavam a sua anterior graduação ou eram promovidas caso tivessem adquirido novas habilitações no mundo civil. Uma vez reintegradas, o seu tempo de serviço contava a partir do tempo acumulado nos contratos

⁵⁴⁸Em 1975, algumas militares participaram noutra missão internacional, desta vez a Timor-Leste, que, após a declaração da independência face ao domínio colonial português a 28 de novembro do mesmo ano, foi invadido pela Indonésia no mês seguinte. Neste contexto, integraram a equipa sanitária que deu assistência aos refugiados portugueses, sobretudo mulheres e crianças, que foram evacuados para Lisboa. Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 154-155; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Fernando Miranda; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Rosa Serra.

⁵⁴⁹Depoimento de Eugénia Sousa in VINAGRE, *op. cit.*, p. 108; Depoimento de Ercília Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, p. 83; Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 158; Depoimento de Maria do Céu Pedro in TORRÃO, *op. cit.*, pp. 66-67; Depoimento de Maria de Lourdes Rodrigues in SERRA, *op. cit.*, p. 387; Depoimento de Maria Ivone Reis in RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 165-166; Depoimento de Manuela Flores França in TORRÃO, *op. cit.*, p. 105; Depoimento de Octávia Nunes in SERRA, *op. cit.*, p. 427; Entrevista a Aura Teles; Entrevista a Cristina Justino da Silva; Entrevista a Giselda Pessoa; Entrevista a Maria Arminda dos Santos; Entrevista a Maria da Piedade Gouveia in ANTUNES, *op. cit.*, p. 679; Entrevista a Lourdes Pinto Lobão; Entrevista a Rosa Serra.

⁵⁵⁰CARREIRAS, *op. cit.*, 2010, p. 96; GRÃO, *op. cit.*, 2006, pp. 99-100.

anteriores⁵⁵¹. Além disso, aquando da sua criação, as enfermeiras paraquedistas pertenciam à categoria de pessoal equiparado a militar paraquedista. Em 1976, podiam transitar, mediante um requerimento, dessa categoria à categoria de pessoal militar permanente privativo do Corpo de Tropas Paraquedistas⁵⁵². A partir do ano seguinte, as tenentes em serviço ativo que detinham esse posto há, pelo menos, cinco anos podiam ser promovidas a capitão, mediante a escolha do Chefe do EMFA, acompanhada do parecer da Comissão Técnica da FA⁵⁵³. Apesar das tentativas conduzidas mais tarde por algumas militares para que alcançassem o posto de major, o posto de capitão permaneceu a patente máxima da sua progressão na hierarquia, até à extinção do quadro⁵⁵⁴.

Em 1980, ultrapassadas as necessidades sanitárias que estimularam o aparecimento das enfermeiras paraquedistas em 1961, o Decreto-Lei N.º 309/80, de 19 de agosto, determinou a «progressiva extinção» do seu quadro, que se processaria através da não abertura de novos concursos, mas também à medida em que as militares em serviço ativo fossem passando à situação de reserva ou de reforma⁵⁵⁵. Dez anos mais tarde, no âmbito da revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, esse processo manteve-se inalterado⁵⁵⁶. Em 1994, na sequência da transferência das Tropas Paraquedistas para o Exército, as militares acompanharam esta mudança, integrando os seus serviços de saúde⁵⁵⁷. Lourdes de Pinto Lobão desempenhou funções a nível diretivo, tendo estado responsável pelos «processos de pessoal com acidente em serviço: ler os processos todos, ver as causas do processo, ver o diagnóstico e passar o médico para ele assinar que depois dizia o que se fazia com esse processo»⁵⁵⁸. O processo de extinção do quadro concluiu-se em 2002⁵⁵⁹.

Segundo Helena Carreiras, a existência das enfermeiras paraquedistas abriu precedentes para o serviço militar feminino, «embora a sua participação não tenha questionado de forma estrutural o modelo dominante na relação entre sexos e na ordem

⁵⁵¹Decreto n.º 245/75 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 117/1975 (21 de maio de 1975), pp. 705-706.

⁵⁵²Portaria n.º 41/76 – *Diário do Governo*, Série I, N.º 24/1976 (29 de janeiro de 1976), p. 215.

⁵⁵³Decreto N.º 102/77 – *Diário da República*, Série I, N.º 180/1977 (5 de agosto de 1977), p. 1916.

⁵⁵⁴Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

⁵⁵⁵Decreto-Lei n.º 209/80 – *Diário da República*, Série I, N.º 190/1980 (19 de agosto de 1980), p. 2234.

⁵⁵⁶Decreto-Lei n.º 34-A/90 – *Diário da República*, Série I, 1.º Suplemento, N.º 20/1990 (24 de janeiro de 1990), p. 42.

⁵⁵⁷Decreto-Lei n.º 27/94 – *Diário da República*, Série I-A, N.º 30/1994 (5 de fevereiro de 1994), p. 591; Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

⁵⁵⁸Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

⁵⁵⁹GRÃO, *op. cit.*, 2006, p. 104.

de género vigente no universo militar». Este fenómeno constituiu o ponto de partida para «uma revolução silenciosa», ou seja, uma experiência deveras transformadora, mas cujos efeitos estruturais se manifestaram muito lentamente⁵⁶⁰. O serviço militar feminino foi apenas debatido na Assembleia Nacional, legalizado e regulamentado muito mais tarde, na transição da década de 60 para a década de 70. No entender de Inês Loureiro, a alteração da Lei do Serviço Militar, aprovada a 11 julho de 1968, resultou da carência generalizada de médicos nas estruturas dos serviços de saúde disponíveis no teatro de guerra. Para colmatar esta necessidade, propôs-se a introdução do serviço militar feminino, em regime de voluntariado, alargando-o para o desempenho de várias funções, desde que correspondessem às características do sexo feminino. Esta proposta inviabilizava a participação das mulheres em esferas de atuação masculinizadas, nomeadamente o combate⁵⁶¹.

Contudo, existiu também ação nos bastidores. Antes de ter sido efetivado o acesso generalizado das mulheres às Forças Armadas nos finais do século XX, decorreram, ainda no período da Guerra Colonial, conversações entre as entidades militares, visando o desenho de projetos para introduzir, desenvolver e aprofundar o serviço militar feminino. Embora tenham sido tentativas inconsequentes, demonstram não só a dimensão transformadora do fenómeno em estudo, que comprovou a possibilidade de as mulheres pertencerem ao universo militar, mas também o interesse das Forças Armadas em promover o serviço militar feminino, de acordo com dinâmicas específicas.

Após a tentativa verificada em 1961, o Exército procurou novamente criar um corpo de enfermeiras militares quatro anos mais tarde. Solicitou esclarecimentos à SEA sobre como se processava a integração das enfermeiras paraquedistas, tendo em consideração à sua graduação e promoção militar, de forma a perceber se houve «possíveis inconvenientes que se tenham verificado com a graduação de Enfermeiras, especialmente no que respeita às relações de dependência e confronto com o pessoal de Enfermagem Militar». Desconhece-se a continuidade ou desistência deste projeto⁵⁶². Depois do conflito, em 1975, o EME desenvolveu uma nova iniciativa, no âmbito da qual

⁵⁶⁰CARREIRAS, *op. cit.*, 2011, pp. 40-41.

⁵⁶¹LOUREIRO, Inês – «O serviço militar feminino – que oportunidades?» in *A mulher nos Debates Parlamentares do Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021, pp. 90-102. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea [Texto policopiado].

⁵⁶²GRÃO, *op. cit.*, pp. 85-86.

promoveu a admissão de candidatas com formação universitária aos serviços de saúde, integrando os quadros de farmácia, estomatologia e veterinária, mas a conjuntura política impossibilitou a sua continuidade⁵⁶³.

O ramo militar que mais se mobilizou no sentido de aprofundar a integração feminina nas Forças Armadas foi a FA, a incubadora das enfermeiras paraquedistas e onde a existência de mulheres militares já era aceite, afirmando-se assim como a precursora do serviço militar feminino em Portugal. Em 1972, foi regulamentado o acesso das mulheres às Forças Armadas, permanecendo circunscritas aos serviços de saúde, designadamente na qualidade de médicas e farmacêuticas, tendo sido incrementado pela FA no ano seguinte⁵⁶⁴. Em fevereiro de 1974, deparamo-nos com um novo projeto, detalhadamente construído, que propôs uma dinâmica de integração feminina mais abrangente, menos circunscrita aos serviços de saúde, através da oferta de um conjunto de funções, mas em consonância com os princípios orientadores da Lei do Serviço Militar de 1968. Esse projeto intitulava-se «Corpo Auxiliar Feminino da Força Aérea», tendo sido nomeada pelo General Armando Correia Mira, à data Chefe do EMFA, uma comissão, composta essencialmente por homens, com o propósito de definir a sua organização⁵⁶⁵. Podia ser constituído por jovens mulheres, solteiras ou viúvas sem filhos, entre os 17 e 25 anos de idade, que seriam graduadas a oficiais, sargentos e cabos, consoante o seu nível de escolaridade. Para além da formação militar, a sua especialização técnica ocorreria na FA. Estariam responsáveis pelos serviços de secretaria e arquivo, intendência e contabilidade, mas também por funções mais técnicas, nomeadamente o setor das comunicações e a circulação aérea e radar de tráfego. A especialidade de enfermagem foi igualmente considerada, apesar de não ser clara a ideia de integrar as enfermeiras paraquedistas em serviço ativo ou mantê-las separadas deste corpo⁵⁶⁶. A evolução dos acontecimentos políticos que se seguiram ao 25 de abril de 1974 explica a inconsequência deste projeto.

⁵⁶³CARREIRAS, Helena – «Antecedentes históricos e contexto institucional» in *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edição Cosmos, 1997, p. 83.

⁵⁶⁴*Ibidem*.

⁵⁶⁵AHFA, Correspondência expedida pelo Chefe do EMFA, General Armando Correia Mira, a 15 de fevereiro de 1974, «Operações e organização da Força Aérea», janeiro de 1968-março de 1974 (PT/AHFA/GABCEMFA/130/813/3.6.1.), 1 pasta.

⁵⁶⁶AHFA, Relatório da comissão nomeada para estudo e proposta dos princípios fundamentais da organização dum Corpo Auxiliar Feminino da Força Aérea, apresentado a 25 de abril de 1974, «Operações e organização da Força Aérea», janeiro de 1968-março de 1974 (PT/AHFA/GABCEMFA/130/813/3.6.1.), 1 pasta.

Ainda observando os bastidores, as autoridades militares iniciaram um debate intenso sobre a viabilidade e organização da enfermagem militar feminina no ano de 1978, tendo sido retomado a partir de 1983. No ano seguinte, o Estado-Maior General das Forças Armadas propôs aos Chefes do Estado-Maior do Exército, da FA e Armada a generalização da carreira de enfermagem militar feminina, visto que Portugal era então o único Estado-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que não detinha corpos uniformizados de enfermeiras militares nas suas Forças Armadas, excetuando-se a FA⁵⁶⁷. Esta proposta surge como uma tentativa de colmatar a carência de pessoal de enfermagem nos serviços de saúde dos três ramos militares, que dependiam fortemente da contratação de enfermeiras civis. Pretendia-se extinguir gradualmente «os quadros civis de enfermagem feminina já existentes», substituindo-os por quadros militares, ao mesmo tempo que se discutiu as condições de admissão do pessoal feminino à carreira de enfermagem militar: ou através da Escola do Serviço de Saúde Militar, ou através da enfermagem civil, assente em regime de voluntariado⁵⁶⁸. Enquanto a Armada e a FA se posicionaram a favor deste projeto, o Exército considerou «inoportuno o seu imediato equacionamento», embora tenha reconhecido «a vantagem e necessidade da criação deste serviço»⁵⁶⁹.

Soma-se ainda o facto de, durante o conflito, nos depararmos, na frente doméstica, com uma sociedade progressivamente em mudança. Foram concebidas várias iniciativas a nível legislativo, principalmente na fase marcelista do regime estadonovista (1968-1974), que visavam «diminuir as discriminações sofridas pelas mulheres»⁵⁷⁰. No seguimento disso, a sua atuação na esfera pública alargou-se, penetrando, progressivamente, nos espaços masculinizados. Concomitantemente à existência das enfermeiras paraquedistas desde 1961 e à introdução do serviço militar feminino pela Lei do Serviço Militar de 1968, a partir da década de 70, as mulheres passaram a fazer parte

⁵⁶⁷ADN, Nota N.º 14/CCRLSM/GTB, expedida pelo Presidente do Grupo de Trabalho «B», a 30 de julho de 1984, «Conselho de Chefes do Estado-Maior», setembro de 1979-agosto de 1984 (PT/ADN/SGDN/1REP/107/0352/001, cx. 10/029), 1 pasta.

⁵⁶⁸ADN, Informação N.º 18/84, expedida pela Repartição dos Estudos Gerais, a 28 de fevereiro de 1984 «Conselho de Chefes do Estado-Maior», setembro de 1979-agosto de 1984 (PT/ADN/SGDN/1REP/107/0352/001, cx. 10/029), 1 pasta.

⁵⁶⁹ADN, Nota N.º 0654 – P.º 310.06, expedida pelo Diretor do Serviço de Saúde da FA, sem data; Nota N.º 3145/GC/5SET83/GAB.CEMGFA, expedida pelo Presidente da CIPSFA, sem data, «Conselho de Chefes do Estado-Maior», setembro de 1979-agosto de 1984 (PT/ADN/SGDN/1REP/107/0352/001, cx. 10/029), 1 pasta.

⁵⁷⁰PIMENTEL; MELO, *op. cit.*, p. 360.

da Polícia de Segurança Pública (PSP), desempenhando funções burocráticas, assistência a mulheres e crianças e funções de vigilância de trânsito e turismo⁵⁷¹. Apesar de não se ter consumado uma imediata partilha de funções entre os sexos, as mulheres transformaram-se em figuras de autoridade, na qualidade de enfermeiras paraquedistas e de agentes policiais, as quais os seus congéneres masculinos deveriam respeitar como tais, mas também perante as quais os elementos civis deveriam obedecer, sobretudo no último caso.

Na década de 80, ressurgiu o debate público sobre o serviço militar feminino, norteado por questões relacionadas com o regime do serviço (obrigatório ou voluntário) e a partilha das mesmas esferas de atuação entre os sexos⁵⁷². Como as enfermeiras paraquedistas constituíam a experiência de integração feminina nas Forças Armadas mais recente à época, pouquíssimas delas foram convocadas a participar diretamente nesse debate. Em 1984, entrevistada pelo jornalista Mário Zambujal, Cristina Justino da Silva defendeu o serviço militar feminino, visto que «as mulheres conseguiriam ir para a tropa, se fosse necessário, e cumprirem a mesma missão que cumprem os homens [combatentes]», mas realçando que «devemos trabalhar para a paz e não para a guerra»⁵⁷³. A Lei N.º 22/91 determinou, por fim, «a progressiva emissão de regulamentação específica fixando as classes, armas e serviços e especialidades abertas às mulheres, em cada ramo das Forças Armadas»⁵⁷⁴. Face a esta mudança, Francis Matias testemunhou a integração feminina nos quadros da FA, às quais lecionou a disciplina de Ordem Unida. Regressou também a Tancos, com o propósito de acompanhar as mulheres que se voluntariaram para as Tropas Paraquedistas⁵⁷⁵. Já Lourdes Pinto Lobão, a última enfermeira paraquedista brevetada em 1974, afirma que permaneceu afastada quanto ao debate e desenvolvimento do serviço militar feminino:

«Isso não tinha nada a ver connosco. [...] Nunca ligámos a isso. Nem eu nem as minhas colegas. [...] Ninguém me pediu opinião, portanto eu não tinha que discordar. Mas eu achava que sim. Porque não?»⁵⁷⁶.

⁵⁷¹URBANO, Pedro – «Adelaide Cabete e a Génese da Polícia Feminina» in *Polícia(s) e Segurança Pública: História e Perspetivas Contemporâneas* (coord. ROLLO, Maria Fernanda; GOMES, Pedro Marques; CUETO-RODRÍGUEZ, Adolfo). s.l.: Museu da Polícia, 2020, p. 219.

⁵⁷²CARREIRAS, *op. cit.*, pp. 83-84.

⁵⁷³Entrevista a Cristina Justino da Silva, realizada a 11 de fevereiro de 1984, no âmbito do Programa «Fim de Semana», da RTP.

⁵⁷⁴CARREIRAS, *op. cit.*, p. 84.

⁵⁷⁵Depoimento de Francis Matias in TORRÃO, *op. cit.*, p. 159.

⁵⁷⁶Entrevista a Lourdes Pinto Lobão.

Conclusão

No decorrer desta investigação, analisámos a criação, organização e participação humanitária das enfermeiras paraquedistas durante a Guerra Colonial, os impactos que a sua existência provocou do ponto de vista social e de género, mas também as marcas que a guerra lhes deixou.

Recuámos ao tempo de infância e adolescência destas mulheres, através do qual nos foi possível demonstrar que, provenientes tanto do meio rural como do meio citadino, nasceram e cresceram em contextos familiares humildes. Contudo, dispuseram de condições favoráveis (a nível do pagamento de propinas, alojamento e da alimentação) que lhes permitiram prosseguir os estudos em enfermagem, asseguradas pelas escolas, particulares e públicas, que frequentaram, bem como pela rede familiar existente nas cidades onde essas instituições se localizavam. As experiências vividas nesse período, grande parte das quais resultantes do contacto direto com o contexto hospitalar, estimularam, emocionalmente, o seu interesse pela profissão, devido à sua predisposição para a interajuda, que, em alguns casos, foi também decisiva para a sua frequência no curso de paraquedismo.

As motivações que as impulsionaram a abandonar a sua zona de conforto (o local de trabalho), a favor de um desafio arriscado que envolvia dois mundos que, por um lado, lhes era totalmente desconhecido (o mundo militar) e, por outro lado, perigoso e violento (a guerra), são de natureza diversa. A par do espírito de interajuda, ser enfermeira paraquedista representava, no seu entender, uma oportunidade única de adquirir novas experiências pessoais e profissionais: descobrir o que é o paraquedismo, conhecer as «províncias ultramarinas» e cuidar de outro tipo de doentes. Estas mulheres foram mobilizadas através de canais oficiais, respeitantes aos mecanismos adotados pela FA (a divulgação de anúncios de recrutamento através dos jornais, da rádio e televisão), que influenciaram os canais não oficiais, isto é, as relações interpessoais desenvolvidas nos contextos escolar, laboral e familiar. As escolas de enfermagem e os locais de trabalho foram espaços extremamente frutíferos para a sua mobilização, visto que, tendo em conta a novidade que as enfermeiras paraquedistas constituíram à luz dos valores do Estado Novo quanto ao lugar social das mulheres, as jovens, colegas de turma e de trabalho, se contagiavam umas às outras com o seu fascínio e curiosidade.

A integração feminina no universo militar foi duplamente desafiante, refletindo-se os preceitos sociais quanto à interação entre os sexos: além de o ter sido para as jovens mulheres se adaptarem à disciplina militar e corresponderem às exigências físicas e psicológicas do curso de paraquedismo, foi para os militares que, habituados à sua própria convivência, tiveram que adotar outro tipo de abordagem, orientada por uma postura cavalheiresca que evitava o uso de palavrões e conversas de teor sexual diante de uma *senhora*. Transitando-se do ceticismo e reserva para o respeito e a camaradagem, a experiência possibilitou, progressivamente, não só a habituação ao convívio entre homens e mulheres no mesmo espaço e domínio, mas também uma nova perspectiva masculina favorável à existência das mulheres enquanto seres militares. Desta forma, foram sendo desconstruídas as descrenças quanto às capacidades femininas, ao mesmo tempo que os militares começaram a nutrir pelas suas congêneres admiração e fascínio. Já no teatro de guerra as relações de camaradagem desenvolvidas entre as enfermeiras paraquedistas e os militares fortaleceram-se, um vínculo de união fortíssimo que permitiu a ambos ultrapassar o desalento e sobreviver à guerra, ultrapassando as amarras da conduta estereotipada da interação entre os sexos.

Os pressupostos de género condicionaram o seu enquadramento e estatuto militar. Apesar de a sua renumeração ter sido igual à dos militares paraquedistas, consoante os postos, as enfermeiras paraquedistas tinham que abandonar o serviço em caso de casamento, dado que as suas funções eram entendidas como incompatíveis com as exigências da esfera doméstica, ou seja, ser mãe e cuidar dos filhos. Esta questão constituiu um motivo preponderante pelo qual uma esmagadora maioria das militares abandonou a FA, o que fez reduzir, de forma significativa, o número efetivo disponível no teatro de guerra.

Os jornais e revistas analisados, incluindo os que estavam afetos ao Estado Novo, contribuíram ativamente para legitimar e credibilizar o primeiro grupo de militares brevetadas em 1961, através de um discurso laudatório que evidenciou o seu espírito de abnegação, a prontidão com que responderam ao desafio e abdicaram dos seus serviços civis para acudir a Pátria em tempos de guerra, transformando-as num exemplo que as jovens portuguesas deveriam seguir. Esta novidade provocou uma amálgama de reações, manifestada pelas pessoas comuns, incluindo os familiares das militares. Por um lado, foram malvistas e pouco compreendidas por uns, porque transgrediam a «ordem natural»

da sociedade, isto é, as barreiras que imponham a hierarquização e divisão dos sexos, designadamente os pressupostos que inferiorizavam e denegriam as mulheres para evitar a sua participação nos espaços e domínios masculinizados (o facto de terem sido consideradas prostitutas por, voluntariamente, pertencerem a um meio dominado por homens). Por outro lado, foram admiradas por outros, principalmente por raparigas e jovens mulheres, de várias profissões (enfermeiras, estudantes de enfermagem, operárias, criadas de servir, entre outras) e provenientes de várias regiões de Portugal (incluindo os Arquipélagos dos Açores e da Madeira e as então «províncias ultramarinas»), que, durante o conflito, manifestaram, via correspondência, às autoridades militares e políticas (em particular o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e o Presidente da República, à data Américo Tomás) o quão aspiravam ser enfermeiras paraquedistas. As suas motivações foram também de natureza diversa: o patriotismo imbuído no desejo de ajudar, experimentar o paraquedismo e conhecer as «províncias ultramarinas». No entanto, uma parte significativa dessas jovens provinham de contextos socioeconómicos humildes, não tinham condições financeiras necessárias para frequentarem o curso de enfermagem e algumas viviam em contextos familiares disfuncionais, por isso ser enfermeira paraquedista significava, para elas, uma nova e diferente oportunidade de emprego (uma melhor renumeração salarial equivalia a melhores condições de vida). Além disso, algumas jovens desconheciam a natureza da missão das militares, pressupondo que elas combatiam tal como os homens, por isso consideravam uma importante de ser útil e contribuir para a defesa da Pátria.

As enfermeiras paraquedistas têm consciência do quão necessário e importante foi o seu papel ao longo do conflito. Reconhecem que o conflito lhes permitiu desempenhar a sua profissão de forma diferente, fazendo jus à causa nobre que lhe é intrínseca: salvar e preservar a vida humana. Enfrentando a realidade nua e crua da guerra, socorreram e evacuaram inúmeros feridos e doentes, civis e militares, portugueses e nativos. Para além do aspeto profissional, foram importantes pilares de apoio moral e emocional para esses jovens rapazes que regressaram a Portugal com traumas físicos e psicológicos. Às militares confidenciavam os seus medos, inseguranças e os planos para recomeçar as suas vidas. A sua presença era entendida pelos militares como benéfica, exercendo sobre eles um forte impacto moral: as enfermeiras paraquedistas podiam ajudá-los a qualquer momento, simbolizando a Esperança de que era possível, pelo menos, viver o dia

seguinte. Em suma, pelos seus contributos, as enfermeiras paraquedistas foram, são e continuarão a ser um ícone importante e incontornável da Guerra Colonial. Apesar de terem cumprido a sua missão, a guerra deixou-lhes marcas profundas que ainda hoje perduram nas suas mentes: carregam consigo memórias dolorosas do sofrimento humano que testemunharam, algumas das quais não procuram desbloquear de modo a protegerem-se face à revivência do passado. Em suma, esta investigação demonstra que, sem a recolha e preservação dos testemunhos orais, ser-nos-ia impossível compreender a componente humana da guerra: que marcas deixou nas enfermeiras paraquedistas e nos militares com quem conviveram, mas também quem socorreram e evacuaram. Foi um longo conflito que traumatizou (e ainda traumatiza) as gerações que o vivenciaram, direta e indiretamente, destruindo-as física e psicologicamente.

Por último, após o conflito, enquanto houve militares que regressaram à vida civil, prestando serviço em estabelecimentos de saúde, outras que continuaram na FA até à situação de reserva e reforma ficaram circunscritas aos seus serviços de saúde e, posteriormente, aos do Exército, na sequência da transferência das Tropas Paraquedistas para esse ramo militar em 1994. A sua existência inspirou, ainda no decorrer do conflito, o Exército a desenvolver o serviço militar feminino, se bem que a FA se afirmou como a sua principal precursora, porque procurou aprofundá-lo, com a aplicação da Lei do Serviço Militar de 1968 e o projeto do «Corpo Auxiliar Feminino da Força Aérea» em 1974, que não se concretizou devido aos acontecimentos políticos após o 25 de abril. O processo de extinção do quadro ficou concluído no ano de 2002.

Esta investigação apresenta e defende uma abordagem possível entre as várias que poderão surgir em torno das enfermeiras paraquedistas, encorajando, desta forma, futuros estudos de forma a iniciar-se um diálogo aberto e estimulante. Há questões que, devido à dimensão de uma Dissertação de Mestrado, não nos foi possível aprofundar, nomeadamente como o isolamento provocado pela guerra fez com que os militares tivessem sexualizado estas mulheres em determinadas ocasiões. Há outros aspetos que foram brevemente mencionados, mas importa tê-los em consideração, porque persistem lacunas na História da Guerra Colonial que necessitam de ser preenchidas como, por exemplo, o papel da Secção Auxiliar Feminina da CVP, a participação de médicos e enfermeiros quer nos hospitais militares, quer nos aquartelamentos e, ainda, a assistência dada aos feridos de guerra pelas missionárias portuguesas.

Fontes primárias

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo da Defesa Nacional

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia

Arquivo Histórico da Força Aérea

Arquivo Histórico-Militar

Arquivo Histórico-Parlamentar – Debates Parlamentares

Biblioteca Nacional de Portugal

Casa Comum – Fundação Mário Soares e Maria Barroso

Centro de Documentação 25 de Abril

Diário da República Eletrónico

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Memória Para Todos

RTP Arquivo

Testemunhos orais

Entrevista a Albano Pereira, realizada a 12 de abril de 2024, na Biblioteca Municipal de Oeiras.

Entrevista a Albertino Nobre Monteiro, realizada a 9 de fevereiro de 2024, no Centro República – NOVA FCSH.

Entrevista a Alfredo Cruz, realizada a 30 de abril de 2024, na Biblioteca Municipal do Barreiro.

Entrevista a Aura Teles, realizada a 23 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

Entrevista a Cristina Justino da Silva, realizada a 16 de fevereiro de 2024, na Margem Sul.

Entrevista a Fernando Miranda, realizada a 14 de março de 2024, no Centro República – NOVA FCSH.

Entrevista a Giselda Pessoa, realizada a 22 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

Entrevista a Henrique Mendonça, realizada a 30 de maio de 2024, na Associação Conquistas da Revolução.

Entrevista a João Amaral, realizada a 20 de março de 2024, na Liga dos Combatentes – Núcleo de Oeiras-Cascais.

Entrevista a José Moura Martins, realizada a 14 de fevereiro de 2024, no Clube Militar de Oficiais de Setúbal.

Entrevista a Lourdes Pinto Lobão, realizada a 18 de abril de 2024, no Centro República –NOVA FCSH.

Entrevista a Manuel Arrais, realizada a 3 de abril de 2024, em Lisboa.

Entrevista a Maria Arminda dos Santos, realizada a 19 de fevereiro de 2024, na Margem Sul.

Entrevista a Pedro Taveira, realizada a 21 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

Entrevista a Rosa Serra, realizada a 20 de fevereiro de 2024, em Lisboa.

Entrevistas, depoimentos e memórias:

ANTUNES, José Freire – «Enfermeiras Pára-Quedistas: Boina Verde e dedicação» in *A Guerra de África (1961-1974)*. Vol. II: *A Voz e a Escrita dos Protagonistas*. s.l.: Círculo de Leitores, 1995, pp. 663-680.

«As Enfermeiras Pára-quedistas: A ex-Tenente Enfermeira Pára-Quedista Maria Arminda Lopes P. dos Santos (Combatente do ex-Ultramar)». *Combatente*. Ano XXV – N.º 274 (dezembro 1994), pp. 4-6.

ARRIAGA, Kaulza de – «Como tudo começou... e acabou». *Mais Alto: Revista da Força Aérea*. Ano XXIV - N.º 21 (maio/junho 1986), pp. 10-11.

CORREIA, Pedro Taveira – *Enfermeiro de Guerra: Evacuações na frente de combate debaixo de mísseis*. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2020.

Entrevista à Alferes Enfermeira Paraquedista Antonieta Antunes, realizada a 5 de julho de 1971, no âmbito do Programa «Um Dia Com...» (Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/um-dia-com-antonieta-antunes/>, consultado em fevereiro de 2024).

Entrevista a Cristina Justino da Silva, realizada a 11 de fevereiro de 1984, no âmbito do Programa «Fim de Semana» (Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-cristina-da-silva/>, consultado em julho de 2025).

Entrevista a Isabel Rilvas, conduzida por Luísa Manoel Vilhena para o *Diário de Notícias*, «Suplemento de Domingo», 30 de outubro de 2020 (Disponível em <https://cavok.pt/2021/03/08/recordando-depois-dos-desafios-isabelinha-rilvas/>, consultado em fevereiro de 2024).

Entrevista a Kaúlza de Arriaga, conduzida por Batista-Bastos para o *Público*, em 1994 (Disponível em <https://cd25a.uc.pt/pt/page/2546>, consultado em fevereiro de 2024).

PINHO, Nunes – «Ainda as Enfermeiras Pára-Quedistas: Um quadro em extinção». *Mais Alto: Revista da Força Aérea*. Ano XXV – N.º 248 (julho/agosto 1987), pp. 34-35.

PINTO, Nuno Tiago – *Dias de Coragem e de Amizade. Angola, Guiné, Moçambique: 50 Histórias da Guerra Colonial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

RIBEIRO, Margarida Calafate – «Dois depoimentos sobre a presença e a participação femininas na Guerra Colonial: Depoimento de Elsa Adler Gomes da Costa. Depoimento de Ivone Reis». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 68 (2004), pp. 129-166 (Disponível em <https://doi.org/10.4000/rccs.1212>, consultado em fevereiro de 2024).

SERRA, Rosa (coord.) – *Nós, enfermeiras paraquedistas*. 3.ª Edição. Porto: Fronteira do Caos, 2021.

TOMÉ, António J. Viana de Almeida – «As enfermeiras pára-quedistas em acção no Ultramar». *Cidadania e Defesa*. N.º 51 (fevereiro/agosto 2014), pp. 16-20.

TORRÃO, Susana – *Anjos na guerra: a aventura das enfermeiras paraquedistas portuguesas*. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

VALE, José Lemos – *Sopros de vida*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.

VIDIGAL, Maria do Céu Policarpo – «Recordações do passado». *Mais Alto: Revista da Força Aérea*. Ano XXV – N.º 248 (julho/agosto 1987), pp. 14-16.

VINAGRE, Ana Bela – *A Mulher nas Malhas da Guerra Colonial*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.

Obras literárias

ANTUNES, António Lobo – *Os Cus de Judas*. 35ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2017.

Filmografia

Quem Vai à Guerra (2011, Marta Pessoa).

Fontes escritas

Debates parlamentares:

Diário das Sessões. IX Legislatura (1968).

Documentação da Administração do Estado-Maior do Exército, Estado-Maior da Força Aérea, Estado-Maior das Forças Armadas e da Secretaria de Estado da Aeronáutica:

ADN, «Pessoal da Força Aérea», 1968-1974 (PT/ADN/CEMGFA/GAB/007/0013/004), 1 pasta.

ADN, «Assuntos enviados ao Estado-Maior do Exército, Estado-Maior das Forças Armadas e Estado-Maior da Armada», 1971-1972 (PT/ADN/CEMGFA/GAB/020/0043/009), 1 pasta.

ADN, «Conselho de Chefes do Estado-Maior», setembro de 1979-agosto de 1984 (PT/ADN/SGDN/1REP/107/0352/001, cx. 10/029), 1 pasta.

ADN, «Disposições legais e de serviço respeitantes às Forças Armadas Portuguesas: Força Aérea. 1º volume», 1958-1967 (PT/ADN/SGDN/1REP/006/0017/014), 1 pasta.

AHFA, «As Enfermeiras Paraquedistas – Cursos», 1961-1974 (PT/AHFA/FAP/001), 1 caixa.

AHFA, «Candidatas a enfermeiras paraquedistas», janeiro-dezembro de 1965 (PT/AHFA/SEA/151-01/0075/013), 1 pasta.

AHFA, «Correspondência expedida pelo Gabinete do Secretário de Estado da Aeronáutica», outubro de 1964 (PT/AHFA/SEA/053-01/0070/001), 1 pasta.

AHFA, «Correspondência expedida pelo Gabinete do Secretário de Estado da Aeronáutica», janeiro-fevereiro de 1964 (PT/AHFA/SEA/053-01/0068/002), 1 pasta.

AHFA, «Copiador da correspondência expedida», janeiro-setembro de 1973 (PT/AHFA/GABCEMFA/053-01/795/795.1), 1 pasta.

AHFA, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1966 (PT/AHFA/SEA/002/0082/002), 1 pasta.

AHFA, «Cursos de Enfermeiras Paraquedistas», janeiro-dezembro de 1963 (PT/AHFA/SEA/002/0057/009), 1 pasta.

AHFA, «Informação sobre admissão às especialidades da Força Aérea», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0039/016), 1 pasta.

AHFA, «Ingresso no quadro de paraquedistas», janeiro-outubro de 1969 (PT/AHFA/SEA/053-02/0115/007), 1 pasta.

AHFA, «Movimento de pessoal», junho-julho de 1963 (PT/AHFA/SEA/053-01/0060/001), 1 pasta.

AHFA, «Ordens de Serviço», 1964-1974.

AHFA, «Operações e organização da Força Aérea», janeiro de 1968-março de 1974 (PT/AHFA/GABCEMFA/130/813/3.6.1), 1 pasta.

AHFA, «Paraquedistas», dezembro de 1961-dezembro de 1962 (PT/AHFA/SEA/002/0047/010), 1 pasta.

AHFA, «Pedidos de ingresso nas Forças Armadas», dezembro de 1967-dezembro de 1968 (PT/AHFA/SEA/053-02/0101/008), 1 pasta.

AHFA, «Recrutamento de enfermeiras paraquedistas», outubro de 1973 (PT/AHFA/SEA/151-05/0146/005), 1 pasta.

AHFA, «Recrutamento de pessoal militar para o quadro permanente da Força Aérea», dezembro de 1958-dezembro de 1959 (PT/AHFA/SEA/151-01/0032/020), 1 pasta.

AHFA, «Recrutamento de pessoal paraquedista», janeiro-agosto de 1961 (PT/AHFA/SEA/151-01/0040/013), 1 pasta.

AHFA, «Reingresso nos quadros de origem no Exército de militares das tropas paraquedistas», janeiro-dezembro de 1964 (PT/AHFA/SEA/151-01/0062/001), 1 pasta.

AHM, «Pessoal», 1958-1971 (PT/AHM/FO/006/J/18), cx. 585.

Documentação da Administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

AHSCML, «Documentação do Gabinete de Enfermagem», 1958-1974 (SCML/GE/B/03/Cx.001 e SCML/GE/B/04/Cx.002), 2 caixas.

Legislação:

Diário do Governo (1957-1976).

Diário da República (1977-1994).

Ordens à Aeronáutica (1961).

Publicações periódicas:

Diário de Lisboa (1961).

Diário da Manhã (1961).

Diário de Notícias (1961).

Diário Popular (1961).

Flama: Revista Semanal de Actualidades (1961; 1970).

Mais Alto: Revista da Força Aérea (1961-1962).

Menina & Moça (1961).

O Século (1961).

Revista do Ar: Revista de Propaganda da Aviação (1955-1961).

Servir: Revista de Enfermagem (1970).

Bibliografia

Bibliografia geral

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Guerra Colonial*. Porto: Porto Editora, 2020.

BARRETO, António; MÓNICA, Maria FILOMENA (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. 2 vols. Porto: Figueirinhas, 1999-2000.

ROSAS, Fernando; BRANDÃO, José Maria de Brito (dir.) – *Dicionário da História do Estado Novo*. 2 vols. Venda Nova: Bertrand, 1997.

Bibliografia específica

ALÃO, Ana Paula – «Amor e sexualidade: mudança de comportamentos» in *Portugal Contemporâneo* (dir. REIS, António). Vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 367-380.

ALEXANDRE, Valentim – «Adriano Moreira no Ultramar: Um «novo estilo de governo»» in *No Fio da Navalha: Portugal e a Defesa do Império (1961: Abril a Novembro)*. Lisboa: Temas e Debates, 2023, pp. 43-75.

_____ – *Contra o vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017.

ALVES, Vera Marques – «O povo do Estado Novo» in *Como Se Faz Um Povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal* (coord. NEVES, José). Lisboa: Tinta-da-China, 2010, pp. 183-194.

«Antecedentes históricos» in *História das Tropas Para-Quedistas Portuguesas*. Vol. I: *História do Batalhão de Caçadores Para-Quedistas, Tancos 1955-1961*. Tancos: CTA – Corpo das Tropas Aerotransportadas, 1987, pp. 59-85.

AMENDOEIRA, José – *Uma Biografia Partilhada da Enfermagem: A Segunda Metade do Século XX, 1950-2003*. Coimbra: Formasau, 2006.

BARGER, Judith – *Beyond the Call of Duty: Army Flight Nursing in World War II*. Kent: The Kent State University Press, 2013.

BARROCAS, Rita Alpiarça – *Contributo para o estudo da organização médica nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique (1961-1974)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado em História Militar [Texto policopiado] (Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/26268>, consultado em setembro de 2023).

Biscarrosse: Mémoire Du Parachutisme Civil. Paris: Mission mémoire de l'aviation civile, 2008 (Disponível em <https://www.calameo.com/ppmac/books/005116633a094ded01e0c>, consultado em abril de 2024).

BRANCO, Sofia – «No céu cinzento» in *As Mulheres e a Guerra Colonial: Mães, Filhas, Mulheres e Namoradas*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015, pp. 275-288.

CARREIRAS, Helena – «Enfermeiras pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa: a singularidade de uma experiência». *Jornal do Exército*. Ano 52, N.º 612 (dezembro 2011), pp. 36-41.

_____ – «A sociedade portuguesa e a Guerra de África: o papel das mulheres» in *A Academia Militar e a Guerra de África* (AA.VV.). Lisboa: Academia Militar, 2010, pp. 81-101.

_____ – «As mulheres e a guerra» in *Nova História Militar de Portugal* (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano). Vol. 5 (coord. TEIXEIRA, Nuno Severiano et al.). Mem Martins: Círculo de Leitores, 2004, pp. 174-245.

_____ – «Antecedentes históricos e contexto institucional» in *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edição Cosmos, 1997, pp. 81-97.

CAMPBELL, D'Ann – «Women in Combat: The World War II Experience in the United States, Great Britain, Germany, and the Soviet Union». *The Journal of Military History*. Vol. 57, N.º 2 (1993), pp. 301-323 (Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2944060>, consultado em setembro de 2023).

CAPDEVILLA, Luc – «La mobilisation des femmes dans la France combattante (1940-1945)». *Clio. Femmes, Genre, Histoire*. N.º 12 (2000), s.p. (Disponível em <https://doi.org/10.4000/clio.187>, consultado em setembro de 2023).

COSTA, Maria Augusta Faria da – *Guerra Colonial: O Papel das Mulheres. A Ausência da Presença?*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado em História de África [Texto policopiado].

CRUZEIRO, Maria Manuela – «As mulheres e a Guerra Colonial: Um silêncio demasiado ruidoso». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 68 (2004), pp. 31-41 (Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1289911>, consultado em setembro de 2023).

COUTINHO, Alexandre; GARCEZ, André – «Alouette III: A Guerra do Ultramar» in *50 Anos do Alouette III da Força Aérea*. s.l.: Contra a Corrente, 2013, pp. 30-75.

Des femmes et des ailes: Infirmières Pilotes Secouristes de l’Air. s.l.: Croix-Rouge Française, 2024 (Disponível em <https://www.calameo.com/books/006795057fd24a0373ada>, consultado em fevereiro de 2024).

DONAHUE, M. Patricia – «Las enfermeras en accion: Las guerras del siglo XX» in *Historia de la enfermeria*. s.l.: Doyma, 1993, pp. 393-433.

ESCOBAR, Lucília – *O Sexo das Profissões: Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

«Enfermeiras Pára-quedistas» in *Escola Superior de Enfermagem das Franciscanas Missionárias de Maria, 1950-2000*. Lisboa: Editoria Rei dos Livros, 2005, pp. 61-62.

ESPÍRITO SANTO, Sílvia – *Adeus, até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

FERNANDES, Paulo Jorge; SOUSA, Paulo Silveira – «A prevenção e o controlo dos riscos: Serviços de bombeiros, defesa civil do território, proteção civil e segurança rodoviária (1736-2011)» in *Do Reino à Administração Interna: História de um Ministério (1736-2012)* (coord. ALMEIDA, Pedro Tavares de; SOUSA, Paulo Silveira e). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Ministério da Administração Interna, 2015, pp. 415-443.

FERREIRA, Ana Sofia – *Entre a Tradição e a Modernidade: A vida quotidiana no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 2024.

FONSECA, Ana Mónica.; MARCOS, Daniel – «French and German support to Portugal: The military survival of the «Estado Novo» (1958-1968)». *Portuguese Studies Review*. Vol. 16, N.º 2 (2008), pp. 5-10 (Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/26682>, consultado em junho de 2024).

FREIRE, Isabel – «Pra menina e pro menino» in *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 47-74.

GAUCHER, Julie – «Women and Parachuting: Writings of the Outsider's Experience». *The International Journal of the History of Sport*. Vol. 28, N.º 14 (2011), pp. 2031-2046 (Disponível em <https://doi.org/10.1080/09523367.2011.604826>, consultado em novembro de 2023).

GODINHO, Manuel da Costa – *A Enfermagem nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000. Dissertação de Mestrado em Ciências da Enfermagem [Texto policopiado].

GOLDSTEIN, Joshua S. – *War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GRÃO, Luís – «Enfermeiras Pára-Quedistas» in *O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal. Actas do XVI Colóquio de História Militar*. Vol. 2. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2007, pp. 639-648.

_____ – *Enfermeiras Pára-Quedistas, 1961-2002*. Lisboa: Prefácio, 2006.

HACKER, Barton C.; VINING, Margaret (ed.) – *A Companion to Women's Military History*. Leiden/Boston: Brill, 2012.

HAGEMANN, Karen – «History and Memory of Female Military Service in the Age of World Wars» in *The Oxford Handbook of Gender, War, and the Western World since 1600*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 585-615.

HENRIQUES, Hélder – «A enfermagem em Portugal no século XX: um retrato histórico». *Estudios humanísticos: Historia*. N.º 11 (2012), pp. 309-327 (Disponível em

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4112413>, consultado em janeiro de 2024).

JAUNEAU, Élodie – «Les femmes dans l'armée française pendant les guerres (XIXe-XXe siècles): histoire, historiographie et problématique de genre». *Encyclo: Revue de l'école doctorale Sciences des Sociétés ED 624*. N.º 1 (2012), pp. 57-71 (Disponível em <https://u-paris.hal.science/hal-00718149>, consultado em setembro de 2023).

_____ – «Images et représentations des premières soldates françaises (1938-1962)». *Clio: Femmes, Genre, Histoire*. N.º 30 (2009), pp. 231-252 (Disponível em <https://journals.openedition.org/clio/9481>, consultado em dezembro de 2023).

LOUREIRO, Inês – «O serviço militar feminino – que oportunidades?» in *A mulher nos Debates Parlamentares do Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021, pp. 90-102. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea [Texto policopiado] (Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/139753>, consultado em outubro de 2023).

MACHADO, Miguel Silva – *A Boina Verde das Tropas Paraquedistas Portuguesas: História, Legislação, Tradições e o seu uso desde 1955*. Lisboa: s.n., 2022.

MACHADO, Miguel Silva; CARMO, António – «Os Primeiros Pára-quedistas militares Portugueses» in *Tropas Pára-quedistas: A História dos Boinas Verdes Portugueses, 1955-2003*. Lisboa: Prefácio, 2003, pp. 13-62.

MACKIE, Mary – «Peaceful Days» in *Wards in the Sky: The RAF's Remarkable Nursing Service*. s.l.: The History Press, 2014, pp. 169-183.

MADUREIRA, Manuela – «Atores da formação: construção identitária» in *Escola Superior de Enfermagem de São Vicente de Paulo: Uma história ao Serviço da Formação*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017, pp. 78-159.

MARTINS, Bruno Sena – «Guerra e memória social: a deficiência como testemunho». *Fractal: Revista de Psicologia*. Vol. 25, N.º 1 (abril 2013), s.p. (Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000100002>, consultado em setembro de 2024).

MARTINS, Fernando – «Amor em tempo de guerra: As “madrinhas de guerra” no contexto da guerra colonial portuguesa (1961-1974)». *Historiae*. Vol. 2, N.º 2 (2011), pp. 65-74 (Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/8306>, consultado em setembro de 2025).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola – *História Oral: Como fazer, Como pensar*. 2.ª Edição. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTEIRO, Natividade da Conceição André – *A Mobilização das Mulheres Portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, 2022. Tese de Doutoramento em História, especialidade em História Contemporânea [Texto policopiado].

MONTEIRO, Rosa – «Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo» in *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias* (org. FERREIRA Virgínia). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010, pp. 31-56 (Disponível em <https://hdl.handle.net/10316/44008>, consultado em setembro de 2024).

MOTA, Ana Rosa de Sousa; MONTEIRO, Natividade – «Isabel Rilvas». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*. N.º 33 (2015), pp. 147-154 (Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852015000100014&lng=pt&nrm=iso, consultado em fevereiro de 2024).

NUNES, Lucília – «Caminhos da Enfermagem em Portugal» in *Um Olhar sobre o Ombro: Enfermagem em Portugal (1881-1998)*. Loures: Lusociência, 2003, pp. 15-96.

PENICHE, Andrea – «A Aventura das Mulheres» in *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império* (ROSAS, Fernando et al.). Lisboa: Tinta-da-China, 2020, p. 254-291.

PIMENTEL, Irene Flunser; MELO, Helena Pereira de – *Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

PFISTER, Gertrud – «As filhas do ar: O papel da mulher na história da aviação». *Desporto e Sociedade*. N.º 69 (1987), pp. 3-22.

PORTELLI, Alessandro – *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: Ética, memória e acontecimento na História Oral*. s.l.: Unipop, 2013.

RAMORA, Julie – «Devenir convoyeuse de l’Air: quel engagement pour de jeunes Françaises de l’après-guerre (1946-1954)?». *Les Cahiers Sirice*. Vol. 2, N.º 27 (2021), pp. 51-57 (Disponível em <https://shs.cairn.info/revue-les-cahiers-sirice-2021-2-page-51?lang=fr>, consultado em setembro de 2023).

_____ – «L’aviation sanitaire française – Histoire d’un progrès pour l’humanité (1912-1954)». *Carnets de Vols*. N.º 142 (2023), pp. 14-15 (Disponível em <https://www.calameo.com/cesa/read/00694028815c3276df5a9>, consultado em junho de 2024).

REZOLA, Maria Inácia – «A L.O.C. à conquista das classes operárias» in *O Sindicalismo Católico no Estado Novo, 1931-1948*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, pp. 102-116.

RIBEIRO, Fernando da Rocha – «A vitória da legalidade» in *Génese da Força Aérea Portuguesa: influência do Aero Club de Portugal e da Revista do Ar*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, pp. 111-116 Dissertação de Mestrado em História Militar [Texto policopiado] (Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/28716>, consultado em setembro de 2023).

RIBEIRO, Margarida Calafate – «África no feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 68 (2004), pp. 7-29 (Disponível em <https://doi.org/10.4000/rccs.1076>, consultado em setembro de 2025).

ROSAS, Fernando – «Um Chefe, um Regime, um Povo» in *Salazar e o Poder: Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012, pp. 157-182.

RUFFRAY, Françoise de; BREGUET, Emmanuel – «La féminisation dans l’armée de l’Air depuis 1945». *Reveu Historique des Armées*. N.º 182 (1991), pp. 83-88 (Disponível em <https://doi.org/10.3406/rharm.1991.3999>, consultado em dezembro de 2023).

SEGAL, Mady Wechsler – «Women’s Military Roles Cross-Nationally: Past, Present, and Future». *Gender and Society*. Vol. 9, N.º 6 (December 1995), pp. 757-775 (Disponível em <https://www.jstor.org/stable/189540>, consultado em dezembro de 2023).

SILVA, Ana Isabel – «Enfermagem e Ensino de Enfermagem nas décadas de 30 e 40» in *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 123-160 (Disponível em <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0318-6>, consultado em novembro de 2024).

SILVA, Francisco Ribeiro da – «A Fundação da Casa de Saúde da Boavista» in *Rosto Visível de Hospitalidade: Casa de Saúde da Boavista (1934-2009)*. Porto: Casa de Saúde da Boavista, 2010, pp. 19-46.

SILVA, Helena da – «Seleção e discriminação dos profissionais de enfermagem durante o Estado Novo (1938-1963)». *Ler História*. N.º 60 (2011), 151-166 (Disponível em <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1533>, consultado em setembro de 2023).

SILVA, Marta Martins – *Madrinhas de guerra: A correspondência dos soldados portugueses durante a Guerra do Ultramar*. Porto Salvo: Desassossego, 2020.

SOARES, Maria Isabel – «As Escolas de Enfermagem» in *Da Blusa de Brim à Touca Branca: Contributo para a História do Ensino da Enfermagem em Portugal (1880-1950)*. Lisboa: EDUCÁ/Associação Portuguesa de Enfermeiros, 1997, pp. 25-51.

SCOTT, Joan W. – «Género: uma categoria útil de análise histórica» in *Variações sobre Sexo e Género* (org. CRESPO, Ana Isabel et al.). Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp. 49-77.

SOUSA, Fernando de; FERREIRA, Diogo – «A Renovação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1945-1974)» in *Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-2018)*. Porto: PPFMNS – Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora/CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2021, pp. 171-233.

THÉBAUD, Françoise – «A Grande Guerra» in *História das Mulheres no Ocidente* (dir. DUBY, Georges; PERROT, Michelle). Vol. 5: *O Século XX* (dir. THÉBAUD, Françoise). Porto: Afrontamento, 1995, pp. 31-93.

TORRÃO, Susana – *Anjos na guerra: a aventura das enfermeiras paraquedistas portuguesas*. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

URBANO, Pedro – «Adelaide Cabete e a Génese da Polícia Feminina» in *Polícia(s) e Segurança Pública: História e Perspetivas Contemporâneas* (coord. ROLLO, Maria Fernanda; GOMES, Pedro Marques; CUETO-RODRÍGUEZ, Adolfo). s.l.: Museu da Polícia, 2020, pp. 217-233.

VAQUINHAS, Irene – «História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais». *Faces da Eva: Estudos sobre a Mulher*. Número Extra (2019), pp. 37-55 (Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-68852019000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, consultado em setembro de 2023).

VIEIRA, Margarida – «Um presente com passado» in *Ser Enfermeiro: Da Compaixão à Proficiência*. 3.^a Edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017, pp. 15-65.

VILLATOUX, Marie-Catherine – «Femmes et pilotes militaires dans l'armée de l'Air». *Reveu Historique des Armées*. N.º 272 (2013), pp. 12-23 (Disponível em <http://journals.openedition.org/rha/7776>, consultado em setembro de 2023).

ZAMFIRACHE, Cosmin – «As enfermeiras voadoras». *Courrier International*. N.º 251 (janeiro 2017), pp. 49-50.

Sítios digitais consultados

Casa Comum – Fundação Mário Soares e Maria Barroso (<http://casacomum.org/cc/arquivos>).

CAVOK – Portal da Aviação (<https://cavok.pt/>).

Centro de Documentação 25 de Abril (<https://www.cd25a.uc.pt/pt>).

Diário da República Eletrónico (<https://diariodarepublica.pt/dr/home>).

Debates Parlamentares (<https://debates.parlamento.pt/>).

Exército Português (<https://www.exercito.pt/pt/>).

Memória Para Todos (<https://memoriaparatodos.pt/>).

Portal da Defesa Nacional (<https://www.defesa.gov.pt/pt>).

RTP Arquivos (<https://arquivos.rtp.pt/>).

RTP Notícias (<https://www.rtp.pt/noticias/>).

Visit Barquinha (<https://visitbarquinha.pt/>).

Anexos

Anexo I – Guião de entrevista (Enfermeiras paraquedistas)

1. Contexto familiar e socioeconómico

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Naturalidade dos pais, a sua escolaridade e ocupações profissionais.
- Em que condições nasceu e cresceu?

2. Percurso escolar e profissional

- Frequentou a escola? Como foi esse percurso?
- Por que razão escolheu enfermagem?
- Em que escola estudou? Era particular ou pública? Apenas admitia candidatos do sexo feminino?
- Fez o Curso Geral ou o Curso Auxiliar de Enfermagem? O que os distingue?
- Como estava organizada a rotina na escola de enfermagem?

3. Preparação militar em Tancos

- Em que ano frequentou o Curso de Enfermeiras Paraquedistas?
- O que a motivou a candidatar-se?
- Quais eram os requisitos para se ser enfermeira paraquedista?

- Antes de frequentar o curso, já tinha ouvido falar das enfermeiras paraquedistas? Se sim, como descobriu a sua existência?
- Quando foi admitida ao curso de paraquedismo, era solteira, casada ou viúva? Se era então casada ou namorava, o que o seu companheiro achou do seu novo desafio profissional?
- A sua família apoiou ou reprovou a decisão de ser enfermeira paraquedista?
- Houve quantas candidatas no ano em que frequentou o curso de paraquedismo? Provinham de que escolas de enfermagem e de estabelecimentos de saúde?
- Como estava organizado o Curso de Enfermeiras Paraquedistas? O que aprendeu?
- Houve candidatas que desistiram do curso? Se sim, porquê?
- Como foi o seu primeiro salto em paraquedas?
- Como foi tratada pelos instrutores, monitores e restantes militares paraquedistas?
- Foi mais tarde instrutora/formadora no curso? Se sim, quais eram as suas funções?
- Sabe por que razão não se realizou o Curso de Enfermeiras Paraquedistas nos anos de 1965, 1969, 1971 e 1972?

4. Serviço na Guerra Colonial

- Fez, no total, quantas comissões de serviço? Para que frente de guerra foi mobilizada (Angola, Guiné ou Moçambique)?
- Como eram efetuadas as evacuações sanitárias de feridos? Para além da enfermeira paraquedista, quem mais participa nesta missão?
- Como eram distribuídas as enfermeiras paraquedistas no teatro de guerra? Havia mais enfermeiras nas zonas de combate mais intensas?
- Ao longo do seu serviço, sentiu que havia poucas enfermeiras paraquedistas efetivas no terreno? Se sim, o que causava essa falta?
- Houve alguma colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa?

5. Experiências vividas na guerra

- Antes de partir para África, o que sabia sobre a guerra? A realidade da guerra foi um choque para si?
- Em que condições viviam os combatentes portugueses? E as populações nativas dos territórios em guerra?
- A morte da Furriel Enfermeira Paraquedista Maria Celeste Ferreira da Costa a fevereiro de 1973, na Guiné, fez com que as militares deixassem de participar nas evacuações sanitárias de feridos realizadas no «mato» (teatro de guerra)?
- Como foi recebida e tratada pelos militares portugueses (paraquedistas, pilotos, entre outros) durante o conflito?

6. Desmobilização e extinção do quadro

- Onde estava quando aconteceu o 25 de abril de 1974?
- O que significou, para si, o 25 de abril?
- Quando saiu da Força Aérea? Se sim, ao regressar à vida civil, continuou a exercer a enfermagem ou optou por outra profissão?
- Para si, depois da guerra, fez sentido o fim do quadro das enfermeiras paraquedistas?
- Considera que a experiência como enfermeira paraquedista demonstrou que era realmente possível haver mulheres militares?
- Que atividades tem desenvolvido depois da reforma?

Anexo II – Guião de entrevista (Militares paraquedistas)

1. Contexto familiar e socioeconómico

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Naturalidade dos pais, a sua escolaridade e ocupações profissionais.
- Em que condições nasceu e cresceu?

2. Percurso escolar e profissional

- Frequentou a escola? Como foi esse percurso?
- Com que idade começou a trabalhar?
- Que profissão desempenhou? Como eram as condições de trabalho?

3. Mobilização, recruta e especialidade militar

- O que o motivou a ingressar no curso de paraquedismo?
- Como estava organizada a sua rotina em Tancos? O que aprendeu?
- Como foi o seu primeiro salto em paraquedas?
- Frequentou o curso de instrutores e monitores? Foi também instrutor das enfermeiras paraquedistas?

4. Serviço na Guerra Colonial

- No total, fez quantas comissões de serviço? Para que frente de guerra foi mobilizado (Angola, Guiné ou Moçambique)?
- Tomou conhecimento das enfermeiras paraquedistas antes ou depois de partir para África? Como soube da sua existência?
- Como encarou então a presença de mulheres no meio militar?
- Como eram tratadas pelos seus camaradas e restantes militares?

5. Experiências vividas na guerra

- Antes de partir para África, o que sabia sobre a guerra?
- O que testemunhou ao longo do seu serviço mudou a sua perspetiva quanto à resolução do conflito?
- Em que condições viviam os combatentes portugueses? E as populações nativas dos territórios em guerra?

6. O fim da guerra e o regresso a Portugal

- Onde estava quando aconteceu o 25 de abril de 1974?
- O que significou, para si, o 25 de abril?
- Depois da guerra, permaneceu na Força Aérea ou optou por outra profissão? Em que ano abandonou as Forças Armadas?
- Para si, fez sentido o fim do quadro das enfermeiras paraquedistas?

- Que atividades tem desenvolvido depois da reforma?

Anexo III – Guião de entrevista (Pilotos de helicóptero)

1. Contexto familiar e socioeconómico

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Naturalidade dos pais, a sua escolaridade e ocupações profissionais.
- Em que condições nasceu e cresceu?

2. Percurso escolar e profissional

- Frequentou a escola? Como foi esse percurso?

3. Mobilização, recruta e especialidade militar

- Por que razão escolheu a Força Aérea?
- Como estava organizado o curso de pilotos de helicóptero?
- Como é a sensação de «voar»?
- Quais são as diferenças entre pilotar um helicóptero e pilotar um avião?
- Teve que pedir autorização à Força Aérea para se casar?

4. Serviço na Guerra Colonial

- No total, fez quantas comissões de serviço? Para que frente de guerra foi mobilizado (Angola, Guiné ou Moçambique)?
- Que funções desempenhou?

- Como eram efetuadas as evacuações sanitárias feridos? Quem participava nesta missão?
- Que veículos aéreos eram utilizados nas evacuações de feridos?
- O helicóptero *Alouette* era, no seu fabrico, de cariz civil ou militar?
- Tomou conhecimento das enfermeiras paraquedistas antes ou depois de partir para África? Como soube da sua existência?
- Como encarou então a presença de mulheres no meio militar?
- Como eram tratadas pelos seus camaradas e restantes militares?
- Ao longo do seu serviço, sentiu que havia poucas enfermeiras paraquedistas? Realizou evacuações sem a sua presença?
- Houve alguma colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa?

5. Experiências vividas na guerra

- Antes de partir para África, o que sabia sobre a guerra?
- O que testemunhou ao longo do seu serviço mudou a sua perspetiva quanto à resolução do conflito?
- Em que condições viviam os combatentes portugueses? E as populações nativas dos territórios em guerra?

6. O fim da guerra e o regresso a Portugal

- Onde estava quando aconteceu o 25 de abril de 1974?

- O que significou, para si, o 25 de abril?
- Depois da guerra, permaneceu na Força Aérea ou optou por outra profissão?
Em que ano abandonou as Forças Armadas?
- Para si, fez sentido o fim do quadro das enfermeiras paraquedistas?
- Que atividades tem desenvolvido depois da reforma?

Anexo IV – Guião de entrevista (Enfermeiros da Força Aérea)

1. Contexto familiar e socioeconómico

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Naturalidade dos pais, a sua escolaridade e ocupações profissionais.
- Em que condições nasceu e cresceu?

2. Percurso escolar e profissional

- Frequentou a escola? Como foi esse percurso?
- Com que idade começou a trabalhar?
- Que profissão desempenhou? Como eram as condições de trabalho?

3. Mobilização, recruta e especialidade militar

- Por que razão escolheu a Força Aérea? Porquê a especialidade de enfermagem?
- Como foi a sua formação em enfermagem na Força Aérea? Obteve uma formação completa ou muito básica?

4. Serviço na Guerra Colonial e contacto com as enfermeiras paraquedistas

- No total, fez quantas comissões de serviço? Para que frente de guerra foi mobilizado (Angola, Guiné ou Moçambique)?

- Participou em evacuações aéreas de feridos? Se sim, como eram efetuadas? Quem participava nesta missão?
- Nas frentes de guerra onde esteve destacado, sentiu que havia poucos enfermeiros para satisfazer as necessidades sanitárias? Se sim, por que razão havia essa falta?
- Como estavam distribuídos os enfermeiros no teatro de guerra? Havia um maior número de enfermeiros disponível nas zonas de combate mais intensas?
- Houve alguma colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa?
- Tomou conhecimento da existência das enfermeiras paraquedistas antes ou depois de partir para África? Como soube delas?
- Como encarou então a presença de mulheres no meio militar?
- Como eram tratadas enfermeiras paraquedistas pelos militares?

5. Experiências vividas na guerra

- Antes de partir para África, o que sabia da guerra? A realidade da guerra foi um choque para si?
- Em que condições viviam os combatentes portugueses? E as populações nativas dos territórios em guerra?

6. O fim da guerra e o regresso a Portugal

- Onde estava quando aconteceu o 25 de abril de 1974?

- O que significou, para si, o 25 de abril?
- Depois da guerra, permaneceu na Força Aérea ou optou por outra profissão?
Em que ano abandonou as Forças Armadas?
- Para si, fez sentido o fim do quadro das enfermeiras paraquedistas?
- Que atividades tem desenvolvido depois da reforma?

Anexo V – Guião de entrevista (Técnico material terrestre da Força Aérea)

1. Contexto familiar e socioeconómico

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Naturalidade dos pais, a sua escolaridade e ocupações profissionais.
- Em que condições nasceu e cresceu?

2. Percurso escolar e profissional

- Frequentou a escola? Como foi esse percurso?

3. Mobilização, recruta e especialidade militar

- Por que razão escolheu a Força Aérea? Optou por qual especialidade?
- Como estava organizado o curso de aviação?
- Como é a sensação de «voar»?

4. Serviço na Guerra Colonial

- No total, fez quantas comissões de serviço? Para que frente de guerra foi mobilizado (Angola, Guiné ou Moçambique)?
- Que funções desempenhou? Em que base aérea esteve instalado?

5. Ferimentos e contacto com as enfermeiras paraquedistas

- Em que ano foi ferido?
- Onde e durante quanto tempo esteve internado?
- Tomou conhecimento da existência das enfermeiras paraquedistas antes ou depois de partir para África? Como soube delas?
- Como encarou então a presença de mulheres no meio militar?
- Como eram tratadas enfermeiras paraquedistas pelos militares?
- O que significou para si a ajuda prestada pelas enfermeiras paraquedistas durante o período em que esteve internado?

6. Experiências vividas na guerra

- Antes de partir para África, o que sabia da guerra? A realidade da guerra foi um choque para si?
- Em que condições viviam os combatentes portugueses? E as populações nativas dos territórios em guerra?

7. O fim da guerra e o regresso a Portugal

- Onde estava quando aconteceu o 25 de abril de 1974?
- O que significou, para si, o 25 de abril?
- Depois da guerra, permaneceu na Força Aérea ou optou por outra profissão? Em que ano abandonou as Forças Armadas?

- Para si, fez sentido o fim do quadro das enfermeiras paraquedistas?
- Que atividades tem desenvolvido depois da reforma?
- Qual é a sua ligação com a Liga dos Combatentes?

Anexo VI – Guião de entrevista (Cabo-especialista mecânico da Força Aérea)

1. Contexto familiar e socioeconómico

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Naturalidade dos pais, a sua escolaridade e ocupações profissionais.
- Em que condições nasceu e cresceu?

2. Percurso escolar e profissional

- Frequentou a escola? Como foi esse percurso?

3. Mobilização, recruta e especialidade militar

- Por que razão escolheu a Força Aérea?
- Porquê a especialidade de mecânica?
- Como estava organizado este tipo de formação?

4. Serviço na Guerra Colonial e contacto com as enfermeiras paraquedistas

- No total, fez quantas comissões de serviço? Para que frente de guerra foi mobilizado (Angola, Guiné ou Moçambique)?
- Que funções desempenhou? Em que base aérea esteve instalado?
- Tomou conhecimento da existência das enfermeiras paraquedistas antes ou depois de partir para África? Como soube delas?

- Como encarou então a presença das enfermeiras paraquedistas no meio militar?

5. Experiências vividas na guerra

- Antes de partir para África, o que sabia da guerra? A realidade da guerra foi um choque para si?
- Em que condições viviam os combatentes portugueses? E as populações nativas dos territórios em guerra?

6. O fim da guerra e o regresso a Portugal

- Onde estava quando aconteceu o 25 de abril de 1974?
- O que significou, para si, o 25 de abril?
- Depois da guerra, permaneceu na Força Aérea ou optou por outra profissão? Quando abandonou o mundo militar?
- Para si, fez sentido o fim do quadro das enfermeiras paraquedistas?

Anexo VII – Guião da entrevista (Mergulhador-sapador da Marinha)

1. Contexto familiar e socioeconómico

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Naturalidade dos pais, a sua escolaridade e ocupações profissionais.
- Em que condições nasceu e cresceu?

2. Percurso escolar e profissional

- Frequentou a escola? Como foi esse percurso?

3. Consciencialização e mobilização política

- Que fatores contribuíram para o desenvolvimento da sua consciência política?
- Pertenceu ao movimento de resistência ou participou em atividades oposicionistas ao Estado Novo? Se sim, quais?

4. Mobilização, recruta e especialidade militar

- Por que razão escolheu a Marinha?
- Pertenceu ao corpo de mergulhadores-sapadores. Quando foi criado este corpo? Em que ano frequentou o curso? Como estava organizada a sua formação? Que missões desempenhava?

5. Serviço na Guerra Colonial

- No total, fez quantas comissões de serviço? Para que frente de guerra foi mobilizado (Angola, Guiné ou Moçambique)?
- Que funções desempenhou?
- Teve que pedir autorização à Marinha para se casar?

6. Ferimentos e contacto com as enfermeiras paraquedistas

- Em que ano foi ferido?
- Onde e durante quanto tempo esteve internado?
- Foi evacuado por uma enfermeira paraquedista?
- Tomou conhecimento da existência das enfermeiras paraquedistas antes ou depois de partir para África? Como soube delas?
- Como encarou então a presença de mulheres no meio militar?

7. Experiências vividas na guerra

- Antes de partir para África, o que sabia da guerra? A realidade da guerra foi um choque para si?
- Em que condições viviam os combatentes portugueses? E as populações nativas dos territórios em guerra?

8. O fim da guerra e o regresso a Portugal

- Onde estava quando aconteceu o 25 de abril de 1974?
- O que significou, para si, o 25 de abril?
- Depois da guerra, permaneceu na Força Aérea ou optou por outra profissão?
Em que ano abandonou as Forças Armadas?
- Para si, fez sentido o fim do quadro das enfermeiras paraquedistas?
- Que atividades tem desenvolvido depois da reforma?
- Qual é a sua ligação com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas?